

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Alexandre de Jesus Santos**

**Memória, ideologia e lutas de classes em vitória da  
conquista: a segregação socioespacial como manifestação  
das contradições sociais**

Vitória da Conquista – BA  
Dezembro de 2014

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Alexandre de Jesus Santos**

**Memória, ideologia e lutas de classes em vitória da conquista: a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida

Vitória da Conquista - BA  
Dezembro de 2014

Sa596m SANTOS, Alexandre de Jesus.

Memória, ideologia e lutas de classes em Vitória da Conquista: a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais; orientador Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida, Vitória da Conquista, 2014.  
203f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

1. Segregação socioespacial. 2. Lutas de classes. 3. Memória social. 4. Ideologia. 5. Ideologização da memória social. I. ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

Título em inglês: Memory, ideology and class struggles in Vitória da Conquista: the socio-spatial segregation as expression of the social contradictions.

Palavras-chave em inglês: 1. Segregation socioespacial. 2. Struggles classes. 3. Social Memory. 4. Ideology. 5. Ideologisation social memory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

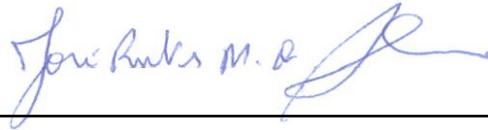
Banca Examinadora: Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (presidente); Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (titular); Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição (titular); Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (suplente);

Data da Defesa: 18 de dezembro de 2014.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (UESB)  
(Orientador)



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Livia Diana Rocha Magalhães (UESB)



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Luz Conceição (UFS)

**Suplentes**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Elizabeth Santos Alves (UESB)

---

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo (UEM)

Local e Data: Vitória da Conquista, 18 de dezembro de 2014.

Resultado: Aprovado

Dedicoeste trabalho a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para conclusão do mesmo, principalmente a classe trabalhadora que indiretamente financiou os meus estudos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade e a Universidade estadual do Sudoeste da Bahia, pela oportunidade de fazer o mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, pela bolsa de mestrado, sem a qual ficaria difícil realizar a pesquisa que originou essa dissertação.

A contribuição incomensurável do meu orientador e amigoprof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida.

Aos professores da Banca de Qualificação e da Banca de defesa dessa dissertação, pela leitura cuidadosa e pelas valiosas sugestões e colaborações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, em especial a professora Dra. Livia Diana pelos apaixonados e instigantes debates em torno da memória.

A professora Dra. Suzane Tosta Sousa pelas inumeráveis contribuições e diálogos.

À minha família, em especial a Helem Dayana, companheira de todas as horas e Ana Clara, filha imensamente amada, de quem tive que abdicar muitas horas do meu tempo e atenção em função da confecção deste trabalho.

Aos companheiros do GEILC pelas profícuas e acaloradas discussões, em especial aos companheiros Mailton e Daniel pelos compartilhamentos e os debates políticos-ideológicos e teóricos.

Aos companheiros do Labuta, Bruno, Dayane, Fabio, Glauber, Leo, Paloma, Uelber e Victor pelos incontáveis debates em torno d'O Capital de Marx e das obras de Mészáros sobre as quais coletivamente empreendemos leitura imanente e pelos momentos de lazer, nunca dissociados da práxis revolucionária.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para realização desta pesquisa.

*Até agora os homens sempre estabeleceram noções erradas acerca de si mesmo e daquilo que eles são ou devem ser. Segundo suas noções acerca de Deus, acerca do homem normal e assim por diante, eles instituíram suas relações. Os frutos nascidos das plantas espúrias em suas cabeças acabaram por suplantá-los. E eles, os criadores, curvaram-se diante de suas criaturas. Livremo-los de suas quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o julgo dos quais eles definham. Rebelemo-nos contra o reinado do pensamento espúrios.*

Karl Marx & Friedrich Engels

## **RESUMO**

Esta dissertação tem por objetivo discutir o processo de segregação socioespacial em curso em Vitória da Conquista como um elemento da manifestação das contradições engendradas pela relação capital/trabalho em sua atual fase de desenvolvimento. Para tanto, empreendemos uma digressão histórica afim de encontrar, na gênese ontológica de desenvolvimento e aprofundamento das relações capitalista de produção na cidade em questão, as determinações específicas e gerais da segregação socioespacial, inseridas no contexto internacional de acumulação de capital. Procura-se igualmente discutir questões pertinentes à produção e reprodução ideológica, bem como suas implicações no processo de ideologização da memória social cidadina.

### **Palavras-Chave**

Segregação socioespacial. Lutas de classes. Memória social. Ideologia.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims at discussing the process of socio-spatial segregation taking place in Vitória da Conquista as an element of manifestation of the contradictions engendered by relation capital at its current stage of development. For both undertook a historical digression order to find in the ontological genesis the development and deepening of the capitalist relations of production in the city in question, the specific and general determinations of socio-spatial segregation, inserted in the international context of capital accumulation. In addition, aims discuss the relevant ideological production and reproduction issues, and their implications in the process of idealization of the social memory of the city.

## **Keywords**

Socio-spatial segregation. Class struggle. social memory. .Ideology.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FOTO 01–Rua Grande em dia de Feira 53
- FOTO 02 – Vista panorâmica da rua grande53
- FOTO 04 – Vista Panorâmica da Rua Grande, década de 1940 58
- FOTO 04 – Vista Panorâmica da cidade, década de 1940 58
- FOTO 05 –Vista panorâmica da cidade, década de 196080
- FOTO 06 – Praça 9 de Novembro, década de 1960 80
- FOTO 07 – Avenida Frei Benjamin 85
- FOTO 08 – Vista Panorâmica de Vitória da Conquista 85
- FOTO 09 – Vista da Avenida Lauro de Freitas96
- FOTO 10 – Construção do Viaduto na Avenida Régis Pacheco (popular Viaduto Bigode de Pedral)97
- MAPA 01 – Visão geral do perímetro urbano de Vitória da Conquista 132
- MAPA 02 – Visão parcial dos bairros Campinhos, Jatobá e São Pedro136
- FOTO 11: Vista frontal da Escola Municipal José Lopes Viana, situada no bairro Campinhos 141
- FOTO 12 – Visão geral da Tv. São José, situada no bairro Campinhos 141
- FOTO 13 – Vista parcial da intercessão entre as ruas D e R no Loteamento Jardim Valéria, bairro Jatobá146
- FOTO 14 – Vista parcial da rua principal (rua 10) do loteamento Henriqueta Patres no bairro São Pedro146
- FOTO 15 – Vista parcial da Unidade de Saúde da Família no loteamento Recando das Águas, bairro São Pedro148
- FOTO 16 – Vista parcial da Escola Municipal Juiz Dr. Gildásio Pereira Castro no Loteamento Henriqueta Prates, bairro São Pedro148
- MAPA 03 – Localização do CEMAE 151
- FOTO 17 – Visão panorâmica do CEMAE na avenida Olivia Flores153
- FOTO 18 – Vista do Fórum da Justiça do Trabalho de Vitória da Conquista, à Rua Hormindo Barros, ao lado do CEMAE153
- MAPA 04 – Trajeto da BR – 116 no perímetro urbano de Vitória da Conquista158
- FOTO 19 – Rua Jorge Teixeira, Candeias. Fonte: Google View, Julho de 2014160
- FOTO 20 – Rua 18 (rua dos Nogueiras), Loteamento Miro Cairo, Zabelê160
- FOTO 21 – Vista parcial da Avenida Presidente Dutra (Avenida Integração) em Vitória da Conquista162

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 01 – Contagem populacional dos anos de 1872, 1875 e 189229

TABELA 02 –Recenseamento de Vitória da Conquista (1954) 62

TABELA 03 – Estatísticas do número de acidentes no trecho urbano  
de Vitória da Conquista85

TABELA 04. Populações rural e urbana de Vitória da Conquista dos anos 1970 a 200098

TABELA 05 – Área e utilização das terras por atividade econômica 1980 – 1985127

TABELA 06 – Dados do censo demográfico do IBGE para os bairros Campinhos, Jatobá e  
São Pedro referente aos anos de 2000 e 2010138

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 01 – Orçamento geral de 1916 a 1920 (em mil Réis)40

GRÁFICO 02 – Atividades Arrecadativas de 1916 a 192040

GRÁFICO 03 – Arrecadação Municipal de 1920 à 193041

GRÁFICO 04 – Crescimento orçamentário de 1943 à 195055

GRÁFICO 05 – Arrecadação de imposto territorial e predial56

GRÁFICO 06 – Crescimento populacional e urbanização em Vitória da Conquista58

GRÁFICO 07 – Crescimento populacional de Vitória da Conquista de 1940 a 197064

GRÁFICO 08 – Orçamento anual de Vitória da Conquista 1950 à 1959 71

GRÁFICO 09 – Orçamento anual de 1961 à 196775

GRÁFICO 10 – Receita tributária anual de Vitória da Conquista nos anos 1965 e 196776

GRÁFICO 11 – Orçamento anual de Vitória da Conquista de 1968, 1969, e 197078

GRÁFICO 12 – Orçamento municipal de Vitória da Conquista dos anos 1971 à 1977 86

GRÁFICO 13 – Orçamento anual de Vitória da Conquista de 1985 e 1986 89

GRÁFICO 14 – População economicamente ativa, segundo os setores de atividade 1970 – 198093

GRÁFICO 15 – Produto Interno Bruto de Vitória da Conquista de 1999 a 2011102

GRÁFICO 16 – Rendimento nominal médio mensal das pessoas acima de 10 anos 129

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>  | 15  |
| <b>2SEÇÃO PRIMEIRA - O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA A PRODUÇÃO CAPITALISTA EM VITÓRIA DA CONQUISTA</b>                         | 20  |
| 2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL DE ACUMULAÇÃO  | 20  |
| 2.2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL   | 31  |
| 2.3 VITÓRIA DA CONQUISTA NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO DA ECONOMIA TRADICIONAL PARA O CAPITALISMO CONCORRENCIAL   | 37  |
| 2.4 RUPTURAS E CONTINUIDADES NO SEGUNDO QUARTEL DO SÉCULO XX   | 47  |
| 2.5 A EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO URBANO-COMERCIAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL (1950 – 1970)      | 60  |
| 2.6 DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA, O CAPITAL FINANCEIRO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA (1971 – 1989)                                       | 80  |
| 2.7 RETERRITORIZAÇÃO DO CAPITAL MONOPÓLICO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: DE 1990 AOS DIAS ATUAIS, BREVES CONSIDERAÇÕES             | 80  |
| 2.8 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA MERCADORIA NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DE VITÓRIA DA CONQUISTA: DETERMINAÇÃO ESTRUTURAL, CIRCULAÇÃO E CONSUMO | 97  |
| 2.9 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS   | 103 |
| <b>3SEÇÃO SEGUNDA - SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSES EM VITÓRIA DA CONQUISTA</b>                                      | 114 |
| 3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL  | 117 |
| 3.2 SOCIEDADE URBANA E CAPITALISMO EM VITÓRIA DA CONQUISTA   | 124 |
| 3.3 A ATUAL CONFIGURAÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA (OS CASOS DE CAMPINHOS, JATOBÁ E SÃO PEDRO)                                 | 129 |
| 3.3.1 A centralidade dos equipamentos públicos   | 147 |
| 3.4 A “AVENIDA INTEGRAÇÃO” E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL  | 155 |
| 3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS   | 163 |
| <b>4SEÇÃO TERCEIRA – SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, MEMÓRIA E IDEOLOGIA</b>   | 165 |
| 4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A MEMÓRIA   | 165 |

|   |            |
|---|------------|
| 4.2 ACERCA DA MEMÓRIA SOCIAL  | 168        |
| 4.3 IDEOLOGIZAÇÕES DA MEMÓRIA SOCIAL E NEGAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSES EM VITÓRIA DA CONQUISTA | 177        |
| 4.4 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E IDEOLOGIZAÇÃO DA MEMÓRIA                                     | 188        |
| 4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS  | 191        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS NÃO CONCLUSIVAS</b>   | <b>193</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | <b>195</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Se, partindo de uma premissa materialista, todo objeto de pesquisa é resultante de interpelação material deste sobre o sujeito, nosso interesse a propósito do objeto segregação socioespacial, pensado em sua imbricada relação com a memória, a ideologia e as lutas de classes, se justifica pela nossa inserção objetiva neste processo que doravante procuramos compreender, não com uma relação natural justificada pela teleologia e sua causa *sui generis*, mas como resultante de relações sociais determinadas.

Assim, a dissertação que de agora apresentamos tem por objetivo pensar, por um lado, as determinações mais gerais da segregação socioespacial e, por outro, apreender sua atual configuração em Vitória da Conquista, cidade média situada no Centro-Sul da Bahia a aproximadamente quinhentos quilômetros de Salvador e que possui mais de 320 mil habitantes e se encontra, do ponto de vista econômico, entre as seis cidades baianas que apresentam o maior PIB.

Entretanto, para que possamos compreender de forma mais complexa essa condição de desenvolvimento<sup>1</sup> econômico, apreendendo as contradições concebidas no processo, necessitamos realizar uma digressão histórica afim de entender as determinações mais gerais e mais específicas da ascensão do modo de produção capitalista e da própria segregação socioespacial.

Como pode ser percebido, estabelecemos aqui uma relação de causalidade entre o desenvolvimento da relação capital/trabalho e a segregação socioespacial. Evidentemente, o trabalho que segue é apresentado na ordem inversa de sua realização. Se partimos da atual configuração da segregação socioespacial em curso em Vitória da Conquista, a digressão à qual nos referimos se insere meramente no processo de abstração intelectual do objeto, cujo objetivo é perceber a gênese deste processo na mente, afim de recompô-lo compreendendo algumas de suas determinações. Conforme orientação do próprio Marx (2008), apresentamos nosso objeto não como um todo caótico, mas como uma totalidade articulada na qual algumas de suas determinações podem ser conhecidas ao longo do processo. Assim, expomos inicialmente as condições primárias do nosso objeto para chegarmos a ele já recomposto, na

---

<sup>1</sup> É importante frisar que quando tratamos de “desenvolvimento” estamos sempre nos referindo as condições desiguais e contraditórias sob as quais as forças produtivas se elevam sob as determinações do capital.

forma de síntese de múltiplas determinações consubstanciada na representação do texto que segue, em sua configuração mais atual e também transitória.

Partimos, portanto, não da segregação socioespacial em curso nos dias atuais, mas das condições gerais de desenvolvimento do capitalismo no Brasil como um todo. Assim, pensada a relação de causalidade, procurando enfatizar no primeiro plano o papel exercido pelo Brasil no processo de acumulação internacional de capitais e, a partir daí, em uma relação dialética, desigual e combinada, a emergência de determinadas condições internas (criadas pela crescente necessidade de expansão das relações tipicamente capitalistas) sem, com isso, eliminar a especificidades deste processo.

Somente apresentadas essas condições gerais de emergência paulatina da relação capital/trabalho no Brasil é que procuramos pensar as condições de fundação e de desenvolvimento da atual cidade de Vitória da Conquista. Guardadas as devidas proporções, buscamos demonstrar também os dois elementos (endógeno e exógeno) que compõem parte deste processo. No elemento endógeno, elencamos as condições criadas primitivamente durante a ocupação das terras do “Sertão da Ressaca”, para, entre os elementos exógenos, pensar os imperativos materiais do capital intentando modernizar o capitalismo no Brasil a partir do fomento à industrialização interna. Por conseguinte, ampliar seu mercado consumidor, instrumentalizando as condições já existentes em prol das necessidades reprodutivas do capital, inserindo, definitivamente, Vitória da Conquista no circuito de circulação/transporte e realização da mais-valia.

Somente após esse percurso é que procuramos compreender a concomitância entre o desenvolvimento endógeno da relação capital/trabalho a partir, principalmente, da transformação na função da terra, e os processos iniciais de segregação socioespacial assentados e desenvolvidos sobre o primado da propriedade privada da terra. Encontramos assim, as determinações gerais de desenvolvimento do capitalismo desigual e combinadamente, em Vitória da Conquista, com as condições globais de reprodução do capital. Porém, em contrapartida, evidenciamos as manifestações iniciais de suas contradições internas emergidas no espaço urbano e manifesta também na segregação socioespacial. Todo esse percurso é realizado na primeira Seção pois entendemos ser impossível dissociar as condições gerais de produção do capital das condições específicas da segregação socioespacial.

Na segunda Seção procuramos refletir sobre a atual configuração da segregação socioespacial em Vitória da Conquista entendendo as contradições manifestadas de formas

diferentes em distintos complexos sociais, não centrando nossa atenção no problema espacial, muito embora este seja igualmente indissociável dos processos de sociabilidades<sup>2</sup> engendrados no espaço urbano. Assim, focalizamos, sobretudo, as classes que territorializam os espaços – o que justifica o termo “socioespacial” –, entendendo este enquanto formulação genérico-abstrata independentemente do homem, como uma realidade em si, mas cujos contornos sociais só o ser social, pela mediação do trabalho e a criação de novas necessidades, pode fornecer.

Assim, focalizamos nossas atenções na manifestação das contradições inerentes à relação capital/trabalho no espaço urbano de Vitória da Conquista, expressada na forma e no conteúdo da segregação socioespacial em curso. Forma e conteúdo são, igualmente, duas categorias que despontaram durante a realização desta pesquisa, pois, enquanto o dinamismo do capital e das lutas de classes podem imprimir no espaço urbano diferentes configurações, tornando, na sociedade do capital, a contingência uma categoria ontológica para o espaço urbano, o conteúdo, por sua vez, permanece perene. Independentemente da configuração espacial da segregação, ele (o espaço urbano) sempre estará relacionado às classes sociais que lhe dão forma. Em outras palavras, sob a regência do capital, a forma é alterável embora o conteúdo permaneça o mesmo: as parcelas das classes trabalhadoras menos qualificadas para as necessidades do capital.

Postulamos, então, que a segregação socioespacial, para ser compreendida de forma mais adequada, precisa levar em consideração não somente suas condições de surgimento histórico, mas também a necessidade atual de produção e reprodução do capital que dinamiza e condiciona a ocupação do espaço urbano pelo imperativo material do poder aquisitivo e, por conseguinte, pela divisão social do trabalho.

Do mesmo modo, evidenciamos as características mais gerais e os contornos atuais da segregação socioespacial em Vitória da Conquista, dando ênfase especial a três bairros que compõem o seu perímetro urbano (Jatobá, Campinhos e São Pedro). Evidentemente, o processo de segregação socioespacial em curso em Vitória da Conquista deve ser analisado levando-se em conta também suas peculiaridades. Com este intuito, procuramos demonstrar o duplo papel desempenhado pela BR – 116, conhecida como “Avenida da Integração”, no sentido tanto de evidenciar quando de camuflar este aspecto constituinte da realidade social de Vitória da Conquista além de apontar alguns elementos gerais para se pensar a segregação

---

<sup>2</sup> Compreendida a partir de Lukács, como um sistema de relações determinadas pela objetividade histórica, mas, sobretudo, pelas relações de produção.

como, por exemplo, o papel ativo do Estado no sentido de promover e viabilizar esse processo em curso.

Assim, com o mesmo afincamento nos enveredamos pelas tramas dos mecanismos ideológicos de ocultamento da manifestação desta realidade segregacionista consubstanciada na “Avenida da Integração”, que acaba por criar as condições para os processos de ideologização da memória social conquistense obliterando completamente as contradições sociais de sua narrativa.

Na terceira e última Seção, por sua vez, buscamos articular o discurso do desenvolvimento e a negação dos conflitos sociais, bem como o papel ideológico desempenhado pela “Avenida da Integração” e sua negação da segregação socioespacial com as possibilidades de engendramento de uma memória social ideologizada que objetiva perenizar as relações sociais e negar toda e qualquer contradição entre as classes.

Assim, nos apropriamos, fundamentalmente, das categorias da memória social e da ideologia, pensando como elas se relacionam na realidade, consubstanciando o processo de segregação socioespacial, bem como seu papel na viabilização da reprodução social do capital e da negação das lutas de classes por parte das classes trabalhadoras, também pela mediação da criação de uma memória social harmônica e simétrica.

Todo esse percurso foi realizado sustentado, fundamentalmente, numa análise ancorada no materialismo histórico-dialético e na visita à produção de autores diretamente associados a essa premissa ontológica de compreensão das relações. Assim, passeamos para sociologia, filosofia, história e geográfica, compreendendo que, do ponto de vista ontológico, não existem fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento. Pelo contrário, na sociedade do capital, elas se encontram profundamente ancoradas na divisão social do trabalho, que cria obstáculos quase intransponíveis para se compreender a complexidade do objeto.

Esse diálogo necessário permitiu uma abordagem mais ampla sobre o objeto no sentido de buscar apreender as suas múltiplas determinações. Entrementes, isso não deve dar por entendido, em hipótese alguma, que as possibilidades de se debruçar sobre o objeto foram esgotadas, mas apenas que procuramos compreendê-lo enquanto totalidade articulada.

As fontes nas quais nos baseamos para substanciar nossa argumentação foram aquelas produzidas pelos poderes públicos, sobretudo o municipal, que, em alguma medida, nos permitiu extrair as condições gerais de funcionamento de desenvolvimento da relação capital/trabalho, mas também aquelas que evidenciaram o crescimento e o adensamento populacional do núcleo urbano de Vitória da Conquista pela mediação da imigração e do êxodo

rural. Desta forma usamos como substrato para primeira Seção Lei Orçamentaria Anual – LOA – que apresenta, no que concerne a sua existência e preservação, uma perenidade, e demonstra o crescimento de diversos setores da arrecadação municipal; o Livro de Lançamento da Décima Urbana, que equivale, nos dias que segue, ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU – com o intuito de demonstrar a quantidade de imóveis existentes e seus respectivos impostos; nos beneficiamos das informações das solicitações de pedido de isenção e revisão do valor cobrado pelo referido imposto enviados a prefeitura municipal; e fontes disponibilizadas tanto pelo IBGE quanto pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, além de algumas fontes jornalísticas da época.

Não poderíamos deixar de mencionar, no entanto, dois importantes elementos relacionados as fontes aqui utilizadas: o primeiro deles foi o caminho inverso que realizamos no sentido de partir de uma situação objetiva dada nos dias atuais e abstrair processos muito anteriores que dizem respeito diretamente à gênese da constituição do capitalismo em Vitória da Conquista; o segundo elemento, totalmente articulado ao primeiro, refere-se à dificuldade de encontrar fontes, além das jornalísticas, que pudessem substanciar nossas argumentações. Isso se deve ao “desaparecimento” de muitas fontes que poderiam servir plenamente aos nossos objetivos. Somado a isto, não poderíamos deixar de apontar, a despeito de toda dedicação dos seus funcionários, a falta de organização do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista que, além de ter tido muitos de seus documentos “desaparecidos” outros tantos sequer estão catalogados.

Independentemente dos percalços com os quais nos deparamos no caminho, tentamos aproveitar as fontes disponíveis da melhor maneira possível no sentido de articular o desenvolvimento e aprofundamento da relação capital/trabalho com a segregação socioespacial. Assim, muito embora estejamos longe de esgotar as probabilidades de apreensão das determinações mais íntimas do objeto, não poderíamos deixar de apontar à maneira de Lukács, essa dissertação foi realizada dentro do possível, nas condições possíveis, com a consciência possível.

## **2 SEÇÃO PRIMEIRA - O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA A PRODUÇÃO CAPITALISTA EM VITÓRIA DA CONQUISTA**

“Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência”.  
Karl marx (2013)

“Hoje entre nós tornou-se hábito representar qualquer disciplina que encontrou cidadania acadêmica como uma esfera autônoma do ser. [...]. Ora, sou do parecer de que todas essas coisas são historicamente mutáveis, e que, deste ponto de vista, o ser e suas transformações são o fundamental”.

Georg Lukács (2014)

## 2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL DE ACUMULAÇÃO

Pensar Vitória da Conquista nos séculos XX e XXI implica refletir antes, ainda que em linhas gerais, sobre o papel desempenhado pelo Brasil no contexto internacional de acumulação de capital. Isto porque compreendemos que todas as relações estão estruturadas em uma totalidade, vinculadas, direta ou indiretamente, a esta forma de acumulação. Assim, a possibilidade de apreender a complexidade e processualidade do objeto que doravante nos debruçamos está condicionada à inserção neste contexto mais amplo sem, contudo, ignorar suas especificidades.

As formações econômicas que constituem antíteses ao modo de produção dominante, ou mesmo formas não capitalistas, que subsistem no seu interior, só o podem em relação dialética com ele. Se, por um lado, constituem possibilidades históricas mutuamente excludentes<sup>3</sup>, por outro são totalizações recíprocas (MÉSZÁROS, 2010) que se tornam parte da engrenagem produtiva. Neste sentido, pensar a transição, no caso de Vitória da Conquista, de uma economia tradicional<sup>4</sup> – caracterizada, sobretudo, pelo latifúndio, por imobilismo

---

<sup>3</sup> Referimo-nos à teoria revolucionária fundada por Marx que – embora se trate apenas de uma formulação teórica – realiza a crítica radical ao sistema do capital, cuja alternativa proposta constitui antítese absoluta a esse modo de produção.

<sup>4</sup> Muito embora Fernandes (2005) empregue o conceito de ordem tradicional (emprestado de Weber (2009), que utiliza o conceito de “dominação tradicional” para referir-se às mesmas relações) fazendo referência à organização de uma sociedade tradicional, cujas tradições e valores patrimonialistas personificados nos senhores constituem elementos importantes para o ordenamento social, optamos por aplicar o conceito de “economia tradicional”, dando ênfase particular ao engendramento do modo de produção a partir do qual se estrutura as relações sociais com processos recíprocos de influência e determinação. O uso de tal conceito nos parece mais adequado que o de “ordem tradicional”, pois nos permite compreendê-la (a organização social) articulada ao sistema capitalista, na medida em que desempenha um papel no seu interior, mas, em si mesma, não possui os elementos fundadores e estruturantes que caracterizam a economia capitalista (tais como propriedade privada da terra, trabalho assalariado, emancipação política etc.), constituindo uma ambiguidade, mas não uma contradição, dentro do sistema capitalista. Em torno de uma economia tradicional, organiza-se também uma sociedade tradicional, cujas tradições e valores constituem elementos importantes para o ordenamento social. A vinculação de parte do pensamento de Fernandes (2005) à escola sociológica weberiana – calcada nas dicotomias entre ordem legal e real, dominação patrimonialista (tradicional), a dominação legal e a carismática etc. – não nos permite incorporar todos os conceitos e categoriais utilizadas pelo autor, muito embora tenhamos consciência da atualidade e do rigor interpretativo de suas formulações.

social, trabalho escravo e “livre”, produção voltada para demandas externas e para a subsistência – para o engendramento de relações típicas do capitalismo competitivo, implica compreender o processo que levou à desagregação e à subordinação estrutural daquela às determinações do modo de produção capitalista.

A relevância dessa formulação, no entanto, só possui significado na medida em que conjectura a possibilidade de existência de sistemas produtivos diferentes em quantidade e qualidade, mas inseridos em uma mesma totalidade, cujas contradições constituem totalizações recíprocas, desiguais e combinadas<sup>5</sup>. Neste caso, a permanência e resistência de modos não capitalistas de produção, encontra-se sobre a determinação e o condicionamento do modo hegemônico, conforme afirma Marx:

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades *Monopolia*” [...] foram alavancas poderosas da concentração de capital. As manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformavam em capital (2013, p. 823).

O que nos propomos agora é pensar Vitória da Conquista numa breve e geral digressão a partir de uma matriz sócio-histórica e do contexto interno de formação econômica capitalista no Brasil, inserida e articulada à totalidade.

O processo de colonização que se operou no Brasil a partir no século XVI<sup>6</sup>, com a constituição das capitanias hereditárias, atestou importante papel à acumulação primitiva<sup>7</sup> ou originária, fornecendo o substrato que se somou à concentração de capital existente, ampliando suas bases materiais. Nesse sentido, concordamos com Mazzeo quando afirma que “[...] as colônias americanas representam um momento crucial que o nascente modo de produção capitalista encontra para efetuar seu processo de reposição de capitais, objetivando dilatar suas condições de existência” (1988, p. 6). A acumulação primitiva foi viabilizada tendo como sustentação relações atípicas ao capitalismo clássico (que tem por base, entre

<sup>5</sup>Segundo Löwy (2001), a teoria do desigual e combinado constitui uma tentativa de compreender as relações e as determinações internas do desenvolvimento do capitalismo na “periferia” e sua relação com o imperialismo. Em linhas gerais, nos permite compreender a articulação estrita entre os estágios de desenvolvimento do capitalismo nas diferentes nações e como suas estruturas (econômicas, sociais, políticas e culturais) estão imbricadas na reprodução do capital. Normalmente, esse processo ocorre sob a égide das nações imperialistas (atualmente sob o domínio dos EUA e seu *imperialismo hegemônico global* (MÉSZÁROS, 2012)) que, ao mesmo tempo em que produz assimetrias sistêmicas, as utilizam em prol do desenvolvimento capitalista.

<sup>6</sup> Os motivos que levaram à colonização não nos competem discutir aqui, no entanto, o leitor interessado pode consultar Furtado (1997) e Prado Jr. (2008).

<sup>7</sup>Para um debate mais profícuo sobre a acumulação primitiva de capital consultar o capítulo XXIV de título homônimo em Marx (2013) e Villar (2006).

outros elementos, o trabalho assalariado e a propriedade privada dos meios de produção). As formas primitivas de acumulação são vértices através das quais o capitalismo mobilizou forças para o processo de industrialização ocorrido na Europa, processo sob o qual o Brasil foi inserido no circuito internacional de acumulação capitalista, fato que permitiu uma acumulação interna de capitais (discutível sob certos aspectos) que, posteriormente, veio contribuir para a formação do capitalismo no Brasil.

A colonização brasileira, segundo as formulações de Prado Júnior (2008) e Furtado (1997), se diferenciou daquela empreendida pelos ingleses na América do Norte, pois, enquanto a primeira voltou-se exclusivamente para a exploração econômica, a segunda, além deste fator, promoveu o povoamento da colônia por intermédio do emprego de mão-de-obra branca sob condições diversas. Entretanto, cabe ressaltar que as colônias americanas forneceram, durante muito tempo – e até hoje –, matéria-prima e artigos primários para o abastecimento do mercado externo em momentos distintos e sob diferentes determinações. Neste sentido, “[...] a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu” (FURTADO, 1997, p. 8).

As diversas produções econômicas do Brasil escravista – e pós-escravista – expressam a mesma relação de determinação estrutural do sistema econômico mundial. No entanto, características peculiares relacionadas ao latifúndio e ao trabalho escravo, cujas contradições sociais internas emergiam a todo momento (na forma de revoltas, motins, inconfidências, conjurações e “revoluções”) produziram especificidades no comportamento social da classe dominante, embora nenhum desses comportamentos esteja desvinculado da produção econômica latifundiária. Isso implica dizer que,

[...] as relações de produção escravista e o predomínio do latifúndio (com seu conseqüente baixo nível técnico, no que se refere às atividades agrícolas) darão à superestrutura brasileira seu caráter histórico-particular, isto é, a própria marca de sua nacionalidade: uma sociedade conservadora e rígida, cuja classe dominante, pela sua própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros avançados do capitalismo mundial (MAZZEO, 1988, p. 13).

Embora o Brasil tenha desempenhado importante papel durante o período colonial e imperial, fornecendo produtos agrícolas para o abastecimento do mercado internacional, se inserindo no contexto de desenvolvimento desigual e combinado da produção capitalista, não podemos afirmar, com base nessas informações, que, endogenamente, vigorava um modo de produção tipicamente capitalista. Do ponto de vista interno, o escravismo existente no período

colonial e imperial não apresentou características que denunciasses a sociabilidade burguesa existente nos países pioneiros do modo de produção capitalista, que pressupõe trabalho livre, relações de assalariamento, propriedade privada da terra etc. Conquanto Mazzeo diga que “podemos afirmar que os donatários que recebem do rei a concessão [...] de exploração das terras do Brasil constituíram-se nos primeiros burgueses a explorar as riquezas brasileiras e a investir capitais numa atividade bastante rentável, que era a cultura da cana” (1988, p. 7), por outro lado entende que,

[...] o capitalismo, em seu processo de desenvolvimento, apropria-se das formas de trabalho e de produção dos modos de produção que o antecederam ou, como no caso das colônias americanas, cria novas formas de apropriação de mais-valia que não as tipicamente de conteúdo capitalista da Europa (Idem, p. 9).

E completa, criticando a tese de Gorender (2004) quanto ao escravismo colonial, afirmando que

[...] a produção escravista instalada na América e, portanto, no Brasil, não se constitui em um modo de produção distinto do capitalismo mas, ao contrário, estrutura-se como um *tipo específico* de capitalismo. Um capitalismo de extração colonial e escravista que objetiva o mercado externo, grandes lucros e, fundamentalmente, que utiliza a mais-valia que expropria do escravo para investir na produção açucareira e agrária, em geral. Um escravismo capitalista que irá gerar o que Marx chamou de “burguesia anômala”, em seu rascunho conhecido como os *Grundrisse* (Ibidem, p. 11).

A formulação de Mazzeo contraria a proposição de Fernandes (2005), à qual somos simpáticos, quando afirma não ser legítimo afiançar que o senhor de engenho corresponda ao “burguês”, assim como a “aristocracia agrária” não corresponde à “burguesia”. Para este último, a aristocracia agrária somente desempenhava seu papel enquanto agente que articulava produção colonial com o mercado europeu, assim como os senhores de engenho, se apresentavam no processo de apropriação das riquezas nativas, quando estas precisavam ser substituídas por trabalho escravo, ocupando um papel marginal no processo de mercantilização da produção agrária. Esta característica, por sua vez, não permite confundilos com o empresário moderno. Assim,

Quanto às noções de “burguês” e de “burguesia”, é patente que elas têm sido exploradas tanto de modo demasiado livre, quanto de maneira muito estreita. Para alguns, o “burguês” e a “burguesia” teriam surgido e florescido com a implantação e a expansão da grande lavoura exportadora, como se o senhor de engenho pudesse preencher, de fato, os papéis e as funções socioeconômicas dos agentes que controlavam, a partir da organização econômica da Metrópole e da economia mercantil européia, o fluxo de suas

atividades socioeconômicas. Para outros, ambos não teriam jamais existido no Brasil, como se depreende de uma paisagem em que não aparece nem o *Castelo* nem o *Burgo*, evidências que sugeririam, de imediato, ter nascido o Brasil (como os Estados Unidos e outras nações da América), fora e acima dos marcos histórico-culturais do mundo social europeu. Os dois procedimentos parecem-nos impróprios e extravagantes (FERNANDES, 2005, p. 32).

E que,

[...] malgrado seus privilégios sociais, entrava no circuito de apropriação colonial como parte dependente e sujeita a modalidades inexoráveis de expropriação controladas fiscalmente pela Coroa ou economicamente pelos grupos financeiros europeus, que dominavam o mercado internacional (Idem, 2005, p. 32-33).

De tal modo, o senhor de escravos desempenhava o papel que lhe cabia através da apropriação colonial das terras e do trabalho coletivo dos escravos, mas o excedente de produção que lhe competia nesse processo não era a maior parte. Assim,

[...] o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração (em dinheiro, em crédito ou em outros valores) à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais (Ibid., p. 41 – 42).

Portanto, o exclusivismo metropolitano centralizava nas mãos da Coroa não somente a apropriação do excedente, mas também a administração interna da colônia – a despeito dos conflitos existentes entre a Coroa e os latifundiários e as contradições internas do sistema colonial. De tal modo, afirmar existir uma economia capitalista no interior do Brasil – como propõe Mazzeo – no período em questão é bastante complicado, em razão da inexistência dos elementos estruturais que o caracteriza e do papel desempenhado por esta formação social na totalidade do modo de produção capitalista.

Também Harvey (2006) afirma, com base em Marx, que a perspectiva histórica do capitalismo é absolver e destruir os modos não capitalistas de produção, no mesmo momento em que cria as condições e viabiliza novos espaços para acumulação. Garante ele existir uma relação de interdependência entre os países do modo de produção capitalista e não capitalista, de maneira que a circulação do valor se torna permanentemente dependente dos recursos econômicos das sociedades desse caráter.

A plena implantação de um modo de produção eminentemente capitalista dependia, também, do processo de emancipação jurídica do escravo nas economias não capitalistas, o que somente ocorreu – no caso brasileiro – no último quartel do século XIX. Não se quer,

com isto, afirmar que, após a emancipação, formas não capitalistas de produção deixaram de existir. Ao contrário, até a consolidação da revolução burguesa da década de 1930 e do Estado Novo, sobretudo no interior do país, essas formas continuavam – e continuam a existir.

Com a emancipação política da colônia em relação a Portugal, surgiu a necessidade de preencher a lacuna relativa, sobretudo, à mediação entre a apropriação do excedente e sua comercialização no mercado internacional. O regime senhorial, neste sentido preciso, fazendo alusão ao conceito de liberdade em Sartre (2012; 2013), foi “lançado no mundo”, “condenado a ser livre” na medida em que perdeu a tutela lusitana, sendo obrigado a criar seus próprios meios de administração e comercialização da produção<sup>8</sup>, permitindo uma apropriação mais eficaz do excedente por parte do senhor de engenho. Esse fato, na leitura de Fernandes (2005), propiciou a gestação das condições e dos agentes que, gradativamente – sem abrir mão dos valores formados na sociedade colonial (dominação patrimonialista, privilégios sociais etc.) –, contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro com as peculiaridades derivadas da sociedade escravagista e patrimonialista. Nesse contexto se configura a sociedade escravagista em Vitória da Conquista, que se encontrava inserida nos mesmos imperativos estruturais que as capitanias e províncias, muito embora a atividade econômica por ela desempenhada fosse diferenciada.

A fundação do Arraial da Conquista<sup>9</sup>, tanto para Sousa (2001) quanto para Aguiar (1998), se deu no contexto das incursões bandeirantes realizadas no sertão baiano por João Gonçalves da Costa e seus correligionários, em finais do século XVIII. As bandeiras, amplamente difundidas no Brasil no período em questão, foram elementos-chave para o processo de interiorização territorial impulsionada pela descoberta das Minas Gerais. Objetivando encontrar novas riquezas minerais (auríferas), mas também eliminar a resistência indígena que, segundo a ideologia vigente à época, constituíam um obstáculo ao desenvolvimento econômico, as bandeiras penetraram o sertão da Bahia. Assim, dizimar os índios existentes na região, sob atos brutais de violência legitimada pela ideologia da conquista e da expansão territorial, objetivando encontrar novas minas para atender às demandas da Coroa é pressuposto da fundação do Arraial da Conquista. Segundo Medeiros e Fonseca (1996, p. 90),

---

<sup>8</sup> Isso não implica apontar para a existência de uma autonomia, seja política ou econômica, do Brasil em relação ao “mundo exterior”. A emancipação política brasileira, ainda que tenha criado novas relações de dependência, permitiu a especialização dos “nativos” na administração dos seus negócios.

<sup>9</sup> Parte do texto que segue é resultado do artigo intitulado “Do Arraial a Conquista: ruptura e continuidade na trajetória modernizante de Vitória da Conquista – BA” de autoria de Santos e Almeida (2011).

O objetivo da bandeira era explícito naquele regimento: conquistar o sertão entre os rios de Contas, Pardo e São Mateus, encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado, matar índios que se opusessem à conquista, estabelecer aldeias e destruir quilombos que fossem encontrados.

Durante os primeiros anos de sua existência, o Arraial da Conquista caracterizou-se como um pequeno povoado com número crescente de fazendas estabelecidas na região, muitas delas pertencentes à família de João Gonçalves da Costa, apresentando um crescimento populacional tímido. Se, no final do século XVIII constituía um “povoado onde moravam mais de 60 pessoas, entre índios aculturados e escravos comandados pelo capitão-mor” (SOUSA, 2001, p. 164), por volta de 1820, o pequeno arraial tinha uma população de, aproximadamente, 240 habitantes, composta por negros, brancos e índios aculturados (MEDEIROS, 2009a).

Ainda segundo Sousa (2001), o aspecto humilde das residências denunciava o modo simples de vida dos seus habitantes. As pessoas mais abastadas viviam nas fazendas, onde se situava a produção econômica de maior peso da sociedade colonial, mas também onde as relações sociais se materializavam de forma mais intensa e articulada à estrutura social rígida da sociedade escravista.

Como se vê, cristalizava-se uma distinção entre o pequeno povoado e o campo. Neste concentravam-se as atividades econômicas de maior relevância para o Arraial, como a criação extensiva de gado cujo transporte e o comércio “foram fatores fundamentais para a formação e desenvolvimento e no fornecimento de produtos que beneficiavam outras atividades econômicas” (SOUSA, 2001, p. 101), como o cultivo de algodão, mas também de gêneros alimentícios voltados para a subsistência. Assim, o pequeno povoado era marcado por atividades de cunho comercial incipiente, sobretudo produtos artesanais comercializados em feira livre. Afora isto, nos assegura Medeiros (1977) que o fluxo intenso de boiadas, na primeira metade do século XIX, do São Francisco para o litoral, permitia o abastecimento dos recursos necessários para o desenvolvimento dessas atividades, mas, sobretudo aqueles que não eram encontrados no arraial.

As famílias mais abastadas, que controlavam as atividades econômicas no campo viviam nas fazendas, o que é natural para uma formação social rural e de economia basicamente agropecuária do século XIX. O latifúndio, nesse contexto, possuía um enorme significado, já que os possuidores de terras eram também os mandatários da região (à frente abordaremos o papel do coronel no âmbito da Primeira República). Nessa sociedade agroexportadora, na qual a terra era o principal meio de produção, possuir um latifúndio

constituía a determinação basilar do *status* social. Aqueles que possuíam muitas terras eram bem quistos na sociedade, na qual a hierarquia social não permitia grandes questionamentos à ordem estabelecida. De modo geral, a última palavra sempre pertencia ao latifundiário. Essa configuração hermética e hierarquizada estava em acordo com a estrutura social brasileira. Mesmo relações interioranas estavam carregadas destes imperativos materiais, dos quais o desvencilho tardou a ocorrer. Essa classe dominante local, constituída por detentores do latifúndio e produtores agropecuários, bem como por comerciantes de gado e dignitários de poder, desempenhavam um importante papel na estrutura econômica interna.

A título de ilustração, entre as famílias de prestígio estava a de Gonçalves da Costa, doadora de terras equivalentes a 140\$000 (centro e quarenta mil Réis) (SOUSA, 2001 p. 174), com vistas à construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, símbolo do vínculo entre o poder eclesial e o secular local, relação comum na sociedade brasileira pré-republicana, tendo a religião católica como a religião oficial do império brasileiro, constituindo-se como agente ideológico legitimador das relações sociais estabelecidas à época. Deste modo, reproduzia-se em nível local, resguardada as devidas proporções e as peculiaridades, relações semelhantes às existentes em outras regiões do Brasil, muito embora a principal atividade econômica não tenha sido a cultura agrícola, mas a produção extensiva de gado. Até 1840, o Arraial não sofreu grandes modificações no seu núcleo. A atividade econômica vigente continuou a ser a criação extensiva de gado, a produção de algodão e a agricultura de subsistência, enquanto que, no Brasil, já se produzia café em quantidade considerável<sup>10</sup>. Mas, assim como as relações guardavam sua forma tradicionalista e hermética, tampouco se modificaram substancialmente em nível local.

A idiossincrasia do processo em Vitória da Conquista, no entanto, consiste na diferença basilar calcada nas atividades de cunho econômico. Se numa parte do Brasil predominaram as atividades agrícolas vinculadas à cana-de-açúcar, café, algodão ou mesmo um comércio incipiente, por outra, a prioridade dos latifundiários locais pela criação extensiva de gado, permitiu a conexão entre o litoral e o sertão, criando as condições para o desenvolvimento ulterior referente à reafirmação de entreposto comercial.

Esse aspecto de permanência da economia local, cujas atividades agrícolas voltavam-se, principalmente, para a subsistência, onde os latifúndios estavam volvidos para a criação bovina, mormente, revela a importância da produção de gêneros alimentícios que viabilizassem a permanência da mão-de-obra rural (sobretudo trabalho escravo), mas também

---

<sup>10</sup> Para maiores informações consultar Mazzeo (1988, p. 24).

de trabalhadores livres vinculados a outros ramos da economia e à camada não produtora. A título de ilustração,

[...] quando morreu sua mulher, João Gonçalves da Costa declarou possuir 700 cabeças de gado vacum e 39 escravos que foram partilhados entre o viúvo e seus herdeiros, além de outros bens. O pequeno número de cativos se explica pelas próprias características da pecuária que dispensava o uso de extensa mão-de-obra e a maioria deles estava empregada nos serviços da agricultura ou em atividades domésticas. No que se refere ao rebanho bovino, o número de reses que possuía superava a média dos proprietários regionais (SOUSA, 2001, p. 105).

É precisamente esse aspecto, de agricultura, voltada, principalmente, para a subsistência, a utilização de métodos e técnicas rudimentares de produção, sobretudo, para valor de uso – e não exclusivamente de produção para troca – no que concerne à produção de víveres, bem como de produtos artesanais, chamamos de economia tradicional, conforme afirmado anteriormente. É certo que a criação extensiva de gado desempenhou um papel fundamental no processo de expansão e consolidação das relações comerciais estabelecidas posteriormente, sobretudo com a criação de novas rotas. No entanto, esse aspecto não modifica o caráter geral da economia do arraial, voltada muito mais para o atendimento das necessidades internas que para a produção de valor de troca.

Em 1840, no dia 19 de Maio, o Arraial da Conquista foi elevado à condição de Villa, passando a se chamar *Imperial Vila da Vitória*, feito conseguido também por pressão exercida pelos latifundiários do Sertão da Ressaca sobre o Governo Central da Bahia. Esta mudança atendia ao novo modelo político-administrativo, implantado no Brasil em 1822. Segundo Ivo (2001), o primeiro corpo legislativo da Imperial Vila da Vitória, eleito com base no voto censitário, tinha seus membros diretamente vinculados ao mesmo tronco familiar de João Gonçalves da Costa. Como se sabe, esse *corpus* era utilizado na defesa dos interesses particulares dos mandatários políticos, evidenciando, no âmbito local, o modelo de organização do tipo oligárquico e patrimonialista das relações políticas nacionais pautadas na exclusão das camadas populares dos processos políticos, econômicos e sociais.

Deste modo, a participação nos pleitos estava condicionada ao poder advindo do latifúndio, uma vez que o voto censitário, conforme estabelecido na Constituição Imperial de 1824, restringia demasiadamente a participação política. Isso pode ser verificado na quantidade de eleitores existentes nos anos 1842 e 1852. Enquanto no primeiro ano o número de eleitores era de apenas 40 (quarenta), dez anos depois não passava de 32 (trinta e dois) (IVO, 2001, p. 211). Para melhor visualizarmos o que esta informação nos indica, situamos a

composição populacional da Imperial Vila da Vitória no período em questão, recorrendo às informações fornecidas por Medeiros (1977a):

**Tabela 01: Contagem populacional dos anos de 1872, 1875<sup>11</sup> e 1892.**

| <b>Ano</b>   | <b>1872</b>   | <b>1875<sup>11</sup></b> | <b>1892</b>   |
|--------------|---------------|--------------------------|---------------|
| Homens       | -             | 9.744                    | -             |
| Mulheres     | -             | 9.092                    | -             |
| Escravos     | -             | 1.817                    | -             |
| <b>Total</b> | <b>11.408</b> | <b>18.836</b>            | <b>13.383</b> |

FONTE: MEDEIROS, 1977a.

O quadro acima não nos fornece a composição societal da Imperial Vila da Vitória em termos do papel desempenhado no processo produtivo, mas evidencia um número considerável de escravos, homens e mulheres que, provavelmente, em virtude da própria característica censitária e hierárquica, eram também excluídos do processo eleitoral.

Embora o poder político emanasse do latifúndio, a elevação do Arraial à condição de Vila e a consequente constituição do aparato técnico-burocrático permitiu que seu exercício fosse realizado e a cidade se instituisse centro das decisões político-administrativas (IVO, 2001 p. 204) por intermédio das câmaras municipais e demais instâncias, viabilizando o respaldo jurídico-político da dominação e dos desmandos da classe dominante, a produção econômica permanecia centrada no campo. Esta configuração imprimia a Vila o imperativo dos proprietários rurais, que tomavam deliberações de acordo com seus interesses políticos e econômicos. Isso não implica dizer que inexistiam conflitos no interior da própria classe dominante, uma vez que a origem do corpo burocrático e o parentesco das famílias não foram, por si, suficientes para impedir disputas eleitorais conturbadas na Imperial Vila da Vitória, objetivando seu domínio. Nos períodos eleitorais, as facções políticas rivais digladiavam-se de forma violenta para ocupar os cargos políticos. Segundo Aguiar (2009), uma marca da rivalidade entre a parentela para a ocupação dos cargos é a infundável disputa entre tais famílias.

Conforme afirma Fernandes (2005), mudanças em termos da emancipação política (1822) não implicam, necessariamente, em transformações no regime socioeconômico. No Brasil, as relações anteriormente existentes foram preservadas, apesar de lançar o germe para

---

<sup>11</sup> Segundo Medeiros, os dados fornecidos pelo levantamento de 1875 referem-se à contagem populacional das vilas da Vitória e de Poções, conjuntamente.

mudanças que ocorreriam no final do século XIX, rumo ao capitalismo competitivo e à consolidação da revolução burguesa brasileira.

No caso de Vitória da Conquista, essa transição se mostrou muito mais demorada que no resto do Brasil. Isso porque, as transformações que atingiam mais rapidamente as capitais e os núcleos urbanos mais adensados demoravam a chegar ao interior do país. Implica dizer que, a despeito dos atos legais implementados pelas mudanças políticas no Brasil, existia, e ainda existe, uma distância intransponível entre o legal e o real, sobretudo na sociedade burguesa.

Enquanto os grupos privilegiados da sociedade imperial se digladiavam pela retenção dos cargos centrais das instâncias políticas institucionais, com o objetivo de atender aos próprios interesses, mantendo a estrutura social escravagista e a dominação de classe, a característica prevaiente era a submissão da população “geral” aos interesses particulares, de forma que o apoio a um ou a outro candidato, durante os pleitos, se fazia por meio da coerção<sup>12</sup>. Nesse sentido, é importante salientar que, a despeito das mudanças ocorridas no regime político brasileiro, para Vitória da Conquista isso também não representou transformações nas relações sociais vigentes. No entanto, a condição de entreposto comercial galgada pela mediação do transporte e do comércio de bovinos, viabilizadores da ligação entre o sertão da ressaca e o litoral, foi o principal elemento que permitiu o desenvolvimento ulterior das relações capitalistas e da consolidação de cidade enquanto centro de realização de mais-valia.

## **2.2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL**

Retomemos agora as formulações de Fernandes (2005) para pensar a transição da sociedade escravista para capitalista, bem como seu processo de desenvolvimento. Segundo o autor, o incremento do capitalismo brasileiro se desenrolou em três etapas distintas e articuladas sendo: a) “fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) de irrupção do capitalismo monopolista” (Idem, pp. 263 – 264).

A importância dessa delimitação analítica para nosso objeto se evidencia por oferecer uma matriz interpretativa consistente para se pensar o contexto do desenvolvimento do

---

<sup>12</sup> As relações políticas se faziam nos padrões do apadrinhamento típico da política coronelista da América portuguesa – ou do modelo caudilhesco, da América espanhola – em que o alinhamento se dava de acordo a relações para além das políticas.

capitalismo em Vitória da Conquista, sobretudo na esfera do complexo urbano-comercial<sup>13</sup>. Não nos compete, aqui, discorrer sobre cada uma das fases supracitadas, mas ressaltar que a primeira e segunda fases – que, em alguma medida, poderão ser ratificadas no processo histórico de Vitória da Conquista, embora constituinte de uma historicidade distinta (século XX) – podem ser delimitadas cronologicamente a partir da abertura dos portos, com o processo de entrelaçamento à economia mundial, sob o domínio inglês.

Cabe salientar dois pontos verificáveis na realidade de Vitória da Conquista, conforme demonstrado ao longo deste capítulo: no primeiro, evidencia-se o papel desempenhado pelo Brasil no processo de acumulação primitiva e abastecimento do mercado “internacional”, também importador de produtos manufaturados e industrializados; no segundo, a gestação das condições internas que permitiram a formação de uma economia capitalista, iniciada no processo de Independência e que se “concretizou” com a Revolução de 1930 e o Estado Novo, não obstante as formas “semicapitalistas” e não capitalistas que continuaram – e continuam – a subsistir em seu interior.

O desenvolvimento do complexo comercial-urbano, nascido num primeiro momento nos centros de maior concentração populacional, representa a criação de uma economia de mercado no interior do Brasil, que surge, primeiramente, para atender às demandas das classes dominantes. Com o desenrolar do tempo, no entanto, outras categoriais sociais (trabalhador livre, imigrante etc.) passavam a ser “beneficiadas” à medida que adentrávamos o século XX. Esse desenvolvimento do complexo urbano-comercial foi entremeado por múltiplas determinações, constituídas de complexos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que, para a finalidade desta pesquisa não compete trazer à tona. Entrementes, gostaríamos de centrar nossa atenção nos elementos viabilizadores da formação de uma sociedade tipicamente capitalista nos núcleos urbanos mais densamente povoados, promovendo a dinamização da economia imperial durante o último quartel do século XIX, coexistindo com o latifúndio e o trabalho escravo, mas constituindo-se o substrato material para a ampliação das bases capitalistas.

O período em questão compreende, de forma mais intensa, o processo iniciado com a emancipação política do Brasil, que lançou as sementes para a criação dos agentes capazes de

---

<sup>13</sup> A partir de agora, usaremos o conceito “complexo urbano-comercial” para designar o surgimento e a consolidação de uma rede de relações mediadas pelo comércio, pressupondo a existência de mecanismos de viabilização do processo de realização da mais-valia intermediando produção e consumo, mas também a existência de uma classe trabalhadora vinculada a tais atividades, tanto no capitalismo competitivo quanto no monopolista. O complexo urbano-comercial em Vitória da Conquista ganhou, com isto, uma dimensão particular a partir da segunda metade de 1920, articulando a produção e a circulação de mercadorias, desempenhando um papel fundamental na realização da mais-valia.

administrar seus próprios negócios, desempenhando o papel anteriormente realizado pela Coroa portuguesa, mas também promovendo, paulatinamente, modernização econômica e mudanças sociais, sobretudo a partir das pressões internacionais. Tais pressões e determinações, exercidas de fora para dentro, culminaram não apenas no desenvolvimento de uma economia de mercado, um “capitalismo competitivo” centrado nas grandes cidades brasileiras, mas também na inserção do pensamento liberal que contribuiu para evidenciar as contradições subjacentes, projetando a implementação do trabalho livre – condição *sine qua non* para efetivação de uma economia tipicamente capitalista, juntamente a outros elementos.

Como vemos, a transição do século XIX para o XX não foi somente o período no qual se entrelaçou atividades econômicas tradicionais (a agricultura e o trabalho escravo) e não tradicionais (trabalho livre), mas também atividades tipicamente vinculadas aos núcleos urbanos (comércio), viabilizando a acumulação de excedentes que vão, gradativamente, produzindo o capitalismo competitivo no interior do país. Assim,

Enquanto o agente artesanal autônomo submergia, em consequência da absorção de suas funções econômicas pelas “casas comerciais importadoras”, ou se convertia em assalariado e desaparecia na “plebe urbana”, aumentavam o volume e a diferenciação interna do núcleo burguês da típica cidade brasileira do século XIX. Ambos os fenômenos prendem-se ao crescimento do comércio e, de modo característico, à formação de uma rede de serviços inicialmente ligada à organização de um Estado nacional, mas, em seguida, fortemente condicionada pelo desenvolvimento urbano (FERNANDES, 2005, pp. 34-35).

Esse processo, segundo Fernandes, resultou de dois aspectos. No primeiro caso, tratou-se do reinvestimento do capital excedente em atividades que extrapolavam as fronteiras agrárias, envolvendo, alguns poucos senhores mais afeitos à filosofia liberal e sensíveis às determinações estruturais do capital internacional que, pouco a pouco, minava a resistência à transição para uma economia de mercado tipicamente capitalista. Mazzeo (1988), ao analisar esse processo de transição produzido no seio da sociedade imperial, escravista, patrimonialista e conservadora, afirma que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi atípico, levando-se em consideração a forma clássica como ocorreu em alguns países da Europa. Aponta o conservadorismo da sociedade e dos estamentos senhoriais em captar e perceber os imperativos do capital enquanto elemento que inviabilizava investimentos em outras atividades econômicas comerciais e industriais.

No segundo caso, o investimento do capital estrangeiro, oriundo de “capitalistas individuais” que vislumbraram a possibilidade de lucrar com a nova situação que emergia no

Brasil, centrando suas atenções, principalmente, nas atividades de importação e exportação de mercadorias. Neste sentido,

[...] a acumulação estamental de capital passou a produzir novos dividendos sociais, na medida em que os referidos “senhores” se engolfavam na vida urbana e nas oportunidades que ela acarretava, especialmente aos que se dispunham a aceitar os papéis de “capitalista” e de “proprietário”, vinculados a aplicações ou especulações com o capital, condenadas pelo antigo código ético senhorial (FERNANDES, 2005, p. 99).

Percebe-se, portanto, duas vias de desenvolvimento do mercado interno brasileiro, uma a partir de elementos nativos, com o reinvestimento do capital excedente expropriado nas atividades agrícolas e outra advinda de “setores estrangeiros” que passaram a atuar no Brasil, de tal modo que,

[...] o intercruzamento entre a expansão da economia urbana e a expansão da produção rural destinada ao consumo interno imprimia a esse processo de diferenciação estrutural um sentido histórico novo, pois a vitalidade de crescimento econômico local ou regional assumiu, em tal contexto, as funções de aumentar o grau de autonomia econômica relativa do País (Idem, p. 103).

O que queremos evidenciar é que nos núcleos urbanos de maior densidade populacional essa transição foi iniciada ainda no primeiro quartel do século XIX, sobretudo por sofrer, de forma mais direta, os imperativos estruturais do capital vinculados às pressões internacionais. Não existem indícios nem fontes que nos permitam afirmar que a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889) resultaram em mudanças estruturais significativas em Vitória da Conquista, muito embora a emancipação política do escravo tenha sido um elemento importante no processo de acumulação capitalista de capital. No entanto, pelas condições sociais a que foram submetidos os escravos nesse processo, acabou por não representar avanços nesse sentido. Segundo nos informa Tanajura,

Com a abolição da escravatura, surge o trabalho livre sob a denominação de agregados, que os fazendeiros aceitavam em suas fazendas, dando-lhes, inclusive, áreas de terra para trabalhar de meia ou percentagem no pastoreio do gado, mediante pagamento e forma de sorteio de reses. De qualquer forma, os senhores latifundiários se sentiram prejudicados, e não viram com bons olhos a liberdade de seus escravos. Prova disso é que, quando a Lei Áurea foi assinada, apenas um Vereador da Imperial Vila da Vitória se levantou para defender a legalidade da lei que libertava os escravos do Brasil (1994, p. 57).

O atrelamento do corpo administrativo ao latifúndio explica, em parte, o comportamento hostil do legislativo quanto à abolição, pois contrariava diretamente seus

interesses econômicos, o que se evidencia também na relação de subordinação que permaneceu mesmo após a assinatura da Lei Áurea. Andrade, referindo-se às consequências deste processo, afirma que

A abolição da escravatura ampliou a massa formada pelos pobres do campo, uma vez que, nas terras apropriadas e povoadas do Nordeste, os ex-escravos, por não disporem de áreas para onde se transferir, tornaram-se moradores de engenhos e fazendas. Nas regiões de domínio da pecuária ele iriam formar, com os brancos pobres livres, a grande massa de agricultores que recebiam um sítio, onde cultivavam algodão, milho, feijão, fava, mandioca; no período de seca, após a colheita, entregavam as terras cultivadas ao proprietário, a fim de que o gado usasse o restolho das plantações como alimento (2000, p. 16).

Durante a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, Vitória da Conquista se afirmaria economicamente como produtora agropecuária e de intermediação comercial, como afirma Fontes (2009, p. 3) quando diz que

Entre fins do século XIX e início do século XX, o município já se projeta como um importante espaço de produção agropecuária e de intermediação comercial, estabelecendo relações econômicas com a região cacauceira e o Sertão da Ressaca.

É fato que, no último quartel do século XIX, a mão-de-obra escrava já não era suficiente para manter a produção cafeeira, que, conforme Mazzeo (1988), exerceu um importante papel na monocultura do café como a responsável pelo processo de modernização econômica do país. Com a proibição do tráfico negreiro, implementada pela Inglaterra em meados do mesmo século, sérios obstáculos para expansão deste setor foram criados. Busca-se, então, suprir a demanda por mão-de-obra inserindo o trabalho assalariado, sobretudo realizado por imigrantes. Esse processo permitiu a coexistência, nas últimas décadas do século XIX, de trabalhos escravo e livre assalariado (meias e jornaleiros), contribuindo ainda mais para evidenciar as contradições da formação do capitalismo brasileiro. Pressões externas e internas, exercidas por grupos liberais mais radicais contribuíram para a assinatura da Lei Áurea de 1888. Para Mazzeo (1988), o problema da mão-de-obra aparece concomitantemente à produção cafeeira, uma vez que os escravos que existiam no interior do país não eram suficientes para atender às demandas criadas por essa nova atividade produtiva. Fernandes assinala que

[...] esses fazendeiros eram, impropriamente falando, absentistas e logravam maior penetração na realidade econômica em virtude da participação de papéis especificamente capitalistas no setor urbano-comercial e financeiro. Tiveram a coragem de romper com o bloqueio estamental tanto ao nível do

seu comportamento econômico como e enquanto agentes da produção agrária, quanto em relação ao estilo de engolfamento nas oportunidades econômicas criadas pelo desenvolvimento urbano. Procuram intensificar o trabalho escravo ou combiná-lo ao trabalho livre, tentando promover a substituição paulatina daquele; concomitantemente, eliminaram todos os custos diretos ou indiretos, visíveis ou invisíveis com que a ordem senhorial onerava a produção agrícola; substituíram ou aperfeiçoaram as técnicas agrícolas; ao mesmo tempo, modernizaram os transportes; e separaram o lar senhorial da unidade de produção, removendo os fatores de redução da produtividade que provinham das técnicas de organização e de dominação patrimonialistas da produção (2005, p. 135).

Assim, o primeiro quartel do século XX não trouxe grandes novidades para Vitória da Conquista, mas, à medida que se aproximavam meados do século, a condição de entreposto era consolidada. Isso ficara particularmente evidenciado na segunda metade da década de 1920. Segundo Prado Jr. (2006) a abolição do sistema escravagista e a questão da imigração europeia no Brasil referem-se a dois aspectos de um mesmo processo que é a

grande transformação do regime de trabalho no país. Notemos, antes de mais nada, que a imigração européia do séc. XIX representa para o Brasil um tipo original de corrente povoadora. [...]. A corrente demográfica que ora nos interessa será constituída de trabalhadores braçais de origem européia, cujo afluxo e fixação no país serão provocados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra.

Em síntese, a questão da formação e consolidação do capitalismo competitivo no Brasil perpassa por duas questões essenciais. A primeira diz respeito às transformações na base econômica da sociedade, sobretudo no que concerne à transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre assalariado. A segunda, não menos importante, refere-se ao deslocamento, no plano do poder político, das classes dominantes fundadas no latifúndio do nordeste brasileiro, para a região Sul do Brasil, conforme ressalta Mazzeo (1988), vinculando-se aos barões do café. O regime instaurado no Brasil a partir de então, resultante do complexo processo histórico aqui abordado resumidamente, dispõe das condições necessárias para o seu livre desenvolvimento, na condição de desenvolvimento desigual e combinado, para florescer no seio do capitalismo mundial. Assim, as contradições herdadas do regime senhorial precedente são, pelo capitalismo competitivo, incorporadas e transformadas.

Deste modo, velhos problemas sociais permanecem e novos surgem, afinal, a “passagem” para o capitalismo preserva as características inerentes a tal sistema produtivo, e, no caso do Brasil, conserva os padrões, os valores do regime senhorial, constituindo uma burguesia autocrática (FERNANDES, 2005). Como resultado das contradições emergidas da nova ordem estabelecida, o operariado é inserido no cenário histórico-social constituindo-se,

aceleradamente, na categoria histórica-universal no interior da sociedade brasileira, ganhando visibilidade, após as numerosas lutas travadas no seio da Primeira República<sup>14</sup>, sobretudo a partir do primeiro quartel do século XX. Esse processo de consolidação do capitalismo competitivo desemboca na reorientação da formação capitalista do Brasil a partir da Revolução de 1930, na qual setores progressistas interessados em modernizar a economia a partir do ímpeto à industrialização tomam o controle do Estado.

Almejando substituir, paulatinamente, as atividades produtivas primárias voltadas para a exportação, por indústrias que modernizariam o país segundo os imperativos do capital, esse processo só pode ser compreendido se vinculado à crise econômica mundial emergida no início do segundo quartel do século XX que, conseqüentemente, produziu a necessidade de reorientação das forças produtivas para outros setores da economia, até hoje não concretizada totalmente. Neste sentido, muito embora

O predomínio dos interesses agrário-comerciais, de início, pôs certos obstáculos a esse processo. No entanto, a Revolução de 1930 indica que ele já se havia aprofundado e difundido seriamente, muito antes que os interesses industriais e financeiros lograssem a predominância relativa que iriam alcançar com o Estado Novo e, especialmente, durante e após a Segunda Guerra Mundial. A burguesia, que fora um resíduo social e mais tarde, um estrato pulverizado e disperso na sociedade brasileira, que se perdia nos estamentos intermediários e imitava servilmente a aristocracia, ganha sua fisionomia típica e se impõe como um corpo social organizado, que constitui a cúpula da sociedade de classes e sua grande força socioeconômica, cultural e política (FERNANDES, 2005, p. 362).

Assim, a consolidação da revolução burguesa no Brasil e sua perspectiva de modernização econômica lançou novas expectativas para a burguesia brasileira, intensificando as contradições sociais no capitalismo competitivo que logo desenvolveria os monopólios.

Essa breve exposição sobre a “evolução” da situação histórico-social e econômica do Brasil como um todo, importa para nossa análise aqui desenvolvida na medida em que introduz as condições gerais de transição para o capitalismo competitivo na esfera do complexo urbano-comercial e permite compreender o contexto da suplantação, em Vitória da Conquista, da economia denominada tradicional para uma economia de mercado. Nesse sentido, os elementos que, predominantemente, foram responsáveis pela modernização econômica do país, demoraram muito tempo para transformar a estrutura econômica local.

---

<sup>14</sup> A literatura que trabalha com a formação da classe trabalhadora brasileira durante a Primeira República é bastante vasta e rica. Entre os autores que podem contribuir para o entendimento desse período histórico estão Carone (1989), que analisa a organização da classe a partir da formação do PCB, e Batalha (2000), que discute as características, ideologias e organização da classe operária brasileira no período.

### 2.3 VITÓRIA DA CONQUISTA NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO DA ECONOMIA TRADICIONAL PARA O CAPITALISMO CONCORRENCIAL

Vitória da Conquista, na passagem do século XIX para o XX, mesmo em decorrência da implantação da República, não é modificada estruturalmente em seus aspectos sócio-político e econômico, apesar de passar por efervescências artístico-culturais e administrativas. Considerada importante para os padrões da época, a partir da década de 1920 destacava-se por seu comércio, mesmo que incipiente, de produtos agrícolas e pecuários, tendo anexado dezesseis distritos à sua sede (PMVC, 2014).

Vários grupos políticos desenvolviam embates a partir da necessidade que sentiam de ocupar o aparelho de Estado no âmbito local, uma vez que os órgãos do Executivo gestavam e executavam o orçamento municipal de forma patrimonialista, fruto da alentada herança colonial. Esse aspecto que marcou a realidade brasileira durante toda a Primeira República (e a transcendeu), caracterizado pelo Coronelismo, resvala indubitavelmente com maior intensidade também nos estados no nordeste inserindo Vitória da Conquista neste contexto mais amplo. Em linhas gerais, o *status* social proveniente do latifúndio que garantia a tais coronéis o monopólio do poder econômico – a despeito do paulatino desenvolvimento do complexo urbano-comercial no Brasil –, atrelava-se de forma mais direta e incisiva ao poder político objetivando beneficiar parentes, amigos e “seus interesses [particulares], oprimindo as pessoas, estabelecendo laços de compadrio para melhor assegurar-se do controle de pessoas” (MEDEIROS, 2009b).

Esse fenômeno (o coronelismo) marcou profundamente a história política de Vitória da Conquista, atingindo, direta e indiretamente, todos os aspectos de sua vida social. Exemplo disso foi o conflito entre “Meletes e Peduros” (ver Medeiros (2009c)) que inseria uma “grande e numerosa família” na disputa pelo poder político. No entanto, muitos foram os desmandos cometidos pelos grupos dominantes que se revezavam no poder e arrastava parte da sociedade que apoiava um ou outro grupo pela mediação da coerção e da troca de favores. Segundo Medeiros na “política” coronelista,

O coronel era o chefe de uma grande parentela ou a esta estava vinculada por laços de casamento. Geralmente possuía terra, tropa e o armazém principal da localidade. Os cargos públicos municipais eram distribuídos entre seus parente, “compadres” e amigos, e os cargos estaduais (que eram conhecidos popularmente por posições) eram igualmente preenchidos por seus parentes, aderentes e amigos. A política do coronelismo não distinguia interesses público do interesse privado. Governava o município como se fosse extensão de sua casa, pois os interesses do seu grupo predominavam sobre os interesses gerais da sociedade (2009b, p. 1).

É importante evidenciar, neste sentido, que a administração pública era realizada nos moldes da administração privada pelos coronéis locais. Deste modo, muito embora do ponto de vista legal, determinados recursos, pela mediação do orçamento municipal, fossem destinados à realização de serviços públicos específicos, do ponto de vista real é impossível afirmar se tais investimentos se materializaram ou eram simplesmente desviados para atender a interesses particulares. De qualquer modo, o orçamento votado pelo então Conselho Municipal, em agosto de 1916 para ser executado em 1917, previa gastos com as atividades de competência da administração pública.

A lei nº 17<sup>15</sup>, de agosto de 1916, presumia todas as despesas da Intendência Municipal, desde os gastos com pessoal (determinando o ordenado dos funcionários) até valores a serem gastos com serviços públicos. A lei determinava que, do total da receita municipal de 1917, cujo valor previsto em Réis era de 53:000\$000 (em mil réis), deveria ser destinado à iluminação pública 2:200\$000; a medicamentos para pessoas pobres 200\$000; asseios da cidade e mercados públicos 1.000:000; e obras públicas 9:173\$34. Dentre outras determinações, estes números revelam a existência legal de recursos para investimentos na área urbana, demonstrando demandas específicas. Entrementes, o real destino dos recursos, a esta altura, é quase impossível de ser verificado. Não obstante, evidencia-se a demanda criada pelo próprio poder público municipal no sentido de viabilizar a urbanização, demonstrada pela lei Nº 22, aprovada em 18 de fevereiro de 1917, que estabelecia normas de edificação e estética para as construções, com o seguinte teor:

O Conselho Municipal da cidade de Conquista, usando das atribuições que a lei lhe confere, decreta: Art. 1. Todas as pessoas que, a mais de um ano, tomaram posse para edificação de casas nas ruas e praças desta cidade, fica marcado o prazo de seis meses, contados da data de publicação da presente lei, para iniciarem suas construções, sob a pena de perderem o direito as mesmas posses e sendo dadas a quem quiser fazer edificações. Art. 2. Na praça “Sá Barreto” nenhuma casa será edificada com altura inferior a dezoito palmos... [rasura no documento] [...] (CADERNO DE LEIS E REGULAMENTOS, 1915, p. 24).

A partir da observação desta lei, é possível identificar, desde as primeiras décadas do século XX, certa preocupação com o processo de urbanização da cidade. Um aspecto, no entanto, precisa ser ressaltado, por suas implicações no processo de transição da economia tradicional para a de mercado. Não sabemos ao certo se a aprovação da lei implicou na efetiva doação dos lotes, mas ela comprova que os costumes dados para a cidade estavam muito mais voltados para o valor de uso que para o de troca, corroborando com nossa proposição quanto à

---

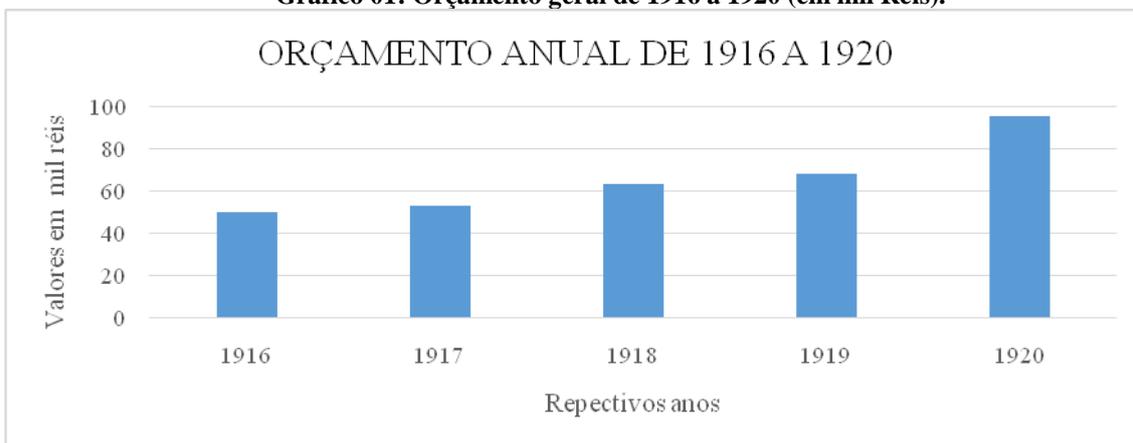
<sup>15</sup> Livro de Leis e Regulamentos de 1915 p. 14.

economia tradicional. Apesar disso, transparece também a tendência à seletividade e, embrionariamente, os primeiros traços de uma segregação socioespacial no perímetro urbano, pois, certamente, o prazo para a realização da edificação constituía empecilho para que os lotes fossem doados indistintamente.

Os primeiros traços mais incisivos, no que concerne às transformações urbanas, no entanto, é verificável a partir da década de 1920, sobretudo sua segunda metade. As estradas para Jequié e Itambé, por exemplo, abertas na década de 20, constituíram-se marcos importantes no processo de urbanização de Vitória da Conquista, mas, sobretudo, na sua afirmação como entreposto e para a posterior consolidação do complexo urbano-comercial. É possível perceber importantes indícios do crescimento econômico de Vitória da Conquista nas décadas de 1910 e 1920 a partir da observação sistemática das leis orçamentárias anuais, uma vez que a forma como a receita era composta revela, ainda que de forma precária, a fonte da renda municipal. Muito embora essas fontes não sejam suficientes para tecermos afirmações categóricas, sobretudo em função da composição social do corpo legislativo – vinculado à herança colonial e ao latifúndio –, não podemos ignorar sua relevância.

Outro elemento a ser ressaltado são os cadernos de leis e regulamentos, cujas peças conservadas encontram-se no Arquivo Público Municipal, apesar de parte não ter sido localizada durante a realização dessa pesquisa. Essa lacuna subjaz em diversos anos de todas as décadas, o que compromete a análise dos dados, apesar de constituir-se indício do crescimento e da transição econômica de Vitória da Conquista. Para resolver, em parte, esta lacuna, recorreremos a alguns jornais que circularam em Conquista no período em questão, levando em conta as evidências ideológicas que representam. Neste sentido, apresentamos o seguinte gráfico representando a arrecadação municipal de 1916 até 1920:

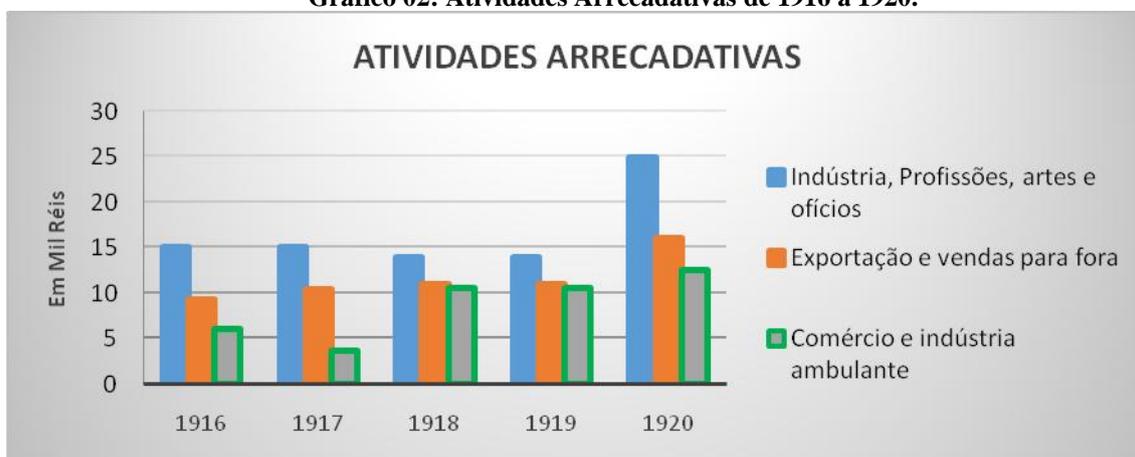
**Gráfico 01: Orçamento geral de 1916 a 1920 (em mil Réis).**



Fonte: Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

Observamos, ano a ano (1916-1920), o crescimento da arrecadação municipal. No que pese as atividades de natureza econômica, muito embora não poderemos trazer todos os dados constituintes da receita municipal, elencamos três elementos que, a nosso juízo, são importantes, na medida em que evidenciam a realização de incipientes atividades econômicas, tais como “indústrias, profissões, artes e ofícios”, “exportação” e “comércio e indústria ambulante”, que desempenharam importante papel na composição da receita municipal, apresentando os seguintes números:

**Gráfico 02: Atividades Arrecadativas de 1916 a 1920.**



Fonte: Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

Como se pode observar, apesar da estagnação evidenciada na arrecadação sobre as atividades industriais e comerciais nos anos de 1918 a 1919 (por razões desconhecidas por nós), podemos afirmar que a arrecadação seguia uma tendência crescente em todas as atividades. Além disso, todas elas, somadas, representam percentual significativo na composição do PIB municipal, cabendo aqui algumas ressalvas. A primeira Constituição Republicana da Bahia, promulgada em 2 de Julho de 1891, estabelece, no Artigo 109, as atribuições dos Conselhos Municipais, instituindo critérios de composição do orçamento anual “Sem prejuízo dos impostos estaduais semelhantes:”

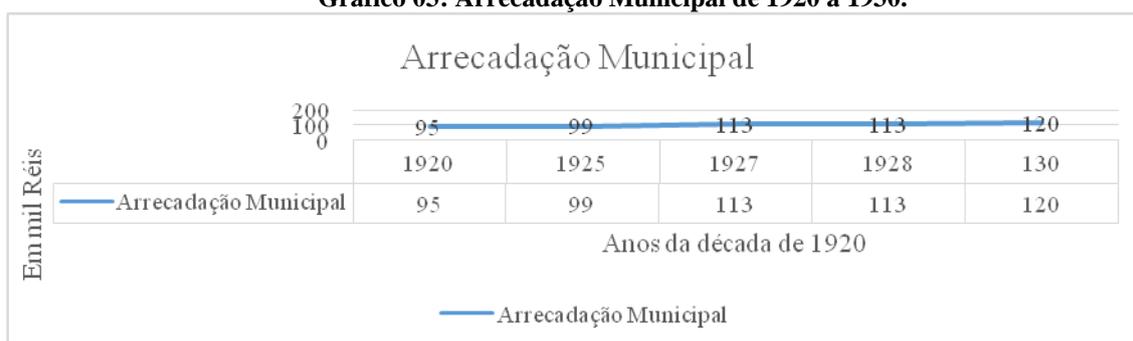
I. Sobre o exercício de artes, indústrias e profissões; II. Sobre o comércio a retalho ou a varejo, em grosso ou por atacado; III. Sobre a viação, navegação e transporte que tenham os seus pontos inicial e terminal dentro do perímetro do município; IV. Sobre a exportação de gêneros ou mercadorias produzidas no município, ou nele beneficiados; sendo absolutamente vedado tributar

gêneros e mercadorias em transitio. (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 1891).

Em nossa pesquisa não encontramos nenhuma menção a repasses realizados, seja pela União ou pelo Estado, para o município. As leis orçamentárias observadas nos referidos anos tampouco especificam qualquer repasse dessa natureza. Isso nos revela duas possibilidades: ou essa informação foi suprimida das leis orçamentárias, ou tais repasses não faziam parte da composição da receita municipal.

O desempenho das atividades evidenciadas no gráfico mostra a existência de uma forma incipiente de comércio, seguindo a tendência nacional de transição para o capitalismo competitivo, que consolidaria, definitivamente, Vitória da Conquista na rota de escoamento de mercadorias nos anos subsequentes. Os dados, no entanto, não revelam um aspecto importante para nossa pesquisa: na virada do século XIX para o XX, conforme mencionamos anteriormente, em decorrência do fim da escravidão formal muitos negros se aglomeraram nos grandes e pequenos núcleos urbanos, não somente dedicando-se à realização de trabalhos diversos fora das fazendas, mas, em muitos casos, desenvolvendo atividades à margem da legalidade. Em suma, os dados demonstram indícios de crescimento da arrecadação e da “economia”, no entanto, não revelam as contradições que subjazem a esse processo. Vejamos um gráfico da arrecadação municipal de quatro anos<sup>16</sup> da segunda metade da década de 1920.

**Gráfico 03: Arrecadação Municipal de 1920 à 1930.**



Fonte: Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

Como se pode conferir, a década de 1920 apresenta mudanças – sobretudo na segunda metade –, não somente evidenciadas no crescimento da arrecadação municipal, mas também na estrutura e composição social urbana que constituem o substrato material para as

<sup>16</sup> As lacunas existentes – de 1921 a 1924, 1926 e 1929 – resultam da não localização, durante a realização da pesquisa, das respectivas leis orçamentárias.

transformações históricas concretizadas posteriormente, principalmente para a consolidação do modo de produção capitalista pela mediação do complexo urbano-comercial e suas contradições internas.

A abertura de estradas de rodagem propiciou o intercâmbio social pela mediação das relações comerciais entre diversos municípios fronteiriços, consolidando a posição de Vitória da Conquista enquanto entreposto e incrementando suas atividades econômicas, ao mesmo tempo em que possibilitou o aumento do fluxo de pessoas nos anos que se seguiram. Uma pequena parcela da sociedade conquistense, entusiasmada e beneficiada com as mudanças em curso, não tardou a utilizar seu veículo de comunicação para aviltar, ainda em 1926, a chegada do “progresso” – leia-se implementação gradativa das condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo – produzia a seguinte notícia:

[...] A Conquista, agora, acorda do seu somno secular e, risonha vae pateteando aos que a contemplam os seus múltiplos e inexoráveis thesouros [...]. A Conquista, por si mesma, ou melhor pelo elogiável esforço dos seus habitantes irá se *tornando* maior, desenvolvendo-se material e intellectualmente. A organização da empresa que vae construir uma estrada de rodagem ligando esta cidade á de Jequié é um attestado evidente de que o povo de Conquista já está cansado de esperar que os governos federal e estadual delle se lembram [...]. Se assim nos expressamos é porque vemos que o projecto de construcção da estrada não é um mero desejo de capitalistas que antevém o aumento rápido de sua fortuna e sim – verdade bellissima! – obra exclusiva do patriotismo de distintos cidadãos, uns filhos de Conquista outros aqui residentes, que antevêm, não a duplicação de sua fortuna, mas o engrandecimento extraordinário, rápido, da terra onde vivem (A SEMANA, 1926, p. 1).

O que a fonte não revela é quem são esses “cidadãos” desinteressados – nativos e imigrantes – em aumentar rapidamente sua fortuna, cidadãos de *virtú* que dominaram a fortuna, esperando sapientemente o momento oportuno para potencializar prudentemente seus investimentos (a fortuna que se conjuga a *virtú* diria Maquiavel (2008)), que abriram mão dos interesses particulares em prol dos gerais. Entrementes, as entrelinhas revelam ser uma pequena parcela de “distintos cidadãos” pertencentes à classe dominante que se beneficiariam economicamente com essas transformações. Portanto se, por um lado, os jornais que circulavam à época constituíam instrumentos ideológicos através dos quais as classes dominantes difundiam sua visão de mundo, por outro constituem indícios que nos permitem compreender, de forma estrita, o processo de transição econômica experienciado em Vitória da Conquista. Apesar de representarem as respectivas facções políticas que monopolizavam os meios de comunicação como instrumentos de veiculação ideológica, não podem ser

ignorados, uma vez que trazem os vestígios de “modernização” que, paulatinamente, se materializavam.

Os gráficos apresentados mostram, apesar das limitações, o crescimento na arrecadação municipal; as fontes jornalísticas lisonjeiam o entusiasmo da classe dominante com o “progresso”. As informações explicitadas, por fim, nos permitem tecer duas inferências: o crescimento da arrecadação municipal pode ter sido proveniente de duas fontes (do crescimento populacional, que implica também no aumento de profissionais desenvolvendo atividades taxadas pelo poder público municipal em função do crescimento da demanda) e das atividades econômicas e demais fontes de taxaço, sendo que uma não exclui a outra. Os dados que possuímos, relativos à segunda metade da década de 1920, não nos permitem afirmar nenhuma das possibilidades, muito embora a segunda fonte revele indícios de crescimento populacional proveniente da imigração.

A abertura de novas estradas de rodagens, amplamente difundida pelas classes dominantes em seus respectivos jornais, permitiu a gradativa inserção de Vitória da Conquista no circuito nacional de circulação de mercadorias, possibilitando o intercâmbio material com outras cidades e estados. O entusiasmo chegava a tal ponto que, na edição de 31 dezembro de 1926, o jornal *A Semana* estampa em sua manchete: “As portas de Conquista abertas ao mundo”, afiançado que

A Empresa Rodoviária Conquistense dotando a Conquista com os importantíssimos melhoramentos – a estrada de rodagem abre-nos aporta, de par em par, do grande mundo. As vantagens que hão de provir deste tão agigantado passo não podem ser consideradas em ligeiras palavras nem cabem na estreiteza d’esta columna. Certo é que a nossa terra alcançara, logo após a inauguração da rodovia, aquilo que não conseguir obter em todo o seu primeiro século de vida. (1926, p. 4).

No mesmo espírito positivista, em junho de 1927, afirmava:

O progresso é uma lei imposta os povos justamente quando o sopro da civilização irrompe impetuoso abrangendo e fazendo despertar as energias de gerações que levantam soberanas aos rufos dos tambores da evolução. A nossa terra felizmente, não estacionou, não adormeceu aos toques de alerta dos povos que vibram e que vivem pelo trabalho e pelo esforço. A prova provada do que afirmamos tivemos-la no dia 14 do corrente mez, quando a Conquista despertou para assistir a inauguração do trecho de estrada de rodagem que liga está cidade a prospera e futa [...] <sup>17</sup>rosa villa de Poçoões (1927, p. 1).

---

<sup>17</sup>Documento rasurado.

Inúmeros outros exemplos poderiam ser aqui inseridos, mas acreditamos que este esforço é desnecessário para o nosso objetivo. Compete evidenciar, no entanto, a diligência realizada pela classe dominante no sentido de fazer crer que a abertura de novas estradas de rodagens representava a chegada do impetuoso “progresso”, muito embora em nenhum momento as contradições sociais fossem evidenciadas. A própria construção das estradas de rodagens, realizada com a força de trabalho de operários sequer é mencionada, como se elas tivessem sido construídas através de passes de mágica. Entrementes, os veículos de comunicação cumpriam seu papel mistificador da realidade.

Nessa perspectiva, os “cidadãos” de *virtú* estavam mesmo interessados na fortuna, pois a abertura de novas estradas de rodagens possibilitava e trazia a esperança de que volumosos negócios pudessem emergir dessa nova realidade. Isso fica evidente, por exemplo, na notícia veiculada n’*A Semana*, afirmando que a construção da estrada de rodagem Itabuna – Conquista representava “um empreendimento de grande alcance, não resta dúvida, que lucros recompensáveis trará aos cofres estadoaes não falando no beneficiamento na zona sem contestação, a mais rica e mais prodigiosa do Estado” (A SEMANA, 1928, p. 4), fazendo alusão também à possibilidade de diminuir a emigração do nordeste para o sul do país. Na visão dessa classe dominante local seria melhor que os sertanejos fossem explorados por aqui mesmo, ao invés de venderem sua força de trabalho e criar riqueza no sul do país. A perspectiva era que a abertura de novas estradas de rodagens pudessem avolumar as atividades comerciais em Vitória da Conquista e intensificar o processo de exploração da classe trabalhadora, proletarizando os camponeses e incluindo-os, pouco a pouco, no circuito do capitalismo competitivo.

Evidencia-se que os jornais do período noticiavam as mais diversificadas informações que representavam algum tipo de “progresso” com alvoroço sem igual. Foi assim, por exemplo, a chegada do Juiz de Direito, em 1924; a inauguração do Telegrafo e da Rádio Clube de Conquista, noticiadas em 1926, entre diversas outras. Deste modo, a análise das fontes demonstra que a década de 1920 constituiu-se um período importante na transição da economia do tipo tradicional para o capitalismo competitivo, sobretudo, em sua vertente comercial. A abertura de novas estradas de rodagens propiciava a ligação entre Vitória da Conquista e diversas outras cidades e estados conforme mencionamos, representando, objetivamente, a possibilidade de incremento nas relações comerciais, ampliando, assim, o fluxo de mercadorias e pessoas e, em contrapartida, das contradições inerentes ao capitalismo.

Destoamos, neste sentido, do que afirma a maioria dos estudiosos de história de Conquista (MEDEIROS, 1977a; TANAJURA, 1994; PIRES, 2003) ao estabelecerem como marco temporal de transição entre a economia tradicional e as atividades econômicas modernas a década de 1940. Com base nas fontes, acreditamos que o crescimento econômico, populacional e as paulatinas reformas urbanas objetivando adequar a cidade às novas demandas do imperativo do capital começaram a ser implementados na década de 1920, quando processos lentos e graduais de suplantação dos valores tradicionais e da racionalidade liberal-conservadora no seio da classe dominante existente, aos poucos vão sendo superados diante da nova objetividade histórica. Entendemos que não é na década de 1940 que se inicia o processo de transição da economia tradicional para o capitalismo concorrencial. Entrementes, sem dúvidas, é nela que se intensifica a urbanização e o crescimento econômico e populacional. Para nós, o marco de transição para o capitalismo concorrencial em Vitória da Conquista é, definitivamente, iniciado na segunda metade da década 1920, período no qual é notório o crescimento econômico da cidade assim como a gradativa implementação de atividades econômicas, sobretudo de cunho comercial e de prestação de serviços. Nesse sentido, a condição de entreposto, galgada em tempos muito remotos por Vitória da Conquista, constituiu o substrato material que permitiu a reafirmação dessa condição em sua dimensão comercial, inserindo-a, definitivamente, no circuito do capitalismo nacional e mundial. Portanto, a abertura de estradas de rodagens que materializaram as diversas ligações entre Vitória da Conquista e outras cidades e estados colocava-a como *locus* privilegiado da circulação de mercadorias e, portanto, de capital, atraindo novos investimentos e fomentando o espírito empreendedor dos capitalistas individuais. As estradas de rodagens constituíram, neste sentido, o elemento crucial para o ulterior desenvolvimento do complexo urbano-comercial, aumentando o fluxo de mercadoria e pessoas – em uma relação fetichizada – conforme afirmamos anteriormente.

Essa fase, evidentemente, caracterizou-se pela existência de diversos armazéns privados responsáveis por atividades comerciais não somente no abastecimento interno de Vitória da Conquista, mas também das diversas vilas e cidades de porte menor, que dependiam das relações mercantis aqui desenvolvidas para seu provimento. De tal modo, a cidade era, à época – e continua a ser – também centro de distribuição e abastecimento das cidades vizinhas, desempenhando, um papel preponderante para o capital realizar a mais-valia. Esta afirmação pode ser evidenciada nos diversos anúncios de caráter publicitário

veiculados nos jornais conquistenses do período. Com base nesses anúncios listamos abaixo alguns dos estabelecimentos comerciais que atuavam em Vitória da Conquista, sendo:

1. Policlínica Dr. Carlos A. Leony;
2. Cirurgião Dentista - Amphilophio Pedral Sampaio;
3. Casa Florence;
4. Westphalen Bach & Cia – agente em Conquista – loja de miudezas;
5. Alfaiataria Moreira – vestuário;
6. Loja Amorim – fazendas, miudezas, calçados, chapéis etc.;
7. Loja Esperança - fazendas, miudezas, calçados, chapéis etc.;
8. Albino Ruas e Cia – armazém de fazendas em grosso – agente em conquista;
9. Clínica Médica – Cirúrgica Dr. Apparicio Couto Moreira;
10. Clínica do Dr. Regis Pacheco;
11. Loja Brasil - fazendas, miudezas, calçados, chapéis etc.;
12. Alfaiataria Universal – vestuário;
13. Pharmacia Aurora – drogaria;
14. Casa Americana – estética;
15. Casa Sant’Ana - fazendas, miudezas, calçados, chapéis etc.;
16. Loja do Povo – fazendas, miudezas, calçados, chapéis etc.;

Evidentemente, listamos apenas algumas das casas comerciais que atuavam na “praça” conquistense na década de 1920, muito embora, provavelmente, existissem outras que não anunciavam nos jornais analisados, exercendo outros tipos de atividade comercial para outro público. O que nos permite afirmar isto consta no jornal *A Notícia* de 1921, quando apresenta a listagem da “Collectoria Estadual de Conquista”, veiculada pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia para estabelecimentos que comercializavam “cigarros, sal, açúcar, cachaça, álcool, vinho, cerveja ou qualquer bebida alcoólica ou fermentada, gasosas ou bebidas semelhantes”, no total de 70 estabelecimentos apenas no distrito sede da cidade.

Acreditamos, portanto, que esse processo de transição da economia tradicional para o capitalismo concorrencial iniciado na segunda metade de 1920 se concretiza, definitivamente, na década de 1960, fortemente respaldado pela abertura da estrada de rodagem Rio – Bahia, que consolida uma tendência em curso desde finais dos anos 1920. Neste sentido, apesar da crise econômica que atingiu o mundo ocidental no final da década mencionada, Vitória da Conquista continuou a crescer populacional e economicamente, estabelecendo relações com novas cidades e seguindo o caminho da consolidação como polo de circulação, distribuição e realização de mais-valia, contribuindo, portanto, para o processo de acumulação local, nacional e internacional, entre produção e consumo (mais neste que naquela).

## 2.4 RUPTURAS E CONTINUIDADES NO SEGUNDO QUARTEL DO SÉCULO XX

A década de 1930 é recebida de forma entusiasmada local e nacionalmente, precedida por grandes esperanças políticas e econômicas. No cenário nacional, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder reavivou as expectativas para os signatários da democracia burguesa, representando a possibilidade de amenizar os estragos causados pela crise econômica 1929 a 1933, mas também a expectativa de dar um salto à frente em relação a toda tradição econômica vigente no Brasil até então. Foi, de fato, o primeiro esforço sistemático no sentido de implementar reformas tanto políticas<sup>18</sup> quanto econômicas, que pudessem inserir definitivamente o Brasil no circuito do capitalismo moderno, cuja matriz elementar da economia fosse a produção industrial de bens de consumo e de capital, e não somente a agroexportadora.

Entrementes, acreditar que um homem que personificou os interesses da burguesia industrial pudesse pôr fim a uma crise econômica que atingiu quase todo o mundo era, no mínimo, ingenuidade, uma vez que o Brasil constituía apenas parte de uma totalidade ainda maior, mais complexa e totalmente articulada em uma relação desigual e combinada. Efetivamente, a “Revolução de 1930” não materializou nenhuma revolução social que tenha transformado de modo substancial a estrutura da sociedade. Por outro lado, no que se refere à necessidade do capital internacional e aos interesses da burguesia nacional, o Estado que emergiu nos anos que se seguiram representou

Uma ruptura política e, também, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores. Aliás, é o próprio Estado oligárquico que rompe internamente, pela impossibilidade de acomodarem as tensões e conciliarem-se os contrários liberados pela crise política e econômica mundial e interna (IANNI, 1977, p. 18).

Em outras palavras Oliveira afirma que

A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizara é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulação dos fatores, entre os

---

<sup>18</sup> As reformas políticas às quais nos referimos se sobressaem no âmbito político-administrativo e institucional. Já a estrutural social e a autocrática da burguesia brasileira permaneceu inalterada por muito tempo.

quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadora e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (2013, p. 35).

Neste contexto, os cenários político e econômico sofreram alterações significativas. No primeiro caso, a correlação de forças entre aristocracia agrária e a burguesia industrial (duas frações da mesma classe dominante) sofreu modificações expressivas no centro gravitacional, passando a ser, gradativamente, protagonizado por esta última. No segundo caso, assumir o controle do poder político proporcionou controlar instâncias técnico-administrativas que redirecionaram as potencialidades do estado para realizar investimentos na economia nacional priorizando atividades urbanas industriais.

As transformações na estrutura econômica e política do país, ao contrário do que se possa imaginar, não negavam o modelo econômico, social e político estabelecido mundialmente, mas objetivavam o fortalecimento das atividades econômicas e a eficácia do controle político da burguesia nacional num modelo que ficou conhecido por nacional-desenvolvimentismo, tentativa de criar uma concorrência entre as burguesias nacional e internacional – esta última sob a égide do imperialismo. Sobre esse aspecto, Ianni afirma que,

[...] nos anos de 1930-1945, o governo federal criou missões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações, e formulou planos. [...]. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro (1977, p. 22).

Para Mazzeo,

O Estado que emergira após 1930, mais intervencionista e centralizador, representará, objetivamente, as necessidades de reordenamento geral do capitalismo. O Estado, desse modo, chama para si as tarefas que uma frágil burguesia não pode realizar por suas próprias pernas, isto é, edificar as bases para uma industrialização massiva que pudesse gerar também um proletariado moderno (1988, p. 33-34).

Para além das mudanças que atingiram os diversos complexos sociais, engendradas sem alterar substantivamente a ordem estabelecida, outro elemento precisa ser apontado: o Estado emergido no pós-1930 foi, sistematicamente, mais interventor e mais burocrático que o anterior, expandindo e aperfeiçoando não somente os mecanismos da administração pública, mas também exercendo um forte controle social – atingindo partidos políticos, sindicatos e

outras organizações sociais. Esse aspecto não ficou manifesto somente nos órgãos federais, mas também nos estaduais e municipais.

É verdade que as transformações vivenciadas nos centros urbanos mais adensados demoravam a chegar aos municípios, comparativamente às modificações na burocracia estatal produzida nos governos Federal e Estadual de onde era exercido diretamente o poder político institucional, bem como de onde provinham as diretrizes do nacional-desenvolvimentismo.

Vitória da Conquista, por sua vez, não ficou fora desse “impulso progressista” e das movimentações políticas que tomaram o país com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Uma breve observação nos jornais da época permitem avaliar como as notícias foram recebidas, assimiladas e difundidas nesta cidade<sup>19</sup>. Nota-se que os investimentos protagonizados pelo Estado buscaram coadunar com as potencialidades econômicas existentes, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação de atividades vinculadas ao complexo urbano-comercial. Nota-se que a efervescência política, econômica e cultural decorrente dos acontecimentos nacionais não passaram despercebidas. Em 8 de Julho de 1934, por exemplo, *O Combate* estampa o seguinte clamor: “Pelo tiro de guerra 382: um apelo ao comércio”, ressaltando a estreiteza entre as atividades comerciais e a existência de um poder militar que pudesse assegurar a tranquilidade dos comerciantes. Neste sentido, propõe que

É o comércio sem dúvida, quem mais tem a lucrar com a arregimentação aqui, do Tiro de Guerra. Essas instituições militares além de dar aos moços a instrução necessária para o fortalecimento da Pátria, traz as localidades onde se estabelecem, uma segurança maior a ordem e a tranquilidade pública. E é ao comércio maximé, a quem aproveita, já pela segurança que lhe traz, já pela concorrência de mais uma corporação de obrigatórios fregueses. Pensamos que o comercio não negara o seu auxílio a tão útil quão digno empreendimento (1934, p. 4).

Fica evidente que o crescimento do comércio em Conquista trouxe consigo outros imperativos estruturais para o estabelecimento da própria atividade econômica. Assegurar a tranquilidade comunitária, sobretudo, garantir fleuma para perpetuar as atividades comerciais, afiançando a intocabilidade da propriedade privada, certamente era interesse dos comerciantes. Enquanto representante legítimo dos interesses da classe dominante local que se beneficiaria com a implantação de um grupamento militar em Vitória da Conquista, o referido jornal desempenhou seu papel no sentido de “formar” a opinião pública. O que o jornal não aborda – nem poderia enquanto representação dos interesses de classe – são as

---

<sup>19</sup> Por não ser este o nosso objetivo não adentrarmos nas especificidades da história política de Vitória da Conquista.

causas da violência urbana, estritamente articulada e consequência do processo de marginalização, herança do passado colonial, mas também resultante do desenvolvimento de relações tipicamente capitalistas, que não só mantem uma certa dependência do exército de reserva, mas também constitui o substrato para movimentar e legitimar outros setores da economia.

Em 21 de Abril de 1935, *O Combate* estampa outra manchete: “Ameaçada em seus fundamentos a companhia rodoviária de Conquistense: querem gratuito o pedágio da rodoviária” afirmando, dentre outras coisas que

É a Rodovia Conquista – Jequié, que se deve haver já, nesta zona, cinco importantes fábricas de manteiga, estando a fundarem-se mais uma de manteiga e outra de banha. É a Rodoviária conquistense que se deve aqui a exploração da indústria de laticínios, antes dela, impraticável por falta de transporte. É a essa rodoviária que devemos a maior expansão do nosso comércio, o melhoramento da pecuária e o encorajamento à lavoura. A própria cidade, enfim, tem tomado novo aspecto, tem-se desenvolvido, tem-se modernizado, depois que se achou sob a seção dessa importante via de transporte (1935, p. 1).

A leitura da matéria completa nos permite evidenciar que a rodovia não representava apenas a viabilidade técnica para intensificação da circulação de mercadorias e aumentar o fluxo de pessoas entre os estados e municípios, mas dali advinha também recursos tanto para a referida empresa quanto para a Prefeitura Municipal, contribuindo, portanto, na modalidade “taxas rodoviárias” para composição da receita do município. Não poderíamos deixar de notar como os interesses da classe dominante local eram peremptoriamente defendidos pelos seus respectivos órgãos de imprensa, que não mediam esforços para viabiliza a continuidade da fonte de lucro. Com este objetivo à existência da rodovia era atribuída toda sorte de crescimento econômico, seja no âmbito comercial, industrial ou agrícola. Em 11 de Agosto do mesmo ano outra notícia exaltava o crescimento econômico de Vitória da Conquista. Sob a manchete “A nossa indústria de laticínios”, *O Combate* trazia a seguinte notícia:

Já temos na comarca 5 fábricas de manteigas. A *indústria* de leite, aqui há muito tempo tratada por processos rotineiros, inexplorada pode-se dizer, numa região onde a criação de gado bovino é “avantajada”, graças a Rodovia Conquista – Jequié, tem se desenvolvido dentro nos modernos sistemas e em marcha progressista neste último lastro (1935, p. 3).

É no mesmo espírito “progressista”, rumo à ampliação e consolidação das relações tipicamente capitalistas que adentramos na década de 1940. Esse alvoroço de desenvolvimento está intrinsecamente ligado às políticas do Governo Vargas que, desde o seu

início, vislumbrava a possibilidade de ampliar o consumo interno e impulsionar a produção de bens de consumo e de capital da indústria nacional.

A efetivação do plano implicou integração entre estados e municípios enquanto imperativo da própria circulação, cujas dificuldades comprometiam a criação de um mercado consumidor interno capaz de realizar a mais-valia a contento para os setores industriais, que se tornou imprescindível à integração dos mercados nacionais. Deste modo, a mediação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), criado em 1937 pelo Estado Novo, cujo Fundo Rodoviário Nacional destinava-se a objetivar ligações entre os estados em curso de industrialização – sobretudo do Sudeste brasileiro –, se tornou fundamental.

A abertura de estradas de rodagem ganha importância expressiva inserida neste contexto maior, vinculada às necessidades socio-reprodutivas do capital, operando transformações gradativas, mas profundas na infraestrutura até então existente, viabilizando a ampliação das condições imprescindíveis à reprodução capitalista. Nesse sentido, “trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma *realização parcial interna crescente*” (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Em decorrência desse processo, Vitória da Conquista amplia suas ligações com outras cidades e estados, promovendo um crescimento gradativo do perímetro urbano, a despeito da predominância campestre da população. Entretanto, a análise do Livro de Lançamentos da Décima Urbana de 1930 evidencia a existência de aproximadamente 50 arruamentos cujas casas somadas totalizam quase 900 unidades no referido ano.

Neste processo inicial de ampliação gradativa do espaço urbano, percebemos um elemento bastante significativo. O mesmo livro de Lançamento da Décima Urbana supracitado evidencia que algumas unidades imobiliárias existentes no núcleo da cidade pertenciam aos mesmos proprietários. Demonstra, então, haver concentração de bens imóveis nas mãos de determinadas famílias. A título de exemplo apenas citemos o caso do cidadão José Maximiliano Fernandes de Oliveira, que possuía quatro unidades imobiliárias na Praça 15 de novembro. Em 1938, encontramos o seguinte requerimento enviado ao então prefeito municipal:

Manoel Cândido da Silva, abaixo assinado, proprietário das casas nº 19 sitas a Praça 15 de Novembro, nº 2 sita a rua do Lisboa e ns. 2, 3 e 4 sita a rua da Caixa d'água nesta cidade, achando-se prejudicado com os lançamentos de décimas taxados s/ as mesmas, como prova com os recibos de locação, anexos a estes, vem mui respeitosamente pedir a V.Sa. que se digne de reduzir os referidos lançamentos, tomando por base o valor locativo das

propriedades acima, como de lei. Confiando no espírito de justiça de V.Sa. E. deferimento (SILVA, 1938, p. 1).

A informação fornecida pelo fiscal para subsidiar a decisão do prefeito constante no requerimento é particularmente interessante por trazer o seguinte aviso:

Informo que a casa N° 19 sita a Praça 15 de Novembro está alugada à 180\$000 por mês, e o prefeito reduziu para 150\$000 por mês. O N° 2 a rua do Lisboa está alugado a 15\$000 por mês, a N° 2 da rua da Caixa d'água a 8\$000, a N° 3 da mesma rua, a 10\$000 e a N° 4 a 8\$000 (SILVA, 1938, p. 2).

As citações não somente demonstram a concentração de unidades imobiliárias nas mãos de poucos proprietários, mas evidenciam a existência de exploração imobiliária, revelando, desde já, o usufruto de rendimentos advindos de aluguéis urbanos por uma parcela da classe dominante, contando com a complacência do poder público para viabilizar a diminuição dos impostos e maximizar a acumulação. Com o mesmo teor deste, poderíamos citar diversos outros requerimentos, entretanto, para nosso objetivo é suficiente afirmar que, juntamente com o desenvolvimento das relações tipicamente capitalistas, incorre formas embrionárias diversas de aplicação e exploração capitalista como a especulação imobiliária.

Compete salientar, ainda, que, além de parte da receita municipal ser constituída de impostos incidentes sobre bens imóveis urbanos (décima urbana) que se ampliava à medida que adentrávamos os segundo e terceiro quartel do século XX, a criação das condições objetivas para o pleno desenvolvimento do capitalismo que perdurou toda primeira metade do referido século, ocorreu em concomitância com processos de transformação no aspecto urbano da cidade.

As décadas de 1920 e 30 nos legaram registros fotográficos que constituem fontes indispensáveis para se analisar o aspecto urbano de Vitória da Conquista, mas também ter uma dimensão aproximada das atividades comerciais desenvolvidas à época. Com este intento, evocamos duas fotografias que contemplam o período de 20 anos. São elas:



Foto 01: Rua Grande em dia de Feira Foto 02:

Fonte: MEDEIROS, 2005.

Vista panorâmica da rua grande

Não se sabe exatamente a data exata em que as fotografias foram tiradas. No entanto, elas permitem-nos avaliar que, no primeiro caso, o desempenho de atividades comerciais em dias de feira – provavelmente o momento em que parte da população rural deslocava-se para a feira a fim de comercializar seu excedente de produção, mas também adquirir outras mercadorias – envolvendo grandes contingentes; no segundo, uma visão panorâmica do núcleo urbano mais central nos permite conceber a dimensão do município à época.

Relativo a esse aspecto, em Relatório do Plano Diretor Urbano – RPDU – enviado a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista em 1975, resultado de estudo realizado pela Universidade Federal da Bahia através de mediação do Serviço de Assessoria em Arquitetura e Urbanismo – SAAU – do Departamento III da Faculdade de Arquitetura, referindo-se ao período em questão consta a seguinte análise:

Vitória da Conquista desde a sua origem consta como cidade de passagem e polo de ligação intermunicipal. O crescimento da cidade deveu-se a fatores de ordem econômica, influenciada pela necessidade de transporte e circulação de mercadorias a nível regional (RPDU, 1975, p. 16).

Essa necessidade de transporte e circulação de mercadorias que culminou em um paulatino processo de desenvolvimento econômico, ampliando o complexo urbano-comercial ocorreu *pari passo* às transformações no espectro urbano de Vitória da Conquista. A informação constante no relatório se sustenta na medida em que o Livro de Lançamento de Impostos de 1930 traz informações nas quais consta que, naquele ano, houve 75 tributações de casas comerciais, 22 das quais dispostas no perímetro urbano. Isso confirma, mesmo de forma bastante incipiente, que Vitória da Conquista já desenvolvia atividades relacionadas ao comércio.

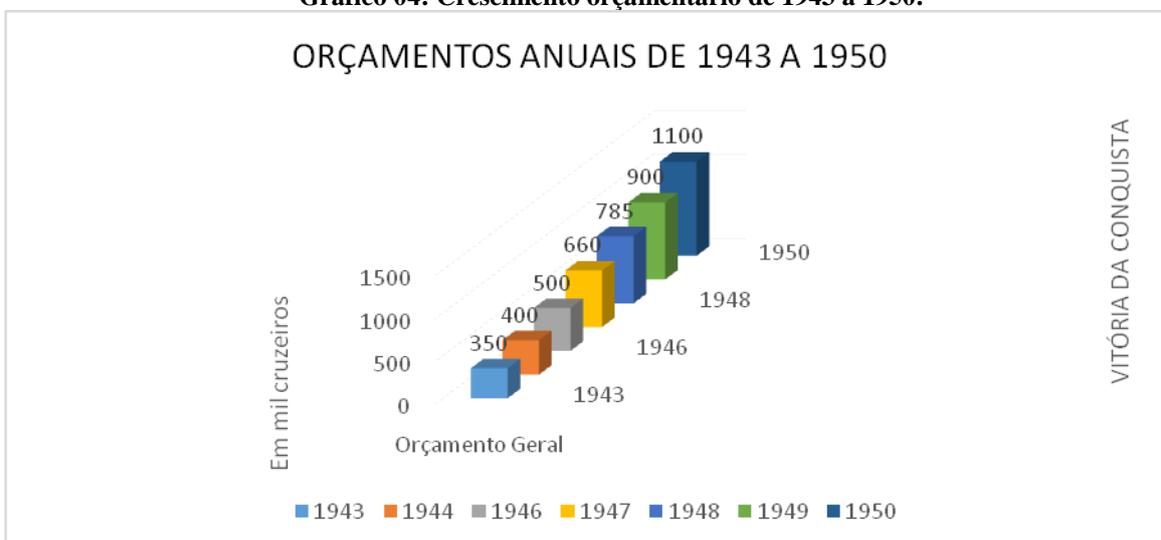
Evidentemente, aqui instala-se uma lacuna difícil de ser sanada. Não sabemos se os números existentes na documentação da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista são condizentes com a realidade. Acreditamos que alguns estabelecimentos comerciais, bem como unidades residenciais, a despeito de todo controle exercido pelo poder público, não tenham sido listados, e por isso os documentos nos oferecem uma aproximação da realidade, mas nunca um retrato fiel. Afora isto, é preciso ressaltar que as contradições que subjazem a todo esse processo de crescimento econômico, desenvolvimento do complexo urbano-comercial e adensamento urbano, é entremeado por muitas contradições que os documentos em si não abarcam. Por esse motivo, mesmo em um relatório realizado por entidades “competentes” como o caso da RPDU, as contradições no que se refere à ocupação do espaço urbano e embrionário processo de segregação socioespacial em curso sequer são mencionadas.

O desenvolvimento econômico e suas contradições, fortemente amparado pelo Estado do capital, não somente permeou a década de 1930 com um ímpeto ainda maior e mais intenso, mas adentrou a década de 1940 nesse propósito. O RPDU afirma que “até 1944 existia uma malha central de tecido contínuo coincidentemente melhor servida pela infraestrutura de serviços básicos com expansão no sentido Sudeste” (1975, p. 20). Segundos Pires (2003), na década de 1940, a expansão urbana Sul e Sudeste evidencia o surgimento de hospitais, novos estabelecimentos comerciais e edificações de melhor qualidade do ponto de vista do material. Pires aponta, ainda, para o processo de integração da economia conquistense com a região Sul da Bahia, sobretudo a partir da expansão da lavoura cacaueteira nos “Ilhéus, Itabuna, Belmonte e Canavieiras, [fazendo] com que houvesse reflexos positivos para Vitória da Conquista, que passou a exportar os excedentes de sua produção para essa região cacaueteira” (PIRES, 2003, p. 24).

Para Medeiros (1977a), a década de 1940 representa o ponto de partida da intensificação do crescimento mais amplo de Vitória da Conquista, que é possível ser ratificado não apenas no aspecto econômico com a ampliação da atuação de empresas de ramos variados no território conquistense, mas também referente ao crescimento populacional e, conseqüentemente, a acrescentamento do espaço urbano. Neste sentido, afirma que “[...] necessariamente, a pressão populacional, dentro de um quadro econômico diferenciado do antigo quadro meramente agrícola, ensejou a ampliação do quadro urbano” (MEDEIROS, 1977a, pp. 7-8). Nesse período podemos observar, claramente, o crescimento da arrecadação municipal, ampliada nas fontes de impostos referentes às múltiplas explorações econômicas e

ao próprio crescimento populacional. Neste sentido, o gráfico a seguir, da década de 1940, revela:

**Gráfico 04: Crescimento orçamentário de 1943 à 1950.**



Fonte: Dados extraídos do Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

Os dados oferecidos por este gráfico demonstram que, de 1943 e 1950, houve um crescimento contínuo na arrecadação municipal. De trezentos e cinquenta mil cruzeiros, no ano de 1943, saltou para um milhão e cem mil cruzeiros em 1950. Certamente, esse crescimento constitui um importante indício de que a década de 1940 ampliou suas fontes de arrecadação de impostos que impactaram no crescimento verificado.

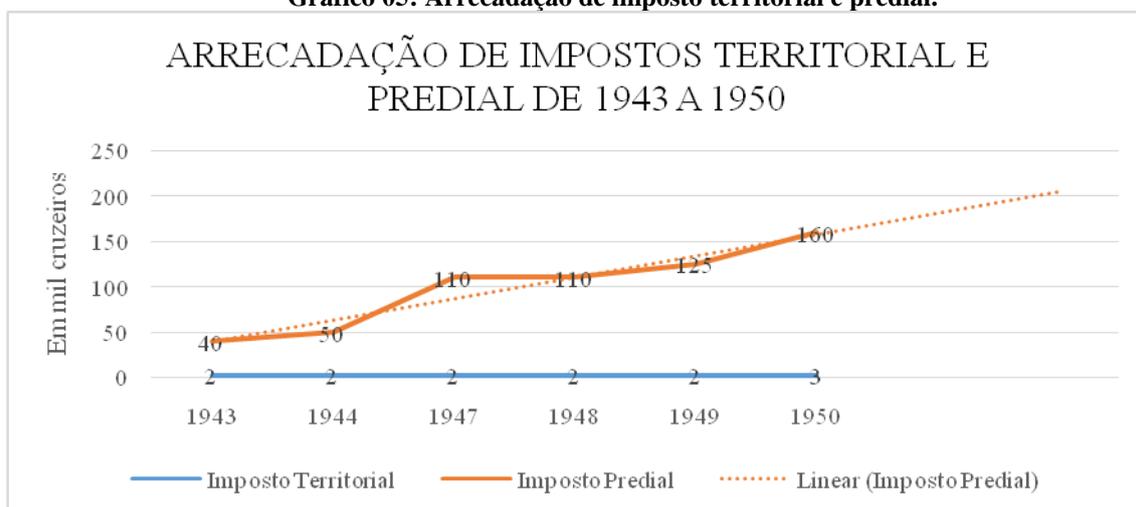
Acompanhando o supracitado crescimento econômico, o senso demográfico do IBGE, realizado na década de 1940 revela que, do total de 33.554 (trinta e três mil e quinhentos e cinquenta e quatro) habitantes, residiam no perímetro urbano apenas 8.644 (oito mil e seiscentos e quarenta e quatro), o que representa apenas 24,7% da população. 74,3%, totalizando 24.910 (vinte e quatro mil e novecentos e dez) habitantes viviam na zona rural. Vitória da Conquista, neste sentido, acompanhava a tendência nacional relativa à concentração populacional no campo na década em questão, uma vez que, do total de aproximadamente 40 milhões de habitantes, em 1940, apenas 31% deste total permanecia nas cidades.

Entretanto, acreditamos que as políticas de incremento no processo de industrialização, bem como do paulatino processo de desenvolvimento do complexo urbano-comercial que atingiu as grandes e médias cidades brasileiras, constituíram elementos importantes que contribuíram de forma decisiva para o gradativo salto quantitativo na população urbana evidenciado nas décadas subsequentes. Se, em 1940, a população urbana

brasileira não ultrapassava os treze milhões de habitantes, dez anos depois constituía mais de 18 milhões, e vinte anos depois, mais de trinta milhões, representando 44,64% da totalidade da população brasileira. Evidentemente, à medida que adentramos o terceiro e quarto quartéis do século XX, esse número só cresceu, com marcado agravamento das condições sociais das classes trabalhadoras.

No caso específico de Vitória da Conquista, outro dado que nos permite vislumbrar o crescimento urbano desse período é a arrecadação do imposto territorial incidente sobre as propriedades não urbanas, bem como o predial (antiga décima urbana) que sobrevém das propriedades de imóveis localizadas no perímetro urbano ou extensão. Assim, graficamente temos<sup>20</sup>:

**Gráfico 05: Arrecadação de imposto territorial e predial.**



Fonte:

Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

O gráfico mostra a evolução da arrecadação do imposto predial, ao passo que o territorial permanece constante. O crescimento da arrecadação de imposto predial abre ao menos duas possibilidades interpretativas. Na primeira, o crescimento provém do aumento no percentual que incide sobre a propriedade, sendo que, neste caso, o número de habitações permaneceria mais ou menos constante. Na segunda possibilidade, podemos especular que houve aumento das habitações, o que implica crescimento da arrecadação. Acreditamos que os dados constantes no Livro de Registro Geral de Petições de 1942 podem nos ajudar a compreender esse quadro de crescimento urbano, ao mesmo tempo em que pode dirimir nossas dúvidas quanto à proveniência do substancial crescimento da arrecadação predial.

<sup>20</sup> Infelizmente, no levantamento que realizamos no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, nos Cadernos de Leis e Regulamentos, não conseguimos localizar a especificação da receita municipal para os anos de 1945 e 1946.

Com base nos dados de 1943 até 1948, obtivemos uma média anual de 123,6 requerimentos para alvarás de construção; 61,6 para alvarás de reforma, ou seja, os dados comprovam que, nesse período de seis anos, houve emissão constante de alvarás e, portanto, de prováveis construções.

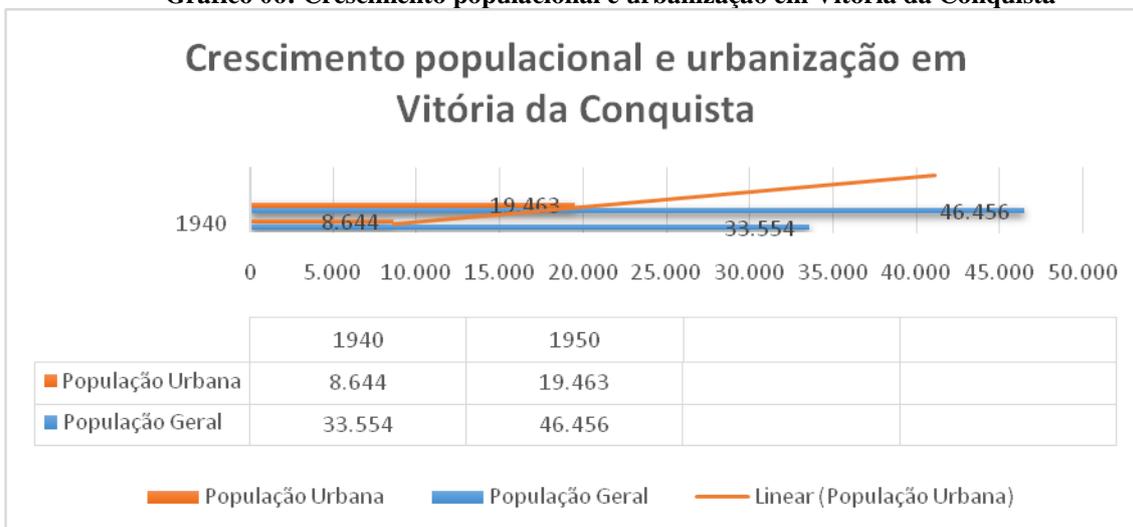
É sabido que, mesmo à época, a emissão de alvarás de construção estava condicionada ao fornecimento de uma série de documentos que dificultavam a sua realização por parte das famílias desprovidas de condições materiais. Embora não tenhamos encontrado junto à documentação existente no Arquivo Público Municipal estatísticas ou registros que fornecessem uma dimensão das construções irregulares aos olhos do legalismo burguês, acreditamos que esse número também era bastante significativo<sup>21</sup>, uma vez que, nessa década, o incremento populacional foi superior a 12 mil pessoas. Encontramos, no entanto, no ano de 1947, duas autorizações assinadas pelo prefeito municipal de Vitória da Conquista para abertura de loteamentos na planta do perímetro urbano, o que evidencia, também, gestação de processo de formação/produção do espaço urbano pela ação de agentes imobiliários, mas também o crescimento do perímetro e conseqüentemente da cidade.

A análise do crescimento populacional entre os anos de 1940 e 1950 permite-nos afirmar ter havido um crescimento urbano significativo, já que, do total de 46.456 (quarenta e seis mil e quatrocentos e cinquenta e seis) habitantes do município de Vitória da Conquista em 1950, 19.463 (dezenove mil e quatrocentos e sessenta e três) residiam na zona urbana, segundo dados IBGE (1940; 1950).

Uma análise mais detida desse processo permite-nos chegar à seguinte conclusão: de 1940 para 1950 deu-se um incremento da população total de Vitória da Conquista de 12.902 pessoas. Desse total, 10.819 foram “introduzidas” no perímetro urbano, enquanto na zona rural o crescimento foi de apenas 2.083 (passando de 24.910 para 26.993). Desse modo, enquanto o percentual da população urbana saltou de 25,7%, na primeira década analisada, para 41,6% na segunda, a população rural caiu de 74,3% para 58,4% respectivamente. Tais dados representam uma taxa de crescimento da população urbana de mais de 100% em apenas uma década. Podemos representar graficamente o crescimento populacional nos seguintes termos:

---

<sup>21</sup> Uma vez que, no período em questão, não havia uma unidade da administração pública municipal responsável pela fiscalização sistemática das obras particulares, como, por exemplo, uma Secretaria de Obras e Urbanismo – só criada posteriormente –, motivo pelo qual as autorizações de construção eram assinadas pelo prefeito municipal, desvelar dados sobre construções irregulares se torna muito mais difícil. Por esse motivo, nossa dedução se baseia somente no crescimento populacional evidenciado nesse período.

**Gráfico 06: Crescimento populacional e urbanização em Vitória da Conquista**

Fonte: Censo populacional – IBGE – 1940 e 1950.

A análise das fotografias abaixo, nos permite avaliar parcialmente o aspecto urbano de Vitória da Conquista nas décadas de 1940 e 1950:

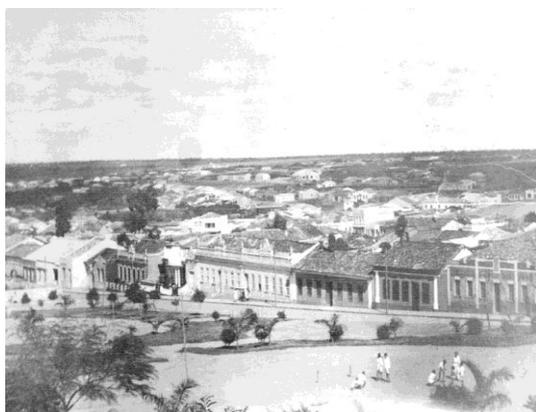


Foto 03: Vista Panorâmica da Rua Grande, década de 1940. Fonte: MEDEIROS, 2005.



Foto 04: Vista Panorâmica da cidade, década de 1950. Fonte: MEDEIROS, 2005.

Com base na análise dos dados e da iconografia, podemos assegurar que o crescimento da população urbana da década de 1940, cotejado (e consequência) pelo aumento na arrecadação do imposto predial, implica, no período em questão, uma intensificação do processo de urbanização em Vitória da Conquista. A fotografia 03, por exemplo, nos permite avaliar, mesmo que parcialmente, as dimensões do espaço urbano na direção sudoeste, na qual, ao fundo, a aglomeração de residências é bastante significativa. A fotografia 04, pelo ângulo em que foi tirada, proporciona a quem a visualiza, uma dimensão ainda mais

significativa – ainda que parcial – do espaço urbano evidenciando, ao fundo, uma grande aglomeração de unidade residências.

Para Medeiros, o crescimento verificado nesse período resulta da acumulação “de condições propícias ao desenvolvimento de novas atividades econômicas e, por isso mesmo, de expansão urbana [...]” (1977, p. 9). É importante salientar que a intensificação do processo de urbanização no Brasil, principalmente nas capitais, resulta das políticas de incentivo à industrialização e regulamentação do trabalho assalariado – que implica em um tipo de “legalização” da taxa de exploração da mais-valia – induzindo, também, ao êxodo rural. Objetivamente, “Getúlio Vargas, adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que apontaram, de modo bastante claro, uma nova fase nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico” (1977, p. 14) que implicou também nas modificações urbanas aqui assinaladas. Seguramente, o período em questão foi bastante significativo para o capitalismo no Brasil, envolvendo, no seu fluxo, não somente as grandes capitais, mas arrastando nesse processo cidades menores/médias, mas com grande potencial para dinamizar internamente a acumulação de capital. Entrementes, é seguro afirmar que o crescimento evidenciado em Vitória da Conquista no período apontado, e nos anos seguintes, não resultou diretamente do processo de industrialização observado na primeira metade do século XX no Sudeste brasileiro (voltaremos a esta formulação no tópico subsequente).

A abertura da estrada de rodagem Rio – Bahia na década de 1940 é, certamente, a pedra de toque que contribuiu definitivamente para consolidação da tendência “desenvolvimentista” de Vitória da Conquista. Ela potencializou o crescimento dos diversos complexos sociais ancorados no processo de circulação de mercadorias, fazendo da cidade, além de entreposto comercial, abastecedor regional e centro de realização da mais-valia.

Desse modo, é pertinente afirmar que a década de 1940 possui um papel importante para a consolidação do complexo urbano-comercial em Vitória da Conquista, marcado não somente pelo significativo crescimento urbano e populacional delineando a partir de então (intensificando o processo de segregação socioespacial verificado até os dias atuais), mas também contribuindo para a dinamização econômica com ênfase particular nas atividades comerciais. Assim, a inserção de Vitória da Conquista no panorama do capitalismo nacional/internacional produzido paulatinamente durante o século XX, permitiu a perda do espírito provinciano cidadão, inserindo-a, definitivamente, no contexto internacional de acumulação, explicitando todas as suas contradições.

Assim, iniciada na segunda metade da década de 1920, a transição da economia “tradicional” para a fase competitiva do capitalismo em Vitória da Conquista somente se concretizou na década de 1960, tendo como impulso definidor a abertura da BR – 116 na década de 1940. Evidentemente, tratou-se de um processo lento e gradual, cheio de descontinuidades e reveses, mas que inseriu definitivamente Vitória da Conquista no contexto nacional e internacional de produção capitalista consolidando o seu complexo urbano-comercial.

## **2.5 A EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO URBANO-COMERCIAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL (1950 – 1970)**

Até a década de 1950, assistimos o florescimento do capitalismo competitivo em sua vertente comercial. Isso implica dizer que a via comercial foi o caminho encontrado para o desenvolvimento endógeno do capitalismo, resultante, sobretudo, do envolvimento de pessoas e grupos ligados às “antigas” aristocracias que reinvestiram o capital excedente em atividades vinculadas ao complexo urbano-comercial, constituindo uma camada social mais oportunista em relação a objetividades emergentes pós-1930, “cooperando” com a modernização da economia nacional (FERNANDES, 2005). Mas também de agentes estrangeiros que atuavam livremente no país. Tratou-se, ante de tudo, de um processo no qual a “transição” experimentada nacionalmente pós-1930 de uma economia agroexportadora – cujas relações sociais de produção e sua consequência nos diversos complexos sociais vinculava o presente brasileiro ao passado colonial (escravista, patrimonial, patriarcal etc.) que as elites ascendentes desejavam dissipar –, para uma urbana e industrial foi realizada paulatino e lentamente. Segundo afirma Almeida, o

[...] “enigma” que marcou os anos de 1930 – 1950, evidenciado na redução temporária na capacidade de importação de bens de consumo por parte da América Latina, em decorrência da crise, acabaria por levar à formação de um mercado interno para as manufaturas nacionais. Na periferia, alguns países (Brasil incluso) já tinham desenvolvido um incipiente mercado interno e organizado um – também incipiente – sistema produtivo industrial nos padrões capitalistas (2013, p. 25).

Tal modificação não alterou substancialmente o caráter agroexportador da economia, mas contribuiu de forma decisiva para dinamizar suas atividades, implementando uma mudança material de desdobramentos ideológicos que inseria o Brasil no rol da produção capitalista. Se, por um lado, a “Revolução de 1930” não representou uma mudança estrutural

da sociedade, já que apenas as frações burguesas no comando do Estado foram alteradas, por outro

Boa parte da política econômica governamental dos anos de 1930-45 refletia principalmente os interesses de grupos econômicos e políticos, bem como de membros do próprio governo, com o objetivo de reformular a *dependência estrutural* que caracterizava o subsistema econômico brasileiro na época” (IANNI, 1977, p.33).

Nesta perspectiva, o legado da “Revolução de 1930” consiste, principalmente, na reorientação da economia capitalista – de cunho nacionalista –, atingindo diversos outros setores da sociedade brasileira, tais como o político e o social – com uma mudança no tratamento dado à classe trabalhadora que, de acordo com a ideologia nacionalista, deveria promover, junto com a burguesia, o progresso do país.

Com o processo de “nacionalização” da economia, engendrado pela “participação do aparelho estatal nas atividades econômicas [...] intimamente relacionada com as flutuações do desenvolvimento econômico do Brasil” (IANNI, 2004, p. 36) e o embrionário processo de industrialização pautado na formação de um mercado consumidor interno, a demanda estrutural de realização da mais-valia, a ampliação da circulação/transporte de mercadorias articulando o nacional e o local, foi o imperativo que resultou numa, cada vez maior, importância de Vitória da Conquista no cenário regional. Os anos que se seguiram marcaram o panorama nacional com formas diferenciadas de gestão do Estado e de reorientação das políticas econômicas e sociais a partir da composição da fração burguesa à sua frente. No entanto, de uma forma ou de outra, todas as diferentes gestões focalizavam suas atenções na necessidade de reprodução do capital em suas diversas esferas, demonstrando o vínculo estrito entre o econômico, o político e o social.

Segundo Ianni, a transição da “ditadura” (burguesa) para democracia (também burguesa), personificada nas gestões de Vargas e Dutra representou, por parte deste último, “não uma política de desenvolvimento econômico [...], [mas] uma política destinada principalmente a garantir as condições de funcionamento e prosperidade do setor privado, nacional e estrangeiro” (IANNI, 1977, p. 109). Entrementes, quando Vargas retorna ao poder em 1951, a

Sociedade brasileira já se encontrava bastante diferenciada, devido ao crescimento do setor industrial, à expansão do setor terciário e o rápido crescimento dos centros urbanos dominantes [...]. À medida que progredia a divisão social do trabalho e a diferenciação social interna da sociedade brasileira, as classes sociais tornavam-se mais configuradas e representativas. Assim, nessa época, a burguesia industrial e o proletariado,

por sua vez, já eram uma realidade política e cultural, ao lado da classe média, bastante ampliada, e dos setores agrários, comercial e financeiro da burguesia (Ibid., p. 110).

As implicações desse quadro, para Vitória da Conquista, são diversas e adentram a década de 1950 em pleno crescimento do complexo urbano-comercial. Assim, se Florestam (2005) aponta o entre décadas 1860-1950 como o período do desenvolvimento e consolidação do capitalismo competitivo no Brasil, sobretudo nas grandes cidades, em Vitória da Conquista vemos tal irrupção como tendo iniciada na segunda metade da década de 1920, num processo lento e gradual, concretizado no final da década de 1950 no processo de expansão do complexo urbano-comercial. Muito embora a formulação de Fernandes (2005), ratificada por Ianni (1977), afirme que a atuação do capital monopolista no Brasil através de grandes conglomerados estrangeiros e da atuação contundente do capital financeiro só pode ser vislumbrada na segunda metade do século XX, essa influência demorou muito mais tempo para atingir e se tornar predominante em Vitória da Conquista.

Para traçarmos um quadro geral do que representava Vitória da Conquista na década de 1950, recorreremos ao recenseamento realizado pela Prefeitura Municipal (PMVC), em 1954, que apresenta o seguinte quadro:

**Tabela 02: recenseamento de Vitória da Conquista (1954).**

| <b>Estabelecimentos de Crédito</b>  | <b>Veículos existentes<br/>(Com chapa deste município)</b> |
|---|--|
| Banco do Brasil S/A   | Automóveis ..... 291                                       |
| Banco da Bahia S/A  | Caminhões ..... 471  |
| Banco Econômico da Bahia S/A  | Ônibus ..... 17  |
| Inst. Central de Fom. Econ. da Bahia  | Caminhonetes ..... 135                                     |
| Caixa Econômica Federal   | Jeeps ..... 163  |
| Dezessete empresas servem à Cidade, sendo cinco de passageiros e doze de cargas, inclusive aéreas.  |  |
| <b>OUTROS INFORMES</b>  |  |
| <b>Cadastro Profissional</b>  | <b>Assistência Médico Social c/ internamento</b>           |
| Médicos ..... 25  | Hospital Regional  |
| Dentistas ..... 11  | Hospital São Vicente de Paula                              |
| Farmacêuticos ..... 8   | Maternidade Regis Pacheco                                  |
| Advogados ..... 9   | Casa de Saúde Conquista                                    |
| Engenheiros ..... 5   | Casa de Saúde Correia Leite                                |
| Agrônomos ..... 3   | Casa de Saúde São Geraldo                                  |
| Veterinário ..... 1   | Ambulatório João Santos                                    |
| Existem ainda serviços oficiais de Saúde Pública como o posto de Puericultura da SBA, Posto de Higiene, Posto do Serviço Nacional de Peste e Posto do serviço Nacional de Febre Amarela |  |
| Hotéis e Pensões ..... 57   | Oficinas p/ reparos de automóveis ..... 21                 |

|                                   |                                      |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Cinemas ..... 3                   | Postos e bombas de gasolina ..... 19 |
| <b>Instituições Diversas</b>      | <b>Templos</b>                       |
| Associações de Classes ..... 5    | Católicas.....26                     |
| Clubes Sociais ..... 2            | Batistas.....3                       |
| Clubes de Futebol ..... 9         | Adventista.....1                     |
| Lojas Maçônicas ..... 2           | Presbiteriano.....1                  |
| Outras Associações ..... 3        | Centros Espiritas.....5              |
| <b>Estabelecimentos de Ensino</b> |                                      |
| <b>Ensino Não Primário</b>        | <b>Ensino Primário Geral</b>         |
| Escola Normal.....1               | Escolas Estaduais.....25             |
| Ginásios.....2                    | Escolas Municipais.....57            |
| Escolas de Datilografia.....3     | Escolas Particulares.....10          |
| Escolas de Corte e Costura.....5  | Classes Supletivas.....24            |
| Escola de Música.....1            |                                      |

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista – Arquivo Público Municipal – Código de Posturas de 1954.

Os dados contidos na tabela nos permitem afirmar que, para a época, Vitória da Conquista constituía uma cidade importante. Particularmente, gostaríamos de evidenciar a existência de empresas e a quantidade de veículos destinados à realização de transporte de cargas como algo sintomático da realização de atividades vinculadas à circulação/transporte de mercadorias e pessoas. Corroborar com isto a existência de bombas e postos de combustíveis, oficinas automotivas, hotéis e pensões, bem como as diversas profissões “liberais”, demonstrando como outros setores da economia estavam articulados com a circulação de mercadorias e pessoas.

Por seu lado, o crescimento urbano e populacional acabou por exigir a presença de hospitais, associações de classe e templos religiosos, ratificando a importância que o município passou a representar para a região, sem esquecermos de que ele só atingirá um *status* eminentemente urbano na década de 1960. Entrementes, conforme nos assegura o IBGE (1940; 1950) já no interstício entre as décadas de 1940 e 1950 observamos um crescimento populacional de aproximadamente 50%. Se em 1940 a população total de Vitória da Conquista ultrapassava os 33 mil habitantes, em 1950 esse número saltou para aproximadamente 47 mil. A população total de Vitória da Conquista, que em 1950 era de exatos 46.456 habitantes, em 1960 saltou para 80.113. Neste último período, observamos quase 100% de crescimento populacional. Em relação ao nosso objeto desta pesquisa, é importante salientar que, na medida em que a população urbana cresce, a demanda por moradia, por serviços sociais básicos emerge por consequência, gerando uma pressão social que resulta na ampliação do espaço urbano.

A divisão entre a população urbana e rural também é visível. Em 1950, a população rural era de 26.993 e, dez anos depois, representava 31.401 de sua totalidade. Merece

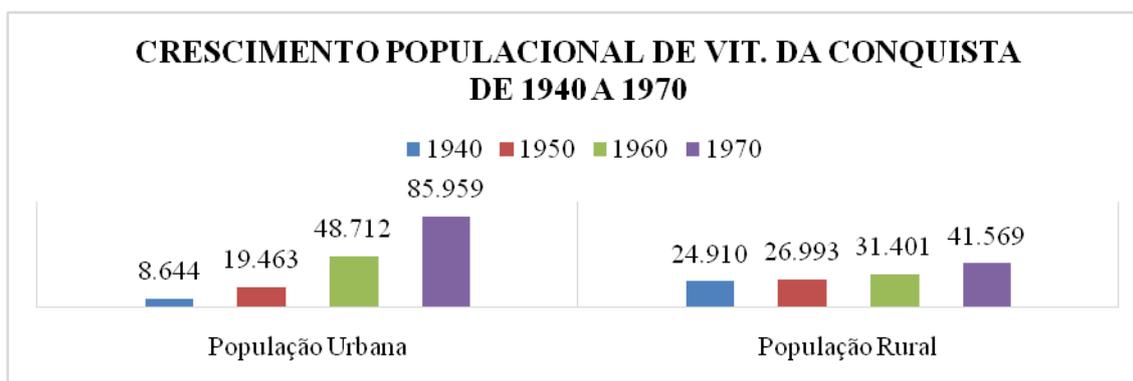
destaque o fato de que, de 1940 para 1950, o incremento da população rural foi de 2.083 pessoas, ao passo que, de 1950 para 1960, o acréscimo foi do número de 4.408 pessoas. Embora percentualmente a população rural tenha diminuído de 58,4%, em 1950, para 39,3% em 1960, em números absolutos a população rural cresceu nesses dez anos. Em contrapartida, cresceu também a população urbana, que, de 1950 para 1960, apresentou um acréscimo de 29.249 pessoas representando 60,7% do total da população. Ambas as populações cresceram, mas em proporções distintas. Por este motivo, acreditamos que, além do êxodo rural, a imigração desempenhou também um papel importante para a formação desse quadro urbano populacional, marcando seus traços econômicos e culturais.

Advindo de cidades vizinhas, um contingente sempre crescente de pessoas, atraídas pelas novas atividades econômicas emergentes, perspectivas educacionais, de saúde, etc., vislumbrando a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e melhorias nas condições de vida, se avolumou com o passar dos anos. As implicações desse processo refletiam diretamente na abertura de novas áreas destinadas a moradia, intensificando a abertura de loteamentos urbanos como nos assegura Medeiros:

Em Vitória da Conquista, no sentido técnico da palavra, o loteamento surge na primeira metade da década de 1950. A prática atendia à crescente demanda motivada pelo crescimento populacional urbano. Como se sabe, a partir dessa década, a população urbana começa a dar verdadeiros saltos [...]. Este crescimento era oriundo não só do crescimento interno, mas sobretudo da imigração proveniente de outras áreas e do campo para a cidade. A população começa, portanto, a pressionar a terra e esta, atendendo ainda a necessidade de o proprietário expandir seus negócios, fragmenta-se. Tratava-se de uma população realmente de baixo poder aquisitivo, daí porque os primeiros loteamentos surgidos tenham sido "populares" (1978, p. 8).

Entrementes, com base nos dados apresentados, esse salto populacional urbano é iniciado ainda na década anterior, quando o crescimento populacional urbano duplica em apenas uma década. Para demonstrar graficamente o que afirmamos, observemos as seguintes informações:

Gráfico 07: Crescimento populacional de Vitória da Conquista de 1940 a 1970.



Fonte: Censo demográfico – IBGE – 1940, 1950, 1960 e 70. Gráfico do autor.

O adensamento urbano em Vitória da Conquista remete à década de 1940, acompanhado, *pari passo*, por uma demanda estrutural crescente por moradia. A necessidade de alocação das novas famílias que chegavam ao município ampliou o perímetro urbano, fazendo surgir novos loteamentos que pudessem suprir essa demanda. Do mesmo modo, contrariando o que afirma Medeiros, o processo de imigração para Vitória da Conquista remete a períodos anteriores a 1950 – acreditamos, com base nas fontes citadas, retroceder à década de 1920 –, muito embora seja na década de 1950 que assistimos intensificar a urbanização por essa mediação.

Conforme demonstrado anteriormente, com a ampliação do horizonte de crescimento urbano-populacional em Vitória da Conquista, surgem os loteamentos urbanos, cuja primeira fase se evidencia em meados da década de 1940, quando entram em cena, de forma latente, os especuladores de terra, vislumbrando possibilidades lucrativas, mobilizando recursos e especulando. Segundo Medeiros,

Conseguiu-se identificar a existência de 11 loteamentos na década de 1950, embora alguns deles só mais tarde viessem a ser “regularizados” [...]. Na década de 1960, foram licenciados 29 loteamentos, enquanto que na década de 1970, 21 loteamentos foram aprovados. Somente no ano de 1977, 11 loteamentos foram licenciados pela Prefeitura Municipal (1978, p. 8).

A quantidade de loteamentos, regulamentados ou não, que passaram a existir em Vitória da Conquista evidencia alterações significativas no aspecto urbano da cidade, assim como em sua morfologia, estética e função social, ratificando que a oferta de lotes urbanos resulta de demanda sempre crescente, motivada, sobretudo, pelo desenvolvimento econômico, populacional e pela consolidação do complexo urbano-comercial.

Em contrapartida, como resultado inalienável e iniludível das contradições emergentes, cada vez maiores e mais agudas, colunas sociais nos jornais de circulação local

teciam críticas aos problemas que emperravam o empreendimento urbano. As responsabilidades de garantir condições favoráveis à reprodução do capital e do trabalho eram atribuídas ao Estado que “surge como o órgão todo poderoso, em condições de jogar com os elementos principais da situação e reestabelecer a “anomia” do sistema” (IANNI, 2004, p. 49), uma vez que enquanto “em épocas normais se revela relativamente ausente, em ocasiões críticas assume a direção de atividades que se haviam preservado no nível do mercado” (ibidem).

Procurando responsabilizar a ausência do Estado pelo estado de anomia, em coluna semanal publicada em 1957 o colunista Moacir Vieira afirmava que,

A prefeitura não está em condições de executar um plano de urbanismo e nem o Estado ajuda e nem o Governo Federal. Dentro de tamanha “calamidade” falar em plano de urbanismo é até uma heresia, senão um desaforo. Fato interessante, todavia, tenho observado: quase todos os mandatários municipais, ao iniciarem a gestão falam em planos para a cidade, abrir novas ruas, alargar outras, arborizar, urbanizar, enfim. Passado um tempo, não se volta a falar no assunto (O COMBATE, 1957, p. 4).

Isso revela o descontentamento de alguns segmentos sociais com a falta de políticas urbanas por parte do poder público municipal. Entretanto, a falta de controle estatal deixava os agentes do capital livres para agir como melhor entendessem, causando um “crescimento desordenado”<sup>22</sup>.

Se, por um lado, esses elementos nos permite verificar o adensamento populacional urbano na Vitória da Conquista da década de 1950, por outro, a consequência natural desse processo no sistema do capital é a proletarização dos imigrantes e camponeses recém advindos do êxodo rural. Centrando um pouco nossa atenção no fenômeno da imigração, é preciso compreender que ela não representa somente um deslocamento espacial, uma vez que não são

[...] apenas uma simples mudança do local de residência. Elas provocam um processo de mudança no interior da sociedade que se reveste de grande efeito sobre as estruturas sociais de um país, também provocadoras de imigrações, de sorte que as mobilidades regionais devem ser encaradas com [*sic*] um processo complexo (SARMENTO, 1982, p. 26).

As migrações internas, desse ponto de vista, devem ser analisadas como consequência de uma forma específica de sociabilidade engendrada por determinações estruturais, cuja fuga, motivada pela perspectiva de melhores condições de reprodução social, provoca profundos desequilíbrios, conduzindo “a um esvaziamento regional, seja de natureza

---

<sup>22</sup> Na verdade, um crescimento bem ordenado para os interesses do capital.

demográfica ou econômica, e contribui ao mesmo tempo, por isso mesmo, para a concentração populacional em outras regiões, o que acentua o desequilíbrio espacial” (Idem, 1982, p. 25). Assim, o processo de imigração que atingiu Vitória da Conquista marcou-a como cidade de forte contingência imigrante. É deste ponto de vista que examinamos jornais locais, cujas informações nos permitem avaliar a dimensão e intencionalidade das classes dominantes quanto a este processo, conforme consta na seguinte publicação:

Isso não basta, S. E. precisa vir a Conquista e estudar com as nossas autoridades e os nossos elementos interessados na aquisição de técnicos, profissionais e agricultores estrangeiros, para com eles ver como será possível encaminhar a imigração para o nosso município. Conquista tem clima, meios de transporte e boas terras para colonos, além de nossa boa vontade em recebê-los. Nosso município não pode, pois, ficar esquecido e o ilustre Secretário de Agricultura precisa e deve olhá-lo, incluindo em seus planos para a colonização baiana (O COMBATE, 1949, p. 1).

A expressão ideológica da classe dominante pela mediação do jornal impresso demonstra que Vitória da Conquista não somente estava aberta à imigração, seja exógena ou endógena, mas também, como alguns segmentos da sociedade, mostravam-se interessados e entusiasmados em adquirir mão-de-obra qualificada para cobrir as demandas das classes abastardas. Seguramente, a imigração não beneficiava somente setores agrícolas de atuação do capital, mas, sobretudo esferas ligadas aos investimentos imobiliários, uma vez que o aumento populacional – independente da origem – tem como implicação necessária novas unidades habitacionais e, conseqüentemente, a expansão urbana que seja regular ou irregular.

O Bairro Brasil – originalmente constituído de trabalhadores –, cujos elementos procedimentais para abertura do loteamento foram realizados, segundo Pires (2001), em 1957, por Gildásio Cairo – imigrante pertencente a uma família cuja memória se materializa em Vitória da Conquista –, utilizava a estratégia de doar lotes distantes do centro da cidade, exigindo construção imediata, com o objetivo de promover a valorização de espaços vazios. Tal procedimento demonstra ação especuladora através de artifícios de valorização do solo urbano, ao mesmo tempo em que promovia a expansão deste espaço. Outro aspecto que não pode deixar de ser notado é a eleição de Gildásio Cairo para vereador, em 1958. Certamente esse fato não pode ser dissociado de sua condição de comerciante próspero, cidadão de *virtú* “preocupado” com as demandas sociais, promovendo sua autoimagem por intermédio da filantropia.

Este contexto mostra que a imigração em Vitória da Conquista não foi constituída somente por trabalhadores ávidos para vender sua força de trabalho – muito embora essa

tenha sido a condição predominante. Ela foi instituída também por “espíritos” empreendedores que se adequavam ideológica e praticamente às novas demandas de um Brasil capitalista nos padrões internacionais de acumulação, atingindo capitalizados ou não, levando-os a utilizar todos os seus recursos – materiais e espirituais – em empreendimentos típicos da nova objetividade histórica.

Para uma breve noção desse processo, que julgamos importante para se compreender o desenvolvimento das relações capitalistas em Vitória da Conquista, foi realizado um levantamento no Arquivo Público Municipal, do período que vai de 1945 a 1956, a partir das fichas funcionais dos trabalhadores da Guarda Municipal de Vitória da Conquista. Os dados dão conta de que, do total de 31 Guardas Municipais existentes no período, 20 eram imigrantes com residência fixa na cidade e apenas 11 nativos. Percentualmente, significa que mais de 60% dos componentes da Guarda Municipal eram imigrantes. Se isso não resolve a questão, constitui um importante indicio de que o processo de imigração em Vitória da Conquista teve uma dimensão realmente significativa e que precisa ser melhor estudada.

Até aqui buscamos apresentar os dois protagonistas de uma sociedade capitalista, a burguesia e o proletariado. É óbvio que a composição da classe trabalhadora, numa cidade aonde a atividade econômica principal vincula-se a esfera da circulação e do consumo de mercadorias não é necessariamente o proletariado responsável pela criação e valorização do “conteúdo material da riqueza social”, mas uma classe mista e estruturalmente determinada.

Por outro lado, não podemos, igualmente, dissociar a formação de associações de classe desse contexto de intensificação das lutas de classes cotidianas que se materializa na luta pela moradia, por melhores salários ou mesmo por melhores condições de vida, da defesa da manutenção e ampliação dos padrões de acumulação. Assim, registramos, nesse contexto, a fundação, em 10 de maio de 1953, da Associação Comercial de Vitória da Conquista – ACVC – objetivando defender os interesses da classe proprietária. Na prática, isso implicou o exercício de pressões por parte da classe patronal, tanto no Estado quanto nas classes trabalhadoras, utilizando mecanismos diversos para viabilizar e facilitar a atuação de empresas comerciais em Vitória da Conquista. Exemplo disso foi o ofício enviado ao então presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista, no dia 2 de dezembro de 1958, solicitando a instalação de policiamento ostensivo na cidade, argumentando que

[...] com o policiamento ostensivo, adotado ultimamente pelas grandes Cidades, como Jequié, Itabuna, Ilhéus, Santo Amaro de Jesus, Joazeiro e outras, onde o índice de criminalidade era bastante elevado, os efeitos

salutares foram relevantes. Dúvida não há de que o mesmo ocorrerá, em nossa Cidade, tão carente de providencias desta natureza, para conjurar a onda de crimes, que nos assola (ACVC, 1958, p. 1).

Outro exemplo ainda mais contundente do vínculo entre os empresários e o “poder público”, que particularmente nos interessa, por evidenciar a relação existente entre esses dois segmentos da classe dominante – associação de classe e Estado –, é o ofício enviado, em 26 de Fevereiro de 1958, ao então Prefeito Municipal, cujo teor reproduzimos parte:

Na qualidade de Presidente da Associação Comercial de Vitória da Conquista, traduzindo os anseios das laboriosas classes produtoras deste grande e próspero Município, venho solicitar de V. Sra. se digne mandar baixar uma portaria reafirmando entendimentos havidos entre V. Sra. e a Associação Comercial, em Assembléia Extraordinária realizada nesta data, através da qual ficou determinado o seguinte: 1º) Abatimento de 30% na taxa atual do Impostos de Industriais e Profissionais decorrente da lei ora em vigor neste Município; 2º) Prorrogação de 30 dias para recolhimento do referido imposto [...] cujo prazo de pagamento expirava a 28/2/58 e que será, em virtude do acordo, dilatado até no dia 30/3/58; 3º) Devolução da diferença do Imposto de Indústria e Profissões aos contribuintes que já fizeram recolhimento da atual prestação (ACVC, 1958a, p. 1).

Prontamente a solicitação foi atendida, conforme se evidencia no ofício do Gabinete da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista – PMVC – ao Presidente da Câmara de Vereadores solicitando convocação de assembleia extraordinária para tratar da matéria em questão, mas já apresentando alguns resultados:

[...] A Prefeitura, no sentido de atender, preliminarmente, às solicitações das classes produtoras, neste Município, prorrogou o prazo de pagamento do imposto sobre indústrias e produções até o dia 30 de março vindouro, período em que a mesma ilustre assembléia deliberará sobre o assunto (PMVC, 1958, p. 1).

Se, por um lado, os interesses da classe dominante, como bem enfatizado em ambos os ofícios, “laboriosa e produtora” – não se sabe ao certo a que classe exatamente se refere, uma vez que a riqueza material é produzida pelo proletariado – eram imediatamente atendidos, as demandas da classe trabalhadora, por outro, não contavam nem com o entusiasmo nem com a mesma eficiência. Quase duas décadas após a Consolidação das Leis do Trabalho, trabalhadores vinculados à Prefeitura Municipal encontravam-se em situação de completa precariedade, conforme fica evidente no requerimento enviado pelo empregado Adalberto Nunes de Oliveira à Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista, em 14 de Junho de 1952, com o seguinte teor:

[...] apela hoje para o Colendo Conselho Municipal, pedindo classificação efetiva como empregado da Prefeitura Municipal, enquanto implora justo aumento de vencimentos. Possui o requerente família numerosa e filhos pequenos e percebe a migalha de quatorze cruzeiros diários. Toda sua mocidade e energia foram gastas no serviço da Municipalidade, trabalhando 10, 12 horas por dia e até mais, como encarregado dos animais e do serviço de carroças do Município. [...]. A Consolidação das Leis Trabalhistas vigente no país, assegura ao requerente direito de efetividade, férias contadas e remuneradas, garantias no emprego e demais benefícios legais [...] (OLIVEIRA, 1952, p. 1).

O relato no requerimento segue como uma verdadeira súplica para aplicação da legislação trabalhista por parte do poder público, resultando apenas em uma recomendação para a regularização da situação do supracitado trabalhador. Nesta condição, e em piores, certamente encontrava-se parte significativa da classe trabalhadora recém-formada. Assim, afirmamos, em primeiro plano, que os processos de imigração e êxodo rural, evidenciados no período de adensamento urbano e de desenvolvimento das relações capitalistas, implicaram na formação das duas classes sociais vinculadas ao complexo urbano-comercial: por um lado, a classe patronal e suas associações representativas típicas; por outro, os trabalhadores (operários “assalariados” e “assalariados” não-operários (LESSA e TONET, 2012)) fragmentados e articulados aos seus próprios interesses e aos interesses do capital em uma totalização recíproca.

Os dados que apresentamos até o momento nos permitem afirmar que a expansão urbana, marcada pela abertura de novos loteamentos também implicou na ampliação das fileiras das classes trabalhadoras. Assim, a “proletarização” de camponeses, imigrantes e “nativos” contribuiu para a produção do espaço urbano, gerando, gradativa e embrionariamente, uma forte segregação socioespacial, à deriva da “omissão” do Poder Público Municipal e dos interesses dos agentes do capital e da própria classe trabalhadora.

Parte da população desprovida de bens materiais era alocada na zona Oeste – inicialmente Bairro Brasil – da cidade que, apensar de ligada à Leste por intermédio da estrada de rodagem Rio – Bahia e outras vias de acesso, encontrava-se dela separada e relativamente distante do núcleo central da cidade, abrigando os novos trabalhadores. Neste sentido, referindo-se expressamente ao Bairro Brasil, o jornal O Combate afirma que,

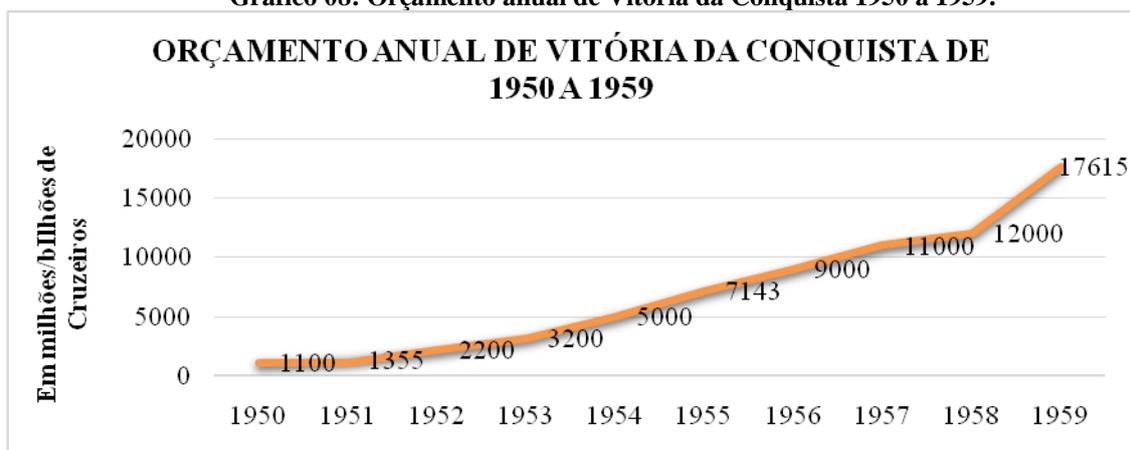
Gente de quase todos os Estados do Norte, de outros municípios, e do interior do nosso, reside na zona da nova cidade. Ali há diferença de costumes e até de dialetos. Na nova cidade, existem diversos hotéis e pensões de classe, que em poucas cidades do interior se observa iguais. Grandes e pequenos estabelecimentos comerciais, uma bem montada filial da Pharmacia Cia, oficinas mecânicas, casas de peças para automóveis,

postos de abastecimento e de lubrificação, alfaiatarias, barbearias, bares e outras casas de diversões [...] (O COMBATE, 1957, p. 5).

Assim, se por um lado, representou a objetivação de um projeto de expansão territorial claramente motivado por interesses econômicos e políticos como nos assegura Pires (2001), por outro foi a concepção que resultou em um processo claro de segregação socioespacial diretamente vinculada aos imigrantes trabalhadores.

O processo de crescimento econômico e a expansão territorial urbana possuem implicações também para a arrecadação municipal, que aponta ascendência, indica crescimento das fontes de arrecadação componentes da receita municipal na década de 1950, resultando na ampliação do recolhimento de impostos para o município. Obviamente, os repasses dos governos federal e estadual também compõem a receita municipal, o que não compromete o aumento endógeno da arrecadação. A análise gráfica permite-nos avaliar a dimensão exata do crescimento na arrecadação municipal, quando temos:

**Gráfico 08: Orçamento anual de Vitória da Conquista 1950 à 1959.**



Fonte: Cadernos de Leis e Regulamentos. Disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

Todo esse processo apresentado até o momento nos permite afirmar duas importantes asseverações no que concerne a década de 1950: objetivamente, ela representou a concretização de dois complexos processos simultâneos: o primeiro entre o final da década de 1950 e início da de 1960, representado pelo fim da transição econômica iniciada ainda no final da segunda metade da década de 1920, de uma economia “tradicional” para outra, do capitalismo concorrencial que, a partir de então, entrou em plena expansão. O segundo, não menos importante, é a “concretização” do processo de urbanização de Vitória da Conquista, evidenciado na década de 1960, quando a população urbana ultrapassa a rural fomentando – e fomentada – pelo complexo urbano-comercial.

Evidentemente, esse processo de urbanização permanece até os dias de hoje, com o adensamento da classe trabalhadora. Se no Brasil, como entende Almeida, a década de 1950 corresponde à fase de penetração e expansão do capital monopolista pela mediação de corporações e do capital financeiro, uma vez que “a burguesia interna da América Latina abriu mão da constituição de um mercado autônomo, atuando como títere dos interesses das corporações multinacionais” (2013, pp. 20-21) de tal modo compreende Fernandes quando afirma que,

É na década de 1950 que se pode localizar a segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista como realidade histórica propriamente irreversível. Nesta fase, a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus polos dinâmicos na periferia (FERNANDES, 2005, p. 299),

Vitória da Conquista, do ponto de vista da atuação do empresariado local, encontrava-se ainda na fase de consolidação e expansão do capitalismo concorrencial. Não queremos afirmar, com isto, que a cidade em questão está deslocada do cenário nacional de desenvolvimento do capital, mas que toda totalidade é composta por particularidades articuladas e, nesta articulação, a forma de reprodução do capital em Vitória da Conquista se inseria no contexto concorrencial e não monopolista. Assim entendendo, se as mercadorias produzidas nos grandes núcleos urbanos industrializados são forjadas sob a ótica do capital monopolista, é obvio que indiretamente Vitória da Conquista contribui para sua efetivação. Entrementes, internamente, os “grandes” armazéns existentes no período concorriam entre si para realizar a mais-valia e embolsar sua parcela de lucro. Assim, parece-nos prudente, neste sentido, a partir da análise do princípio de articulação desigual e combinada do capital, afirmar a existência de uma dependência estrutural do capitalismo concorrencial praticado pela burguesia local em relação ao capitalismo global em sua fase monopólica. À medida que adentramos o final do século XX, em direção ao XXI, essa dependência estrutural tanto se aprofunda quanto se dissipa, uma vez que o capital monopolista, pela mediação de grandes empresas multi e transnacionais, passa a atuar diretamente em Vitória da Conquista promovendo grandes transformações no cenário econômico, social e cultural.

A década de 1960, porém, do ponto de vista nacional, intensifica a atuação do capital monopolista pela mediação da esfera financeira no Brasil. No entanto, em Vitória da Conquista, quem se expande é o capitalismo concorrencial, com a atuação crescente de empresas no comércio local. Segundo assegura Fernandes

A “transição estrutural” e histórica para o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, nas condições assinaladas, requer alterações tão profundas dos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial, e medidas correlatas tão complexas (e, ao mesmo tempo, tão nocivas para vários grupos e classes sociais, inclusive empresariais), referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e a exportação, que ela se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado (2005, p. 302).

É importante assinalar que as inferências políticas e econômicas implementadas pelo regime militar tiveram implicações significativas para a reorientação do capitalismo no Brasil e se refletiram em todo o território nacional, uma vez que a burguesia brasileira teve meios para a iniciativa privada interna realizar, junto com o Estado,

1) [...] na verdade, “armar-se” autodefensivamente para enfrentar a aludida transição, que teria de transcorrer, inevitavelmente, como um processo de conquista econômica externa; 2) Ambos ganham segurança suficiente para revolucionar o espaço econômico interno, com liberdade de ação quase total, podendo implementar medidas estratégicas de política econômica e medidas econômicas instrumentais (relacionadas com a criação de uma nova infraestrutura e de um novo complexo institucional para o sistema econômico como um todo), através das quais procuravam adaptar a ordem econômica emergente não às exigências das grandes corporações, apenas, mas aos requisitos estruturais e dinâmicos do padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista (FERNANDES, 2005, pp. 302-303).

Outro aspecto importante desse processo deve ser evidenciado. O pós-1930 corresponde a um crescente aprofundamento, à medida que caminhávamos em direção ao segundo quartel do século XX, do chamado setor de serviços. A ampliação das relações capitalistas de produção no interior do Brasil implicou na movimentação de diversos setores da economia que, analisados sob a ótica da divisão social do trabalho, articularam-se na esfera da produção. Assim, “os chamados “serviços”, um conjunto heterogêneo de atividades, cuja única homogeneidade consiste na característica de não produzirem bens materiais” (OLIVEIRA, 2013, pp. 52-53) cresceu a ponto de participar, em 1939 e 1969, com um percentual cuja variação da composição do produto interno líquido ia de 55% e 53% (Ibid., p.54). Isso afirma que “o crescimento do terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, [...] tanto em termos absolutos como relativos faz parte do modo de acumulação urbana adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil;” (Ibid., p. 54-55).

Essa formulação se torna particularmente importante para pensarmos Vitória da Conquista uma vez que concomitante ao desenvolvimento comercial, incrementa-se também o setor de prestação de serviços, contribuindo para ampliar as possibilidades e dinamizar a acumulação capitalista localmente. Relativo à personificação do capital monopólico nos agentes do Estado, as adversidades políticas que atingiram o Brasil na década de 1960 com a implantação do regime militar, sob o qual se intensificou as operações financeiras, aumentando o nível de dependência estrutural do Brasil em relação ao capital internacional, atingiu, conseqüentemente, Vitória da Conquista, sem, no entanto, alterar o regime de acumulação local, nem bloquear a ampliação do complexo urbano-comercial. Obviamente, o que presenciamos do ponto de vista político foi a aprovação, por parte dos representantes locais, dos interesses da burguesia nacional e estrangeira (moções de aplausos comemorando e felicitando os militares pela belíssima atuação na defesa dos “interesses nacionais”, por exemplo). Objetivando demonstrar, mais uma vez, o atrelamento do poder político aos interesses econômicos, no dia 17 de abril de 1964 foi aprovada a seguinte moção de aplauso:

A Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, fiel intérprete dos sentimentos do povo conquistense, cumpre sagrado dever de Justiça e de Gratidão, ao apresentar esta calorosa MOÇÃO DE APLAUSO às Forças Armadas Brasileiras que, interpretando com igual fidelidade as aspirações do povo brasileiro, soube repor, com bravura e sem derramamento de sangue irmão, através do movimento revolucionário iniciado a 31 de março último, o Governo Brasileiro nos caminho da legítima Democracia, forma de governo que é um imperativo histórico da nacionalidade (Câmara Municipal de Vereadores, 1964, p. 1).

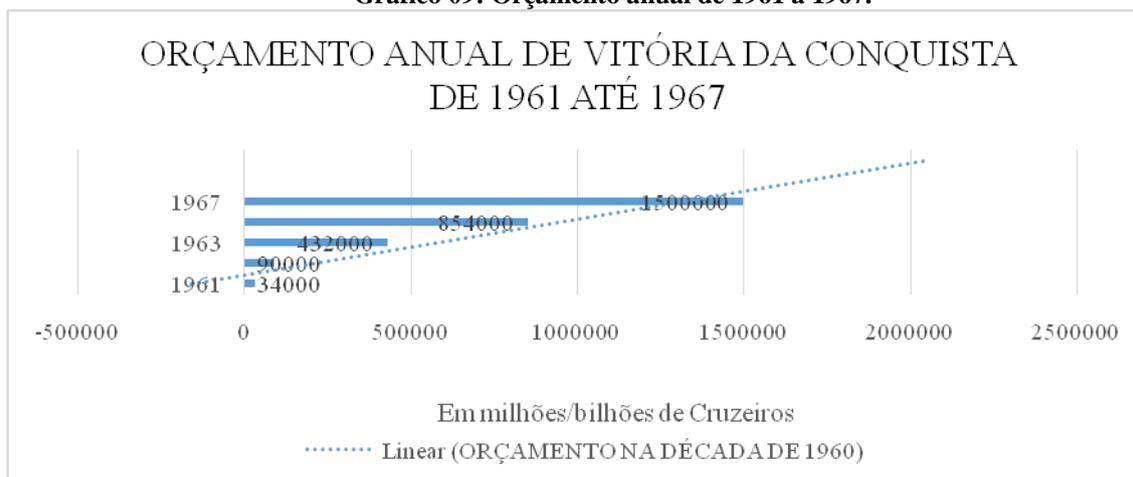
Assinada por diversos vereadores representantes de seus respectivos partidos políticos, assinala o atrelamento ao regime instaurado em 1964, mas não sem resistência e cassações daqueles que, mesmo atrelados ao Estado burguês, com uma visão romântica e reformista do papel deste na sociedade, se opuseram à ditadura militar. Se, no plano do complexo político, não se pode conceber a indissociabilidade dessa esfera com os interesses econômicos das classes dominantes – o que faz do Estado um “comitê da burguesia” –, esse processo se manifesta peculiar, mas não estruturalmente, diferente em Vitória da Conquista. O Estado, no âmbito municipal, não somente apoiou o golpe militar em nível nacional, mas no local concedeu, beneficiando diretamente uma pequena burguesia local, a abertura de novos loteamentos “populares”.

Entrementes, o que importa salientar sobre esse aspecto é que, para Vitória da Conquista, a década de 1960 apresenta um aprofundamento das atividades do complexo urbano-comercial, assim como no processo de expansão territorial e adensamento urbano em

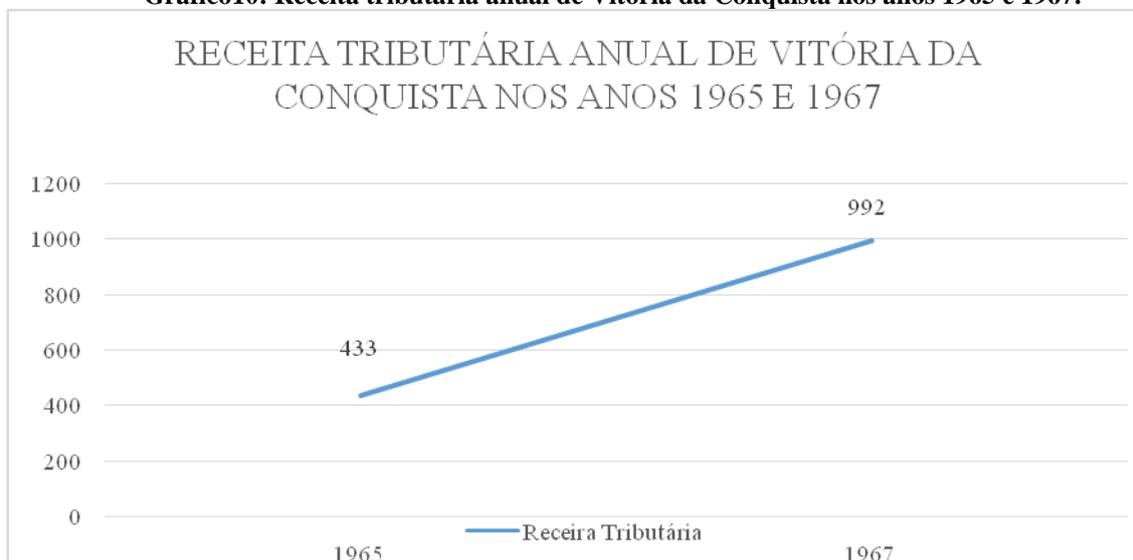
curso amplamente apoiado no Estado pela concessão, quase irrestrita, de alvarás para abertura de novos loteamentos – muitos dos quais totalmente precários em sua infraestrutura. Como implicação imediata, dá-se tanto o agravamento dos conflitos e das contradições sociais, assim como a ampliação e consolidação de uma classe trabalhadora vinculada à esfera da circulação de mercadorias responsável por viabilizar a realização da mais-valia. Nesse contexto, evidencia-se um decréscimo na proporcionalidade entre as populações rurais e urbanas. O Relatório do Plano Diretor Urbano – RPDU –, de 1975, traz a seguinte informação:

Em 1960 seguindo o processo de dilatação da taxa de crescimento dos núcleos, sofreu a população rural uma redução para 19,1%. Essa fase corresponde exatamente ao período de grande urbanização tendo crescido a população urbana para 48.712 habitantes e a população rural para 31.401 habitantes (RPDU, 1975, p. 17).

O relatório aponta que, entre os fatores que implicaram o acréscimo da população urbana e a redução proporcional da rural, está a pavimentação da antiga estrada de rodagem Rio – Bahia que, além de modificar as relações econômicas, induziu à intensificação da urbanização, processo que implicou no crescimento do fluxo de veículos de carga. Além disso, o relatório menciona, como consequência desse processo, a expansão do comércio local e a implantação de pequenas atividades industriais. As informações sugerem – e os dados comprovam – que o crescimento da arrecadação municipal foi significativamente ampliado na década de 1960. Para termos uma ideia, de 1965 a 1967, a arrecadação teve um crescimento de quase 100% como podemos observar (gráfico 09). Do mesmo modo, a receita tributária municipal cresceu mais de 100% no mesmo período de tempo (gráfico 10). Não por acaso, a década de 1960 apresenta expansão em diversos setores que, de alguma maneira, confluem para a economia, atingindo o capital e o trabalho, mas refletindo também nas atividades e na arrecadação municipal, como demonstram os gráficos a seguir.

**Gráfico 09: Orçamento anual de 1961 à 1967.**

Fonte: Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

**Gráfico 10: Receita tributária anual de Vitória da Conquista nos anos 1965 e 1967.**

Fonte: Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

A linha que acompanha o gráfico 08 projeta o crescimento linear, ou seja, se esse padrão de crescimento econômico fosse mantido, a cada ano o orçamento municipal deveria crescer cerca de 50%. Segundo essa projeção especulativa, deveria ampliar-se indefinidamente a atuação do capital nas diversas esferas sociais, bem como das classes trabalhadoras, do território, dos loteamentos etc. Apesar dessa inferência ser especulativa, não se pode negar que a preleção do crescimento econômico e desenvolvimento social faz parte da tônica do discurso ideológico burguês amplamente propalado nos meios de comunicação social locais, conforme demonstramos anteriormente. Entretanto, considerar que o capitalismo pode se desenvolver indefinidamente pressupõe negar todas as determinações mais elementares do capital que, de tempos em tempos, entra em crise e retrai o crescimento, promovendo a ampliação dos conflitos sociais e agudizando as lutas de classes. Entretanto, o

aumento na arrecadação tributária deve ser encarado como forte indicio de intensificação das atividades econômicas e da expansão territorial.

Em 13 de fevereiro de 1967, a moeda Cruzeiro (Cr\$) deixou de existir, sendo substituída por Cruzeiros Novos (NCr\$), fato motivado, pela perda do valor ante as moedas internacionais, sobretudo o dólar, resultante do modelo econômico implementado pelo regime militar que implicou no crescimento inflacionário – que de 1964 até 1967 apresentou uma média superior a 50% ao ano – e no descontrole das contas públicas. Não podemos esquecer, no entanto, que o final da década de 1960 e início de 1970 foi marcado por uma crise econômica mundial sem precedentes, cujas características principais foram a queda da taxa de lucros e a reestruturação produtiva do capital e do trabalho (ANTUNES, 2011) ativando os limites absolutos do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2010; PANIAGO, 2012) – por isso sem precedentes – e atingindo todos com complexos sociais. Esse elemento de crise externa somado a fatores internos, não só do Brasil, mas dos países latino-americanos como um todo (ALMEIDA, 2010), resultou em profundas crises econômicas e sociais.

Lembremos que, de 1964 até 1966, foi elaborado durante o governo militar de Castelo Branco, o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG –, cujo objetivo era estabelecer reformas democráticas, além de estabelecer as diretrizes gerais para as políticas econômicas (IANNI, 1977). Entre as formulações do programa encontramos as seguintes:

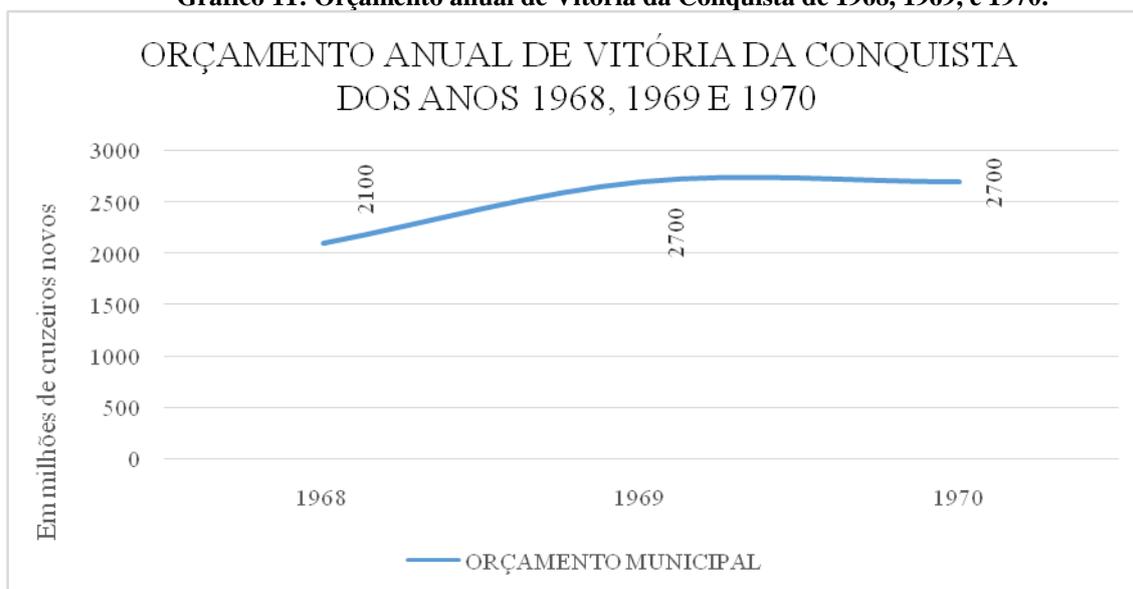
a) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962/1963; b) conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966; c) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida; d) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente afluí ao mercado de trabalho; e) corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo do desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar (Apud., IANNI, 1977, p. 231).

Ianni afirma que, como resultado da aplicação de uma parte desse planejamento, “em seus níveis principais, a política econômica governamental modificou as condições de funcionamento dos mercados de capital e de força de trabalho” (1977, p. 233). Evidentemente, a implementação de um projeto econômico dessa natureza que, em sua essência objetiva ampliar as condições para acumulação capitalista, seus efeitos, ainda que indiretamente, se refletem de forma desigual no território brasileiro, atingindo, assim, pela criação de determinadas facilidade para atuação do capital, Vitória da Conquista. Na continuidade de sua reflexão, Ianni afirma que as inferências pela mediação do plano

econômico “reformulou as relações de produção, segundo as exigências da reprodução capitalista e da expansão do setor privado. Em particular, ela criou novas possibilidades para o funcionamento e a expansão da empresa privada, nacional e estrangeira” (Idem)

Deste modo, dado a conjuntura econômica da década de 1960 como parte do plano formulado, a moeda nacional passou por um processo de reconfiguração monetária. Assim, a guinada do ano de 1967 (veja gráfico 08) mostra, aparentemente, que a arrecadação municipal referente ao triênio 1967, 1968 e 1970 tenha caído, algo enganador. O que corre é que a conversão do Cruzeiro para o Cruzeiro Novo, conforme instituído pelo Decreto-lei Nº 1 de 13 de novembro de 1965, fazia-se na razão de um para mil, ou seja, para cada mil Cruzeiros equivaliam um Cruzeiro Novo<sup>23</sup> explica o fato. Deste modo o gráfico que segue mostra o orçamento anual dos anos subseqüentes à conversão do Cruzeiro em Cruzeiro Novo, evidenciando a continuidade do crescimento do ano de 1968 para 1969 e sua estagnação no ano seguinte. Temos então:

**Gráfico 11: Orçamento anual de Vitória da Conquista de 1968, 1969, e 1970.**



Fonte: Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

Resta-nos esclarecer que o crescimento da receita municipal não implica, necessariamente, investimento em serviços básicos e na melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras. Alguns jornais<sup>24</sup> evidenciam, paradoxalmente, o crescimento das

<sup>23</sup> Para maiores informações sobre esse processo consultar <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1967/pdf/res\\_0047\\_v2\\_1.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1967/pdf/res_0047_v2_1.pdf)>. Acesso em 11 de Fevereiro de 2014.

<sup>24</sup> Os jornais que circularam neste período representavam a ideologia das elites políticas que se digladiavam pela ocupação dos espaços. Vale ressaltar, ainda, que, no contexto da ditadura militar, as críticas eram amenizadas em

contradições sociais ao passo que se incrementavam as forças produtivas e, por conseguinte, o crescimento econômico e a arrecadação municipal. O que buscamos demonstrar aqui é que esse crescimento econômico acelerado não passou despercebido pelos municípios circunvizinhos que faziam apologia indiscriminada ao desenvolvimento do capitalismo em Vitória da Conquista. *A Voz do Povo*, por exemplo, sediado na cidade de Itambé, noticiou, no dia 30 de Novembro de 1963: “Entregue a “COELBA” a Luz de Conquista”, afirmando que

Vitória da Conquista cresce assustadoramente. E seu povo hospitaleiro e bom vibra de entusiasmo pelo evento! Como homens da imprensa independente estamos credenciados para falar de S. E. mormente em se tratando de inauguração dos sanitários anexos ao Mercado Municipal – para homens e mulheres – melhoramentos esses recebidos com os maiores elogios do povo conquistense. A inauguração da praça Dino Correia – onde funcionará a feira livre – foi de grande importância bem como o lançamento da pedra fundamental do prédio onde funcionará o “Centro de Treinamento de Professores”. (1963, p. 1).

É importante considerar dois aspectos nesta notícia: o primeiro refere-se ao irrefreável crescimento econômico, populacional e urbano percebidos pelas diversas cidades que compõem o Centro-Sul da Bahia; o segundo, a mistificação ideológica promovida pelos meios de comunicação social que fazem pensar esse desenvolvimento como algo que beneficia igualmente toda sociedade. O que a notícia omite, dado seu caráter de classe, é que, na medida em que as relações capitalistas se aprofundam em Vitória da Conquista, se intensificam igualmente as contradições sociais e, nesse ínterim, a ampliação do espaço urbano e a gradativa intensificação da segregação socioespacial.

O crescimento evidenciado neste período delinea, inevitavelmente, os contornos do perímetro urbano, uma vez que, a cada novo loteamento, a cada nova família que adentra a cidade e aqui fixava residência, tornava mais nítida a estrutura do espaço urbano e das classes sociais no município, corroborando a produção do espaço urbano e sua segregação. Neste sentido, não existe uma ocupação aleatória e desordenada do solo urbano, mas realizada de acordo às condições estruturais que envolvem proprietários de loteamentos urbanos e compradores, cuja perspectiva de aquisição está sempre relacionada a condições materiais e ao perfil do loteamento. Assim, a consolidação e adensamento populacional pela mediação dos loteamentos permite delinear as classes sociais a partir do seu alocamento urbano, uma vez que loteamentos com perfis distintos surgem para abrigar classes distintas, numa operação

---

função da natureza do regime. Por outro lado, pesquisas recentes realizadas pelo Laboratório de História Social do Trabalho da UESB – LHIST/UESB – revelam que, mesmo durante a ditadura, um grande número de processos foram movidos na Justiça do Trabalho, pela mediação da Junta de Conciliação instalada em Vitória da Conquista no ano de 1963. Para maiores informações consultar Pereira (2014).

em que uma das formas de separação entre as classes sociais decorria dos preços dos lotes. Para Medeiros,

A cidade modificou-se também para dentro do seu espaço físico, separar suas classes sociais [*sic*]. Assim, o aglomerado urbano como que desenha fisicamente sua realidade social. Está se fixando definitivamente a separação entre ruas e bairros ricos e ruas e bairros pobres e a cidade mostra sua verdadeira face de, encoberta pelo movimento do comércio e de seu setor de serviços, sua euforia econômica e suas corridas de jegue no Primeiro de Maio, centro urbano onde a justiça social é desejada porque é carente (FIFO, 1977a, p. 9).

Portanto, o aspecto e o espectro da segregação socioespacial se instala definitivamente em Vitória da Conquista, de modo a se intensificar nos anos subsequentes, de tal modo que as disparidades entre as classes sociais alocadas no espaço urbano se tornaram mais explícitas. Na medida em que o desenvolvimento do capitalismo se intensifica em Vitória da Conquista, as contradições irreconciliáveis entre capital e trabalho, manifestada nos diversos complexos sociais, vêm à tona. Para uma noção do aspecto urbano analisemos estas iconografias:

Na fotografia número 05, a imagem mostra, de forma nítida, ainda que parcialmente,



Foto 05: vista panorâmica da cidade, década de 1960. Fonte: MEDEIROS, 2005.



Foto 06: Praça 9 de Novembro, década de 1960. Fonte: MEDEIROS, 2005.

que a extensão do espaço urbano era bastante

significativa, bem seu adensamento pelas unidades imobiliárias. A fotografia 06, por sua vez, mostra uma aglomeração de pessoas na Praça 9 de Novembro onde, tradicionalmente, se concentram muitas unidades comerciais, constituindo importante indício da configuração do complexo urbano-comercial de então.

O final da década de 1960 e início de 1970 é marcador pela consolidação e plena expansão do capital comercial, mas também representa a introdução do predomínio do capital financeiro na agenda capitalista nacional, que passara a ter um papel cada vez mais importante, dinamizando a economia local, determinando produção e consumo como também criando uma relação de dependência tanto da classe trabalhadora quanto de uma pequena burguesia local. Esta passou a depender de financiamentos mediados pelo capital bancário para objetivar produção e consumo, impactando as políticas de habitação e criando novas determinações para o processo de segregação socioespacial como demonstraremos adiante.

## **2.6 A DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA, O CAPITAL FINANCEIRO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA (1971 – 1989)**

É nesse ritmo de crescimento e expansão – a despeito dos agravantes problemas sociais –, “herdado” da década anterior que, na década de 1970, assistimos à implantação do Distrito Industrial dos Imborés e da Indústria Cafeeira, esta última por meio do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais – PRRC. A expectativa era dinamizar a economia local objetivando subsidiar um processo de industrialização, ainda incipiente, já em curso, para além do comércio.

A implantação do Distrito Industrial dos Imborés, em 1972, localizado a, aproximadamente, cinco quilômetros de distância do perímetro urbano, às margens da BR – 116 se tratou de um esforço despendido com o fito de atrair novos investimentos para o setor, dinamizando a economia local. Paralelamente, criavam-se novas possibilidades de acumulação, através da produção direta de mais-valia e – além daquela extraída no trabalho “assalariado” do campo –, conseqüentemente um proletariado ligado diretamente à produção do “conteúdo social da riqueza material”. A esse respeito o RPDU (1975) nos legou a seguinte informação:

O setor industrial é hoje planejado e localizado ao norte, fora do perímetro urbano, restando na cidade, pequenas indústrias; em geral beneficiadora de produtos derivados de suas principais fontes de economia, a pecuária e agricultura, onde o café é hoje seu principal produto (1975, p. 23).

Entretanto, é preciso observar que a implantação do Centro Industrial dos Imborés está estritamente articulada com o processo e a necessidade da circulação de mercadorias, sendo implantado exatamente às margens da Avenida Presidente Dutra, o que viabiliza maior fluidez tanto na distribuição das mercadorias ali produzidas como também no recebimento dos insumos necessários às atividades produtivas. Embora a implantação da indústria não tenha frutificado como se pretendia, sua localização segue estritamente os preceitos das novas demandas objetivas do capital. Segundo Tanajura (2004) os principais fatores que levam o setor industrial a um papel reduzido para a economia de Vitória da Conquista advêm de uma infraestrutura precária que constitui empecilho objetivo para atrair novos investimentos. Junto a isto, por parte do Estado, a falta de incentivos fiscais que pudessem diminuir a carga tributária possibilitando a ampliação do campo de atuação das indústrias.

O que a análise de Tanajura não leva em conta é que o modo de produção capitalista tem três momentos distintos e articulados que compreende a produção, a circulação e o consumo. Deste modo, segundo as matrizes estruturantes do capitalismo mundial em sua vertente monopolista, dentro de um contexto internacional da divisão social do trabalho, cada cidade, estado, país, enfim, cada território desempenha, de forma predominante, um tipo de atividade conveniente ao aproveitamento das suas potencialidades “naturais” e as necessidades socio-reprodutivas do capital. Portanto, o papel desempenhado por Vitória da Conquista no ciclo de realização total do capital é amplamente vinculado a circulação/transporte e ao consumo/realização da mais-valia.

Com isto não queremos afirmar que outros ramos de atividades econômicas não possam ser implantados em Vitória da Conquista, mas que, dentro do atual contexto de acumulação capitalista, as atividades predominantes estarão relacionadas ao comércio e à prestação de serviços, aproveitando as potencialidades já dadas para tornar mais eficiente o processo de acumulação, fazendo jus à formulação de Oliveira (2013) relativo à substancial e crescente expressão do setor de “serviços” no Brasil.

Conforme dados do Centro de Estatísticas e Informações da Bahia – CEI – (1994), da totalidade de mais de 35.867 mil pessoas que compunham, em 1970, a População Economicamente Ativa – PEA – de Vitória da Conquista, apenas 5.815 estavam empregadas na indústria. Percentualmente, isto representa pouco mais de 15% da população. Por menor que fosse, percentualmente, o proletariado industrial de Vitória da Conquista à época, não podemos negar sua importância. Se somados o proletariado rural – vinculado à agricultura –, que no mesmo ano contava com 12.927 trabalhadores, e os 1.580 trabalhadores vinculados ao

setor de transportes – responsáveis por valorizar o valor, inseridos nas fileiras do trabalho produtivo (de mais-valia) –, teremos um montante de 20.322 operários, representando aproximadamente 56% da PEA. Esses dados nos permite afirmar que, na década de 1970, em Vitória da Conquista se desenvolvia majoritariamente o trabalho produtivo.

Compete ressaltar, no entanto, que o Distrito Industrial dos Imborés não foi a única ação desenvolvida às margens da BR – 116 objetivando dinamizar a economia local e ampliar ainda mais o complexo econômico. O processo de expansão territorial, grosso modo, implicou na divisão da cidade, que foi entrecortada pela Avenida Presidente Dutra. Ao longo dos anos, diversas atividades comerciais, sobretudo ligadas, direta e indiretamente, à indústria automotiva, como oficinas, borracharias, casa de peças etc., foram alocadas nas margens da rodovia, no perímetro urbano, criando um novo núcleo comercial em Vitória da Conquista. Sobre isso, o RPDU afiança que

Predominantemente horizontal, a cidade apresenta uma fisionomia reflexo do seu processo de crescimento, tendo em vista a ocupação acelerada em torno da Rodovia, e seguindo para Oeste, em função da estrada que vai Brumado *[sic]*. Atribue-se *[sic]* a sua expansão horizontal, ao baixo preço e as facilidades na aquisição dos terrenos e dos materiais empregados principalmente o adobe, largamente usado (1975, p. 26).

O que a fonte evidencia de forma clara, embora não dita, é a intensificação de um processo de segregação socioespacial que se estrutura também, desde então, no entorno da BR – 116, trazendo, inclusive, uma descrição relativa aos materiais utilizados para a realização das construções, assim como das condições de aquisição dos terrenos urbanos. Outro indubitável indício do processo de segregação socioespacial em Vitória da Conquista nos é legado pelo Relatório da Secretaria de Obras e Urbanismo – RSOU – (órgão da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista) de 1983, denominado “Remanejamento do Sistema Viário da Avenida Presidente Dutra” no qual, referindo-se à década de 1970, afirma que

O crescimento horizontal da área urbana no período de 75/80 atingiu a excepcional marca de 50%. A grande maioria dessa população imigrante, que se enquadra essencialmente na faixa da baixa renda, classe B-C, se espalhou pela região plana do lado Oeste da cidade (RSOU, 1983, p. 2).

A continuidade da narrativa é particularmente interessante para nossos objetivos, por afirmar que

A demanda habitacional deu origem a loteamentos populares, assim chamados aqueles que, para oferecerem lotes a baixo custo, não se fizeram prover da necessária infra-estrutura para abastecimento d’água, canalização de esgoto e distribuição de luz. Segundo pesquisa feita pela

EMPREENDIMENTOS ODEBRECHT, “a expansão urbana tem se dado em todos os sentidos, sendo mais intensamente paralelo no eixo formado pela BR – 116, com adensamento e ampliação do Bairro Patagônia”. Por outro lado, o fácil acesso oferecido pela Estrada de Contorno que é a parte já concluída do Anel Rodoviário Oeste como pela Av. Brumado, criaram condições para os empreendimentos imobiliários tipo loteamentos populares que rapidamente se multiplicaram (Idem, pp. 2 – 3).

As providências tomadas por parte do poder público, no sentido de criar um ordenamento jurídico que estabelecesse, de alguma forma, regras rígidas no que concerne à ocupação do solo urbano, só veio tardiamente, quando o processo de segregação socioespacial já estava instalado. É óbvio que, pelo seu caráter, o Estado jamais permitiria que legislações contrárias à acumulação capitalista fossem implantadas, não obstante a pressão exercida pelos movimentos sociais no sentido de impor uma nova dinâmica no processo de correlação de forças. Assim, o primeiro Plano Diretor Urbano – PDU – de Vitória da Conquista, somente entra em vigor na segunda metade da década de 1970, pela mediação da Lei Nº 118/76, que dispõe sobre “o uso do solo urbano; o sistema viário; o desenho da cidade, vilas e povoados” etc., (LEI Nº 118/76, p. 1). Apesar das deliberações tomadas pelo PDU, o processo de segregação socioespacial continuou se intensificando, evidenciando a distância entre as determinações legais, por um lado, e por outro, as pressões exercidas pelos grupos sociais do capital e do trabalho, resultando no indubitável processo de ocupações “irregulares” e outras formas de resistência.

Nesse mesmo período, por uma necessidade premente de minimizar os graves problemas urbanos de Vitória da Conquista, além de para servir aos interesses privados e eleitoreiros dos figurões políticos da época, foi criada, pela Lei Nº 134/77, a Empresa Municipal de Urbanismo de Vitória da Conquista – EMURC. O objetivo da empresa era de “implantar planos urbanísticos, executar e fiscalizar serviços de caráter econômico no Município de Vitória da Conquista, podendo realiza-los, também, nos Municípios vizinhos pertencentes à Região Administrativa da qual Vitória da Conquista é sede” (LEI Nº 134/77, p. 1).

A criação de uma empresa com esse fito evidencia pelo menos três elementos: primeiro, a necessidade de uma empresa municipal que pudesse reter parte dos capitais destinados aos investimentos públicos. Assim, ao invés de se contratar uma empresa externa para realizar serviços internos, a própria EMURC se encarregaria desse papel; segundo, existência de uma demanda sempre crescente pela implementação de políticas eficazes de urbanização que pudesse minimizar os problemas materializados não somente na pressão exercida pelos movimentos sociais vinculados às classes trabalhadoras, mas evidenciados em

demandas da classe patronal, que pressionava o Estado para que criasse a infraestrutura necessária à reprodução do capital e; terceiro, mas não menos importante, a exploração das ações da EMURC com fins eleitoreiros, patrimonialistas e paternalistas, servindo para “abrigar” correligionários políticos, conforme mencionamos no parágrafo anterior.

Essa crescente demanda por políticas de urbanização também foi, em parte, motivada pela abertura e posterior pavimentação da BR – 116. Certamente ela, juntamente com outras rodovias que entrecortavam Vitória da Conquista, induziram o aprofundamento das relações capitalistas de produção, o êxodo rural, a imigração e a urbanização acelerada, elementos que ampliaram as contradições sociais e aumentaram as pressões sobre o Estado. Para os entusiastas do “progresso”, a abertura e posterior pavimentação da BR – 116 foram o principal propulsor do desenvolvimento econômico da cidade. Entrementes, “esquecem” de apontar dois importantes elementos constituintes desse processo. O primeiro refere-se ao número de vidas ceifadas nessa contradição imanente entre a BR que induz desenvolvimento do complexo urbano-comercial, mas ao mesmo tempo ceifa vidas humanas como consequência “natural” do desenvolvimento econômico. A título de exemplo, o RSOU ilustra bem a dimensão da quantidade de acidentes no trecho da BR – 116 que perpassa o perímetro urbano. De 1975 até 1980 temos:

**Tabela 03: Estatísticas do número de acidentes no trecho urbano de Vitória da Conquista.**

| <b>ANOS</b>               | <b>1975</b> | <b>1976</b> | <b>1977</b> | <b>1788</b> | <b>1979</b> | <b>1980</b> |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>FERIDOS</b>            | 51          | 53          | 44          | 57          | 60          | 71          |
| <b>MORTOS</b>             | 11          | 06          | 09          | 05          | 03          | 06          |
| <b>TOTAL DE ACIDENTES</b> | 107         | 117         | 111         | 124         | 125         | 130         |

Fonte: Relatório da Secretaria de Obras e Urbanismo – Arquivo Público Municipal.

O segundo elemento trata-se da segregação socioespacial pela mediação da BR-116. Se ela não traduz a essência dessa segregação, não se pode negar que a deixou demasiadamente evidente esse aspecto da realidade de Vitória da Conquista. Conforme afirma Pires (2001) em passagem supracitada anteriormente, o Bairro Brasil, que surge às margens da atual BR-116 (então estrada de rodagem Rio – Bahia) é um bairro que abrigava à época e, ainda hoje, majoritariamente a classe trabalhadora. Essa é, basicamente, a característica de todos os bairros que margeiam a BR-116 no lado Oeste da cidade. Deste modo, fica evidente que as contradições advindas do processo de crescimento econômico se manifestam na segregação socioespacial, mas também em outros complexos sociais (como a cultura, a política, a ideologia) na cotidianidade da classe trabalhadora.



Foto 07: Avenida Frei Benjamin. Fonte: MEDEIROS, 2005.

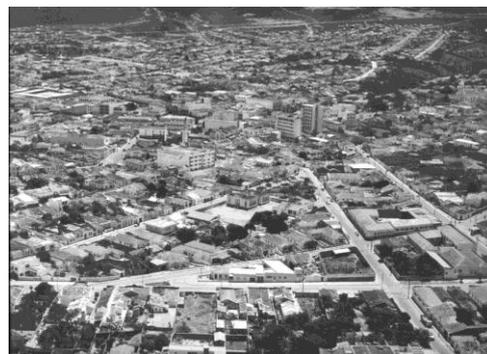


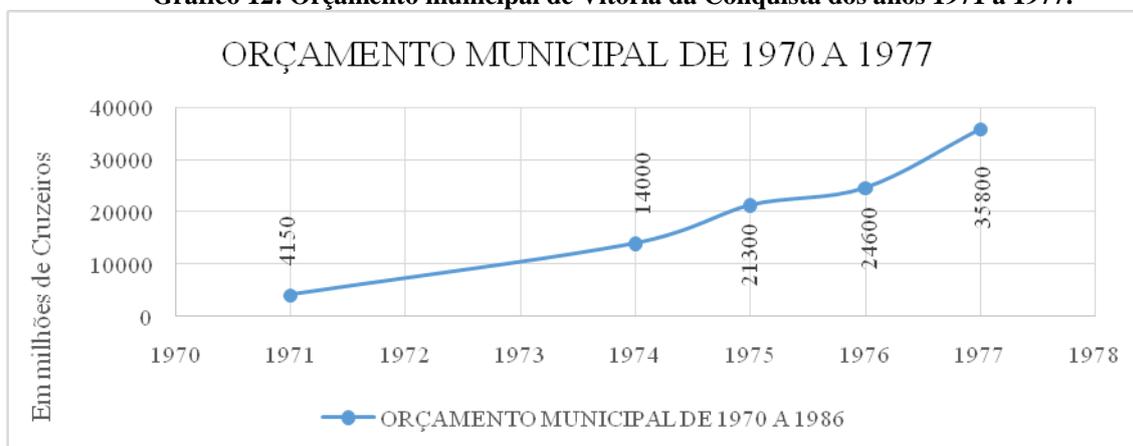
Foto 08: Vista Panorâmica de Vitória da Conquista. Fonte: MEDEIROS, 2005.

Observemos, então, a iconografia, que nos permite avaliar, mesmo que parcialmente, as dimensões do urbano em Vitória da Conquista na década de 1970. A fotografia número 07 evidencia a construção/abertura da Avenida Frei Benjamin (Seminário Nossa Senhora de Fátima ao fundo) situada no lado Oeste da cidade, demonstrando que o crescimento urbano já transcendia, em muito, o núcleo urbano originário, se expandindo noutras direções. A fotografia 08, por sua vez, nos permite avaliar, de forma mais aproximada, as dimensões de Vitória da Conquista na década de 1970, sendo possível confirmar a existência de vários prédios na parte mais central da cidade, bem como sua extensão urbana.

Nessa perspectiva, o crescimento urbano, o adensamento populacional e o desenvolvimento econômico de Vitória da Conquista durante a década de 1970 implicou também no crescimento da arrecadação municipal. Contando com uma população total de 127.528 habitantes, a Vitória da Conquista da década de 1970 traz, segundo dados relativos à

arrecadação municipal que conseguimos levantar, dos anos de 1971, 1974, 1975, 1976 e 1977, o seguinte quadro:

**Gráfico 12: Orçamento municipal de Vitória da Conquista dos anos 1971 à 1977.**



Fonte: Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

Muito embora a implantação do Distrito Industrial na década de 1970 tenha contribuído para dinamizar a economia local, a implantação da indústria cafeeira, entre o final de 1970 e o início de 1980, por sua vez, foi um extraordinário vetor de acumulação capitalista, atraindo novos recursos financeiros e constituindo um novo indutor de imigração. Este momento histórico é particularmente importante para nossa análise, pois é nele que se dá uma penetração mais direta do capital financeiro em Vitória da Conquista.

Para um melhor entendimento da circunstância, a ampliação do desempenho do capital financeiro, sob a égide do capital monopólico e sua implicação no desenvolvimento de Vitória da Conquista, um rápido parêntese tratando do papel desempenhado pela crise econômica mundial (década de 1970) na descentralização do capital excedente e seu reinvestimento em outras esferas passível de acumulação se faz necessário. Iniciemos nossa reflexão sobre o contexto internacional com a compreensão de Almeida sobre o ocorrido, na qual afirma que

A hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo mudou o padrão sistêmico de riquezas, reproduzindo agora por corporações e organizações financeiras, num entrelaçamento estrutural que enfatizou a monetarização da economia – sobretudo com a reestruturação da dívida externa latino-americana de fim dos anos 80. Por outro lado, o domínio do capital financeiro deteriorou as condições de vida social [...], política [...] e econômica [...] do mundo inteiro (2010, pp. 45 – 46).

A crise sistêmica capitalista internacional da década de 1970 teve suas implicações nos diversos complexos sociais, atingindo a taxa de lucro, fato que implicou no reordenamento do

capitalismo mundial, intensificando a penetração de capitais internacionais ocioso no Brasil, assim como no “resto do mundo”. Neste contexto, a descentralização do capital dos países centrais para a “periferia do capitalismo” atinge também Vitória da Conquista, uma vez que os investimentos que viabilizaram a implantação massiva da indústria cafeeira provinham de financiamentos mediados pelo capital financeiro por intermédio dos bancos de fomento.

Não sem implicações, essa conjuntura de crise estrutural do capital foi vivenciada no Brasil. Durante o chamado “milagre”, período de crescimento econômico, entre 1968 e 1973, seguiu-se um quadro de graves crises econômicas, sociais e políticas. Não sem razão Oliveira (2013) afirma que, nesse contexto, todas as medidas tomadas pelos governos militares objetivavam implementar ajustes que impedisse o decréscimo da taxa de lucro. Este raciocínio é acompanhado por Almeida quando afirma que foi precisamente nesse contexto que

[...] eclodiu o conflito no interior das frações de classe burguesa entre o capital industrial e o financeiro, como reflexo das tensões monetárias evidenciadas nos anos 60. Como decorrência, o dólar entrou em queda, causando um processo inflacionário que parecia incontrolável, deteriorando as relações comerciais em termos de intercâmbio interpaises. O resultado disso foi a sangria de capitais desde a periferia, o que levou a América Latina a uma década inteira de produção perdida (1980), com consequente agravamento de seus índices sociais (2010, p. 45).

Como implicação desse processo para a economia brasileira, registra-se a ampliação do campo de atuação do capital pela mediação de novas/velhas atividades produtivas. É nesse contexto que, em meio às adversidades sofridas historicamente pela produção agrícola no capitalismo, os anos de 1960 foram marcados por declínio. Embora parte das explicações para esta “decadência” são atribuídas às condições climáticas, não se pode esquecer que o baixo preço do café no mercado internacional foi um elemento fortemente motivador para se deixar de investir neste ramo produtivo, o que teve como consequência a diminuição do parque cafeeiro brasileiro (SAES, 1997). Assim, visando à recuperação deste parque, o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura – GERCA – e o Instituto Brasileiro do Café – IBC – implantou o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais – PRRC.

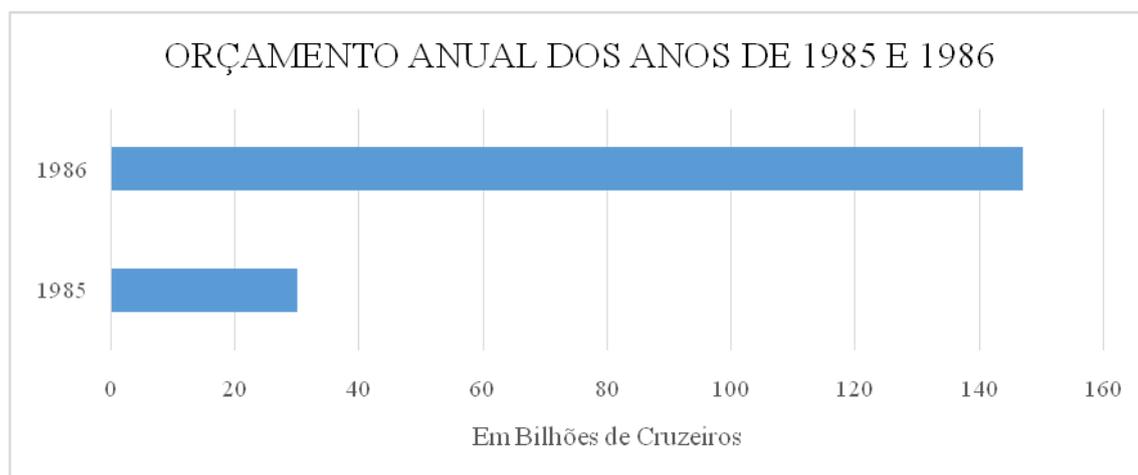
Segundo SAES (1997), o objetivo do programa era implementar e incentivar a produção racionalizada do café em todo território nacional, criando um polo cafeeiro que pudesse produzir uma média bienal de 28 a 30 milhões de sacas de café, atendendo tanto às demandas externas quanto internas. Neste sentido, o outro elemento (além da implantação do Distrito Industrial) que contribuiu para dinamizar a economia local foi a indústria cafeeira,

resultante do fato de Vitória da Conquista se adequar às diretrizes estabelecidas pelo – PRRC. Assim, a implementação deste Plano representou prosperidade para as classes abastadas conquistenses envolvidas na exploração da atividade cafeeira durante toda a década de 1970 e meados da de 1980, ao mesmo tempo em que beneficiou plenamente o capital financeiro, principal responsável por viabilizar essa reestruturação pela mediação de financiamentos bancários. A produção cafeeira no Planalto da Conquista foi tão grande que ocupou, na totalidade da produção baiana de café, um percentual significativo. Segundo Tanajura “[...] o polo cafeeiro de Vitória da Conquista já chegou a registrar uma safra de 750 mil sacas e a participar com 70% da produção na economia do Estado nos anos de 1985/1986” (1994, p.100).

Nesse processo, o poder público, ciente do seu papel de garantidor dos interesses das classes dominantes locais, desempenhou função importante. Assim sendo, a Câmara Municipal de Vereados de Vitória da Conquista aprovou a Lei Nº 104 na Seção do dia 30 de Março de 1976, cuja redação assim foi explicitada:

A Câmara Municipal decreta: Art. 1º - fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a prover escritura de doação em favor do Instituto Brasileiro de Café (IBC) de uma área de terreno com 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), com 50 metros de frente por 40 de frente ao fundo localizada nesta cidade na rua Clemente Moraes, limitando-se à direita com o terreno da Sudene e a direita e aos fundos com terrenos desta prefeitura (LEI Nº104/76, p. 1).

Como se vê, as providências tomadas pelas instâncias legislativa e executiva do poder público municipal vão no sentido de viabilizar a estruturação da sede do IBC e, conseqüentemente, contribuir para implementação do polo cafeeiro em Vitória da Conquista, beneficiando, principalmente, os latifundiários envolvidos direta e indiretamente nessa atividade; ao mesmo tempo, o desenvolvimento destas atividades contribuiu para o crescimento da receita municipal, fato evidenciado nos anos 1985 e 1986, movimentando também outros complexos sociais como o comércio e o mercado imobiliário. Assim, podemos verificar no quadro a seguir:

**Gráfico 13: Orçamento anual de Vitória da Conquista de 1985 e 1986.**

Fonte: Cadernos de Leis e Regulamentos disponível no Arquivo Público Municipal. Gráfico do autor.

Vale ressaltar aqui o papel desempenhado pelo capital financeiro, que passa a determinar diversos campos da produção e do consumo, tanto na esfera pública quanto na privada. No primeiro caso, que é o que especialmente nos diz respeito aqui, ele foi responsável pelo processo de financiamento que promoveu o revigoramento da lavoura cafeeira através da mediação dos bancos de fomento, tanto nacionais quanto estrangeiros. No segundo, o financiamento da casa própria, intensificado por intermédio da atuação do Banco Nacional de Habitação – BNH – estabelecia perfis beneficiados com esse tipo de financiamento. Segundo Almeida,

A habitação popular na cidade de Vitória da Conquista – BA foi ao longo dos anos, alvo de programas realizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), pela Companhia de Habitação e Urbanização (URBIS) e pela Cooperativa para Construção de Habitação Popular (INOCOOP), que tinham como objetivo facilitar o acesso, da população de baixos rendimentos, à habitação. Entretanto, contraditoriamente, na prática, estes programas não garantiram o acesso a essa população por não possuírem as condições econômicas exigidas pelos órgãos de financiamento. Estes programas foram capturados, quase que em sua totalidade, pela classe média local (2005, p. 19).

Evidentemente, é possível perceber uma relação de causalidade entre o desenvolvimento econômico do qual a implantação da indústria cafeeira está indubitavelmente inserida e o crescimento da demanda por habitação. Desta forma, o fomento de uma nova leva de imigração tem como consequência o crescimento a demanda habitacional e o crescimento das pressões sociais pela criação de uma infraestrutura capaz de

abrigar os chegantes além do inevitável processo de proletarização de camponeses. A minimização de parte dessa demanda então, vai sendo suprimida pela gradativa implantação de programas habitacionais fomentados pela atuação da esfera financeira do capital. Para termos uma ideia mais precisa do seu significado, segundo Ferraz (2001), de 1977 até 1980 foi autorizada a abertura de 34 loteamentos, totalizando, aproximadamente, 16 mil lotes; e de 1981 até 1991 foram 99 loteamentos, ultrapassando 40 mil lotes. Na formulação de Ferraz “o espaço urbano de Vitória da Conquista cresce com a demanda por lotes e a consequente abertura de loteamentos, realizada por proprietários-loteadores, proprietários-incorporadores e empresas incorporadoras” (2001, pp. 44 – 45).

O que importa salientar nesse processo é que três vetores de expansão da economia com níveis variados de importância em Vitória da Conquista (indústria, cafeicultura e mercado imobiliário), foram diretamente atingidos e determinados pela atuação do capital financeiro. O declínio da indústria cafeeira, presenciado no final dos anos 1980, na análise de Tanajura deriva, por um lado, da “queda do preço do café e o desestímulo dos cafeicultores” e, por outro, das “voltas com grandes dívidas nos bancos onde obtiveram empréstimos fáceis, agora cobrado com juros exorbitantes” (1994, p. 100).

O engajamento do Estado nesse processo de financeirização da economia, atrelado diretamente ao crescimento urbano e à expansão do complexo urbano-comercial não passou despercebido. Durante as décadas de 1970 e 1980, diversos empréstimos foram realizados pelo poder público junto às instituições financeiras de fomento. No Projeto de Lei Nº 396/86, por exemplo, a Prefeitura Municipal adquiriu, junto ao BNH, um empréstimo no valor de 182 mil Cruzados, objetivando implementar obras de melhoramentos urbanos no Bairro Alto Maron; operações similares podem ser verificadas em diversos outros projetos de leis aprovados pela Câmara e sancionados pelo prefeito municipal, a exemplo dos Projetos de Lei Nº 399/68 e 367/86 entre outros.

O que é particularmente interessante é que, paralelamente ao crescimento das demandas objetivas relativas ao rápido processo de urbanização, cresce com a mesma intensidade a receita municipal ano a ano. Apesar disso, frequentemente o poder público recorria a instituições bancárias para prover seus gastos e investimentos. Se os recursos destinados a determinados fins foram efetivamente aplicados, é algo que não fica claro. Entrementes, as contradições subjacentes a esse processo se somam, intensificando a segregação socioespacial, promovida também pela seletividade dos loteamentos urbanos mediada pela condução do consumo levado a cabo pelas instituições financeiras.

Neste período, marcado pela implementação da indústria cafeeira, intensificam-se os processos de grilagem de terra e aumenta o número de conflitos entre posseiros e fazendeiros locais. O crescimento econômico regional promoveu a proletarização dos pequenos camponeses, que deixaram suas lavouras familiares para vender a força de trabalho aos empresários do café sob brutais condições de exploração, processo que deixou diversas famílias desabrigadas. Segundo Tanajura “muitas terras, pequenas e médias propriedades, cultivadas pelos posseiros foram contestadas por antigos proprietários, surgindo, na área selecionada pelo IBC alguns casos de grilagem” (1994, p. 99), sendo o caso de Matas do Pau Brasil o mais emblemático. Conforme afirma Souza

O que se verifica no Sudoeste da Bahia, a partir da década de 1970, em diante, é um crescimento econômico proporcionado pela difusão do cultivo do café, e que este processo não se reverte no desenvolvimento que significaria a melhoria das condições de vida da população como um todo. Quem se beneficia do discurso de desenvolvimento são as classes dominantes. Quanto aos trabalhadores o que se observa são os processos de expropriação da terra e a máxima exploração do trabalho, tanto no campo, quanto nas cidades (2008, p. 397).

Deste modo, se, por um lado, o crescimento econômico beneficiou amplamente os latifundiários, mas também movimentou uma série de outras atividades econômicas em diversos complexos sociais, numa relação de autonomia e determinação com a produção cafeeira, como podemos observar no trecho que segue:

O outro marco depois da inauguração da Rio-Bahia, foi o surgimento do Polo Cafeeiro implantado na região. O surgimento da mão-de-obra para o homem do campo, fez crescer a renda per-capita, bem como os incentivos do próprio governo estadual na área da agropecuária, com o aumento do seu rebanho bovino, fator preponderante para o desenvolvimento do município. E, juntando-se a esse quadro, veio, conseqüentemente, o crescimento do próprio comércio. Auto-suficiente nos dias de hoje, o comércio de Vitória da Conquista atrai, diariamente empresários baianos e de outros Estados nos mais diferentes ramos da atividade (Tribuna Regional, Nº 1, 1984, p. 1).

Por outro, o que a notícia não evidencia, comprovando seu teor ideológico vinculado aos interesses das classes dominantes locais, são as conseqüências nocivas do processo de proletarização dos camponeses e imigrantes aos quais o jornal se refere eufemisticamente como “surgimento de mão-de-obra para o homem do campo”. A exploração da força de

trabalho foi tão intensa e sob condições tão precárias e degradantes de trabalho, que desembocou em uma greve<sup>25</sup> nos idos de 1980, de repercussão nacional. Segundo Pereira,

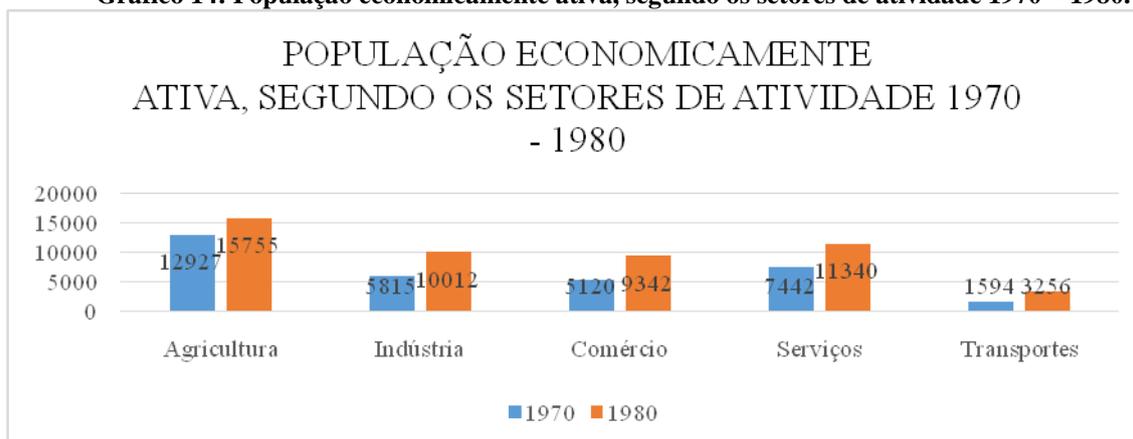
A “Greve do Café”, que, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, chegou a abarcar 14 mil trabalhadores só do município de Vitória da Conquista (25 mil se considerados os trabalhadores de toda a região), foi amplamente documentada pela imprensa local e por jornais da capital, envolveu diretamente os representantes do Estado nas esferas local e estadual e resultou em um amplo debate, entre os próprios trabalhadores, mas também em outros setores da sociedade, sobre a natureza do trabalho rural, sobre a justiça das reivindicações e sobre as novas formas de organização e luta dos trabalhadores, agora em um novo contexto, de aprofundamento das lutas em defesa da redemocratização do país (2011, pp. 53 – 54).

O crescimento econômico, que, mormente, beneficia as classes dominantes – que embolsam o maior do excedente produtivo – traz, em contrapartida, diversas mazelas sociais, promulgadas não somente na problemática segregacional do espaço urbano, mas também nas péssimas condições de trabalho às quais os trabalhadores são submetidos. Afora isto, “muitas terras passam a ser tituladas na região, inventários que há décadas não haviam sido realizados são retomados. As terras são bastante valorizadas e fonte de exploração e especulação” (SOUZA, 2008, p. 397).

O problema referente ao trabalho precarizado revela-se também nos movimentos sociais urbanos, não passando despercebidos aos olhos da imprensa local, onde as greves são, quase sempre, tratadas como uma grave ameaça à ordem estabelecida – apesar do caráter nitidamente reformista. Para ilustrar graficamente o crescimento do número de trabalhadores em Vitória da Conquista das décadas de 1970-80 em quatro setores específicos (agricultura, indústria, comércio e serviços) apresentamos o seguinte gráfico:

---

<sup>25</sup> A greve dos trabalhadores do café de Vitória da Conquista e região tem sido objeto de estudo de diversas produções acadêmicas. Aos interessados indicamos o trabalho de Santos (1987), Medeiros (2002) e Souza (2008).

**Gráfico 14: População economicamente ativa, segundo os setores de atividade 1970 – 1980.**

Fonte: Centro de Estatísticas e Informações da Bahia, 1994 – IBGE.

O gráfico 14 evidencia que a indústria, o comércio e os transportes foram os setores que apresentaram os crescimentos mais significativos. Mas também é possível observar o crescimento do setor de serviços que, com o passar dos anos, executa um papel cada vez mais importante na composição do PIB de Vitória da Conquista. Se, como afirmamos anteriormente, a década de 1970 apresenta maior percentual da classe trabalhadora produtiva em relação aos demais trabalhadores, para a década de 1980 essa afirmação não é menos verdadeira. Do total de 55.830 trabalhadores, 29.023 trabalham diretamente com o processo de produção e valorização do valor, ao passo que os setores não produtivos (comércio, serviços, administração pública, atividades sociais, outras atividades) somados, totalizam 26.807 trabalhadores. Percentualmente, significa dizer que os trabalhadores produtivos correspondem a 52% da PEA, ao passo que os trabalhadores não produtivos 48%. Os dados evidenciam também uma tendência de queda dos trabalhadores produtivos, pois, em 1970, representavam 56% da PEA e, dez anos depois, apresentaram um decréscimo proporcional de 4%, ao passo que os não produtivos manteve o mesmo percentual de crescimento de 1970 para 1980. Essa caracterização é particularmente interessante para nosso objeto pois quando falamos de segregação socioespacial estamos, na verdade, evidenciando a configuração socioespacial das classes sociais no espaço urbano. A segregação é, neste sentido, também a dispersão/coesão das classes sociais no espaço e, portanto, dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, o adensamento da população urbana, sobretudo da classe trabalhadora, verificado nos anos de 1970, 1980 e 1990 criou demandas básicas de subsistência que emergem como contradição social imanente, aguda e brutal em uma cidade cuja prosperidade econômica era amplamente celebrada pelos meios de comunicação social e largamente reproduzido no seio da memória social local. Observamos, assim, intensificar os

problemas sociais referentes a urbanização, moradia, saúde, segurança e em uma série de outros setores.

Algumas reformas e melhoramentos urbanos são realizadas pelo poder público municipal com o objetivo de minimizar os impactos sociais da rápida urbanização. Neste sentido que, pela mediação do Projeto de Lei Nº 295/83 a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista cria o Serviço de Transporte Público – STP – com o objetivo de prover fiscalização, planejamento e administração dos serviços de transporte coletivo municipais. Particularmente interessante é a mensagem enviada juntamente com o Projeto de Lei para aprovação na Câmara:

A sede do Município experimenta um elevado crescimento físico-populacional nos últimos anos. Em decorrência, o número de usuários e os serviços de transporte coletivos conheceram proporcional crescimento. Atualmente temos 350 (trezentos e cinquenta) taxis inscritos na Prefeitura e, quanto aos ônibus coletivos, a Empresa que explora os serviços serve 11 (onze) linhas, com uma demanda de mais de 20.000 (vinte mil) usuários/dia (1983, p. 2).

É possível perceber como as demandas por transporte e por melhoramentos urbanos crescia rapidamente em Vitória da Conquista. Como resultado das contradições, as políticas implementadas pelo poder público municipal objetivava atender as reivindicações da burguesia local, mas também das classes trabalhadoras. É nesse sentido também que convênios são firmados entre a Prefeitura Municipal e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU – “objetivando a participação do município no Programa de Pavimentação de Baixo Custo em Áreas Urbanas de Baixa Renda – PROPAV” (LEI Nº 367/86, p. 1). Assim, conforme noticiado pelo jornal *Tribuna Regional*, em 1984, a construção do terminal de transporte coletivo evidencia o melhoramento no deslocamento urbano e na conexão entre os bairros da cidade. Esse processo evidencia que as reformas urbanas realizadas pelo poder público municipal, tanto para atender a novas demandas da sociedade conquistense, quanto para viabilizar a melhor circularidade do capital em seus diversos setores são intensificadas, afetando tanto a reprodução social da cotidianidade quanto a estética urbana, que sofre profundas transformações. É nesse período também que assistimos à construção de grandes edifícios e do *Shopping Conquista Center*, fato que confirmava as potencialidades de Vitória da Conquista no contexto internacional de divisão social do trabalho, especificamente na realização da mais-valia através dos processos de consumo e circulação.

Muito embora algumas ações do poder público municipal tenham sido implementadas buscando minimizar as contradições sociais, a exemplo das supracitadas, as repostas das

classes trabalhadoras, no que se refere à ocupação do espaço urbano não foram menos emblemáticas. Nesse sentido, o final da década de 1980 é marcado por um grande número de ocupações, realizadas por movimentos sociais urbanos. Segundo Ferraz,

A partir de 1988, intensificam-se os processos de ocupação coletiva no espaço urbano de Vitória da Conquista, tendo-se como exemplo a ocupação da Pedra Branca, situada no loteamento Alto da Boa Vista de 1989; a ocupação de uma área para fins institucionais, no Conjunto de Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS VI) iniciado em 1990; e as três ocupações ocorridas na área do cemitério e do campo de futebol do bairro Alto Maron [...] (2001, p. 72).

Apesar das afirmações de Ferraz, de que a ocupação na Urbis VI foi iniciada no início de 1990, informações jornalísticas dão conta de que tal processo de ocupação foi iniciado ainda em 1987, ganhando corpo nos anos que se seguiram. Assim, em contrapartida aos condomínios de luxo, surgem as ocupações “populares” como forma de resistência e expressão das lutas de classes. Sobre isso, o Jornal *Tribuna da Conquista*, de 7 de Fevereiro de 1987 estampou a seguinte notícia: “Casas vazias da Urbis VI são invadidas”. Relatava o jornal que

Moradores do conjunto habitacional Urbis VI, alegam que na calada da noite, muitas casas que não foram ocupadas por seus proprietários, foram invadidas por famílias que repetem querer adquirir uma residência a qualquer custo. O que se sabe até o momento é que muitos dos proprietários das casas têm reagido também à força e retirado logo em seguida os invasores (1987, p. 1).

Na sequência da narrativa afirma que

Localizado na Estrada Conquista – Itambé, em frente ao posto da Polícia Rodoviária Estadual, o Conjunto Habitacional Urbis VI pelo fato de ser ocupado e ainda não ter na ocasião transporte coletivo, ficou sendo chamado de Pé Inchado. Porque diziam que os moradores caminhavam tanto que inchavam o pé. Depois foi chamado de E o vento levou. Diziam que o vento era muito forte no inverno. E por último foi chamado de Gogo de Ema. Diziam pelo fato das casas serem “parede e meia” e por isso ter de fazer certas coisas no maior silêncio (Idem).

Apesar do notório tom de chacota do jornal ele evidencia dois elementos: o primeiro refere-se, mais uma vez, ao processo de segregação socioespacial engendrado pela mediação do poder público, uma vez que a área referida destina-se à instalação de um conjunto habitacional, localizado cerca de sete quilômetros de distância da parte mais central da cidade; o segundo, a ativa contribuição do poder público, à valorização das terras existentes entre a parte mais central da cidade e o conjunto habitacional. A luta por moradia, como podemos

evidenciar, mostra que o problema da habitação em Vitória da Conquista é de longa data, confirmando também que o conjunto habitacional construído com a finalidade de suprir parte da demanda objetiva de uma parcela das classes trabalhadoras possuía, além de uma estrutura precária, a disponibilização de péssimos serviços essenciais como é o caso do transporte público e saneamento.

Evidentemente, o agravamento das condições sociais corresponde não somente às condições de funcionamento do capitalismo em Vitória da Conquista, mas diz respeito a um quadro muito mais amplo. Do ponto de vista da conjuntura nacional e internacional dos anos 1980, representou a década da

[...] crise financeira – identificada como crise da dívida – [que] se abateu sobre vários países da América Latina, limitando a capacidade financeira via entrada de capitais, foi imposta a produção de superávits comerciais a título de transferência de capitais e recursos. Os indicativos sociais daquele período causaram medo. As crises do Brasil na década citada, do Chile (1982 – 1983), podem ser apontadas como saldo de balanço dessas ‘reformas’, jogando a classe trabalhadora – e também a média – dos países periféricos num processo estarrecedor de empobrecimento (ALMEIDA, 2010, p. 58).

Conforme afirmamos anteriormente, na formulação de Almeida (2010), a aplicação das deliberações do *Consenso de Washington*, que resultaram no reordenamento neoliberal da economia mundial cujo objetivo principal era conter a queda da taxa de lucros por meios de “doses “cavalares” de “flexibilização” e “desregulamentação”” (Idem), tinha o claro intuito de conservar a acumulação burguesa, resultando na “(...) abertura econômica da periferia, processo executado através da redução das barreiras comerciais às inversões estrangeiras” (Idem). Entendemos, assim, com base em tudo o que foi dito até agora, que, na Vitória da Conquista do período compreendido da segunda metade da década de 1970 e a década de

1980, na lógica do desigual e combinado, desenvolveu plenamente seu complexo-urbano comercial.



Foto 09: Vista da Avenida Lauro de Freitas.  
Fonte: Arquivo Público Municipal.

No entanto, esse também é o período marcado pela penetração crescente do capital financeiro e empresas de capital monopólico que reestruturou completamente a dinâmica de acumulação local com implicações objetivas no processo de ocupação, valorização e desvalorização do espaço urbano<sup>26</sup> e na segregação socioespacial, inserindo Vitória da Conquista em um processo mundial de reprodução capitalista. É, então, no final da

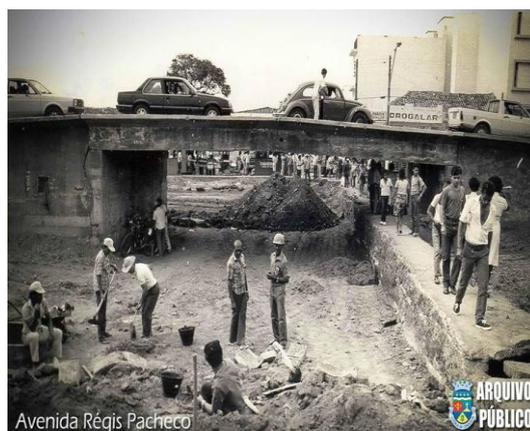


Foto 10: Construção do Viaduto na Avenida Régis Pacheco (popular Viaduto Bigode de Pedral). Fonte: Arquivo Público Municipal.

década de 1980 e início de 1990 que, efetivamente, a dinâmica de acumulação em Vitória da Conquista passa a ser totalmente determinada pelas grandes corporações, *multi* e transnacionais. Encerramos esse tópico evidenciando, por meio da iconógrafa (fotografias 09 e 10), as dimensões parciais do espaço urbano de Vitória da Conquista, no centro da cidade. A fotografia 09 mostra a Avenida Lauro de Freitas, onde hoje funciona o Terminal do transporte coletivo urbano de Vitória da Conquista. Já é possível perceber uma quantidade expressiva de veículos, o que nos permite inferir que as adequações sofridas no espaço urbano ao longo dos anos, também objetivam viabilizar uma maior “mobilidade” de veículos (fotografia 10), sobretudo no centro da cidade, onde o tráfego de pessoas, veículos e mercadorias só se intensificou ao longo dos anos.

## **2.7 RETERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL MONOPÓLICO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: DE 1990 AOS DIAS ATUAIS, BREVES CONSIDERAÇÕES**

À medida que adentramos as últimas décadas do século XX, o processo de atuação de empresas de capital monopólico em Vitória da Conquista começa a se intensificar. Evidencia-se, nesse ínterim, a ampliação e a intensificação dos processos de exploração da mais-valia, mas também a reterritorialização contínua realizada por parte das empresas multi e transnacionais em nível internacional e nacional. Segundo Antunes, nas décadas de 1980 e 1990

[...] verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pelas transferências de plantas industriais, onde empresas tradicionais, como a indústria têxtil, sob a alegação da concorrência internacional,

<sup>26</sup> Retomaremos essa problemática no segundo capítulo.

deslanchavam um movimento de mudanças geográficas-espaciais, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força-de-trabalho, acentuando os traços de superexploração do trabalho, além de incentivos fiscais ofertados pelo Estado (2011, p. 121).

Entendemos que a atual fase de acumulação capitalista em Vitória da Conquista, é marcada pela atuação de um grande número de empresas do ramo comercial (tais como os Grupos Carrefour, Walmart, Pão de Açúcar, diversas outras dos ramos automobilístico e calçadista) sob a égide do capital monopólico, resultado indubitável desse processo de descentralização produtiva ao qual infere Antunes. Em uma atuação direta, objetivando maximizar a possibilidade de aquisição de lucros pela intercessão de intensa exploração, essas empresas promovem uma nova dinâmica na ocupação do solo urbano. Isso ocorre devido as consequências geradas pelos novos processos de territorialização, desterritoriaização, desvalorização e valorização do solo urbano no qual os especuladores imobiliários enxergam novas possibilidades de extração de lucro pela elevação dos preços dos terrenos urbanos nas mediações dessas multinacionais. Como consequência disso, assistimos a novos processos de segregação socioespacial das classes trabalhadoras, mediado pelo capital, mas também promovidos pelas políticas de urbanização e habitação popular do Estado, o que acaba por alterar a correlação de forças entre o capital e o trabalho. Nesse sentido, a observação do quadro populacional é particularmente interessante para percebermos a ampliação do espaço urbano. Assim, de 1970 até 2010 temos os seguintes dados:

**Tabela 04. Populações rural e urbana de Vitória da Conquista dos anos 1970 a 2000.**

| Ano  | População Rural | %    | População Urbana | %    | Total   |
|------|-----------------|------|------------------|------|---------|
| 1970 | 41.569          | 32,5 | 85.959           | 67,5 | 127.528 |
| 1980 | 43.245          | 25,3 | 127.652          | 74,7 | 170.897 |
| 1991 | 36.740          | 16,3 | 188.351          | 83,7 | 225.091 |
| 2000 | 37.155          | 14,1 | 225.430          | 85,9 | 262.585 |
| 2010 | 32.127          | 10,5 | 274.739          | 89,5 | 306.866 |

Fonte: Censo Demográfico do IBGE dos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabela do autor.

O que os dados da tabela demonstram é que, dos anos 1970 para 2010, houve uma expressiva concentração populacional no núcleo urbano de Vitória da Conquista, com um acréscimo médio de, aproximadamente, 44 mil pessoas a cada dez anos. Em 1970, a taxa de urbanização era de 67,5% passando para 89,5% em 2010. Em contrapartida ao crescimento da população urbana, assistimos ao decréscimo da população rural, motivado por fatores

diversos, dentre eles o êxodo rural. Adentrarmos, então, à década de 1990 em direção aos dias que se seguem, com uma alta taxa de urbanização e problemas que se acumularam em diversos setores da sociedade, inclusive nas políticas de habitação e nos processos de segregação socioespacial.

Compete ressaltar, ainda, que a densidade populacional urbana de Vitória da Conquista trata-se de um atrativo particular para as multinacionais vinculadas ao comércio atacadista e varejista – não sem razão assistimos nos últimos anos a instalação de diversas “gigantes” do comércio varejista (Americanas, Riachuelo, C&A, Renner, Le Biscuit etc.). As potencialidades de Vitória da Conquista em realizar a mais-valia pela mediação do consumo de mercadorias é um dos elementos que contribui para que a descentralização produtiva se centralize e reterritorialize, também, aqui<sup>27</sup>.

No que concerne ao cenário nacional que protagonizou esse amplo processo de destruição e reconstrução dos capitais fixos (HARVEY, 2006) é preciso ressaltar que, do ponto de vista da política nacional, a década de 1990 é marcada pelo processo de “redemocratização” com eleições diretas em 1988 e aprovação da Constituinte. Do ponto de vista econômico, o Brasil submergiu numa crise resultante da política econômica aplicada pelos governos militares, mas também da conjuntura internacional supracitada. De 1983 até meados da década de 1990 o país viveu verdadeiras crises inflacionárias tendo de recorrer por diversas vezes aos órgãos internacionais para renegociar a dívida externa. Se, em 1985, durante a gestão de Figueiredo a inflação alcançava índices recordes de 22% ao ano, no final da década de 1980 chegava aos 1.000% (BERSTEIN, 2007).

Nesse contexto, em Vitória da Conquista evidenciou-se impasses políticos e crises econômicas profundas que geraram endividamento, falências, demissões e retração do mercado de trabalho, além do definhamento das lutas de classes resultado da perda de referência ideológica engendrada pela queda do Muro de Berlim, resultante, sobretudo, da reestruturação produtiva e da adoção das políticas neoliberais. Na análise de Almeida, foi um período marcado pelo “desmantelamento do setor público (educação, saúde, segurança e previdência) privatizando os ativos estatais (sistema de bancos e empresas) e, ao mesmo tempo, enfraquecendo as resistências de ordem econômica” (2010, p. 59).

Segundo Antunes (2011) as transformações ocorridas no Brasil, sobretudo a partir de 1990, resultante da aplicação das medidas do Consenso de Washington, afetou profundamente o que o autor chama de “mundo do trabalho”. Entre os elementos que apresentaram as

---

<sup>27</sup> Segundo os dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, esse difuso setor de serviços foi responsável, somente em 2009, por mais de 70% do PIB de Vitória da Conquista (PMVC, 2014).

transformações mais significativas, o autor aponta a reestruturação produtiva e nova divisão internacional do trabalho e do capital, além do processo de reterritorialização e desterritorialização (para o qual chamamos atenção para Vitória da Conquista e seu atual estágio da acumulação capitalista) das atividades produtivas. Esse elemento é particularmente importante pois é a partir dele que percebemos, também, um processo de reconfiguração espacial em Vitória da Conquista que implicará em novas segregações no tempo que segue.

Obviamente, Vitória da Conquista, não estando imune a essa conjuntura de crise, sofreu profundos impasses com o crescimento do desemprego e também uma recessão econômica. Essa foi, provavelmente, a primeira grande crise econômica a atingir Vitória da Conquista de forma mais intensa a ponto de impactar no processo de acumulação capitalista.

#### Segundo Fontes

[...] no bojo da estagnação econômica da década de 1980 e início dos anos 1990 [...], a cidade passou a viver certo impasse no seu modelo econômico-social e também político. Os setores então dinâmicos da economia, como o comércio e a cafeicultura, se descapitalizam. O grupo politicamente hegemônico desde a década de 1960 se enfraquece, com divisões internas e perda de legitimidade na opinião pública (2009, p. 3).

A incapacidade da democracia burguesa, personificada nos agentes mandatários do poder político local, em atender as crescentes demandas sociais, mas também de prover os interesses de setores responsáveis pela dinamização econômica como a indústria, a cafeicultura e o comércio resultado da crise econômica alastrada no país, implicou, como afirma Fontes na incredibilidade do poder público. Deste modo, o desemprego estrutural que assola o Brasil se faz presente também em Vitória da Conquista, sendo amplamente noticiado pelos meios de comunicação de massa, inclusive transmissões televisivas instaladas na cidade ainda na década de 1980. O aprofundamento da crise que atingiu Vitória da Conquista e a agudização das contradições sociais pode ser evidenciado na manchete estampada de Julho de 1992 do Jornal Impacto, que afirmava: “Comércio [estava] à beira da falência”, argumentando que

O comércio de Vitória da Conquista está praticamente falido. Com a as vendas em baixa, atingindo uma queda de até 45%, o comércio poderá entrar em estagnação. Para o presidente da CDL [...], a solução não depende dos empresários, mas de uma política séria do governo federal, explicou que os empréstimos bancários são inviáveis para os lojistas e o que está salvando é o cheque especial, mesmo que os juros pagos sejam bastante superior aos lucros das vendas. Com a crise do comércio, o número de demissões também sofreu esse reflexo, sendo que muitas casas comerciais tiveram de fechar suas portas. Primeiros foi a Casas Pernambucanas, depois a Casa Lyra (está há 52 anos funcionando em Conquista) e pôr fim a Magazine Aracy

(fundada em 1941) que está fazendo sua última promoção de estoque. Outras estão a beira da falência (JORNAL IMPACTO, 1992, p. 1).

As implicações da crise foram visíveis em diversos setores. Atingiu em cheio o modelo de administração do Estado existente até então: saúde, educação e segurança, moradia sofreram com maior intensidade, fruto, inclusive, dos novos rumos tomados pela economia brasileira sob a égide do neoliberalismo. Afora isto, a crise nos serviços públicos atinge diretamente as classes trabalhadoras que são as principais usuárias desses aparelhos.

Assim, a década de 1990 apresenta a agudização das lutas de classes nos movimentos sociais urbanos e rurais também em prol da moradia. Verifica-se então, um crescimento no número de ocupações e assentamentos existentes em Vitória da Conquista fruto das lutas empreendidas pelos movimentos sociais objetivando encontrar, por meios próprios ante a “omissão” do Estado, formas de resistir e sobreviver em meio à intensificação da barbárie social engendrada pelo capital “civilizador”. Nesse sentido, em 1993 o Relatório a Secretaria de Obras e Urbanismo da Divisão de Fiscalização – RSOUDF – trazia as seguintes informações sobre o panorama das ocupações e assentamentos:

Nos últimos anos verificou-se o processo de invasão em nossa cidade e isso deu-se de forma desordenada principalmente nas áreas periféricas, notadamente em terrenos da PMVC e em áreas particulares, áreas verdes e institucionais dos Loteamentos. Essas invasões foram praticadas por pessoas carentes. Observa-se que essas áreas são desprovidas de qualquer infraestrutura (RSOUDF, 1993, p. 1)

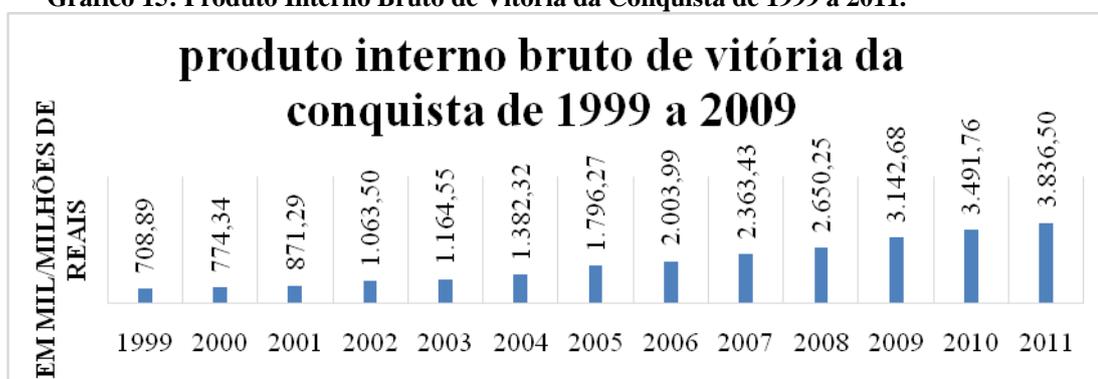
O mesmo relatório trazia um quadro geral das ocupações e assentamentos existentes em Vitória da Conquista, tanto os reconhecidos perante o poder público municipal, quanto as chamadas invasões: “Aeroporto, Kadija, Urbis VI, Bruno Bacelar, Migdônio [*sic*], Sta. Cruz, Nova Cidade, Panorama (Cemitério), (...) Parque Imperial, Conveima II (Faixa de domínio), Alto da Boa Vista – Faixa do Anel Viário e Área Verde do Anel de Contorno, Urbis VI (faixa de anel do contorno)” (RSOUDF, 1993, p. 1). Notadamente, a ampla maioria das ocupações e assentamentos mencionados está localizada na periferia da cidade, configurando-se verdadeiros casos de segregação socioespacial. Em 1991, dentro de um contexto de agudização das lutas sociais, que se criou o Programa e Fundo Municipal de Habitação Popular, pela mediação da Lei Nº 670/91, com principal objetivo de reduzir o déficit habitacional, de tal modo que algumas das ocupações e assentamentos foram “regularizados”.

Vários estudos acerca da realidade de Vitória da Conquista concernente à construção do espaço urbano, a produção socioespacial e sua relação com as habitações populares, bem como sua produção e valorização foram realizados por Ferraz (2001), Almeida (2005) e

Rocha (2011). Importante salientar que todas as contradições evidenciadas nesse contexto são resultantes das profundas contradições emergidas no âmbito do pleno desenvolvimento e aprofundamento das relações capitalistas de caráter monopólico. A própria criação de um Programa de Habitação Popular, por parte do poder público municipal, contribuiu na intensificação do processo de segregação socioespacial, cujo fito central era minimizar os impactos sofridos pelos interesses do capital em suas respectivas áreas de maior interesse.

A primeira metade da década de 1990 representou uma crise no paradigma de acumulação em Vitória da Conquista com implicações diretas na ocupação do solo urbano e nos processos de segregação socioespacial. A segunda metade, por sua vez, motivada por uma reorientação administrativa da gestão municipal (e uma conjuntura internacional favorável), cujo objetivo principal era retomar os níveis de crescimento econômico, representou a ascensão de um novo momento para a acumulação capitalista. Entre os elementos que caracterizaram essa nova gestão do capital podemos citar o controle dos movimentos sociais sob a égide das diretrizes do Estado (cooptação) com aplicação de políticas voltadas para a habitação popular (o que causou o refluxo e a paralisia dos movimentos sociais urbanos em prol da moradia), mas também o fortalecimento de algumas instituições (sobretudo àquelas responsáveis pela realização de serviços públicos mais essenciais e fundamentais (Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Saúde etc.) com o objetivo claro de minimizar as contradições sociais e tornar mais eficiente o controle do capital. Deste modo, os anos 1999 até 2009 apresentaram um sempre crescente Produto Interno Bruto como pode ser evidenciado no gráfico abaixo:

**Gráfico 15: Produto Interno Bruto de Vitória da Conquista de 1999 a 2011.**



Fonte: IBGE Cidade – Produto Interno Bruto dos Municípios de 1999 a 2011.

Por tudo o que foi dito até o momento, ressaltamos, na atual fase de reprodução capitalista em Vitória da Conquista, a atração que a cidade exerceu para as multi e

transnacionais. Atraídas pelo mercado consumidor e suas potencialidades e pela movimentação dos setores do comércio e serviços que, em 2011 foram responsáveis por mais de 70% do PIB municipal (IBGE CIDADES, 2011), o capital monopólico vem contribuindo para a intensificação da segregação socioespacial em curso, uma vez que torna mais difícil a aquisição de lotes urbanos, na mesma medida que fomenta a especulação por parte dos agentes imobiliários conforme mencionamos anteriormente.

Esse “terceiro setor”, dentro do contexto da divisão internacional do trabalho, manifesta e projeta uma tendência “sempre” – até então – crescente da economia<sup>28</sup>, atuando pela mediação das multi e transnacionais contribui, emblematicamente, com o processo de desterritorialização e reterritorialização transmutando os múltiplos aspectos da realidade, provendo a valorização, revalorização e desvalorização, reconfigurando o espaço urbano e contribuindo na intensificação do processo de segregação socioespacial. Assim, essas relações, até pouco tempo atrás, características das grandes cidades brasileiras, se fazem presentes em Vitória da Conquista com uma intensificação constante, alterando toda a dinâmica de reprodução social existente até, mais ou menos, o terceiro quartel do século XX.

Evidentemente, o processo de segregação socioespacial de Vitória da Conquista só pode ser compreendido num contexto das contradições inerentes ao sistema capitalista. Nestas, a classe que “produz o conteúdo material da riqueza” ou mesmo aquela que, de alguma forma, sofre processos intensos de exploração, além de não gozar da riqueza produzida, sobrevivem em condições precárias, enquanto o capital monopólico, responsável pela exploração, maximiza suas fontes de lucro pela ampliação das possibilidades de investimento. A segregação socioespacial resultante do desenvolvimento das relações capitalistas ao longo de quase noventa anos, está plenamente estabelecida e amadurecida, embora em um refazer-se contínuo que, cotidianamente, ganha novos contornos sobre os quais nos debruçaremos no próximo capítulo.

---

<sup>28</sup> Segundo dados do IBGE, de 1999 até 2011 o valor bruto adicionado pelo setor de serviços para o PIB municipal ultrapassa os 70%. Em 2011, enquanto o valor agregado pelo setor de serviços ultrapassou 2,5 milhões, o agregado pela indústria e pela agricultura foi de pouco mais de 700 mil reais, (IBGE CIDADE, 2011).

## **2.8 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA MERCADORIA NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DE VITÓRIA DA CONQUISTA: DETERMINAÇÃO ESTRUTURAL, CIRCULAÇÃO E CONSUMO<sup>29</sup>**

Por tudo o que dissemos até o momento, é imprescindível compreender o desenvolvimento histórico de Vitória da Conquista, sobretudo aquele que emerge das entranhas da segunda metade do século passado, enquanto resultado de um processo que envolve circulação/transporte e consumo/realização da mais-valia como de realização do capital. A compreensão que temos, a partir dessa perspectiva é de que as cidades capitalistas são, de alguma forma, condicionadas e condicionantes dos imperativos estruturais do modo de produção/reprodução de mercadorias, vinculadas a uma ou mais esferas do roteiro de realização do capital – produção, circulação e consumo. Isso implica dizer, que todas as transformações engendradas no espaço urbano, sobretudo aquelas empreendidas pelos agentes do Estado e, diretamente, pelo capital privado, visam articular as cidades às necessidades socio-reprodutivas do capital, ainda que vistas como resultado de um processo de correlação de forças entre as classes sociais.

Para que possamos tecer as determinações mais gerais da inserção de Vitória da Conquista no circuito de realização do capital pela mediação da mercadoria, necessário se faz, ainda que brevemente, compreender o papel da mercadoria nas sociedades capitalistas que, como imperativo da produção, impele para além de si mesmo. O caráter geral da mercadoria, nesta perspectiva, determina o surgimento de mecanismos viabilizadores da realização total e articulada do circuito produtivo. Conectada a esse caráter geral do capital, Vitória da Conquista se insere na rede de expansão interna como condição necessária do alargamento do seu ambiente de atuação.

Assim, se, conforme assegurou Marx (2013), a riqueza na *sociedade capitalista* aparece como acumulação de mercadorias, sendo estas o conteúdo material da riqueza social, qualquer investigação que se proponha a compreender o desenvolvimento do modo de produção capitalista deve, antes de tudo, envolver as determinações históricas que permitiram as condições objetivas para a produção, a circulação e o consumo de mercadorias.

Por essa perspectiva, o capitalismo é aqui entendido como um sistema cuja finalidade é produzir mercadorias, lógica na qual os imperativos impelem ao incremento das forças produtivas e relações de produção de modo que todo e qualquer rincão é incluso em sua

---

<sup>29</sup> O objetivo desse tópico consiste em realizar uma abstração que nos permita, do ponto de vista da produção e reprodução da mercadoria, compreender teoricamente as determinações mais gerais sobre as quais emerge a possibilidade de inserção de Vitória da Conquista no circuito do capital, abstendo-nos de averiguar os elementos concretos para além daqueles que já foram apresentados ao longo deste capítulo.

tendencial “lógica” à globalização, desempenhando um papel determinado e articulado com a totalidade<sup>30</sup> do sistema. Cidades como Vitória da Conquista, de médio porte e situada na “periferia” do capitalismo contribuem para seu funcionamento de modo desigual e combinado, de tal modo que a penetração nesses rincões transforma “completamente” a realidade preexistente.

A mercadoria, enquanto objetividade inserida em uma realidade maior e articulada, síntese de múltiplas determinações, pressupõe um determinado número de relações que envolvem tempo de trabalho, relações de produção, valor de uso e de troca, qualidade e quantidade, objetividade e subjetividade etc. Tais características, que se encerram no corpo da mercadoria e se manifestam nas relações de troca [ainda que algumas delas sejam deixadas de lado] é o que nos permite compreendê-las enquanto sínteses de múltiplas determinações. Isso não implica afirmar, no entanto, que as características acima citadas se restringem à objetivação da mercadoria, mas que os imperativos que são gerados a partir da produção material dos homens se desdobram em outros complexos sociais<sup>31</sup> objetivos e subjetivos, articulados autônoma e determinadamente em uma totalidade social que produz sempre novas necessidades.

Nessa totalidade social, que envolve muitas totalidades de maior ou menor complexidade, o objetivo da existência da mercadoria é “[...] por meio de suas propriedades, satisfaz[er] necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão” (Marx, 2013, p. 113). Obviamente, a supressão de uma necessidade qualquer pressupõe, a partir do metabolismo social, a criação de novas necessidades que, por intermédio do trabalho, podem ser satisfeitas. Desta maneira,

Na medida em que, a partir do trabalho, surgem outros momentos específicos da atividade humana e na medida em que há, entre aquele e estes uma dependência ontológica e uma determinação recíproca, determinação que também existe entre os diversos momentos, então o ser social se põe [...] um *complexo de complexos* (TONET, 2013, p. 94).

A mercadoria, enquanto produto do trabalho alienado, cuja produção é voltada à satisfação das necessidades alheias, subordinada ao valor de troca, passa a ter necessidades inerentes à sua existência. De certa forma, a existência da mercadoria cria condicionamentos

---

<sup>30</sup> Não compreendemos que “totalidade” é o conjunto das partes que compõe um todo, mas antes, um sistema composto de complexas articulações de autonomia como determinação, pois, conforme afirma Lukács “a totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade; e se o sujeito deseja compreender a si mesmo, ele tem de pensar o objeto como totalidade” (2003, p. 107).

<sup>31</sup> Para uma leitura mais completa dos complexos sociais consultar Lukács (2010).

para sua reprodução, que são totalmente estranhas às necessidades naturais-espontâneas do homem. Ora, se conforme afirmou Marx, a mercadoria existe para suprimir as necessidades alheias (essa é precisamente a diferença entre mercadoria e produto), para que essa satisfação possa ser realizada, outras relações são necessárias, enquanto *imperativos* da mercadoria que são imprescindíveis para que elas possam se realizar enquanto tal. É nessa perspectiva que, inerente ao modo de produção de mercadorias, articulado à esfera da produção, emergem também os elementos totalizantes do circuito de realização do capital, sendo as esferas da circulação e do consumo. Importa salientar ainda que, embora sua existência, conforme as formulações de Marx (2013), possa ser verificada em outros tempos históricos, somente na sociedade capitalista sua produção adquire forma predominante. Logo, na sociedade capitalista, a satisfação das necessidades pessoais, individuais e coletivas se dá por intermédio da troca, através de um equivalente universal, a mercadoria-dinheiro. Se, num primeiro momento, a existência da necessidade determinou a produção do valor de uso para suprir as demandas sociais objetivas, num segundo momento, com o advento da sociedade capitalista, os imperativos estruturais sociorreprodutivos do capital passaram a determinar as relações de produção, reorientando as forças produtivas não para o atendimento das necessidades reais, mas criando necessidades fictícias.

A produção em massa de mercadorias pressupunha, então, consumo em massa. Entrementes, a mercadoria, como afirma Marx, não comparece sozinha ao mercado para ser comercializada, por não dispor de sentidos [sensoriais], que são supridos pelos homens, seus imediatos guardiões que as levam para o mercado, desempenhando um papel fundamental na mediação do processo da circulação.

A relação entre produção e circulação, ao contrário do que pensavam os economistas clássicos, não é uma relação arbitrária e autônoma de uma esfera em relação a outra, mas, conforme afirma Marx, trata-se de uma relação totalmente articulada e dependente. E ela se intensificou a tal ponto que o consumo passou a ser determinado pela produção. Para Marx

Tais formas, em cuja testa está escrito que elas [as mercadorias] pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo (2013, pp. 155 - 156).

Em outros termos Mézáros afirma que,

[...] no modo hoje dominante de reprodução sociometabólica, o significado de uma “*economia*” bem-sucedida é perversamente definido pela capacidade

do sistema de multiplicar o *desperdício*. O cultivo canceroso do “consumismo” – em contraste com a negação até das necessidades mais elementares da esmagadora maioria da humanidade – é a consequência necessária das determinações socioeconômicas subjacentes (2004, p. 47).

No sistema capitalista, a dissociação entre produção e supressão das necessidades reais dos homens (produção para o uso e produção para troca) se impõe como imperativo da reprodução do capital. Como um sistema de produção de mercadoria, não somente o valor de uso enquanto suporte do valor de troca é secundarizado, viabilizando a criação de “*necessidades artificiais*” (MÉSZÁROS, 2004, p. 48), mas também, enquanto imperativo de ampliação para o seu metabolismo social, os recantos mais longínquos do globo terrestre são inseridos em sua lógica expansionista. É nessa perspectiva que devemos entender a inclusão do Brasil no circuito internacional de acumulação capitalista e, por conseguinte, Vitória da Conquista nesse processo. Sobre esse aspecto Paniago afirma que,

A concepção de capital que Mézszáros, partindo de Marx, explora em *Para Além do Capital* tem como um de seus nódulos mais importantes o seu incontrolável impulso à universalidade. O caráter expansionista do capital esteve sempre presente como uma condição ineliminável do seu modo de operação e controle. O capital só é capital enquanto mantém ativo sua capacidade de autorreprodução, e esta só se torna possível ao transformar valor em novo valor objetivado [...]. Foi com base nesse dinamismo produtivo que o capital conseguiu suplantar todas as formas anteriores de reprodução social e afirma-se enquanto modo dominante de controle do sociometabolismo [...] (2012, p. 45).

Nesse sentido, a centralização do modo de produção capitalista enquanto produtor de valor de troca, a partir das próprias determinações reprodutivas do sistema, implica não somente a ampliação dos bolsões de atuação do capitalismo para atender seus imperativos internos, como também pressupõe a ampliação irrestrita do mercado consumidor enquanto necessidade de realização da mais-valia. Assim, podemos pensar a inserção do Brasil, mas também de Vitória da Conquista, como fruto dessa ampliação irrestrita de mercados consumidores, cujo objetivo primário está relacionado, por um lado, à exploração máxima das riquezas materiais produzidas internamente afim de abastecer o mercado internacional e, por outro, de encontrar um escoadouro potencial para realização da mais-valia. No caso específico de Vitória da Conquista, essa realidade se manifesta mais a partir da segunda premissa do que da primeira, construindo-se enquanto centro de distribuição e consumo das mercadorias produzidas interna e externamente.

Ainda sobre essa expansão Harvey (2006, p. 49), partindo de pressupostos marxianos, afirma que, enquanto a esfera da circulação do capital possui como resultado o valor, a da

produção cria o valor. Assim, a circulação possui dois aspectos: o primeiro é o movimento corporal-concreto da mercadoria do lugar de produção para o do consumo; o segundo é o que o autor chama de “custo real”, relacionado ao tempo que é consumido e as mediações sociais necessárias (cadeia atacadista, varejista, operações bancárias etc.) para realização da mais-valia no mercado. Enquanto as operações de transporte/circulação geram valor e, por isso, se inserem na esfera de criação de valor, o segundo, por sua vez, resulta dos custos necessários à circulação, não sendo, por isto, gerador de valor. Portanto, deve ser considerada a “dedução necessária do excedente, pois o capitalista precisa pagar por isso” (HARVEY, 2006, p. 49). Na continuidade de sua análise, afirma que a indústria do transporte e a comunicação integram o processo de produção, uma vez que o produto somente pode ser considerado pronto depois que está no mercado, muito embora essa indústria possua suas próprias leis de realização. Potencialmente criador de mais-valia, por abrigar simultaneamente dois processos sendo produzido e consumido ao mesmo tempo, o capital nem sempre está engajado em sua produção, por, às vezes, se deslocar pela circulação e pela viabilização do consumo. Ainda segundo Harvey, na medida em que os mercados se conectam, os custos do transporte crescem, de tal modo que os preços, tanto das matérias primas como das mercadorias acabadas, são variados pela determinação do custo do transporte, afetando, portanto, seu custo final. Nesse sentido, os custos dos transportes podem ser reduzidos pelo próprio desenvolvimento dessa esfera, que intensifica e barateia os produtos finais.

Assim, embora a extração da mais-valia ocorra no “chão-de-fábrica”, somente pode se realizar a partir das relações de consumo, mas para que esse processo ocorra, como nos assegura Harvey, a mercadoria precisa se deslocar de onde é produzida para os rincões onde será consumida dentro de uma lógica de divisão internacional do trabalho. Assim, somente no momento em que as mercadorias entram em contato umas com as outras para se realizarem no mercado por intermédio do equivalente universal, é que a mais-valia, em sua totalidade, se realiza. Esse processo de realização total do valor pressupõe, “[...] no contexto da acumulação em geral, o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação” que “é visto como necessário e inevitável” (HARVEY, 2006, p. 50). Afirma ainda que

“A revolução dos meios de produção da indústria e da agricultura tornam necessária a revolução [...] nos meios de comunicação e transporte”, de modo que “gradualmente se separam os meios de produção da indústria mecânica, pela criação de uma indústria de barcos fluviais a vapor, estradas de ferro, navios oceânicos a vapor e telégrafos” (MARX, 1967, Vol. 1: 384) (HARVEY, 2006, p. 50).

Enquanto imperativo estrutural para realização da mais-valia, o consumo desempenha um papel equivalente na conclusão do circuito total do capital, que constitui produção, circulação e consumo. Portanto, produzir mercadorias no sistema capitalista não é suficiente, é preciso que essa produção se desloque entre os núcleos consumidores. Deste modo, o deslocamento da produção, ou a sua necessidade, cria demandas para investimentos na indústria do transporte e da comunicação, ao mesmo tempo em que cria novos e amplia antigos mercados para que essas mercadorias sejam amplamente consumidas evitando, em contrapartida, as crises de superprodução. A abertura, portanto, de estradas de rodagens buscando interligar os mais diversos rincões no território brasileiro desse ser como um primeiro esforço realizado no sentido de criar as condições de transporte e circulação para que as mercadorias pudessem se realizar. Indubitavelmente, aproveitando as potencialidades de entroncamento comercial já existentes, Vitória da Conquista é inserida nesse processo. Retomando a análise de Harvey para melhor compreender esse complexo processo dos imperativos materiais sociometabólicos do capital e suas implicações para o desenvolvimento do capitalismo em Vitória da Conquista:

Quanto mais a produção vier a se basear no valor de troca (portanto, na troca), mais importante se tornam as condições físicas da troca - os meios de comunicação e transporte – para os custos de circulação. Por sua natureza, o capital se impulsiona além de todas as barreiras espaciais. Assim, a criação das condições físicas de troca [...] toma-se uma necessidade extraordinária para isso (MARX, 1973 apud HARVEY, 2006, P. 50).

Harvey avalia, ainda, que o modo capitalista de produção fomenta a redução e a rapidez nos custos do transporte e comunicação, para que os produtos possam ser realizados em mercados distantes em tempos cada vez menores, quebrando assim as barreiras espaciais e sendo geograficamente extensível. Por outro lado, na medida em que se dá a expansão para mercados distantes, o tempo de rotação do capital cresce, diminuindo o rendimento anual da mais-valia, pois o tempo de “rotação do capital é determinado pelo tempo de produção mais o tempo de circulação” (MARX, 1976, apud HARVEY, 2006, p. 50). Por isto, é preciso encontrar meios, por intermédio de melhorias substantivas nas formas de transporte, para que a rotação do capital leve cada vez menos tempo. Deste modo, o aumento na velocidade de circulação implica do crescimento do processo de acumulação.

Nesses termos, afirma Marx que “até a distância espacial se contrai em relação ao tempo: o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade [...] pela qual o mesmo pode ser alcançado” (MARX, 1973, apud HARVEY, 2006, p. 50). Com base nessas afirmações, Harvey postula a existência de uma tendência à diminuição do tempo de

circulação a um mínimo, minimizando o “tempo de perambulação das mercadorias”. Enquanto imperativo da circulação é necessário tanto diminuir os custos quanto o tempo de circulação, que é também parte dos custos.

É no sentido de tentativa tanto de diminuir o tempo de rotação do capital, como também pela mediação do processo de expansão territorial que analisamos a inserção do Brasil – mas também de Vitória da Conquista – no contexto internacional de acumulação. Trata-se da ampliação do mercado consumidor interno pela mediação de redes de transporte (vide BA's e BR que entrecorta Vitória da Conquista, explorando suas potencialidades para a realização da mercadoria, a partir de sua localização geográfica privilegiada) objetivando diminuir o tempo de rotação do capital. Sobre esse aspecto, observemos a formulação de Souza quando afirma que

O asfaltamento da BR-116 permite o processo de circulação de mercadorias, que impulsionou além do crescimento da população urbana, ganhos concretos para as classes dominantes (capitalistas e proprietários fundiários), posto que favoreceu aos proprietários de terra auferirem melhor renda diferencial, com o menor preço e encurtamento do tempo de deslocamento dos produtos, repercutindo também em consideráveis lucros para os grandes comerciantes, que começam a se instalar na região a partir de então (2008, p. 396).

A formulação de Ferrari (2012) clarifica ainda mais esse processo. Segundo a autora ocorre que

Sem deixar de aproveitar-se das – historicamente construídas – infraestruturas logísticas de tradicionais centros industriais, o grande capital remodela a cadeia produtora de valor, no sentido de sua revalorização ampliada e não somente setorizada, promovendo eventuais realocações das indústrias transformadoras com o objetivo de encontrarem nichos de força de trabalho e terrenos mais baratos em lugares distintos destes centros tradicionais. Lugares distintos, mas desde que inseridos nos limites dos territórios econômicos possuidores de algum grau de produtividade infraestrutural. O grande capital, assim, realoca e reformula territórios econômicos impondo à rede de fornecedores seguir estas modificações para que permaneçam conectados aos circuitos de valorização (2012, p. 59 – 60).

Importa salientar nesse processo que o próprio surgimento do capitalismo enquanto modo de produção de mercadorias resultou da dissolução do modo de produção feudal, condição *sine qua non* para sua emergência. Assim, o acúmulo das condições necessárias para o surgimento do capitalismo se manifestaram e resultaram no/do interior do feudalismo. Isso abre precedente para a afirmação de que as contradições internas engendradas no seio de um determinado modo de produção são, conforme salientou Marx e Engels (2010), ao mesmo

tempo, contradição estrutural e possibilidade de superação do sistema dado em uma relação dialética, em que antigos elementos são preservados e novos são criados de acordo com as demandas da objetividade histórica. Deste modo, elementos exógenos e endógenos contribuem para a superação da sociedade escravista brasileira e, por conseguinte, conquistense.

Podemos, então, afirmar, guardadas as devidas proporções, que a existência de uma economia tradicional, centrada internamente na cultura de subsistência e na existência de um comércio insipiente mediado pelo trabalho escravo, bem como a localização geográfica estratégica, constituiu as condições necessárias para a acumulação das qualidades históricas para suplantarem a economia tradicional e daí, em uma relação dialética e processual, emergir o moderno modo de produção capitalista. Dessa maneira, o papel que o Brasil passou a desempenhar no cenário internacional e, por sua vez, Vitória da Conquista no panorama nacional, resultou, portanto, de uma necessidade premente do capital pôr em circulação as mercadorias produzidas. Sobre esse aspecto Souza afirma que,

É nesse contexto que pode-se entender o “crescimento” de Vitória da Conquista, não como uma região que emerge, naturalmente, em relação as outras e passa a dominá-las. Trata-se de novas estratégias do capital, ao longo de seu processo de acumulação histórica, onde o Sudoeste da Bahia passa a ser inserido (2008, p. 396 – 397).

Neste sentido, as transformações pelas quais passou o espaço urbano de Vitória da Conquista – tratadas nos tópicos precedentes – após a mutação do espaço da cidade em valor de troca (permutável enquanto mercadoria e não mais meio de produção), atendiam aos imperativos do capital. No caso específico de Vitória da Conquista, essa determinação se manifesta na criação das condições necessárias – ao aproveitar as qualidades internas existentes – à circulação/transporte/distribuição de mercadorias e no consumo/realização da mais-valia. As transformações sofridas pelo espaço urbano de Vitória da Conquista no processo de transição da economia tradicional para o capitalismo competitivo (que abriga em seu interior a passagem da propriedade da terra enquanto meio de produção para valor de troca diretamente permutável enquanto terrenos urbanos) por ser uma forma de crescimento do capitalismo no espaço urbano.

Assim, a transição iniciada na segunda metade da década de 1920 implicou não somente nas transformações produzidas no desenvolvimento do capitalismo concorrencial, mas também na compreensão, nos usos e na razão de ser do espaço urbano. Todo o período anterior à década de 1920 foi marcado pelas alienações constantes aprovadas pelo então

Conselho Municipal (ver tópico 1.3). Na nossa compreensão, trata-se de uma necessidade premente de urbanização, seletividade e estética urbana, marcada pelo uso da terra diretamente como valor de uso.

As terras que circundavam os arredores mais imediatos no núcleo central do que é hoje Vitória da Conquista, compunham fazendas cujas atividades principais desenvolvidas eram a criação de gado e a produção agrícola<sup>32</sup> para o incipiente mercado e subsistência. Assim, o valor de uso da terra, para seus proprietários, dava à terra conotação de meio de produção. Naquele momento, o principal elemento constituinte do capitalista, a apropriação do excedente produtivo, já ocorria pela apropriação do produto do trabalho escravo, e a terra constituía um meio de produção, que gerava produtos cuja pertinência respondia às demandas do mercado, ou seja, produção de valor de troca. A transformação da terra em solo urbano e, por conseguinte, seu parcelamento em mercadoria diretamente permutável por um equivalente universal. Conforme afirma Marx, para o proprietário da mercadoria,

Sua mercadoria não tem, [...], nenhum valor de uso imediato. Do contrário, ele não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outrem. Para ele, o único valor de uso que ela possui diretamente é o de ser suporte de valor de troca e, portanto, meio de troca. Por essa razão, ele quer aliená-la por uma mercadoria cujo valor de uso o satisfaça. Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores (2013, p. 160).

A inferência que fazemos dessa formulação de Marx para nosso objeto, ainda que em linhas gerais, foi no sentido de mostrar que a terra, que anteriormente era meio de produção (independentemente do que produzia), no processo de transição dessa economia que chamamos tradicional para o capitalismo concorrencial, transformou-se em valor de troca, mercadoria diretamente permutável, agregada ao núcleo urbano. Nas mãos dos proprietários, a agregação da propriedade privada rural ao núcleo urbano central e, por conseguinte, seu parcelamento em terrenos urbanos pela mediação dos loteamentos constitui uma transformação na razão de ser do solo, que deixa de servir imediatamente enquanto meio de produção e se torna mercadoria imediatamente permutável<sup>33</sup>. Notadamente, as décadas de 1940 e 1950 constituem o período-chave para a compreensão deste processo vinculado à intensificação dos processos migratórios e do êxodo rural que irrecusavelmente criaram novas demandas para o uso do solo urbano. À medida que adentramos a segunda metade do século

---

<sup>32</sup> Para maiores informações consultar Medeiros (1977).

<sup>33</sup> Não constitui nosso objetivo estabelecer os meios pelos quais esse processo ocorreu objetivamente, mas apenas delinear os elementos gerais-abstratos desse processo.

XX, as paulatinas transformações produzidas no espaço urbano ativaram o processo de valorização das terras à medida que o adensamento começou a se intensificar.

O subsídio para nossa argumentação encontra-se também na leitura de Lefebvre (2001) que, ao analisar as transformações ocorridas em Paris durante a segunda metade do século XIX, faz uma relação entre a cidade preexistente ao capitalismo e a cidade resultante da penetração do capitalismo enquanto modo hegemônico de produção. À época, o desenvolvimento do complexo urbano-comercial e industrial fez com que a cidade de Paris perdesse muitas de suas características “naturais”, sobretudo aquelas relacionadas ao valor de uso atribuído pela cotidianidade que, ao mesmo tempo, inserida num novo contexto, resistia ao convívio com a nova cidade. Na formulação desenvolvida pelo autor, a partir do momento que o capital penetra as cidades, projeta transformações estruturais significativas, modificando, inclusive, sua razão de ser. Assim, afirma que,

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas (LEFEBVRE, 2001, p. 20).

Na sequência da narrativa, o autor assegura que as características relativas ao valor de uso da cidade não se perdem totalmente, mas adquire uma nova potencialidade, a do valor de troca. A emergência dos núcleos urbanos, dessa forma, altera significativamente a razão de ser de sua existência. Objetivamente, subordina à sua lógica todo “o ressurgimento arquitetônico e urbanístico do *centro comercial* da[ndo] apenas uma visão apagada e mutilada daquilo que foi a antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religiosa, intelectual, político, econômico (produtivo)” (Idem). Claro que a formulação de Lefebvre não se aplica *ipsis litteris* a Vitória da Conquista dos séculos XX-XXI, uma vez que a transição vivenciada em Paris foi demasiadamente diferenciada. Entretanto, alguns elementos dessa cidade preexistente também podem ser identificados em nosso objeto.

A cidade engendrada em Vitória da Conquista a partir da segunda metade da década de 1920 comportou essa dupla função, sendo ainda valor de uso – pelas atividades tradicionais relacionadas aos aspectos culturais da cidade –, mas também adquiriu valor de troca – em função dos imperativos do desenvolvimento capitalista, uma vez que o espaço, enquanto solo

urbano/terreno, se tornou objeto de consumo e, ao mesmo tempo, espaço consumido e onde o consumo se realiza. É, portanto, o imperativo das cidades se adequarem aos novos arquétipos de acumulação capitalista em seus diversos níveis.

O “planejamento” urbano passa, a partir de então, a abrigar as novas demandas socio-reprodutivas do modo de produção capitalista. No caso de Vitória da Conquista, a circulação/transporte e a circulação/realização passa a desempenhar um papel fundamental para as determinações do capital, aproveitando-se das potencialidades já existentes resultantes de sua condição de cidade entreposto comercial. A cidade antiga, nascida no entorno do poder eclesial, toma novas formas para aportar o comércio, a circulação de veículos e de pessoas, ampliando ao máximo as possibilidades de acumulação. Exemplo concreto deste processo é o bairro Brasil que, inicialmente (anterior a existência do bairro), constituía-se de fazendas destinadas ao pasto, uma vez constituído, o bairro passou a abrigar ruas e praças totalmente diferentes da cidade antiga, grandes e largas materializando a nova lógica de pensar o espaço urbano a partir das determinações do capitalismo nascente aqui. Na perspectiva de Ferrari, no caso específico das médias e grandes cidades, ocorre que

as intervenções urbanas oficiais atinentes a esse *mercado de massas* se destinaram a atender à crescente demanda de bens duráveis e, particularmente, ao uso do automóvel. Ruas e avenidas passam a ser privilegiadas em detrimento do espaço para o trajeto do pedestre (2012, p. 41).

A construção da cidade nova e a reconstrução da antiga tende a atender aos imperativos engendrados pelas demandas objetivas do capital. Esse processo de transformação do valor de uso/meio de produção em valor de troca/mercadoria está íntima e diretamente atrelado às políticas do *Estado Novo* por intermédio dos planos rodoviários que objetivavam criar a infraestrutura necessária para ampliar o mercado consumidor interno. Portanto,

Cidades estão sendo reconstruídas, também por conta da ampliação de outros setores produtores, tais como a construção civil, de acordo com fluxos e ritmos impostos pela circulação de mercadorias [...]. Fluxos e ritmos que correspondem à quantidade e a periodicidade de circulação de mercadorias estabelecidas por metas da esfera da produção interferem sobremaneira na qualidade de vida e no meio ambiente, como se esses fluxos, tempos, ritmos e metas fossem naturais e necessidades de todos (Idem).<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Apesar de Ferrari referir-se especificamente ao processo de reestruturação produtiva em sua vertente *just in time*, acreditamos que a formulação se adequa perfeitamente a nossa problemática, na medida em que reflete sobre as transformações sofridas pelo espaço urbano.

Cada forma específica de acumulação impõe como imperativo a utilização e a reconstrução das estruturas de mediação antigas, muitas vezes, reestruturando completamente seus espaços de interesse. Deste modo, é a determinação mútua de elementos internos e externos que viabilizam o desenvolvimento do capitalismo em Vitória da Conquista, a suplantação da sociedade tradicional e a emergência a economia de mercado.

Assim, é nessa perspectiva que todo o desenvolvimento posterior e as transformações ocorrida nos dias que se seguem é que Vitória da Conquista deve ser vislumbrada. Somente desse modo podemos perceber todo o movimento de múltiplas e incessantes transformações pelas quais passou, sempre se adequando e resistindo, pelas mediações das contradições sociais, aos ímpetos mais necessários à reprodução capitalista.

## **2.9 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Com base no que foi exposto até o momento, propomos algumas considerações, ainda que parciais, no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo em Vitória da Conquista e suas contradições internas.

- a) O desenvolvimento do capitalismo em Vitória da Conquista somente foi possível mediante dois fatores: um exógeno e outro endógeno. O primeiro fator diz respeito ao desenvolvimento interno do capitalismo no Brasil que, enquanto resultado de um imperativo relacionado ao capitalismo enquanto sistema que tende à mundialização, motivou a criação de um mercado consumidor interno ampliando a circulação e criando as condições necessárias para o pleno florescimento do sistema (capital concorrencial e, posteriormente, monopolista) que, nas duas últimas décadas do século XX, se torna a tendência predominante. O segundo fator refere-se à própria condição de entreposto comercial, originariamente galgada por Vitória da Conquista e que a brindou com as condições materiais necessárias para se adequar às necessidades de circulação de mercadorias, engendrada pelo capitalismo em escala nacional.
- b) No declínio daquilo que denominamos de economia tradicional, vinculada à mão-de-obra escrava e à produção eminentemente agrícola, cuja transição perdurou do final da década de 1920 até o final de 1950, se processou a consolidação do capitalismo em Vitória da Conquista. Nessa transição, inumeráveis transformações nos diversos complexos sociais foram realizadas, mas, no nosso entendimento, foi o momento em que o valor de uso do solo deslocou-se de meio de produção para valor de troca

diretamente permutável no mercado enquanto terreno urbano, pela mediação dos loteamentos e ocupações, operando, em consequência, profundas transformações na morfologia e estética urbanas.

- c) O imigrante desempenhou um importante papel nesse processo, uma vez que, obrigado a se adequar plenamente às necessidades de acúmulo e ao empreendimento capitalista, viu-se obrigado a atuar sob novas objetividades. Se, por um lado, uma pequena parcela de imigrantes ganhou notoriedade na sociedade conquistense por ser a personificação do “espírito do capitalismo”, pelo desempenho de atividades econômicas vinculadas ao comércio e a especulação imobiliária; por outro, sofreu igualmente ao “nativo” com o processo de proletarização, engrossando as fileiras das classes trabalhadoras.
- d) O desenvolvimento capitalista a que Vitória da Conquista foi submetido, paulatina e gradualmente, foi o responsável pelo crescimento da malha urbana da cidade, que levou, por consequência, à proletarização dos camponeses, atendendo aos imperativos da circulação e consumo da produção capitalista mais geral, no processo de acumulação fundado na lógica do desigual e combinado.
- e) Evidentemente, tais transformações processuais dos complexos sociais que atingem também a dinâmica de produção do espaço urbano conquistense implicaram, diretamente, na segregação socioespacial que se aprofundou em Vitória da Conquista, estabelecendo uma clara distinção entre as classes sociais e seus alocaamentos urbanos.

Apresentados os elementos gerais do desenvolvimento do capitalismo em Vitória da Conquista e suas consequências no que se refere à ampliação das contradições sociais já existentes; dadas as bases para a compreensão do processo de produção do espaço urbano que, inevitavelmente, sob a égide do capital, desembocou em um brutal processo de ocupação territorial por parte das classes que compõem a sociedade burguesa, nos debruçaremos, no capítulo que se segue, sobre a atual configuração da segregação socioespacial, compreendendo-a como consequência do aprofundamento das relações capitalistas em Vitória da Conquista.

### 3ª SEÇÃO SEGUNDA- SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSES EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Somente quando o homem, em sociedade, busca um sentido para sua própria vida e falha na obtenção deste objetivo, é que se dá origem à sua antítese, a perda de sentido.

Georg Lukács (2013)

“Porque a própria realidade social (mercado capitalista global tardio) de hoje é dominada pelo que Marx chamou de poder de “abstração real”: a circulação do capital é a força de “desterritorialização” radical (para usar o termo de Deleuze) que, em seu próprio funcionamento, ignora ativamente as condições específicas e não pode ser “enraizadas” nelas”.

Slavoj Žižek (2013)

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Iniciamos a primeira seção com objetivo de apresentar uma relação na qual múltiplas determinações confluíram incisivamente para, por um lado, promover o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e, por outro, a segregação das classes sociais no espaço urbano de Vitória da Conquista. Evidentemente, essa unidade contraditória entre crescimento econômico e segregação socioespacial, enquanto enfoque desta pesquisa, é apenas uma das dimensões da realidade social posta, mas não se restringe a ela. Outras pesquisas poderão demonstrar objetivamente como essa contradição se manifesta em outros complexos sociais.

Desvendadas as determinações mais gerais e os principais elementos que operam, promovem e contribuem para perpetuar esse processo, as condições objetivas que historicamente promoveram a segregação socioespacial em Vitória da Conquista, evidenciaremos também, ao longo do percurso, o processo de sociabilidade vivenciado pelas diferentes classes sociais a partir da disponibilidade dos equipamentos/serviços públicos de acordo com a localização residencial. Antes, porém, de adentrarmos esta seara, propomo-nos aqui uma conceituação específica para a segregação socioespacial e, ao mesmo tempo, justificar o motivo pelo qual não realizamos essa tarefa anteriormente, sobretudo durante o primeiro capítulo, permeado dessa categoria. Justificamos, antecipadamente, que a tônica não era discutir o processo de segregação socioespacial em primeiro plano (dado a escassez das fontes), mas compreendê-la pela mediação e como consequência do desenvolvimento das

condições objetivas que permitiram a ampliação das relações capitalistas de produção. Além disso, um motivo de caráter histórico – resultante, também, de uma tentativa de minimizar as possibilidades do anacronismo –, refere-se ao fato desta categoria ter tido um tratamento crítico, a partir de uma acepção marxiana, nas décadas de 1960 e 1970 com uma contribuição emblemática da Escola de Sociologia Urbana Francesa (VIEIRA e MELAZZO, 2003).

Embora busquemos evidenciar o engendramento desse processo a partir da segunda metade da década de 1920, com uma intensificação constante nos anos seguintes, e uma maior expressividade a partir da década de 1940, não nos pareceu totalmente prudente inserir a categoria da segregação socioespacial em um tempo histórico no qual as determinações mais gerais do capitalismo em Vitória da Conquista ainda estavam se formando, de modo que poderíamos denominar natural-espontâneo<sup>35</sup>. Contrariamente, desde as últimas décadas do século XX a segregação socioespacial está totalmente condicionada às determinações estruturais do modo de produção capitalista e suas contradições internas, assim como ao processo de correlação de forças entre as classes sociais. Embora pudéssemos ter sistematizado melhor o conceito de segregação socioespacial já a partir do final da década de 1960 e início de 1970, achamos estratégico protelar esta discussão para uma Seção dedicada exclusivamente. Eis os motivos da protelação até aqui.

Assim, entendemos que, uma vez a terra transformada em mercadoria – valor de uso, suporte de valor de troca – e adquire um preço junto ao mercado – mesmo sem possuir valor algum<sup>36</sup> –, a disponibilidade e a aquisição dos lotes urbanos está condicionada pelas mesmas determinações da meritocracia burguesa. Se, no nível da produção, aqueles que não possuem os meios materiais e/ou espirituais (de produção), são obrigados a vender sua força de trabalho, por uma inferência lógica (formal), a aquisição de lotes urbanos se insere na mesma perspectiva, uma vez que os membros da classe trabalhadora que não conseguem adquirir lotes ou imóveis construído em locais “supervalorizados” – a despeito do total equívoco no uso do termo que é, para este caso específico, uma *contradictio in terminis* –, são compelidos, por uma necessidade objetiva de acesso à moradia, a se submeterem à ‘coerência’ do mercado, adquirindo lotes em locais mais ‘afastados’ do núcleo urbano, sobretudo naqueles que, a rigor, não dispõem de infraestrutura urbana adequada.

---

<sup>35</sup>Referência a Marx (2013) e ao sistema natural-espontâneo de divisão social do trabalho durante o processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

<sup>36</sup> Consultar Marx (2013), Capítulo 3.

Neste sentido, aportamos aqui as formulações de Lefebvre (1991; 2001) segundo as quais o espaço urbano se desenvolve sob os mesmos imperativos estruturais da reprodução capitalista. Para o autor

O espaço, considerado como produto, resulta das relações de produção a cargo do grupo dominante [...]. O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e, por conseguinte, da formação da mais-valia [...]. Atualmente, o caráter social (global) do trabalho produtivo, isto é, das forças produtivas, transparece na produção social do espaço [...]. Hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço (LEFEBVRE, 1999, pp 139 – 140).

Há muito tempo, o espaço perdeu suas características naturais-espontâneas, condicionado pelos imperativos socio-reprodutivos do capital. A produção do espaço, sob essas determinações pressupõe, necessariamente, intencionalidade, ato mediado para determinado fim, ainda que realizado pelas personificações do capital.

Não menos aproximativa de Lefebvre são as inferências de Carlos (2007) que, ao pensar as determinações sociais para a produção do espaço urbano, compreende que esse espaço protagoniza não somente sua construção pela mediação das ações empreendidas socialmente, mas se constitui enquanto meio e produto da ação humana. Nessa perspectiva, entendemos que os elementos resultantes das relações sociais engendradas no espaço urbano, dos processos de lutas e de correlação de forças entre capital e trabalho devem igualmente ser compreendidos como, por um lado, determinação imposta pelo metabolismo social do capital, que faz refletir suas necessidades na própria dinâmica de produção do espaço transformando a cidade em uma organização cujo objetivo primário é mediar a produção/realização da mais-valia, bem como o investimento de capital; por outro, como manifestação das contradições sociais e sua materialização nas lutas de classes.

Deste modo, embora a segregação socioespacial deva ser compreendida como consequência *in natura* dos imperativos estruturais do capital, da forma de ser dos processos de sociabilidade, mas, sobretudo do *ser-precisamente-assim* da reprodução capitalista, não podemos compreender esse procedimento como uma ‘via de mão única’, mas como um processo que envolve mediações, contradições e movimentos de resistência que, em alguma medida, contrariam os interesses do capital. Sendo assim, a segregação socioespacial é, aqui, compreendida como um movimento resultante – não sem resistências – da reprodução social do capital e sua manifestação na valorização do solo urbano que, por sua vez, infere nos

fluxos de moradia, fragmentando completamente a realidade urbana e criando nichos específicos de reprodução social das classes – que aqui chamaremos de periferia.

Para que possamos ter uma noção mais clara do que vem a ser a segregação socioespacial, recorreremos à Castells (1983) que define a segregação urbana nos seguintes termos:

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a ela. A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo da vida etc. (p. 249).

Na avaliação de Castells, portanto, a distribuição dos locais de residência segue uma lógica totalmente articulada à reprodução do capital e à divisão social do trabalho, o que chamamos de ‘meritocracia’ da aquisição do espaço urbano. É exatamente a disponibilidade de recursos que esses indivíduos possuem que vai determinar a qualidade do morar, bem como o acesso aos bens e serviços com maior ou menor qualidade e regularidade. Cabe ressaltar, no entanto, que para Castells a segregação socioespacial constitutiva da realidade urbano sob o imperativo do capital opera em diferentes níveis. A depender do grau e das possibilidades objetivas de inserção no mercado de trabalho de determinadas frações de classe – passando, inclusive, pela divisão social do trabalho, nas quais a percepção salarial é bastante diferenciada – a depender também da escolaridade, qualificação etc. Assim, o conceito de segregação não se aplica, já que essas frações de classe, ainda que a venda a força de trabalho constitua o elo estrutural, possuem condições materiais de morar em lugares melhores. Para essas situações, nas quais a segregação socioespacial não se faz definitivamente presente, Castells insere o conceito de estratificação urbana. Nos dizeres dele, a estratificação urbana

correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição dos produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de *segregação urbana* (CASTELLS, 1983, p. 249).

A segregação, por sua vez, é compreendida como

[...] a *tendência* à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (Idem, p. 250).

Por mais lógica que seja a inferência de Castells, sobretudo sua compreensão sobre os diferentes níveis de diferenciação, não nos parece adequado apropriar do conceito de estratificação social<sup>37</sup>, uma vez que, além de ser uma formulação do tipo-ideal, entende a realidade social e a situação de classe como definidas partir da inserção nos processos de consumo, negando, em si, as determinações estruturais do sistema do capital, das quais objetivamente, nenhum *estrato*, pode fugir, bem como das consequências nocivas que atingem (em grau variável) os diferentes espaços urbanos.

No que concerne especificamente à problemática da segregação, a formulação de Castells (1983) se assemelha muito à proposição de Lefebvre, segundo a qual “a separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si só, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade” (1999, p. 121). A segregação, neste sentido, quebra completamente o sistema de relações inerentes a uma realidade preexistente, que é absorvida e reestruturada sob a tutela do capital e cria rincões, nichos específicos destinados à reprodução das respectivas classes sociais, alterando não somente os processos de sociabilidade, mas fornecendo novos e eficazes mecanismos de controle social às instituições burguesas.

Elemento importante elencado por Lefebvre (2001) quando considera a problemática refere-se ao papel desempenhado pelos chamados *programas*, cuja finalidade não é outra senão a promoção intencional, sob o pretexto da arrumação, ordenação, organização, de novos processos de segregação. Afirma ele que

[...] há vários guetos e tipos de guetos: os dos judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais ou dos operários. A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devido às rendas ou ao poder, vêm a se isolar nos guetos da riqueza. O lazer tem seus guetos. Lá onde uma ação preparada tentou reunir as camadas sociais e as classes, uma decantação espontânea logo as separou [...]. Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, frequentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social que esses setores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém sempre (Idem, p. 98).

O que o autor destaca a contribuição ativa dos poderes públicos para efetivar a segregação socioespacial, própria das consequências advindas do processo de industrialização que, indubitavelmente, priva parte da classe trabalhadora do direito à cidade – entre outros direitos –, ao mesmo tempo em que cria novos *locus* para reprodução do capital sob precárias

---

<sup>37</sup> Para uma compreensão mais adequada da estratificação social consultar Weber (2000), capítulo IV.

condições. Nessa mesma perspectiva, a pertinência quase poética, da formulação de Carlos (1997) não poderia passar despercebida. Segundo a autora

As catedrais, apesar de construídas pelo homem, pertencem a Deus; já as cidades de hoje, pertencem ao capital. Para usufruir da primeira é necessário a subjugação a Deus, seguir seus mandamentos. No caso da cidade é a subjugação do homem às necessidades de reprodução do capital; onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer (1997, p. 12).

Usufruir, portanto, dos frutos do trabalho humano materializados nas cidades depende da adequação aos desígnios socio-reprodutivos do capital. Os processos de sociabilidade, desta forma, estão sob as mesmas determinações. Isso implica dizer que os verdadeiros responsáveis pela construção objetiva da cidade são subsumidos à lógica da realização da mais-valia. Os rincões segregados são igualmente resultantes da reprodução do capital.

Pensando nas determinações que contribuem para a promoção – e nas consequências do processo de segregação socioespacial que, indubitavelmente, enquanto resultado do desenvolvimento das próprias relações de produção priva parcela das classes trabalhadoras do direito à cidade<sup>38</sup>, Ramos (2002) nos fornece importantes contribuições. Em suas inferências, a segregação socioespacial não pode ser dissociada da estrutura das relações de produção e, muito menos, das classes, uma vez que a estrutura social garante o acesso desigual aos serviços e equipamentos públicos, cujo fundamento está no direito inalienável à propriedade privada. Afirma ele que a seletividade na distribuição das residenciais nos territórios dos municípios se faz pela capacidade de acesso das classes ou frações delas às áreas mais ou menos nobres. Desta forma,

Essa capacidade é determinada socialmente pela modalidade de inserção dos grupos sociais na produção social, opondo, de um lado, grandes e médios proprietários de meios de produção, circulação e troca da riqueza social, e, de outro, pequenos proprietários executivos, trabalhadores intelectuais, trabalhadores braçais, prestadores de serviços, autônomos e desempregados (RAMOS, 2002, p. 138).

O acesso a moradias de diferentes qualidades, bem como a serviços e infraestrutura está condicionado à divisão social do trabalho, pois é ela que determina o valor dos salários da ocupação profissional e, por conseguinte, decide as possibilidades de acesso a bens imóveis. Assim,

---

<sup>38</sup>O direito à cidade, aqui aludido, não se trata daquele fundado sobre a sociabilidade fetichizada e alienada do capital, mas aos subjacentes às contradições do modo de produção capitalista.

As estruturas desses equipamentos, por sua vez, são mais bem aquinhoadas quando situadas em áreas onde habitam as frações mas “bem posicionadas” nas relações sociais de produção, frações do capital monopólico e do grande, médio e pequeno capital, camadas médias – executivos, profissionais liberais etc. –, e frações do nível superior e médio das classes trabalhadoras (Idem, 2002, p. 139).

Em contrapartida a essas áreas destinadas a frações que vão desde agentes do grande capital até profissionais liberais e trabalhadores mais qualificados, servidas de infraestrutura urbana e serviços públicos regulares e de qualidade, que garantem processos de sociabilidade e reprodução social ameno, ao proletariado, lumpemproletariado e subproletariado, cabem as áreas residenciais segregada cuja

[...] dinâmica de estruturação dos equipamentos infraestruturais no nível da produção e reprodução do capital e da força de trabalho, e, particularmente, dos equipamentos e serviços coletivos, hierarquiza a população a partir de suas localidades residenciais, provocando, em relação a maioria da população, constituída dos grupos sociais posicionados em escalas mais baixas, um processo de segregação socioespacial, que atinge os desempregados e as frações das classes trabalhadoras de menor poder aquisitivo e menos qualificadas profissionalmente, que ocupam empregos intermitentes ou labutam em serviços sem vínculo empregatício nem qualquer proteção social (RAMOS, 2002, p. 139).

São as classes trabalhadoras menos qualificadas – para as determinações do capital – a parcela da população que mais convive com esse processo de segregação socioespacial, estando submetida à lógica de valorização do espaço que impele à segregação. Mas, também, é a que está contida na segregação promovida pelo próprio poder público por meio de suas políticas sociais de habitação.

Sobre a segregação socioespacial, esclarecemos que o uso adjetivado do conceito deve-se ao fato da compreensão de que ela transcende a espacialidade, pois não se trata apenas do isolamento relativo de comunidades residenciais na cidade, mas aos processos de sociabilidade ao qual essas comunidades são submetidas pela, quase que total, ausência dos serviços e condições mais essenciais para a reprodução humana. Assim, quando nos referimos à segregação socioespacial, estamos primeiramente ponderando sobre uma parcela da classe trabalhadora que se encontra no espaço urbano. Portanto, não é o espaço que, a rigor, está segregado, mas os grupos e as classes sociais que se enquadram neste contexto. Conforme interpõe Sposito (2007), as determinações da adjetivação (socioespacial) são duas: na perspectiva social, refere-se ao processo de valorização “diferencial do espaço” que culmina na expulsão dos antigos habitantes dos seus locais de moradia; na perspectiva espacial, refere-se a própria localização dos empreendimentos e seu distanciamento dos aparelhos e serviços

sociais, o que implica no deslocamento cotidiano da classe trabalhadora por longas distâncias. Portanto, todas as vezes que utilizamos o termo segregação socioespacial estamos nos referindo a um complexo processo contingente no qual as sociabilidades são amplamente destruídas pelo ‘confinamento’ precário de parcelas das classes sociais no espaço urbano promovido tanto pela ação pública quanto pela privada.

### 3.2 SOCIEDADE URBANA E CAPITALISMO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Apropriamo-nos aqui do conceito de Lefebvre (1999) de sociedade urbana para afirmar que Vitória da Conquista é uma sociedade urbana. *A priori*, o conceito pode parecer redundante posto que o termo é utilizado para caracterizar as cidades nos mais variados tempos e espaços. Entrementes, como afirma o autor, o que caracteriza a sociedade urbana é antes, uma realidade específica, cuja gênese encontra-se no processo de industrialização.

A rigor, a sociedade urbana não se refere, pura e simplesmente, à aglomeração de pessoas e imóveis em um determinado espaço, num sistema de relações que só se tornou possível com o advento da industrialização e do capitalismo enquanto realidade concretizada. Nestes termos, a sociedade urbana não acena nem à origem nem ao processo de desenvolvimento do sistema de relações sociais sob a égide do capital, mas à sua concretização. Nos termos do autor, a sociedade urbana é a

[...] sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontinuadas* (LEFEBVRE, 1999, p. 13).

Esta inferência de Lefebvre possui inúmeras implicações para o nosso objeto. Afim de sustentar a argumentação de que Vitória da Conquista é uma sociedade urbana, concentremos nossas atenções, ainda que rapidamente, em dois elementos: a concretização de um sistema de relações sociais protagonizadas pelo capital, no qual o metabolismo social se realiza por meio da troca de mercadorias; e, a subordinação estrutural da produção agrícola aos seus desígnios socio-reprodutivos.

O primeiro elemento, acreditamos, já ter sido suficientemente desenvolvido na seção primeira, motivo pelo qual não nos delongaremos neste ponto. Basta dizer que a concretização do capitalismo concorrencial das décadas de 1960/70 já inseria Vitória da Conquista numa realidade definitivamente determinada por uma lógica específica de reprodução do capital. Recuperando rapidamente alguns dados que apresentamos na primeira seção, de uma

população total de pouco mais de 127 mil habitantes, os aproximadamente 35 mil que compunha sua população economicamente ativa (PEA) estava, majoritariamente, empregada na agricultura, na indústria, no comércio, nos serviços e nos transportes. Dez anos depois, esse contingente atingiu 55 mil pessoas; em 1990, aproximadamente 90 mil; em 2000, esse número ultrapassa as 124 mil pessoas; e, em 2010, quando a população total de Vitória da Conquista alcançou os 306 mil habitantes, sua PEA chegou a 152 mil (SEI, 1994; IBGE, 1990, 2000 e 2010). Atualmente, (2014) a estimativa populacional de Vitória da Conquista é de 340 mil habitantes.

O objetivo com qual retomamos esses dados, atualizando-os, é demonstrar que esse contingente crescente de pessoas desempenhando atividades econômicas encontrava-se em relação de assalariamento. Como demonstrado na primeira seção, à medida que adentrávamos no século XX, crescia significativamente o número de empresas capitalistas na cidade, objetivando lucros cada vez maiores e com custos cada vez menores (mais-valia relativa). No século XXI, os dados do IBGE relativos ao ano de 2012 revelam que o número de empresas atuantes em Vitória da Conquista ultrapassou 8,5 mil, cuja média salarial dos empregados é pouco mais de um salário mínimo (IBGE Cidade, 2014).

Esses dados, por sua vez, longe de mostrar o fim de outras formas de organização produtiva, revelam que a forma de produção capitalista e sua relação de ‘assalariamento’ (ainda que em alguns casos não sejam assalariados, e que as condições dessas relações estejam precarizadas e a condição desses trabalhadores seja de subproletariado, lumpemproletariado...), se tornaram dominantes. Neste sentido, as relações predominantes em Vitória da Conquista são as de uma sociedade urbana cujo processo de urbanização completa da sociedade já se concretizou. Do mesmo modo, a subsunção total do trabalho agrícola à lógica de reprodução capitalista. Já na década de 1980, registros evidenciam que o montante de terras destinadas a atividades produtivas de vínculo agrário era bastante significativo. A tabela a seguir mostra três elementos em destaque:

**Tabela 05: Área e utilização das terras por atividade econômica 1980 – 1985.**

| Ano  | Área (há)           |         |          |                   |  |
|------|---------------------|---------|----------|-------------------|--|
|      | Total <sup>39</sup> | Lavoura | Pastagem | Matas e Florestas | Terras em descanso e terra produtivas não utilizadas |
| 1980 | 238747              | 29831   | 111527   | 60017             | 28764  |

<sup>39</sup> Área total dos estabelecimentos, inclusive terras inaproveitáveis.

|      |        |       |        |       |       |
|------|--------|-------|--------|-------|-------|
| 1985 | 243748 | 27037 | 123550 | 38100 | 46135 |
|------|--------|-------|--------|-------|-------|

Fonte: CEI, 1994.

A primeiro é o decréscimo de áreas destinadas à lavoura, de 1980 para 1985; o segundo trata do crescimento de áreas destinadas à pastagem, o que demonstra a importância desempenhada pela atividade pecuária para a economia do município; e, terceiro, a diminuição de áreas de “matas e florestas” por motivos não apresentados.

Observamos neste interstício de cinco anos a diminuição das áreas de plantio para determinados gêneros (feijão, mandioca, milho e laranja), mas o aumento de áreas destinadas ao plantio do café e o crescimento da produtividade agrícola em relação a este produto (CEI, 1994). Essa informação coincide exatamente com o período de ascensão da indústria cafeeira em Vitória da Conquista e, por conseguinte, com a intensificação da proletarianização dos camponeses. Do mesmo modo, de 1980 a 1989 observamos um crescimento nos principais rebanhos (bovino, caprino, suíno e ovino) produzidos na cidade, o que, em alguma medida, explica o aumento de áreas destinadas à pastagem (Idem, 1994).

O que buscamos evidenciar para sustentar nossa argumentação é que, à medida que adentramos o último quartel do século XX, assistimos à intensificação da subordinação estrutural de outras formas produtivas aos desígnios socio-reprodutivos do capital. A produção destinada à subsistência – não sem resistências – é gradativamente subordinada por determinações externas às necessidades mais imediatas dos seus produtores. Estudos recentes realizados por Souza (2008) e Souza e Santos (2013) evidenciam – apesar das oposições – um nível de dependência estrutural cada vez maior dos pequenos agricultores em relação às demandas do agronegócio em Vitória da Conquista. Segundo Souza,

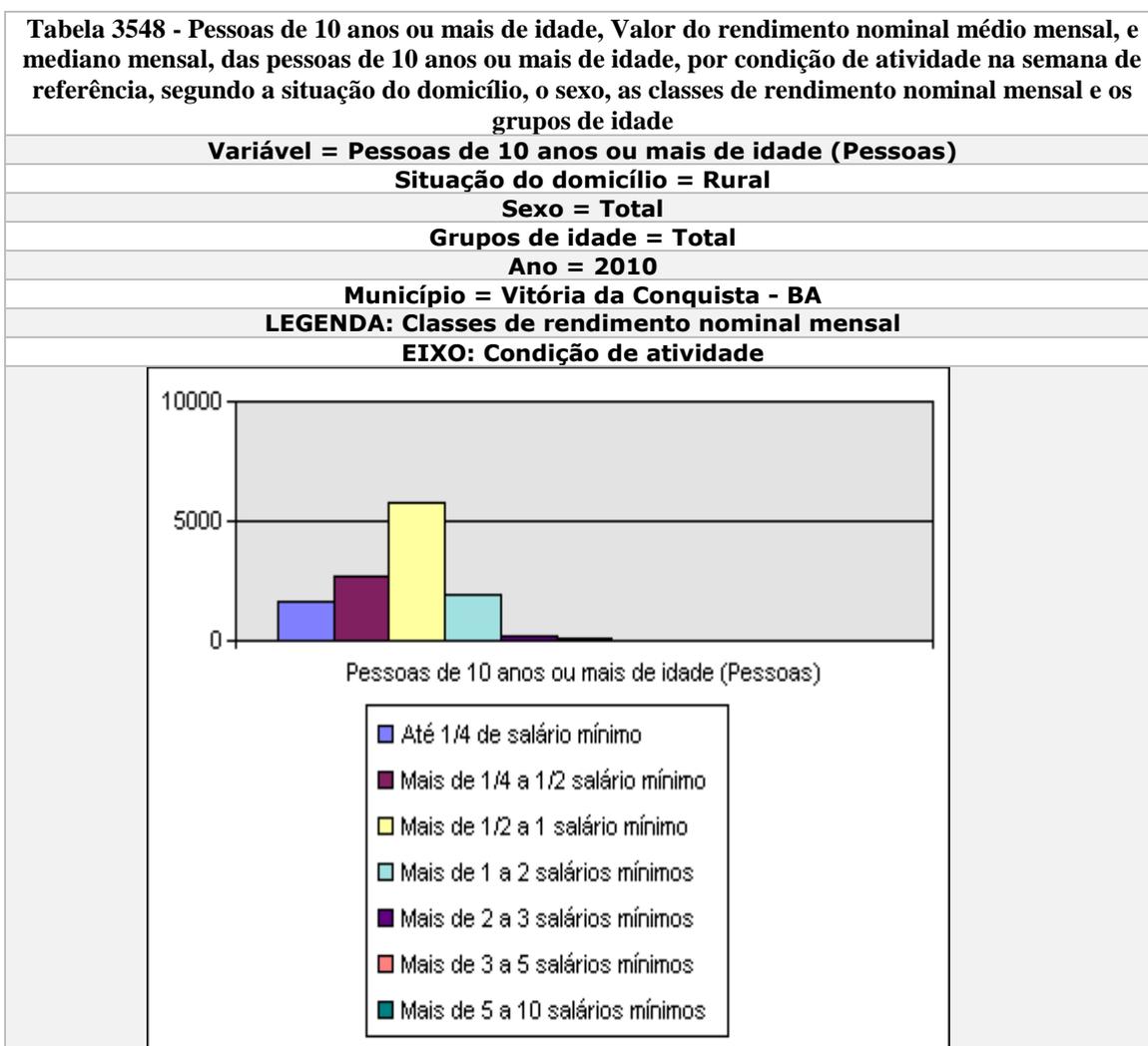
O que se assiste no campo brasileiro é um processo de expropriação violenta compartilhada pelo Estado, com utilização de diversos programas de desenvolvimento, que ao pretender se tornar predominante teve com um dos principais propósitos – condenar toda e qualquer outra forma de organização social e relações de produção existentes até então, ou subordiná-las a sua lógica produtiva, criando todas as possibilidades para a conversão da terra em uma “falsa” mercadoria, garantia de renda para os grandes latifundiários e de lucros crescentes para os grupos capitalistas que passam a atuar no campo (2008, p. 29).

Essa formulação também se aplica à realidade em curso de Vitória da Conquista desde, pelo menos, da segunda metade do século XX, embora sua intensificação só é verificável no último quartel do século. Embora com o crescimento do núcleo urbano a

população rural tenha diminuído proporcionalmente, somando pouco mais de 37 mil pessoas, no ano 2000, segundo dados do IBGE (2000), existiam, aproximadamente, 10 mil trabalhadores em relação de assalariamento (percebiam até um salário mínimo mensal) envolvidos em atividades de agropecuária, florestais, de caça e pesca (IBGE, 2000).

Dez anos depois, com a população campestre diminuída em mais de 5 mil pessoas, totalizando apenas 32 mil e representando 10,5% da totalidade populacional de Vitória da Conquista, o quadro não era muito diferente. Dos pouco mais de 14 mil trabalhadores rurais economicamente ativos (tabela 3576 do SIDRA IBGE), no que concerne ao rendimento nós tínhamos, em 2010, o seguinte quadro:

**Gráfico 16: Rendimento nominal médio mensal das pessoas acima de 10 anos.**



Fonte: IBGE: Censo Demográfico. Nota: 1 - Dados da Amostra; 2 - Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00; 3 - A categoria sem rendimento inclui as pessoas que recebiam somente em benefícios.

O gráfico evidencia que, da totalidade dessa população rural, mais de 10 mil pessoas percebem até um salário mínimo de remuneração mensal para sua reprodução social, uma

discrepância brutal já que o PIB per capita de Vitória da Conquista, no ano de 2011 ultrapassava os 12 mil reais (IBGE CIDADES, 2011). Tais dados comprovam a existência de uma concentração de renda que não pode ser, em hipótese alguma, dissociada da estrutura social de classes, bem como da urbanização completa, resultante do aprofundamento de relações sob os imperativos do capital, que absorve e subordina as relações sociais camponesas, imprimindo, portanto, uma sociedade urbana.

Certamente, não podemos ignorar que o capital se utiliza de uma série de estratégias de cooptação da produção agrícola para subordinar aqueles produtores que ainda resistem em ceder espaço ao agronegócio. É o caso, por exemplo, da agricultura familiar que não passa de

[...] um discurso do capital para o campo [que] repercute na tentativa de apropriação do produto gerado pela força de trabalho camponesa, através do que Martins (1981) denomina de sujeição da renda da terra ao capital. Isto significa que o capital não mais necessita contratar trabalhadores para desempenhar determinadas tarefas no campo, basta a esse, agora, sujeitar os pequenos agricultores, os camponeses, que completamente inseridos no circuito produtivo do capital perde toda sua possibilidade de autonomia, convertendo-se, junto com sua família, em força de trabalho para o capital (SOUZA e SANTOS, 2013, p. 14).

Trata-se, portanto, da tática capitalista de sujeitar toda a produção camponesa às suas necessidades socio-reprodutivas e às demandas de mercado. Por essa perspectiva, concluímos acerca da subordinação total do trabalho e da produção do campo aos imperativos do capital, concordando com Souza (2008) e Souza e Santos (2013), mas também com Lefebvre (1999).

Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desaparecem, que as diferenças daí emanada acentuam-se aqui e ali, não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências (LEFEBVRE, 1999, p. 15).

Acreditamos que os argumentos aqui apresentados são suficientes para sustentar nossa hipótese de que Vitória da Conquista é eminentemente uma sociedade urbana, totalmente articulada ao circuito socio-reprodutivo do capital cujas relações sociais são mediadas pelo metabolismo social valor de troca.

Para finalizarmos esse tópico, mais um esclarecimento é necessário. A sociedade urbana, apesar de definida por Lefebvre como aquela cuja realidade origina-se a partir da revolução industrial que organiza um novo sistema de relações sociais típico da sociedade capitalista, não pode ser restrita às surgidas como uma consequência direta do processo de industrialização. Deve-se aplicar também a toda realidade originada não especificamente da

industrialização, mas também aos processos resultantes desta, uma vez que somente produzir, no capitalismo, não é suficiente. A produção precisa ser deslocada e a mais-valia realizada nos centros de consumo. Nesse sentido, o circuito de realização total do capital cria relações específicas às suas necessidades reprodutivas, de tal modo que não se restringe às cidades industriais, as transcendendo em muito.

Essa compreensão nos permite perceber como o sistema de relações sociais existentes em Vitória da Conquista está amplamente assentado e articulado a uma totalidade muito mais complexa, que diz respeito ao modo de produção/reprodução capitalista que se materializa cotidianamente e reproduz, nas particularidades, as determinações mais gerais. A segregação socioespacial, nesta perspectiva, é resultado do sistema de relações específico que nasce e se desenvolve concomitantemente ao capitalismo, uma das características mais marcantes da sociedade urbana de Vitória da Conquista.

### **3.3 A ATUAL CONFIGURAÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA (OS CASOS DE CAMPINHOS, JATOBÁ E SÃO PEDRO)**

Somente em 1995, pela mediação da lei Nº 798, é que foram instituídos, oficialmente, os bairros que compõem o perímetro urbano de Vitória da Conquista. Na ocasião totalizam 22<sup>40</sup>, sendo compostos por vários loteamentos que delimitavam e materializavam os contornos urbanos da cidade. Nos anos subsequentes, algumas nomenclaturas (dos bairros) foram modificadas pela Lei Nº 850 de 26 de dezembro 1996, sendo Glauber Rocha (vetado), Airton Senna (vetado) e Henriqueta Prates (vetado) substituídos pelos Espírito Santo, Ayrton Senna e Jatobá. Afora estas mudanças de denominação, por diversas vezes as áreas de delimitação dos referidos bairros foram alteradas (Lei Nº 952/98), em função, inclusive, da dinâmica de ocupação do espaço urbano.

Alguns desses bairros, compostos majoritariamente por espaços vazios (vazios urbanos), localizados principalmente nas periferias em relação ao centro de Vitória da Conquista (como são os casos do Campinhos, Jatobá e São Pedro), na medida em que cresce a demanda por habitação, mas também com o aumento da especulação imobiliária que resulta no avanço do preços dos imóveis urbanos essa periferia teve seu processo de urbanização

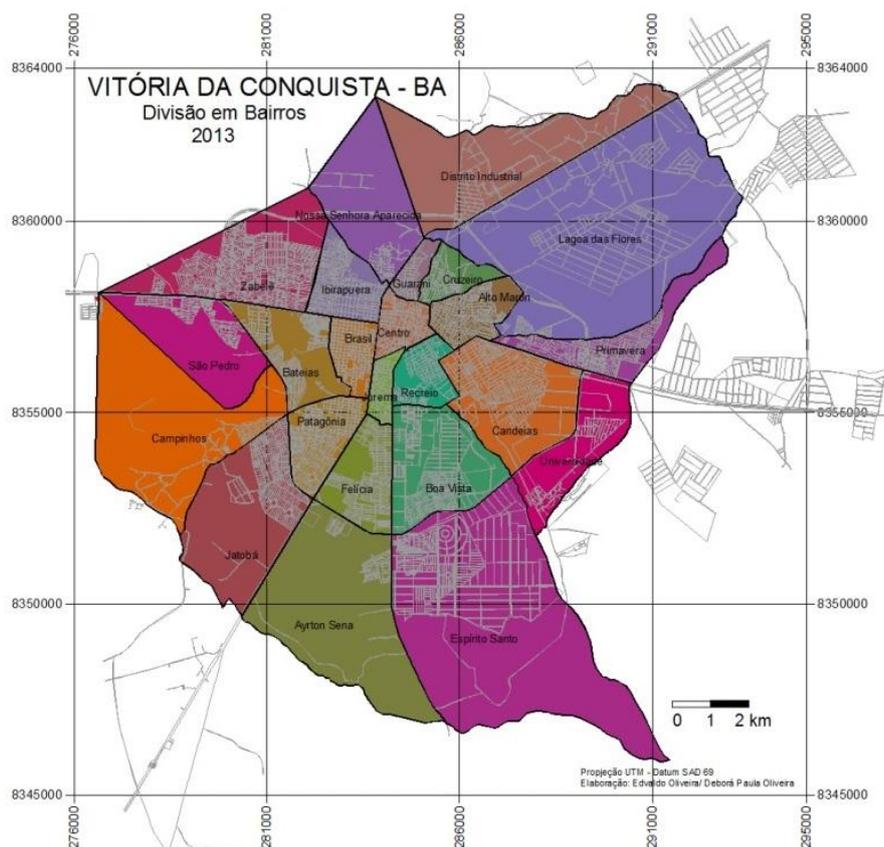
---

<sup>40</sup>01 – Centro; 02 – Guarani; 03 – Cruzeiro; 04 – Alto Maron; 05 – Recreio; 06 – Jurema; 07 – Brasil; 08 – Ibirapuera; 09 – Nossa Senhora Aparecida; 10 – Primavera; 11 – Candeias; 12 – Boa Vista; 13 – Felícia; 14 – Patagônia; 15 – Bateias; 16 – Zabelê; 17 – Universidade; 18 – Vetado; 19 – Vetado; 20 – Vetado; 21 – Campinhos; 22 – São Pedro.

intensificado, inclusive com a abertura de novos loteamentos urbanos (a exemplo dos loteamentos Primavera, Bateias II e Terra Alphaville II<sup>41</sup>).

O mapa 01 nos fornece uma visão geral do atual contorno territorial do perímetro urbano de Vitória da Conquista:

**Mapa 01: Visão geral do perímetro urbano de Vitória da Conquista**



Fonte: Oliveira e Oliveira (2013)

O mapa 01 fornece uma perspectiva atualizada da configuração territorial do perímetro urbano de Vitória da Conquista. Julgamos que o elemento mais importante deste mapa são os contornos de cada um dos bairros que compõem a área urbana da cidade. A rigor, os bairros de Vitória da Conquista estão estruturados em torno do centro da cidade (bairro Centro) e seus limites encontram-se nos limites mais externos do mapa. O centro da cidade, portanto, contempla, tanto a parte histórica que surgiu e cresceu no entorno da atual Catedral Metropolitana de Vitória da Conquista (Nossa Senhora das Vitórias), quanto a área onde está centralizada a zona do comércio.

<sup>41</sup> Informação disponível em: < <http://conversadebalcao.com.br/alphaville-lanca-segundo-loteamento-em-vitoria-da-conquista/>>. Acesso em 24 de outubro de 2014.

Deste modo, quando afirmamos existir um processo de segregação socioespacial – que, apesar de encontrar-se em expansão contínua em função do próprio dinamismo empreendido pela sociedade no espaço urbano, mas também dos imperativos socio-reprodutivos do capital –, o fazemos em dois sentidos amplos: o primeiro refere-se à própria distância entre o centro da cidade e as áreas situadas nas periferias de Vitória da Conquista; o segundo, mas não menos importante, traz à baila as condições de reprodução social disponíveis nesses bairros no que concerne, sobretudo, à disponibilidade dos serviços e equipamentos públicos, a renda das populações e a concentração da violência urbana.

Aprofundando um pouco mais essa dupla demarcação, inferimos que, em algumas das áreas periféricas de Vitória da Conquista, encontramos territórios habitados tanto pelas diversas frações das classes trabalhadoras, quanto por frações médias e altas (doravante *zonas mistas*). Estas, composta, sobretudo, por profissionais liberais, funcionários públicos bem remunerados, pequenos burgueses e burgueses. Portanto, entendemos que habitar determinada periferia não implica estar, necessariamente, vinculado às classes trabalhadoras, já que o perfil de bairro não pode ser definido somente pela sua localização. Além deste elemento, é preciso levar em consideração a disponibilidade dos equipamentos públicos e a regularidade nos serviços, da infraestrutura urbana, mas, sobretudo da renda dos moradores. Consideramos que este último elemento é capital para que possamos definir o aspecto social dos bairros de Vitória da Conquista, uma vez que a disponibilidade de serviços públicos e sua regularidade, por si só, não resolvem nosso problema, visto que muitos bairros dispõem dos supracitados elementos. Para ser mais específico, podem haver periferias nas cidades brasileiras, sobretudo nas médias e grandes, destinadas quase que exclusivamente à moradia das frações de classe burguesa, como nos assegura Sposito (2007). Os chamados “*espaços de auto-segregação*” (TAVARES e ARAUJO, 2008) marcados por uma determinada homogeneidade social composta por parcelas mais abastardas da classe burguesa, podem estar situados nos contornos periféricos da cidade, mas gozando de todo o bem-estar social possível, de infraestrutura urbana e de serviços sociais de qualidade.

Em Vitória da Conquista, ao analisar a implantação de condomínios fechados no bairro Boa Vista<sup>42</sup>, destinado, sobretudo, às classes médias e médias altas, Rocha (2011) percebe evidências de um processo de segregação responsável por novos processos de valorização urbana e especulação imobiliária, pressionado por frações de classes, reivindicando do poder público a infraestrutura necessária à acessibilidade e a regularidade

---

<sup>42</sup> Bairro situado no Loteamento Vila América e que comporta parcela significativa de trabalhadores, segregados e em condições precárias de infraestrutura urbana e serviços públicos.

dos serviços públicos. Tais zonas mistas, por admitirem parcelas mais abastadas das classes médias e da burguesia, têm uma renda *per capital* substancialmente alterada e homogeneizada, sendo nivelada por cima. Esta, relativamente alta<sup>43</sup> se comparada com os demais bairros da cidade, nos impede de inferir daí que seja habitado somente frações privilegiadas da sociedade de classes. No entanto, comporta essas frações.

Diferentemente da auto-segregação, os bairros residenciais segregados não gozam de nenhum privilégio social e a pouca e, muitas vezes, precária, infraestrutura de que dispõem resultaram de longos e dolorosos processos de embate entre as frações das classes trabalhadoras e o poder público municipal. Bairros que não aparecem em nossa análise como áreas residenciais segregadas (tais como os bairros Brasil, Alto Maron, Felícia, Patagônia, Ibirapuera, Guarani e Boa Vista), apesar de comportarem uma parcela majoritária das classes trabalhadoras, passam por processos constantes de apropriação e reterritorialização por parte das frações mais abastadas das classes trabalhadoras, mas também da burguesia. Além disso, gozam de infraestrutura e regularidade nos serviços públicos oferecidos, resultado de penosos processos de lutas. Evidentemente, isso não significa dizer que neles não existam áreas residenciais segregadas, pois muitos loteamentos que o compõem vivenciam os mesmos processos de segregação socioespacial. É o caso, por exemplo, dos loteamentos Vila América (bairro Boa Vista), Bruno Bacelar (bairro Ibirapuera), Parque Conveima (bairro Patagônia), entre outros.

Apesar destes bairros serem compostos, quase que majoritariamente, por parcelas das classes trabalhadoras, e alguns deles concentrarem um número relativamente alto de violência urbana, sobretudo homicídios e tráfico de drogas, no que concerne à infraestrutura urbana e à regularidade nos serviços públicos oferecidos, tais como rede de esgoto, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação asfáltica etc., suas condições são bem menos precárias que a daqueles bairros que pretendemos abordar aqui (o censo realizado pelo IBGE no ano de 2010 comprova estas informações). Alguns desses bairros, vivenciam, inclusive, brutais processos de especulação imobiliária<sup>44</sup>. Esclarecemos, entretanto, que só trataremos aqui desses bairros de zona mista para estabelecer comparações e evidenciar a segregação socioespacial.

---

<sup>43</sup> No ano 2000, segundo o censo demográfico do IBGE, o rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares era de exatamente R\$ 721,00 reais, enquanto, no mesmo ano, no bairro Campinhos, era de apenas R\$ 204,98.

<sup>44</sup> Uma busca rápida na internet, pelos sites de imobiliárias que comercializam lotes urbanos em Vitória da Conquista, revela que o preço de um terreno situado no limite mais extremo do bairro Brasil com o loteamento Santa Cruz (bairro Bateias) custa próximo a R\$ 100 mil. Informação disponível em: < [http://vitoriaconquista.olx.com.br/terreno-com-120-metros-e-dois-comodos-construidos-iid-6807\\_02587](http://vitoriaconquista.olx.com.br/terreno-com-120-metros-e-dois-comodos-construidos-iid-6807_02587) >. Acesso em 24 de outubro de 2014.

A segregação socioespacial da qual tratamos não é, portanto, uma auto-segregação, mas uma forma na qual os imperativos sociais impelem parcelas das classes trabalhadoras para áreas residenciais segregadas, na maioria dos casos, em função dos processos de especulação imobiliária que elevam demasiadamente o preço do metro quadrado do solo urbano da cidade. Não se trata, portanto, de uma auto-segregação resultante de escolha pouco determinada, mas, antes, de opções totalmente condicionadas pela relação de assalariamento e de reprodução das parcelas menos favorecidas das classes trabalhadoras. Assim, definir um bairro como segregado no espaço urbano, depende de uma multiplicidade de fatores combinados (entre eles a renda, a disponibilidade e regularidade dos serviços públicos e a centralização da violência urbana) que confluem diretamente para a forma de realização dos processos de sociabilidade nesses diversos bairros e que implica, também, numa destruição da urbanidade, bem como na negação do direito à cidade. As áreas segregadas no perímetro urbano de Vitória da Conquista, como demonstraremos nas linhas que seguem, constituem verdadeiros rincões de reprodução social da miséria, da centralização de muitas das manifestações da violência urbana (como tráfico de drogas, homicídios, violência doméstica), mas, sobretudo, concentração massiva das parcelas menos qualificadas das classes trabalhadoras.

Centremos nossa atenção, então, nos bairros segregados no espaço urbano de Vitória da Conquista. Durante a realização de nossa pesquisa identificamos um total de 10 bairros que sofrem de forma mais intensiva, em praticamente todos os loteamentos que comportam (em graus bastante diferenciados, é verdade) processos de segregação socioespacial. São eles Ayrton Sena, Bateias, Campinhos, Cruzeiro, Espírito Santos, Jatobá, Nossa Senhora Aparecida, São Pedro e Zabelê. Antes, porém, de tecermos as especificidades que fazem desses bairros áreas residenciais segregadas no perímetro urbano de Vitória da Conquista, precisamos mensurar que essa caracterização é apenas provisória, de modo que a própria dinâmica de produção do espaço urbano pode modificar completamente suas condições materiais.

Destes dez bairros, centralizaremos nossa análise apenas em três, que consideramos segregados, e apresentaremos considerações gerais sobre os demais, conforme a localização dos mesmos no perímetro urbano de Vitória da Conquista. Iniciaremos, então, regatando dados do censo do IBGE do ano 2000 afim de consubstanciar uma analogia entre eles a partir de dados do censo de 2010. Os bairros que privilegiaremos em nossa análise são Campinhos,

Jatobá e São Pedro, todos situados na extremidade Oeste da alça do anel rodoviário entre a BR – 116 e a BA – 262. O mapa 02 ilustra parcialmente a localização dos respectivos bairros.

**Mapa 02: Visão parcial dos bairros Campinhos, Jatobá e São Pedro.**



Fonte: Ferraz, 2001.

O quadro abaixo traz dados (IBGE, 2000; 2010) que ilustram bem a cotidianidade das classes trabalhadoras. A rigor, apesar das diferenças objetivas entre os três bairros, alguns elementos são bastante similares, entre eles, o perfil socioeconômico da população. O bairro campinhos, por exemplo, no ano 2000 possuía uma população total de 3.757 pessoas, saltando, em 2010 para 4.889. Apesar do aumento no número de pessoas, não podemos inferir daí que o mesmo ocorreu com as condições gerais de reprodução. Os dados evidenciam que, do total das 836 pessoas responsáveis pelos domicílios particulares, no ano 2000, mais de 59,6% percebem um valor mensal de até um salário mínimo. Os que possuem renda de um a três salários mínimos (doravante s.m.) no ano de referência representam 23,8%; os que receberam acima de três s.m. representam um percentual menor ainda (5,3%). O número de trabalhadores que não possuíam, à época, nenhum tipo de rendimento também era significativo, chegando a 11,1% do total.

Dez anos depois, o quadro não era muito diferente. O crescimento da população implicou também no crescimento do número de pessoas responsáveis pelos domicílios. Se, no

ano 2000 esse número chegava a 836, em 2010 eram 1.243 pessoas (IBGE, 2010). No quadro geral das remunerações, no entanto, houve poucas alterações, percentualmente o quadro se agravou, subindo para 88,7% o número de pessoas responsáveis pelos domicílios que recebiam até um salário mínimo mensal (R\$ 510,00). Um percentual de 4,5% era dos que recebiam de um até três s.m. O que chama atenção, no entanto, é o percentual de 6,4% (80 trabalhadores) que sequer possuíam rendimento.

Esses dados mostram um número percentual cada vez maior de pessoas responsáveis pelos sobrevivem com até um salário mínimo. No caso específico do Campinhos, esse número contempla quase a totalidade das pessoas responsáveis pelos domicílios. Evidentemente, isso influencia demasiadamente nos processos de sociabilidade na sociedade do capital, uma vez que o acesso a bens e serviços de qualidade, até mesmo a condições essenciais para reprodução social, tais como alimentação, saúde, moradia e educação encontravam-se comprometidas.

Como podemos observar, as condições de moradia não são menos precárias. É possível perceber que, no ano de 2000, mas de 600 unidades imobiliárias contavam com fossa asséptica rudimentar. Dez anos depois, esse número ultrapassou os 1.028 domicílios particulares. Evidentemente, esse é um dado que não pode ser ignorado, pois possui reflexos diretos na saúde pública. Menos importante não é que, ainda no ano 2000, mais de 100 unidades imobiliárias sequer contavam com sanitário. Apesar de este número ter diminuído no censo subsequente, ainda contava com 63 unidades que não dispunham sequer de um banheiro.

**Tabela 06: Dados do censo demográfico do IBGE para os bairros Campinhos, Jatobá e São Pedro referente aos anos de 2000 e 2010**

| Bairros                                | Anos | População residente | Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio (ano 2000, tabela 1494); Pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares, classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (ano 2010, tabela 1385).  | Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por situação e tipo do esgotamento sanitário (ano 2000, tabela 1437); Domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, segundo o tipo do domicílio, a condição de ocupação e o tipo de esgotamento sanitário (ano 2010, tabela 1394). | Domicílios particulares permanentes por situação e número de moradores, número de moradores (anos 2000 e 2010, tabela 185). |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
|--|------|---------------------|--|---|---|----------------------------------|----|-------------------------------------|----|--------------------------------|-----|------------------------------------|----|--|----|------------------------------------|----|--------------------------------|----|--------------------------------|----|---------------------------------|----|----------------------------------|---|----------------|----|--|---------------------------------|----|---------------|----|------------------|-----|------|----|------------------|---|------------------|----|----------------------------------|-----|--|-----------|----|-------------|-----|-------------|-----|-------------|-----|-------------|-----|-------------|----|-------------|----|-------------|----|-------------|----|--------------|----|--------------|---|--------------|---|--------------|---|----------------------|---|--------------|---|----------------------|---|
| CAMPINHOS                              | 2000 | 3.757               | <table border="1"> <tr><td>Até 1/4 de salário mínimo</td><td>14</td></tr> <tr><td>Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo</td><td>44</td></tr> <tr><td>Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo</td><td>62</td></tr> <tr><td>Mais de 3/4 a 1 salário mínimo</td><td>379</td></tr> <tr><td>Mais de 1 a 1 1/4 salários mínimos</td><td>30</td></tr> <tr><td>Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salários mínimos</td><td>48</td></tr> <tr><td>Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos</td><td>86</td></tr> <tr><td>Mais de 2 a 3 salários mínimos</td><td>35</td></tr> <tr><td>Mais de 3 a 5 salários mínimos</td><td>26</td></tr> <tr><td>Mais de 5 a 10 salários mínimos</td><td>17</td></tr> <tr><td>Mais de 10 a 15 salários mínimos</td><td>2</td></tr> <tr><td>Sem rendimento</td><td>93</td></tr> </table> | Até 1/4 de salário mínimo   | 14  | Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo | 44 | Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo | 62 | Mais de 3/4 a 1 salário mínimo | 379 | Mais de 1 a 1 1/4 salários mínimos | 30 | Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salários mínimos | 48 | Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos | 86 | Mais de 2 a 3 salários mínimos | 35 | Mais de 3 a 5 salários mínimos | 26 | Mais de 5 a 10 salários mínimos | 17 | Mais de 10 a 15 salários mínimos | 2 | Sem rendimento | 93 | <table border="1"> <tr><td>Rede geral de esgoto ou pluvial</td><td>15</td></tr> <tr><td>Fossa séptica</td><td>15</td></tr> <tr><td>Fossa rudimentar</td><td>605</td></tr> <tr><td>Vala</td><td>52</td></tr> <tr><td>Rio, lago ou mar</td><td>1</td></tr> <tr><td>Outro escoadouro</td><td>19</td></tr> <tr><td>Não tinham banheiro ou sanitário</td><td>129</td></tr> </table> | Rede geral de esgoto ou pluvial | 15 | Fossa séptica | 15 | Fossa rudimentar | 605 | Vala | 52 | Rio, lago ou mar | 1 | Outro escoadouro | 19 | Não tinham banheiro ou sanitário | 129 | <table border="1"> <tr><td>1 morador</td><td>46</td></tr> <tr><td>2 moradores</td><td>100</td></tr> <tr><td>3 moradores</td><td>157</td></tr> <tr><td>4 moradores</td><td>179</td></tr> <tr><td>5 moradores</td><td>130</td></tr> <tr><td>6 moradores</td><td>86</td></tr> <tr><td>7 moradores</td><td>56</td></tr> <tr><td>8 moradores</td><td>44</td></tr> <tr><td>9 moradores</td><td>12</td></tr> <tr><td>10 moradores</td><td>12</td></tr> <tr><td>11 moradores</td><td>5</td></tr> <tr><td>12 moradores</td><td>4</td></tr> <tr><td>13 moradores</td><td>1</td></tr> <tr><td>14 moradores ou mais</td><td>-</td></tr> <tr><td>14 moradores</td><td>1</td></tr> <tr><td>15 moradores ou mais</td><td>3</td></tr> </table> | 1 morador | 46 | 2 moradores | 100 | 3 moradores | 157 | 4 moradores | 179 | 5 moradores | 130 | 6 moradores | 86 | 7 moradores | 56 | 8 moradores | 44 | 9 moradores | 12 | 10 moradores | 12 | 11 moradores | 5 | 12 moradores | 4 | 13 moradores | 1 | 14 moradores ou mais | - | 14 moradores | 1 | 15 moradores ou mais | 3 |
| Até 1/4 de salário mínimo              | 14   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo       | 44   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo    | 62   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 3/4 a 1 salário mínimo         | 379  |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1 a 1 1/4 salários mínimos     | 30   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salários mínimos | 48   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos     | 86   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos         | 35   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos         | 26   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos        | 17   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 10 a 15 salários mínimos       | 2    |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Sem rendimento                         | 93   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Rede geral de esgoto ou pluvial        | 15   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Fossa séptica                          | 15   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Fossa rudimentar                       | 605  |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Vala                                   | 52   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Rio, lago ou mar                       | 1    |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Outro escoadouro                       | 19   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Não tinham banheiro ou sanitário       | 129  |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 1 morador                              | 46   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 2 moradores                            | 100  |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 3 moradores                            | 157  |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 4 moradores                            | 179  |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 5 moradores                            | 130  |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 6 moradores                            | 86   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 7 moradores                            | 56   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 8 moradores                            | 44   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 9 moradores                            | 12   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 10 moradores                           | 12   |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 11 moradores                           | 5    |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 12 moradores                           | 4    |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 13 moradores                           | 1    |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 14 moradores ou mais                   | -    |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 14 moradores                           | 1    |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 15 moradores ou mais                   | 3    |                     |  |   |   |                                  |    |                                     |    |                                |     |                                    |    |  |    |                                    |    |                                |    |                                |    |                                 |    |                                  |   |                |    |  |                                 |    |               |    |                  |     |      |    |                  |   |                  |    |                                  |     |  |           |    |             |     |             |     |             |     |             |     |             |    |             |    |             |    |             |    |              |    |              |   |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |

|  |      |       |  |     |  |  |       |                             |     |
|--|------|-------|--|-----|--|--|-------|-----------------------------|-----|
|  | 2010 | 4.889 | <b>Até 1/8 de salário mínimo</b>           | 82  |  | <b>Rede geral de esgoto ou pluvial</b> | 30    | <b>1 morador</b>            | 76  |
|  |      |       | <b>Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo</b> | 214 |  | <b>Fossa séptica</b>                   | 37    | <b>2 moradores</b>          | 183 |
|  |      |       | <b>Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo</b>    | 421 |  | <b>Fossa rudimentar</b>                | 1.028 | <b>3 moradores</b>          | 294 |
|  |      |       | <b>Mais de 1/2 a 1 salário mínimo</b>      | 387 |  | <b>Vala</b>                            | 35    | <b>4 moradores</b>          | 297 |
|  |      |       | <b>Mais de 1 a 2 salários mínimos</b>      | 54  |  | <b>Rio, lago ou mar</b>                | 17    | <b>5 moradores</b>          | 175 |
|  |      |       | <b>Mais de 2 a 3 salários mínimos</b>      | 2   |  | <b>Outro tipo</b>                      | 17    | <b>6 moradores</b>          | 97  |
|  |      |       | <b>Mais de 3 a 5 salários mínimos</b>      | 3   |  | <b>Não tinham</b>                      | 63    | <b>7 moradores</b>          | 53  |
|  |      |       | <b>Mais de 5 a 10 salários mínimos</b>     | -   |  |  |       | <b>8 moradores</b>          | 20  |
|  |      |       | <b>Mais de 10 salários mínimos</b>         | -   |  |  |       | <b>9 moradores</b>          | 17  |
|  |      |       | <b>Sem rendimento</b>                      | 80  |  |  |       | <b>10 moradores</b>         | 7   |
|  |      |       |  |     |  |  |       | <b>11 moradores</b>         | 4   |
|  |      |       |  |     |  |  |       | <b>12 moradores</b>         | 1   |
|  |      |       |  |     |  |  |       | <b>13 moradores</b>         | 1   |
|  |      |       |  |     |  |  |       | <b>14 moradores ou mais</b> | 2   |
|  |      |       |  |     |  |  |       | <b>14 moradores</b>         | -   |
|  |      |       |  |     |  |  |       | <b>15 moradores ou mais</b> | -   |

|  |                           |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
|--|---------------------------|-------|---|---------------------------|-----|-------------------------------------|-----|-------------------------------------|-----|--------------------------------|-----|------------------------------------|----|--|-----|------------------------------------|-----|---------------------------------|----|--------------------------------|----|---------------------------------|-----|----------------------------------|---|---|---------------------------------|----------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------|----------------|------|--|---------------------------------|----|---------------|----|------------------|-------|--|-----------|------------------|-------------|------------------|-------------|----------------------------------|-------------|--|-------------|-----|-------------|-----|-------------|-----|-------------|-----|-------------|-----|--------------|-----|--------------|----|--------------|----|--------------|----|--------------|----|--------------|----|--------------|---|--------------|---|----------------------|---|--------------|---|----------------------|---|
| JATOBÁ                                 | 2000                      | 6.488 | <table border="1"> <tr><td>Até 1/4 de salário mínimo</td><td>16</td></tr> <tr><td>Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo</td><td>65</td></tr> <tr><td>Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo</td><td>99</td></tr> <tr><td>Mais de 3/4 a 1 salário mínimo</td><td>506</td></tr> <tr><td>Mais de 1 a 1 1/4 salários mínimos</td><td>74</td></tr> <tr><td>Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salários mínimos</td><td>129</td></tr> <tr><td>Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos</td><td>171</td></tr> <tr><td>Mais de 2 a 3 salários mínimos</td><td>87</td></tr> <tr><td>Mais de 3 a 5 salários mínimos</td><td>61</td></tr> <tr><td>Mais de 5 a 10 salários mínimos</td><td>17</td></tr> <tr><td>Mais de 10 a 15 salários mínimos</td><td>3</td></tr> <tr><td>Mais de 15 a 20 salários mínimos</td><td>1</td></tr> <tr><td>Mais de 20 a 30 salários mínimos</td><td>-</td></tr> <tr><td>Mais de 30 salários mínimos</td><td>-</td></tr> <tr><td>Sem rendimento</td><td>288</td></tr> </table> | Até 1/4 de salário mínimo | 16  | Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo    | 65  | Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo | 99  | Mais de 3/4 a 1 salário mínimo | 506 | Mais de 1 a 1 1/4 salários mínimos | 74 | Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salários mínimos | 129 | Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos | 171 | Mais de 2 a 3 salários mínimos  | 87 | Mais de 3 a 5 salários mínimos | 61 | Mais de 5 a 10 salários mínimos | 17  | Mais de 10 a 15 salários mínimos | 3 | Mais de 15 a 20 salários mínimos  | 1                               | Mais de 20 a 30 salários mínimos | -             | Mais de 30 salários mínimos | -                | Sem rendimento | 288  | <table border="1"> <tr><td>Rede geral de esgoto ou pluvial</td><td>15</td></tr> <tr><td>Fossa séptica</td><td>81</td></tr> <tr><td>Fossa rudimentar</td><td>1.220</td></tr> <tr><td>Vala</td><td>5</td></tr> <tr><td>Rio, lago ou mar</td><td>-</td></tr> <tr><td>Outro escoadouro</td><td>1</td></tr> <tr><td>Não tinham banheiro ou sanitário</td><td>195</td></tr> </table> | Rede geral de esgoto ou pluvial | 15 | Fossa séptica | 81 | Fossa rudimentar | 1.220 | Vala   | 5         | Rio, lago ou mar | -           | Outro escoadouro | 1           | Não tinham banheiro ou sanitário | 195         | <table border="1"> <tr><td>1 morador</td><td>96</td></tr> <tr><td>2 moradores</td><td>220</td></tr> <tr><td>3 moradores</td><td>275</td></tr> <tr><td>4 moradores</td><td>337</td></tr> <tr><td>5 moradores</td><td>243</td></tr> <tr><td>6 moradores</td><td>149</td></tr> <tr><td>7 moradores</td><td>72</td></tr> <tr><td>8 moradores</td><td>54</td></tr> <tr><td>9 moradores</td><td>34</td></tr> <tr><td>10 moradores</td><td>16</td></tr> <tr><td>11 moradores</td><td>13</td></tr> <tr><td>12 moradores</td><td>2</td></tr> <tr><td>13 moradores</td><td>3</td></tr> <tr><td>14 moradores ou mais</td><td>-</td></tr> <tr><td>14 moradores</td><td>2</td></tr> <tr><td>15 moradores ou mais</td><td>1</td></tr> </table> | 1 morador   | 96  | 2 moradores | 220 | 3 moradores | 275 | 4 moradores | 337 | 5 moradores | 243 | 6 moradores  | 149 | 7 moradores  | 72 | 8 moradores  | 54 | 9 moradores  | 34 | 10 moradores | 16 | 11 moradores | 13 | 12 moradores | 2 | 13 moradores | 3 | 14 moradores ou mais | - | 14 moradores | 2 | 15 moradores ou mais | 1 |
|  | Até 1/4 de salário mínimo | 16    |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo       | 65                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo    | 99                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 3/4 a 1 salário mínimo         | 506                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1 a 1 1/4 salários mínimos     | 74                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salários mínimos | 129                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos     | 171                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos         | 87                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos         | 61                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos        | 17                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 10 a 15 salários mínimos       | 3                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 15 a 20 salários mínimos       | 1                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 20 a 30 salários mínimos       | -                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 30 salários mínimos            | -                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Sem rendimento                         | 288                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Rede geral de esgoto ou pluvial        | 15                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Fossa séptica                          | 81                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Fossa rudimentar                       | 1.220                     |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Vala                                   | 5                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Rio, lago ou mar                       | -                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Outro escoadouro                       | 1                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Não tinham banheiro ou sanitário       | 195                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 1 morador                              | 96                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 2 moradores                            | 220                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 3 moradores                            | 275                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 4 moradores                            | 337                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 5 moradores                            | 243                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 6 moradores                            | 149                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 7 moradores                            | 72                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 8 moradores                            | 54                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 9 moradores                            | 34                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 10 moradores                           | 16                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 11 moradores                           | 13                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 12 moradores                           | 2                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 13 moradores                           | 3                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 14 moradores ou mais                   | -                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 14 moradores                           | 2                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 15 moradores ou mais                   | 1                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
|  | 2010                      | 6.712 | <table border="1"> <tr><td>Até 1/8 de salário mínimo</td><td>152</td></tr> <tr><td>Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo</td><td>343</td></tr> <tr><td>Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo</td><td>596</td></tr> <tr><td>Mais de 1/2 a 1 salário mínimo</td><td>461</td></tr> <tr><td>Mais de 1 a 2 salários mínimos</td><td>79</td></tr> <tr><td>Mais de 2 a 3 salários mínimos</td><td>9</td></tr> <tr><td>Mais de 3 a 5 salários mínimos</td><td>5</td></tr> <tr><td>Mais de 5 a 10 salários mínimos</td><td>1</td></tr> <tr><td>Mais de 10 salários mínimos</td><td>-</td></tr> <tr><td>Sem rendimento</td><td>114</td></tr> <tr><td>Sem declaração</td><td>-</td></tr> </table>   | Até 1/8 de salário mínimo | 152 | Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo | 343 | Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo    | 596 | Mais de 1/2 a 1 salário mínimo | 461 | Mais de 1 a 2 salários mínimos     | 79 | Mais de 2 a 3 salários mínimos         | 9   | Mais de 3 a 5 salários mínimos     | 5   | Mais de 5 a 10 salários mínimos | 1  | Mais de 10 salários mínimos    | -  | Sem rendimento                  | 114 | Sem declaração                   | - | <table border="1"> <tr><td>Rede geral de esgoto ou pluvial</td><td>26</td></tr> <tr><td>Fossa séptica</td><td>20</td></tr> <tr><td>Fossa rudimentar</td><td>1.678</td></tr> <tr><td>Vala</td><td>3</td></tr> <tr><td>Rio, lago ou mar</td><td>-</td></tr> <tr><td>Outro tipo</td><td>8</td></tr> <tr><td>Não tinham</td><td>25</td></tr> </table> | Rede geral de esgoto ou pluvial | 26                               | Fossa séptica | 20                          | Fossa rudimentar | 1.678          | Vala | 3  | Rio, lago ou mar                | -  | Outro tipo    | 8  | Não tinham       | 25    | <table border="1"> <tr><td>1 morador</td><td>145</td></tr> <tr><td>2 moradores</td><td>305</td></tr> <tr><td>3 moradores</td><td>398</td></tr> <tr><td>4 moradores</td><td>398</td></tr> <tr><td>5 moradores</td><td>238</td></tr> <tr><td>6 moradores</td><td>121</td></tr> <tr><td>7 moradores</td><td>79</td></tr> <tr><td>8 moradores</td><td>35</td></tr> <tr><td>9 moradores</td><td>17</td></tr> <tr><td>10 moradores</td><td>9</td></tr> <tr><td>11 moradores</td><td>9</td></tr> <tr><td>12 moradores</td><td>2</td></tr> <tr><td>13 moradores</td><td>-</td></tr> </table> | 1 morador | 145              | 2 moradores | 305              | 3 moradores | 398                              | 4 moradores | 398  | 5 moradores | 238 | 6 moradores | 121 | 7 moradores | 79  | 8 moradores | 35  | 9 moradores | 17  | 10 moradores | 9   | 11 moradores | 9  | 12 moradores | 2  | 13 moradores | -  |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Até 1/8 de salário mínimo              | 152                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo    | 343                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo       | 596                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1/2 a 1 salário mínimo         | 461                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos         | 79                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos         | 9                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos         | 5                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos        | 1                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Mais de 10 salários mínimos            | -                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Sem rendimento                         | 114                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Sem declaração                         | -                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Rede geral de esgoto ou pluvial        | 26                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Fossa séptica                          | 20                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Fossa rudimentar                       | 1.678                     |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Vala                                   | 3                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Rio, lago ou mar                       | -                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Outro tipo                             | 8                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| Não tinham                             | 25                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 1 morador                              | 145                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 2 moradores                            | 305                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 3 moradores                            | 398                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 4 moradores                            | 398                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 5 moradores                            | 238                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 6 moradores                            | 121                       |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 7 moradores                            | 79                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 8 moradores                            | 35                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 9 moradores                            | 17                        |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 10 moradores                           | 9                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 11 moradores                           | 9                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 12 moradores                           | 2                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |
| 13 moradores                           | -                         |       |   |                           |     |                                     |     |                                     |     |                                |     |                                    |    |  |     |                                    |     |                                 |    |                                |    |                                 |     |                                  |   |   |                                 |                                  |               |                             |                  |                |      |  |                                 |    |               |    |                  |       |  |           |                  |             |                  |             |                                  |             |  |             |     |             |     |             |     |             |     |             |     |              |     |              |    |              |    |              |    |              |    |              |    |              |   |              |   |                      |   |              |   |                      |   |

|           |      |       |  |     |                                  |                      |                      |     |
|-----------|------|-------|--|-----|----------------------------------|----------------------|----------------------|-----|
|           |      |       |  |     |                                  | 14 moradores ou mais | 4                    |     |
|           |      |       |  |     |                                  | 14 moradores         | -                    |     |
|           |      |       |  |     |                                  | 15 moradores ou mais | -                    |     |
| SÃO PEDRO | 2000 | 2.952 | Até 1/4 de salário mínimo              | 9   | Rede geral de esgoto ou pluvial  | 3                    | 1 morador            | 34  |
|           |      |       | Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo       | 47  | Fossa séptica                    | 6                    | 2 moradores          | 66  |
|           |      |       | Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo    | 44  | Fossa rudimentar                 | 518                  | 3 moradores          | 143 |
|           |      |       | Mais de 3/4 a 1 salário mínimo         | 225 | Vala                             | 2                    | 4 moradores          | 162 |
|           |      |       | Mais de 1 a 1 1/4 salários mínimos     | 29  | Rio, lago ou mar                 | -                    | 5 moradores          | 100 |
|           |      |       | Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salários mínimos | 46  | Outro escoadouro                 | 20                   | 6 moradores          | 59  |
|           |      |       | Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos     | 74  | Não tinham banheiro ou sanitário | 115                  | 7 moradores          | 38  |
|           |      |       | Mais de 2 a 3 salários mínimos         | 42  |                                  |                      | 8 moradores          | 26  |
|           |      |       | Mais de 3 a 5 salários mínimos         | 16  |                                  |                      | 9 moradores          | 13  |
|           |      |       | Mais de 5 a 10 salários mínimos        | 3   |                                  |                      | 10 moradores         | 11  |
|           |      |       | Mais de 10 a 15 salários mínimos       | 2   |                                  |                      | 11 moradores         | 7   |
|           |      |       | Mais de 15 a 20 salários mínimos       | 2   |                                  |                      | 12 moradores         | 3   |
|           |      |       | Mais de 20 a 30 salários mínimos       | -   |                                  |                      | 13 moradores         | 1   |
|           |      |       | Mais de 30 salários mínimos            | -   |                                  |                      | 14 moradores ou mais | -   |
|           |      |       | Sem rendimento                         | 125 |                                  |                      | 14 moradores         | -   |
|           |      |       |  |     |                                  |                      | 15 moradores ou mais | 1   |

|      |       |                                     |     |                                 |     |              |    |
|------|-------|-------------------------------------|-----|---------------------------------|-----|--------------|----|
| 2010 | 1.555 | Até 1/8 de salário mínimo           | 67  | Rede geral de esgoto ou pluvial | 5   | 1 morador    | 24 |
|      |       | Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo | 85  | Fossa séptica                   | -   | 2 moradores  | 74 |
|      |       | Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo    | 119 | Fossa rudimentar                | 388 | 3 moradores  | 94 |
|      |       | Mais de 1/2 a 1 salário mínimo      | 83  | Vala                            | 1   | 4 moradores  | 96 |
|      |       | Mais de 1 a 2 salários mínimos      | 16  | Rio, lago ou mar                | 1   | 5 moradores  | 67 |
|      |       | Mais de 2 a 3 salários mínimos      | 2   | Outro tipo                      | 10  | 6 moradores  | 22 |
|      |       | Mais de 3 a 5 salários mínimos      | -   | Não tinham                      | 3   | 7 moradores  | 16 |
|      |       | Mais de 5 a 10 salários mínimos     | -   |                                 |     | 8 moradores  | 7  |
|      |       | Mais de 10 salários mínimos         | -   |                                 |     | 9 moradores  | 2  |
|      |       | Sem rendimento                      | 36  |                                 |     | 10 moradores | 3  |
|      |       | Sem declaração                      | -   |                                 |     | 11 moradores | 2  |
|      |       |                                     |     |                                 |     | 12 moradores | 1  |
|      |       |                                     |     |                                 |     | 13 moradores | -  |
|      |       |                                     |     | 14 moradores ou mais            | -   |              |    |
|      |       |                                     |     | 14 moradores                    | -   |              |    |
|      |       |                                     |     | 15 moradores ou mais            | -   |              |    |

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000 e 2010. Salário de referência para os respectivos anos R\$ 151,00 e R\$ 510,00.

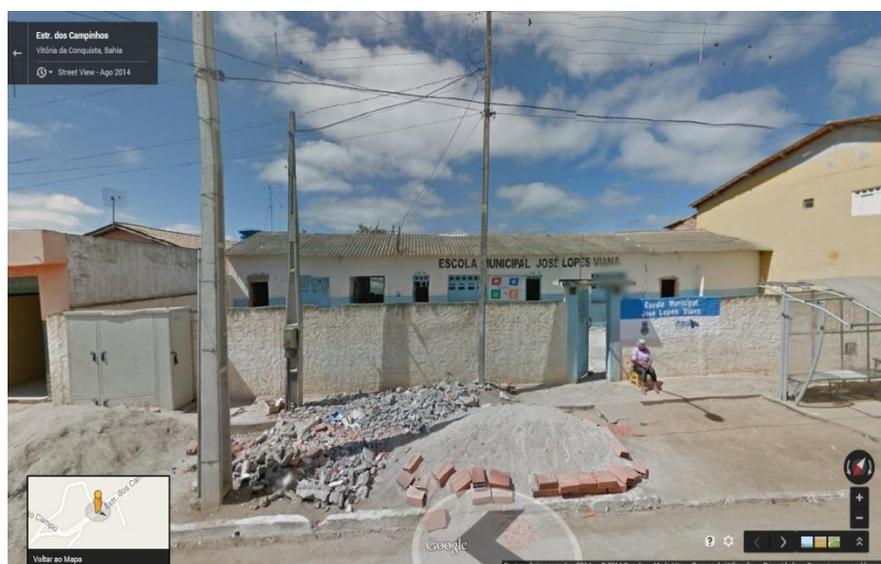


FOTO 11: Vista frontal da Escola Municipal José Lopes Viana, situada no bairro Campinhos. Fonte: Google View, Agosto de 2014.



FOTO 12: Visão geral da Tv. São José, situada no bairro Campinhos. Fonte: Google View, Agosto de 2014.

Se as condições salariais evidenciam que o bairro Campinhos é destinado às parcelas menos qualificadas (do ponto de vista da sociedade burguesa) das classes trabalhadoras, as condições de moradia, por sua vez, são bastante precárias, como evidenciado na fotografia 12. O bairro possui apenas um posto de saúde para atender uma demanda de quase cinco mil pessoas e uma escola em condições problemáticas (Escola Municipal José Lopes Viana), que atende das series iniciais até o quinto ano. Observemos, então, as fotografias 11 e 12. A observação nos permite avaliar, mesmo parcialmente, as precárias condições de infraestrutura urbana. Até o equipamento público existente no bairro parece não receber do poder público municipal a devida atenção, explicitando, mais uma vez, a condição de classe do Estado e o tratamento oferecido às áreas residenciais segregadas. Esse descaso também se manifesta na disponibilidade do serviço de transporte coletivo urbano, quando o bairro conta apenas com uma linha “regular” de ônibus (R10) que computa três veículos, sendo o intervalo entre um e outro de 30 minutos (PMVC, 2014), o que torna a acessibilidade e a ligação bairro-centro bastante problemática. Apesar de, segundo informações do Google Maps, a distância em linha reta do bairro Campinhos para o bairro Centro ser de aproximadamente seis quilômetros, e em condições normais de tráfego essa travessia não exceder a 12 minutos, o deslocamento pela mediação do transporte coletivo urbano dura aproximadamente 40 minutos. Isso implica dizer que um trabalhador que vende sua força de trabalho no centro da cidade perde, em média, duas horas diárias no deslocamento residência-trabalho. Dados do IBGE (2010) (tabela 2604) revelam que mais de 17 mil pessoas em Vitória da Conquista levam de 30 minutos até uma hora no deslocamento casa-trabalho.

Com base nos dados apresentados, o bairro Campinhos está no *hall* daqueles que possuem uma população segregada, vivendo e se reproduzindo sob condições difíceis, privadas do direito à cidade. Não menos comprometedora é a situação dos moradores dos bairros Jatobá e São Pedro, situados, respectivamente, 4,7 e 5,3 quilômetros de distância em linha reta (*Google Maps*) do bairro Centro, muito embora o tempo médio de deslocamento seja o mesmo. De uma população de 6.488, no ano 2000, o bairro Jatobá possuía 1.517 pessoas com responsabilidade sobre seus domicílios. Entre esses, 45,2% recebiam mensalmente até um salário mínimo; 30,3%, de um a três; 4,02%, de três a cinco salários; 1,1%, de cinco a dez; e 0,2%, de dez a quinze s.m. Entre aqueles que não possuíam nenhum tipo de renda encontrava-se 18,9%.

Dez anos depois, embora a população acrescida tenha sido somente 224 pessoas, o número de pessoas responsáveis por seus domicílios cresceu 14% em relação à década

anterior, saltando de 1.517 para 1.760. O que mais chama a atenção, no entanto, é o crescimento no percentual dos trabalhadores que recebiam até um salário mínimo, que saltou de 45,5%, no ano 2000, para 88,1%, representando um total de 1552 pessoas. Os que recebiam de um a três s.m. caiu de 30,3%, no ano 2000, para 5% em 2010 (88 pessoas). Os situados na faixa de três a cinco s.m., 0,2%; e de cinco a dez s.m., 0,05%. Do total, 6,4%, representado por 114 pessoas responsáveis por domicílios não apresentaram nenhum rendimento. Indubitavelmente, o número de pessoas responsáveis por domicílios e que recebem até um salário mínimo cresceu 44,2% evidenciando uma perda gradativa do poder de compra e, por conseguinte, a diminuição das possibilidades de reprodução social.

Os dados revelam, portanto, a concentração de um perfil social nesses bairros, caracterizando uma precarização das condições de vida dos seus moradores e denunciando que o processo de reprodução dos trabalhadores menos qualificados no contexto da divisão social do trabalho que desempenham as funções pouco valorizadas na sociedade do capital, foi debilitado.

Esse quadro geral, presente também praticamente em todos os bairros segregados de Vitória da Conquista, conforme nos assegura os dados do IBGE (2000; 2010), não pode ser dissociado de um contexto mais amplo no qual se evidencia as consequências nocivas da implementação das políticas neoliberais no Brasil, mas sobretudo do processo de reestruturação produtiva do trabalho e do capital. Ao analisar as condições gerais do desemprego no Brasil, de 1992 a 2003, Antunes (2011) evidencia um crescimento na taxa de desemprego entre as famílias de baixa renda de 9,4% para 13,8%. O mesmo fenômeno também foi verificado nas categorias de trabalhadores com melhor rendimento, na qual a taxa avançou de 2,6 para 3,9% no mesmo período. Mas, emblemática mesmo é a informação fornecida por Antunes segundo a qual

Entre 1995 e 2005, o desemprego passou de 1,9 milhões de trabalhadores (3% da população economicamente ativa – PEA) para 8,9 milhões (9,3% da PEA), bem como houve a piora nas condições e relações de trabalho. Por conta disso, alterou-se a composição da pobreza segundo condição de atividade. [...]. Em todas as condições de ocupação, a condição de emprego a única que registrou aumento da taxa de pobreza. Entre 1989 e 2005, a taxa de pobreza entre os empregados cresceu 53,9% (2011, p. 123).

Evidentemente, estabelecendo uma comparação em termos de remuneração entre os anos 2000 e 2010 nos bairros aqui analisados constatamos, sem muitas dificuldades, um crescimento no número de trabalhadores que recebem até um s. m. demonstrando que neste interstício houve também um crescimento na taxa de pobreza. Esse quadro,

consequentemente, está associado às condições de reprodução geral das classes trabalhadoras, se manifestando, sobretudo, nas condições de moradia. Não sem razão Carlos associa as condições gerais de reprodução social no espaço e sua condição de desigual e hierarquizada, afirmando que

É assim que o processo de reprodução do espaço da metrópole se realiza através de uma nova ordem que vai redefinindo os modos de uso dos lugares da metrópole e, como consequência, redefinindo um novo modo de vida que se traduz por novas formas de segregação em que as relações de propriedade vão impondo os limites dos usos dos lugares e a morfologia espacial fortemente hierarquizada revela a desigualdade do processo (2007, p. 17).

As possibilidades de reprodução social nesses espaços estão condicionadas aos equipamentos disponíveis e mesmo à criatividade de parcelas da classe trabalhadora. Evidencia-se, neste processo, a função da rua que, apesar de aparecer como *locus* de realização da violência urbana (sobretudo assaltos, tráfico de drogas e homicídios), acaba por desempenhar papéis na concretização de tipos específicos de sociabilidade, em decorrência, sobretudo, do abandono por parte do poder público municipal. A rua, muitas vezes, por falta de estruturas específicas destinadas a esta atividade é transformada no espaço do campo de futebol, da amarelinha, do pega-pega etc.

As condições de moradia no bairro Jatobá mostram-se depreciadas. No ano 2000, mais de 1.200 unidades habitacionais contavam com a existência de fossa rudimentar e 125 não possuíam sequer banheiro ou sanitário; na década seguinte, o número de residências com fossa rudimentar saltou para 1.678, ao passo que as unidades imobiliárias sem sanitário ou banheiro caiu para 25. É claro que a debilidade dos dados encontra-se em seu caráter puramente quantitativo, não importando a qualidade do processo de saneamento básico implantado, levando em conta apenas sua existência, assim como não se leva em consideração as condições de moradia, mas apenas a propriedade da casa própria. Ainda assim, é bastante evidente que as condições de moradias precárias, com consequências nocivas para a saúde das classes trabalhadoras, são uma realidade, por hora, inconteste.

Vale acrescentar aqui, algumas informações sobre a coleta de lixo realizada nos respectivos bairros, para que possamos ter um panorama mais fiel do quadro geral. A coleta de lixo no bairro Jatobá, tal qual a do São Pedro, conforme a documentação fornecida pela PMVC (2014a), é realizada por “carroças de lixo” de forma “regular” (três vezes por semana). Trabalhadores subempregados pela prefeitura realizam, então, a coleta de lixo nos bairros periféricos, sem contar com nenhum tipo de proteção individual, como pode ser constatado diariamente nesses bairros (excetuando campinhos que, segundo a documentação fornecida

pela prefeitura, conta com coleta de lixo realizada por caminhão). Em uma matéria publicada no site da prefeitura em 2013 encontramos a seguinte nota:

Os caminhões da empresa responsável pela coleta realizam o trabalho, em dias alternados, em diversos bairros da cidade. No Centro, a coleta é feita de segunda-feira a sábado. Nas localidades em que não há possibilidade de o caminhão ter acesso, a Prefeitura conta com a parceria dos carroceiros. Eles recolhem o lixo nas residências e o leva até um local onde o caminhão compactador possa recolhê-lo. O procedimento é semelhante na zona rural. Neste caso, um caminhão da Prefeitura percorre distritos e povoados de segunda a sábado (PMVC, 2013).

As informações fornecidas nesta notícia constituem uma meia-verdade, apesar de muitos bairros segregados possuírem loteamentos que contam com ruas demasiadamente apertadas, essa não é a realidade de todos eles. É difícil imaginar, por exemplo, um caminhão de lixo ser impedido de transitar em qualquer uma das ruas do bairro Jatobá, no qual as ruas são bastante largas. Não poderíamos deixar de observar, ainda que rapidamente, que o corolário da reestruturação produtiva também se faz presente nos discursos oficiais do poder público municipal e, nele, o trabalhador precarizado e subempregado é transformado, eufemisticamente, em colaborador.

Compete ressaltar, portanto, que o serviço de coleta de lixo de Vitória da Conquista com caminhões para tal finalidade – sob a responsabilidade de uma empresa terceirizada (Torre) – é destinada a bairros que não possuem terrenos demasiadamente “acidentados”. Evidentemente, essa argumentação busca justificar os alocações de recursos mais qualificados para tais finalidades nos bairros compostos por frações de classes mais abastadas. Entrementes, não podemos deixar de observar que a acidentalidade dos terrenos nesses bairros é, certamente, uma responsabilidade do poder público municipal, que não realiza os serviços de infraestrutura urbana necessários. Em decorrência deste descaso, não é anormal se deparar com monturos ao transitar pelas ruas poeirentas, esburacadas e/ou enlameadas (em função do despejo de água servida nas vias públicas). Claro está que tal condição trata-se de uma determinação estrutural.

No que concerne especificamente à estrutura das ruas, apontamos que nos bairros Campinhos, Jatobá e São Pedro são de terra batida, esburacadas, enlameadas e produzem poeira em demasia, causando transtornos diversos para a saúde pública e mesmo para a organização e asseio doméstico. Apenas os corredores de ônibus são asfaltados (nos bairros Campinhos e Jatobá, o mesmo não ocorrendo no bairro São Pedro), o que pode dar uma falsa impressão de que o poder público atende às demandas comunitárias desses locais. Cabe

ressaltar, por fim, que o asfaltamento dos corredores dos ônibus atende, principalmente, uma demanda do capital, cujo objetivo é salvaguardar o máximo possível da depreciação o conteúdo material das empresas que exploram o serviço de transporte coletivo urbano em Vitória da Conquista.

Os bairros Jatobá e São Pedro contam, cada um com duas linhas de ônibus. O primeiro com as linhas Jardim Valéria – Centro (R10), com três veículos e intervalo de 30 minutos entre um e outro, e a linha Jardim Valéria – UESB (D40) que realiza diariamente, em horários específicos apenas cinco “viagens”. No caso do bairro São Pedro, a linha Henriqueta Prates – Centro (R08), conta com um ônibus em intervalo de



FOTO 14: Vista parcial da rua principal (rua 10) do loteamento Henriqueta Prates no bairro São Pedro. Fonte: Street View.

uma hora, e a linha Henriqueta Prates – UESB (D39) que conta com quatro veículos em intervalo de trinta e três minutos<sup>45</sup>. A rigor, esses bairros aqui tratados dispõem do serviço de transporte coletivo urbano, mas em condições precárias. A preocupação aqui recai, portanto, no asfaltamento das vias pelas quais os ônibus circulam e não na situação do bairro e seus habitantes como um todo.

As fotografias 13 e 14 evidenciam a vista parcial de uma realidade que se manifesta cotidianamente na vida dos trabalhadores em seus respectivos bairros de habitação. A fotografia 13, por exemplo, mostra a existência de terrenos baldios, lócus de acumulação de lixo, em função da própria debilidade da coleta “regular”, bem como o crescimento de matagais nos quais, regularmente, os moradores ateam fogo, por receio da proliferação de

<sup>45</sup> Informações disponíveis em: < <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/horario-de-onibus/>>. Acesso em 23 de outubro de 2014.

insetos peçonhentos e de que se transformem em “esconderijos” para abrigar produtos de furtos e mesmo agentes delituosos consequentes da relação capital/trabalho/trabalho. Mostra também o corredor de ônibus asfaltado (Rua R) que possui uma extensão total de 1,4 quilômetros (segundo dados do *Google Maps*), mas apenas 400 metros, por onde o ônibus circula. A fotografia 14 corrobora com nossa formulação de que o bairro São Pedro não conta, sequer, com o asfaltamento dos corredores de ônibus. Mostra também a existência, além dos “terrenos acidentados”, nos quais o lixo precisa ser recolhido com o auxílio de carroças, de esgoto escorrendo a céu aberto, realidade de muitos bairros periféricos.

A objetividade do bairro, ilustrada na fotografia 14, por sua vez, não é muito diferente da dos demais. Contando no ano 2000 com uma população de quase três mil habitantes e um total de 664 unidades imobiliárias permanentes, o bairro São Pedro também aparece com dados que evidenciam a segregação socioespacial. De seu total de unidades imobiliárias, por exemplo, 518 contavam com fossa rudimentar e 115 unidades sequer possuíam sanitário ou banheiro. Na década seguinte, evidencia-se um decréscimo populacional de quase 50% (caindo para 1555 habitantes) e também uma queda no número das unidades habitacionais. O total passou a ser, então, de 408 unidades habitacionais, sendo que 388 contavam com fossa rudimentar e 3 unidades não possuíam banheiro ou sanitário.

Uma rápida observação dos dados evidencia, por exemplo, que nos três bairros a maioria das unidades imobiliárias eram habitadas, em 2010, por três a cinco pessoas, ou seja, um núcleo familiar relativamente denso se reproduzindo em condições bastante difíceis. A rigor, as condições de subsistência e reprodução social não são muito diferentes nos três bairros. O perfil das residências, como pode ser evidenciado na fotografia 14, também é bastante precário e a estética do lugar, bastante degradada. Isso sem citarmos a remuneração das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares, uma vez que são bem similares aos números dos bairros Campinhos e Jatobá. Basta dizer, no entanto, que, do total de 664 pessoas responsáveis pelo domicílio, no ano de 2000, 48,9% recebiam até um salário mínimo e 18,8% sequer remuneração tinham. Dez anos após, das 408 pessoas responsáveis pelos domicílios particulares, 86,7% recebiam até um salário mínimo e 8,8% não possuíam rendimento. Em suma, a renda das pessoas responsáveis pelos domicílios, nos dados dos três bairros demonstram uma concentração de parcelas da classe trabalhadora no perfil mais baixo de remuneração, o que acaba por comprometer os processos de sociabilidade.

De forma geral, os bairros Jatobá e São Pedro contam com poucos equipamentos públicos. O primeiro, com duas escolas municipais (Escola Municipal Anísio Teixeira e

Escola Municipal Edivanda Maria Teixeira), uma creche (Creche Municipal Jardim Valéria) um posto de saúde e uma quadra poliesportiva subutilizada. No bairro São Pedro, por sua vez, apenas uma escola (Escola Municipal Juiz Dr. Gildásio Pereira Castro) e um



posto de saúde. As fotografias 15 e 16 evidenciam, ainda que parcialmente, as condições gerais destes equipamentos públicos que, quando existentes, estão em condições precárias de conservação, demonstrando o grau de atenção dispensada pelo poder público municipal para os equipamentos destes bairros.

As contradições manifestadas, numa relação de autonomia e determinação conexas à base material da sociedade, têm na segregação socioespacial, portanto, sua forma-de-ser específica na mesma medida em que explícita, de forma mais autêntica, os contrassensos irreconciliáveis da sociedade capitalista, ou seja, as lutas de classes. Nesse sentido, enquanto consequência inevitável das relações de classes da sociedade burguesa, a segregação socioespacial aqui evidenciada é parte constituinte e decorrência inevitável da relação capital/trabalho que se assenta por sobre a propriedade privada. A segregação socioespacial manifesta, então, a contradição primária entre capital e trabalho, na medida em que aqueles trabalhadores que produzem pela mediação do trabalho o espaço da cidade não possuem, sequer, acesso digno a essa mesma cidade que produzem.

### 3.3.1 A centralidade dos equipamentos públicos

Elemento também julgado importante para se compreender a segregação socioespacial – e que se evidencia em Vitória da Conquista – é, sem dúvida, a localização de importantes equipamentos públicos em determinadas áreas do perímetro urbano.

Quando afirmamos a existência de um processo de concentração, ressaltamos também a prioridade, por parte dos poderes públicos (municipal, estadual e federal), em implantar determinados aparelhos em áreas específicas do espaço urbano. Nesse sentido, a existência desses equipamentos atribui valores a propriedades já estabelecidas nesses locais, assim como dão impulso à especulação fundiária. Por extensão, é lógica a afirmação de que o poder público tem também responsabilidades no processo de segregação socioespacial no município de Vitória da Conquista.

Destacamos dois importantes aspectos desse processo. O primeiro deles é a própria intencionalidade desses poderes que, centralizando tais equipamentos em determinadas áreas da cidade acabam por fortalecer e ampliar os artifícios da especulação, contribuindo diretamente para a elevação dos preços dos imóveis urbanos nesses locais e, em contrapartida, criando diferenciações e hierarquias no espaço urbano. O segundo aspecto, não menos importante, é a funcionalidade a que se destinam tais equipamentos. Ou seja, órgãos destinados à saúde pública (com é o caso do Centro Municipal de Atenção Especializada – CEMAE), bem como aqueles cujo objetivo é resolver litígios, dentro da ordem, entre o capital e o trabalho (caso da Justiça do Trabalho), cujo objetivo prioritário de suas existências é atender a demandas específicas das classes trabalhadoras. Neste aspecto, os indícios da localização também os denunciam como instrumentos a serviço da especulação que tem como consequência a segregação socioespacial.

Se, por um lado, evidencia-se a intencionalidade ativa dos agentes do Estado em atender as demandas do capital – ainda que o discurso seja de neutralidade ideológica e do bem comum, como se o Estado estivesse acima e além das contradições de classes –, por outro, a implementação de tais equipamentos por parte do poder público, dispensando a análise discursiva mistificadora reafirma o papel do Estado como agente produtor da segregação socioespacial.

Esta caracterização ganha mais veracidade quando temos informação de que, segundo a legislação municipal vigente (lei Nº 1.385/2006, lei Nº 1.1481/2007), todos os loteamentos urbanos devem ceder à Prefeitura Municipal um determinado percentual de sua área total, a ser destinado à implementação de equipamentos institucionais tais como escolas, parques,

praças etc. O primeiro Plano Diretor de Vitória da Conquista, aprovado ainda em 1976, estabelecia que “5% (cinco por cento) da área útil lotada será cedida obrigatoriamente e gratuitamente à Prefeitura para fins institucionais” (Lei Nº 118/76, Art. 81). As leis posteriores mantiveram esse dispositivo, inclusive acrescentando seu percentual para, no mínimo, 35% da área total da gleba (Lei Nº 1.481/2007, Art. 9).

Observamos uma disparidade existente entre o legal e o real. A lei Nº 1.385/2006<sup>46</sup> que instituiu o Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista já estabelecia em seu Art. 18 que o planejamento territorial do município tinha por objetivo, dentre outros, a “distribuição dos equipamentos comunitários, de forma a atender a todas as regiões da Cidade e do Município, reduzindo a segregação socioespacial”. Do mesmo modo, a lei Nº 1.481/2006 que instituiu o “Código de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e de Obras e Edificações do Município de Vitória da conquista”, em seu Art. 1, inciso IV estabelece, entre seus objetivos, o de “evitar a segregação de usos, promovendo a diversificação e mixagem de usos compatíveis, de modo a reduzir os deslocamentos da população e equilibrar a distribuição da oferta de emprego e trabalho”; No inciso VI do mesmo artigo projeta “garantir a redução da segregação e exclusão sociais”.

Não é difícil perceber a distância entre os dispositivos legais e as reais ações do poder público municipal de Vitória da Conquista. Apesar de legalmente constituir um dos objetivos desses poderes “evitar a segregação dos usos”, assim como “garantir a redução da segregação e exclusão sociais”, acabam por promover uma valorização desigual das terras urbanas e, por conseguinte, intensificar a segregação socioespacial que tanto diz combater.

Assim, com base na legislação em vigor, os equipamentos públicos poderiam ser implementados em qualquer uma dessas áreas institucionais que, do ponto de vista legal, contemplasse todos os requisitos necessários para sua recepção. Entrementes, as áreas escolhidas pelo poder público municipal para receber tais equipamentos são bem específicas. A pergunta que paira é: que critérios estabelecem a escolha de determinadas áreas em detrimento de outras?

Pensamos que, para nos aproximarmos da compreensão do processo, devemos centrar nossas atenções na sua objetividade. Nos últimos dez anos, importantes equipamentos foram deslocados de áreas centrais da cidade para outras mais afastadas, notadamente para bairros que já dispunham de serviços e equipamentos de qualidade e cujos preços dos lotes já eram

---

<sup>46</sup> Com a aprovação desta lei as seguintes foram revogadas: I. Lei n.º 118, de 22 de Dezembro de 1976 (Plano Diretor Urbano) com exceção dos incisos II e III do artigo 11; II. Lei n.º 205, de 27 de Junho de 1980; III. Lei n.º 279, de 30 de Dezembro de 1983; IV. Lei n.º 805, de 28 de Dezembro de 1995; V. Lei n.º 517, de 15 de Janeiro de 1990 (Lei Nº 1385/2006).

bastante altos. Esse é o caso, por exemplo, do já citado CEMAE importante centro de saúde pública que funcionava na Avenida Bartolomeu de Gusmão (próximo ao Centro, aproximadamente 600 metros, segundo o *Google Maps*) e do terminal do transporte coletivo urbano, local mais acessível às classes trabalhadoras. Fundado na arguição do crescimento na demanda – atualmente conta com, aproximadamente, 250 mil usuários cadastrados (PMVC, 2014b) – o poder público municipal deslocou este equipamento para a Avenida Olivia Flores, nas mediações da Universidade Estadual do Sudeste da Bahia, no interstício entre os bairros Candeias e o Universidade, um local mais distante e com menor acessibilidade. O mapa abaixo ilustra parcialmente a situação.

*Mapa 03: Localização do CEMAE.*



Fonte: Ferraz, 2001. Editado pelo autor.

Os pontos vermelho e verde mostram, respectivamente, a antiga e a atual localização do CEMAE de Vitória da Conquista que, como pode ser observado, fica próximo à alça Leste do Anel Rodoviário. Tal mudança de endereço do CEMAE acabou por proporcionar a valorização dos espaços vazios (lotes urbanos e terras não parceladas) existentes entre a UESB e o Inocoop, assim como dos imóveis existentes.

Certamente, essa é apenas uma das ações que evidenciam a participação do poder público na valorização de determinadas áreas do espaço urbano de Vitória da Conquista, ampliando a seletividade já existente com a elevação dos preços dos lotes urbanos. Uma pesquisa rápida na internet pode revelar que, em algumas áreas do bairro Candeias, os

terrenos de 200 m<sup>2</sup> podem chegar à R\$ 200 mil reais<sup>47</sup>. Não sem razão, Carlos (2007) afirma que estratégias que implicam o uso e destinação diferenciada das áreas do espaço urbano acabam por criar determinados locais de reprodução social elevada, abrigando frações de classe privilegiadas e melhor remuneradas. Segundo a autora,

São os traços visíveis da segregação social que também se concretiza no acesso diferenciado aos serviços essenciais como assistência médica, pronto-socorros, escolas, no traçado e densidade das linhas de ônibus, dos meios de consumo coletivo. É por isso que a cidade expressa a miséria, o estranhamento, a caducidade e a morte (2007, p. 37).

Evidentemente, o CEMAE não foi o único equipamento a ser centralizado na Avenida Olivia Flores. Nos anos que se seguiram, importantes instituições públicas foram centralizadas em toda a extensão da avenida Olivia Flores, tais como o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA), Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia, Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), Fórum do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA) além das instituições financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Efetivamente, esse procedimento realiza, além do afunilamento da seletividade (já que as frações de classes que têm acesso à moradia naquela localidade, mesmo pela mediação dos financiamentos, é bastante reduzida, uma vez que os valores dos financiamentos são igualmente condicionados à renda mensal familiar) amplia, como já dito, a valorização das unidades residenciais de bairros já bastante valorizados. Como ocorrido em outros bairros e loteamentos, esse processo de valorização do espaço acabou por promover nova territorialização, expulsando antigos moradores e modificando o perfil societal até mesmo desses loteamentos populares. Carlos alerta que

as transformações no espaço geram novas centralidades que redefinem o fluxo e a divisão espacial do trabalho, isto porque os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer. Por outro lado, as transformações das funções dos lugares da cidade geram o que chamo de “centralidades móveis”. Nessas novas centralidades se associam os novos espaços de lazer e o novo centro econômico – voltado ao setor empresarial e de serviços – com suas novas formas urbanas e multifuncionais – com hotéis e flats, associando trabalho com hospedagem e ou moradia. Neste exemplo, os novos setores econômicos - gerando novas atividades de apoio e um novo modo de gerenciamento dos edifícios de escritórios associando novas funções a novos usos - atribuem uma nova configuração ao espaço, aprofundando a segregação pela valorização diferenciada do espaço e trazendo consigo a expulsão dos antigos moradores (2007, p. 99).

---

<sup>47</sup> Informação disponível em: < <http://www.predialimoveis.net.br/venda.php>>. Acesso em 30 de outubro de 2014.

Assim, se por um lado a centralidade dos equipamentos públicos eleva e promove a expulsão dos antigos moradores, por outro, como afirma a autora, modifica a funcionalidade dos espaços, que reafirmam como centro privilegiado no fornecimento de determinados serviços. Junto a isto, o surgimento de grande quantidade de bares e restaurantes destinados a um público “distinto”, localizados na Avenida Olivia Flores, bem como de hipermercados (Gbarbosa, Santo Antônio) além do empreendimento em curso do *Boulevard Shopping*, cuja previsão de término é para 2015, reafirma a condição de Vitória da Conquista como centro realizador de mais-valia. E, nesse processo, privilegiando determinadas áreas pela funcionalidade definida pelo capital em seu processo de reprodução.

Não sem razão os poderes públicos – mas também os empreendimentos privados –, concentram-se em uma área privilegiada de Vitória da Conquista. Podemos citar, por exemplo, a existência regular dos serviços públicos tais como coleta de lixo, iluminação e segurança (o bairro Candeias conta com dois postos comunitários para a Polícia Militar),



pavimentação asfáltica na maior parte do bairro, esgotamento sanitário etc. (IBGE, 2010; PMVC, 2013). Assim, acreditamos que há uma simultaneidade e complementaridade entre as ações do poder público e a atração de investimentos de capital privado para aquela área da cidade.

Em relação ao segundo aspecto ao qual nos referimos no início deste tópico, relativo à funcionalidade e destinação de tais equipamentos, percebe-se que a atuação do poder público está longe de ser equânime. Isso mesmo que institua também a funcionalidade do espaço urbano, determinando os fluxos de deslocamento mediante a disponibilidade das linhas do transporte coletivo urbano, mas sobretudo pela alocação dos órgãos públicos no espaço urbano que cria uma demanda de deslocamento em função das necessidades vitais dos indivíduos.

Observemos, então, duas dessas instituições localizadas na Avenida Olivia Flores. As fotografias 17 e 18 mostram dois equipamentos públicos demasiado importantes, sobretudo para as classes trabalhadoras. O primeiro deles (fotografia 17) trata-se do CEMAE, equipamento ligado à saúde que possui mais de 26 especialidades médicas. Trata-se, portanto, de um centro de referência em saúde pública com o atendimento diário de pacientes, mas também onde se realiza importantes e complexos exames. O segundo (foto 18), por sua vez, trata-se da Justiça do Trabalho, local onde são realizadas audiências relativas a litígios entre o capital e o trabalho e, por conseguinte, um órgão de interesse particular das classes trabalhadoras.

A reflexão que se evoca frente à constatação é se não seria mais adequado que esses aparelhos estivessem localizados proximamente aos efetivos usuários, ou seja, os trabalhadores em geral e os trabalhadores de baixa renda em particular, sobretudo no que concerne à disponibilidade dos serviços públicos de saúde. Obviamente, as pessoas recorrem aos serviços públicos, no geral, por não terem condições objetivas de “melhor qualidade” e mais ágeis, no entanto, se deparam com o distanciamento demasiado dessas unidades dos seus respectivos locais de moradia. Nesse caso, os trabalhadores residentes nos bairros Campinhos, Jatobá e São Pedro, têm que dispor de um tempo médio de deslocamento próximo de 60 minutos (nos casos do Campinhos e Jatobá, pegar duas linhas diferentes do transporte coletivo urbano) para terem acesso aos serviços disponibilizados por tais equipamentos. Certamente esse é um empecilho intransponível para os trabalhadores desempregados que sequer possuem as condições mínimas necessárias para sua própria reprodução social.

Essa análise não é menos verdadeira para a maioria dos bairros que julgamos segregados no espaço urbano de Vitória da Conquista. Embora certamente a realidade neles se manifeste de forma diferenciada, no geral, as condições de reprodução social são tão problemáticas quanto as dos bairros segregados aqui tratados. Sejam os trabalhadores residentes nos bairros Bateias, Zabelê, Nossa Senhora Aparecida, Cruzeiro, Espírito Santo, usuários dos serviços aqui referidos se deparam com os mesmos empecilhos.

Assim, a um só tempo, a atuação do poder público promove uma centralização deliberada dos equipamentos públicos, beneficia sobremaneira frações de classe, notadamente aquela atuante na esfera da especulação imobiliária e promove novos processo de segregação socioespacial. Não sem razão, Ramos afirma que

O processo de estruturação e organização social dos *equipamentos e serviços coletivos* pode ser assim visualizado: – de um lado, a lógica das infra-estruturas e dos serviços públicos organizados com base em relações de consumo não totalmente mercantis, além do sistema de transporte – rede de rodovias e transporte coletivo –, que determina o grau de acessibilidade a equipamento e serviços coletivos, à localização de grandes equipamentos públicos, como universidades, hospitais, e centro de formação profissional, aos serviços de correios, as redes de telecomunicações e às superinfovias; – de outro lado, a lógica mercantil dos serviços privados que organiza o consumo mercantil, engloba o sistema bancário, o sistema comercial – comércio varejista, grandes centros comerciais, cafés, restaurantes, hotéis etc. –, o sistema de medicina liberal, a rede de cinemas e de teatros, as universidades privadas e outros (2002, p. 139).

Pertinentemente, Ramos nos faz refletir sobre a imbricada relação entre a instalação dos equipamentos públicos em determinadas áreas e o chamariz exercido nas atividades comerciais, sobretudo com grandes empresas vinculadas a esta atividade. Em Vitória da Conquista esta relação se evidencia pela forma como equipamentos públicos criam estruturas de valorização dos espaços vazios, mas, sobretudo, pela criação de condições diversificadas para o investimento de capitais em áreas que já contam com atenção demasiada dos poderes públicos. Evidentemente, existem outros equipamentos importantes espalhados em áreas diversificadas do espaço urbano, no entanto, salvo raríssimas exceções (escolas municipais e postos de saúde, além do campus do Instituto Federal de Educação – IFBA –, situado no bairro Zabelê) em espaços de segregação socioespacial.

Esses aspectos constituintes do quadro de segregação socioespacial existentes em Vitória da Conquista não podem ser vistos isoladamente, devendo ser articulados com as condições gerais de reprodução social das classes antagônicas no espaço urbano, mas, sobretudo, com a condição privada da terra pois, como afirma Carlos,

A segregação se apóia [*sic*] na existência da propriedade privada (que, em suas várias formas, é fundamento da riqueza) do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, e na fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial [*sic*] urbana – na metrópole se acham separados os lugares da vida como elementos autônomos (2007, p. 96).

Retomando, então, as formulações de Lefebvre (1999), a condição de uma sociedade urbana plenamente evidenciada em Vitória da Conquista, que abarca todas as contradições inerentes ao capital, abriga no seu seio, como uma contradição emanada diretamente da propriedade privada da terra, processos cada vez mais brutais de segregação socioespacial. Em função disso, assistimos, com a participação ativa do poder público, ao processo de valorização desigual do espaço urbano que beneficia, sobretudo, aos agentes do capital. Assim, “[...] é importante considerar que as intervenções do Estado nos âmbitos nacional, estadual e municipal contribuíram para a segregação sócio-espacial [*sic*] da população de baixa renda nos limites últimos da malha urbana” (ALMEIDA, 2005, p. 76).

### **3.4 A “AVENIDA INTEGRAÇÃO” E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL<sup>48</sup>**

Desde a constituição histórica da cidade, sobretudo com o processo de intensificação da urbanização evidenciado a partir da década de 1940, a segregação socioespacial foi se conformando com a distinção entre as classes sociais que compõem o espaço urbano de Vitória da Conquista. Esse elemento, no entanto, toma uma nova dimensão a partir da construção da estrada de rodagem Rio – Bahia, proporcionando à cidade uma estatura assentada na propriedade privada da terra e na possibilidade de aquisição rápida de lucro diante da crescente demanda por ampliação do espaço urbano.

A atual BR – 116 foi, e continua a ser, uma importante via para o escoamento de mercadorias que, indubitavelmente, entrecorta o Brasil, começando no Ceará e terminando no Rio Grande do Sul. Em Vitória da Conquista, esta rodovia começou a ser construída por volta da década de 1940 (ver Seção I), contribuindo para intensificar os processos vinculados à imigração<sup>49</sup> e ao crescimento econômico (AGENDA 21, 2004, p. 8), promovendo uma rápida urbanização que elevando a cidade, na primeira metade do século XX num pequeno centro econômico, a uma condição de entreposto comercial de importância mais significativa para os pleitos do capital. Mais recentemente, intensificou-se o agropecuário (criação de gado e polo

---

<sup>48</sup> Parte deste tópico encontra-se publicado nos anais do XX Ciclo de Debates Históricos da UESC. Santos e Almeida, (2009).

<sup>49</sup> Para uma análise mais detalhada dos fluxos migratórios do município de Vitória da Conquista, ver Almeida (2005).

cafeeiro) e promoveu uma, ainda parca, industrialização. No campo comercial, a BR-116 contribuiu significativamente, como via de circulação/transporte, abrindo espaço ao incremento das relações econômicas tipicamente capitalistas através de um processo lento e gradual.

O crescimento urbano do município se deu, portanto, no entorno da BR – 116. Se, por um lado, ela foi responsável por potencializar o aprofundamento das relações capitalistas de produção, por outro trouxe consigo as contradições internas deste sistema, intensificando e tornando visível uma segregação que, além de social, ganhou claros contornos espaciais. Esse processo acabou por suscitar questões incômodas que precisam ser investigadas, com vistas ao desnudamento da segregação socioespacial que se cristalizou historicamente em Vitória da Conquista. Uma delas está manifesta na “Avenida Integração”.

Indubitavelmente, a BR – 116 tem grande importância para o cenário local pela função econômica por ela desempenhada. Do ponto de vista social, no entanto, ela constitui uma representação fenomênica do processo de segregação socioespacial existente em Vitória da Conquista que, a cada dia ganha novos e mais extremados contornos. Esta rodovia, em toda a extensão que entrecorta o perímetro urbano de Vitória da Conquista, é oficialmente conhecida como Avenida Presidente Dutra. No segundo semestre de 2004<sup>50</sup>, a Prefeitura iniciou uma reforma que acabou por modificar completamente o cenário urbanístico da BR – 116, mas também de todo o entorno imediato em toda a extensão do perímetro urbano. Ao fim, o poder público municipal entendeu renomeá-la “Avenida Integração”. Assim, o poder público municipal buscava negar a existência de uma segregação socioespacial através de uma antiga reivindicação popular que era a reforma da Avenida Presidente Dutra. Conforme pode-se observar na fotografia 21, na ocasião, houve, de fato, uma reforma estrutural na morfologia e no aspecto urbanístico causando alterações significativas na estética do lugar, contando, a partir de então, com um canteiro central, ampla iluminação, duplicação, pavimentação asfáltica de qualidade, semáforos, faixas de pedestre (o que não sanou totalmente o número de acidentes por atropelamento) e passeios onde, frequentemente, as pessoas praticam *cooper*.

No nosso entender, a segregação socioespacial em Vitória da Conquista se apresenta com uma peculiaridade: ela se estrutura e se torna evidente a partir de sua relação com a BR-

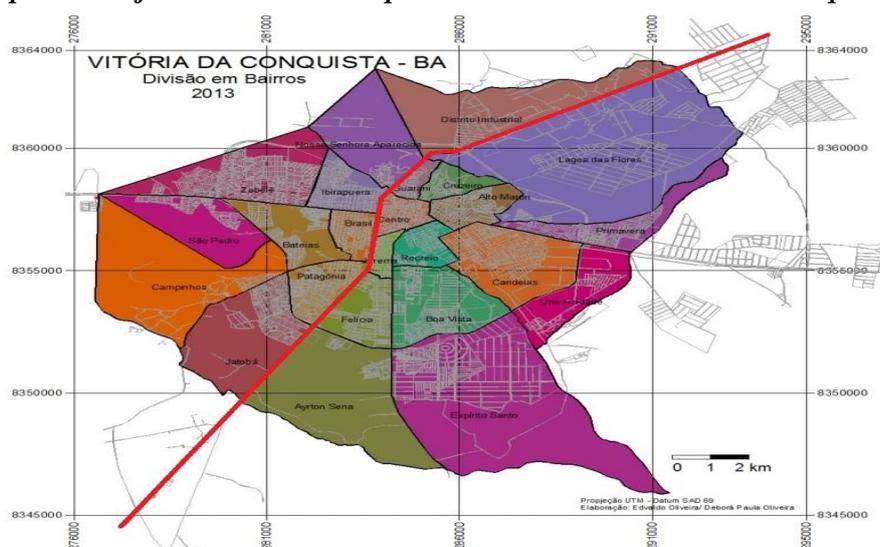
---

<sup>50</sup> A obra de reforma da BR-116 foi iniciada pelo prefeito e candidato a reeleição, José Raimundo Fontes, durante o processo eleitoral municipal, motivo pelo qual o candidato de oposição moveu contra Fontes um processo no TRE-BA. José Raimundo Fontes foi reeleito, mas em 2006 foi cassado pelo TRE-BA. Recorrendo da decisão no TSE, em 2008 foi absolvido conforme consta no processo RESPE\_Nº 28007 – RECURSO ESPECIAL ELEITORAL UF: BA.

116 e se consolida na “Avenida Integração”<sup>51</sup>. Se, por um lado, alguns importantes equipamentos públicos estão centralizados do lado Leste da cidade, que comporta a maior parte da população melhor remunerada (IBGE, 2010), notadamente nos bairros Candeias e Recreio; por outro, as classes que sobrevivem com baixa remuneração estão espalhadas por toda a cidade, mas também concentrada em rincões de miséria e pobreza nos bairros segregados. Ambas, são separadas tendo por referência, a “Avenida Integração”.

A peculiaridade desse processo consiste no fato de a BR – 116, a mesma responsável por incrementar a circulação de mercadorias, mediada pela circulação/transporte e realização/consumo da mais-valia –, ser igualmente responsável por, praticamente, dividir o perímetro urbano da cidade ao meio. Do total dos 22<sup>52</sup> bairros que compõem o perímetro urbano da cidade<sup>53</sup>, 9 estão situados do lado Oeste da cidade e 11 do lado Leste, sempre tomando por referência a BR – 116. Observemos o mapa:

**Mapa 04: Trajeto da BR – 116 no perímetro urbano de Vitória da Conquista.**



Fonte: Oliveira e Oliveira (2013). Edição do autor.

O mapa 04 nos permite ter uma dimensão mais aproximada dos bairros de Vitória da Conquista. Particularmente, chamamos atenção para a linha vermelha que representa, no mapa, o trajeto real da BR – 116, na mesma medida em que nos permite avaliar a localização

<sup>51</sup> Essa rodovia é de responsabilidade da União – DNIT. Dentro da normalidade jurídica, para que ocorresse a renomeação da via pública, seria necessário que seu trecho urbano fosse municipalizado. Isto ainda não aconteceu, porém os conquistenses já internalizaram esse proposto. Vide Leis N° 10.233/01 e 6.682/79.

<sup>52</sup> Os bairros Lagoa das Flores e Distrito Industrial foram inseridos na planta urbana em 1998 pela mediação da lei N° 952.

<sup>53</sup> Não consideramos, em nossa análise os bairros Distrito Industrial e Lagoa das Flores por considera-los comunidades eminentemente rurais, apesar de legalmente constituir um bairro. Ambos estão separados do espaço da cidade por aproximadamente cinco quilômetros.

dos bairros em relação à Rodovia. Grosso modo, podemos afirmar que, de fato, a BR – 116 divide o perímetro urbano da cidade ao meio, sendo ela mesma uma das principais vias de acesso a Vitória da Conquista. Apesar de o lado Leste da cidade possuir mais bairros em seu território, não é deste lado da rodovia que reside a maioria da população da cidade. O censo demográfico do IBGE (2010) evidencia que a soma da população total residente dos bairros situados no lado Leste totaliza pouco mais de 100 mil pessoas, enquanto o lado Oeste da cidade possui uma população total de aproximadamente 110 mil pessoas. A rigor, esses dados possuem pouca significância, pois não importa em qual lado da cidade as pessoas residem, mas a sua condição de classe. No caso de Vitória da Conquista, é evidente que as classes trabalhadoras estão em ambos os lados da rodovia, nos bairros segregados e nos não efetivamente segregados.

Entretantes, diferenças objetivas precisam ser ratificadas. Assim, embora no lado Leste contenha uma população menor, são nos bairros Candeias e Recreio que concentram as parcelas melhor remuneradas de Vitória da Conquista. Dados do IBGE (2010) mostram que, das 5.485 pessoas acima de 10 anos de idade, com rendimento médio mensal acima de 5 s. m. residentes nos bairros do lado Leste da cidade, 3.607 residiam nos bairros Candeias e Recreio. Os bairros Boa Vista, Felícia, Alto Maron e Jurema comportam 17% delas, estando os outros 18% espalhados entre os demais bairros. Por outro lado, o número de pessoas que recebem acima de 5 s. m. residentes do lado Oeste da cidade é significativamente menor, totalizando 1.244, sendo que, deste total, 755 residem nos bairros Brasil, Ibirapuera e o restante estão dispersos pelos demais bairros.

Notamos, também, que nos bairros que comportam o maior número de pessoas com remuneração melhores – como é o caso dos bairros Candeias e Recreio, Leste da cidade – admitem 75,9% daquelas que percebem, mensalmente, de dez a vinte e mais de vinte s. m. (IBGE, 2010, tabela 1385), a qualidade das habitações e do entorno são demasiadamente diferentes. Como podemos observar a partir das fotografias 19 e 20, não somente o padrão residencial é muito diferenciado, mas a própria estética do lugar revela o padrão de vida e, em alguma medida, as condições materiais dos seus moradores. Com graus diferenciados de realidade, a mesma condição evidenciada na fotografia 20 pode ser encontrada nos demais bairros segregados de Vitória da Conquista.

Evidentemente, as características das habitações existentes nos diferentes bairros da cidade são bastante distintas. Por outro lado, de forma geral, a estética urbana existente

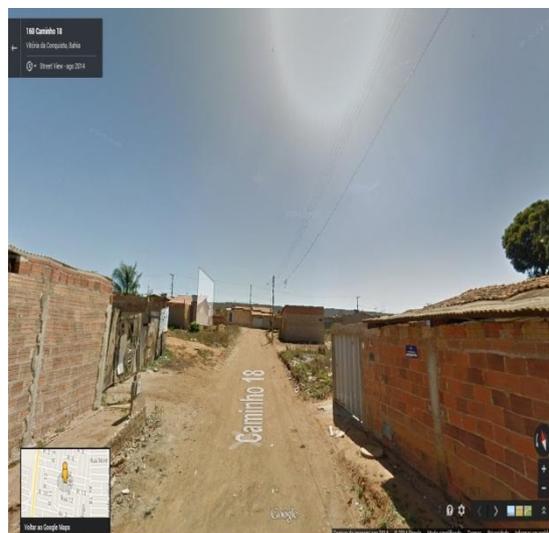


FOTO 20: Rua 18 (rua dos Nogueiras), Loteamento Miro Cairo, Zabelê. Fonte: Google View, Julho de 2014

nos bairros do lado Oeste de Vitória da Conquista, seja nos demais bairros segregados e/ou não totalmente segregados do lado Leste, não são muito diferentes (salvo exceções). Apesar de a segregação socioespacial estar estruturada em ambos os lados da BR – 116, os bairros Candeias e Recreio (não somente) comportam unidades residenciais de melhor qualidade (apesar da diversificação existentes no interior dos respectivos bairros), dando a falsa impressão de que apenas existe segregação do lado Oeste da cidade. Exatamente por isso, a BR - 116 constitui apenas um epifenômeno que, em hipótese alguma, revela a essencialidade deste processo de segregação socioespacial em Vitória da Conquista.

Deste modo, um dos aspectos da “Avenida Integração” é apenas simbólico, pois apesar de indicar a existência da segregação socioespacial a partir de uma percepção imediata da realidade, uma vez que quem toma contato com a cidade a partir da BR – 116, sobretudo na altura da intercessão entre as avenidas Brumado e Regis Pacheco, consegue perceber uma diferença na estética e na morfologia urbana que, na medida em que se avança em direção ao bairro São Pedro ou na direção do bairro Universidade, essas diferenças só se acentuam, essa argúcia fenomênica da realidade não capta a essencialidade da segregação socioespacial. Do mesmo modo, tomar contato com o perímetro urbano de Vitória da Conquista pela mediação da BR - 116 na intercessão ente entre os bairros Nossa Senhora Aparecida, a Oeste, e alto do bairro Guarani, a Leste, tem-se a impressão de existir segregação socioespacial de ambos os

lados da rodovia. Exatamente por esse motivo, a BR – 116, ao mesmo tempo em que revela a segregação a esconde; à medida em que se ressalta, sua configuração real permanece oculta.

Essa constatação nos coloca diante da seguinte questão: qual o real papel da BR – 116 no processo de segregação socioespacial em Vitória da Conquista? Por que a “Avenida Integração” revela e não revela uma segregação socioespacial? Como entender o fenômeno “Avenida Integração” numa conjuntura de luta de classes e sob o prisma da segregação socioespacial? Qual o papel ideológico que tal nomenclatura desempenha, tanto na negação da segregação quanto na ideologização da memória social em Vitória da Conquista?<sup>54</sup> São indagações importantes a serem respondidas, sem às quais não daremos conta de compreender esse fenômeno. Respondê-las, implica compreender a estruturação atual da segregação socioespacial existente em Vitória da Conquista, mas, sobretudo, o papel da “Avenida Integração” neste processo.

De certa forma, algumas dessas questões aqui levantadas já foram desenhadas. No caso das duas primeiras, precisam ser compreendidas articuladas ao caráter processual da realidade. Todo ser, conforme afirma Kosik, embora manifeste a essência no próprio fenômeno, este último acaba por escondê-la de fato. Segundo o autor, o mundo dos fenômenos que povoa o cotidiano dos indivíduos e que, em sua regularidade, imediatismo e evidência penetra na consciência dos indivíduos e mundo da *pseudoconcreticidade*. A ele pertencem:

- 1) Os fenômenos externos que se desenvolvem a beira dos processos essenciais;
- 2) O mundo do tráfico e da manipulação, da *práxis fetichizada* dos homens (que difere da práxis crítica revolucionária da humanidade);
- 3) O mundo das representações comuns que são projeção dos fenômenos externos;
- 4) O mundo dos objetos fixados, que parecem ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como realização da atividade social dos homens (1976, p. 15).

Com base nas inferências de Kosik, podemos afirmar que, embora a segregação socioespacial existente em Vitória da Conquista, evidenciada pelo contato imediato com a “Avenida Integração”, essa relação não se permite captar essencialmente no fenômeno e acoberta a relação dialética existente entre ambos. Ou seja, não permite apreender a relação entre o desenvolvimento do capitalismo mediado pela BR-116 e a segregação socioespacial como sua consequência inevitável. Assim, como poeticamente define o autor, “o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade engano” (1976, p. 15).

---

<sup>54</sup> Desenvolvemos esse raciocínio mais profundamente na terceira Seção desta dissertação.

Outro aspecto também importante articulado à problemática da segregação socioespacial em Vitória da Conquista, que nos leva a discorrer sobre a segunda questão levantada anteriormente, refere-se exatamente ao papel ideológico de “verdade engano” desempenhado pela rodovia na perspectiva de camuflar as inumeráveis contradições sociais que premeiam esta cidade. A Avenida Integração, codinome fornecido pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (o nome oficial da BR-116, no perímetro que entrecorta a cidade é Av. Presidente Dutra) que comporta um forte viés ideológico com vistas a criar uma mistificação da realidade social existente desempenha um papel de duplo aspecto que, em si, são bastante contraditórios: objetivamente, a rodovia tanto revela e torna evidente o processo de segregação socioespacial existente em Vitória da Conquista, como também o esconde, constituindo um empecilho para o desvelamento real do processo, conforme mencionamos anteriormente; ao mesmo tempo, desempenha um papel ideológico que, tentando camuflar a segregação, acaba por revelar seu aspecto fenomênico. Ao mudar a nomenclatura, emerge o intuito de que, pela mediação deste novo símbolo integracionista a segregação socioespacial pudesse deixar de existir; que a representação pudesse superar o real e a população de ambos os lados da rodovia fossem, objetivamente, “integrados”, assim como as classes em que todos os segmentos que a compõem. Em hipótese alguma, a segregação socioespacial existente em Vitória da Conquista é expressa caso não se supere a percepção primária e fenomênica da realidade. No entanto, se constituiu um indicio, uma pista importante deste processo.

Por esse prisma, na medida em que o trecho da BR - 116 que entrecorta a cidade foi nomeada pelo poder público municipal como “Avenida Integração” a nomenclatura traz em si a antítese de si mesma, ou seja, constitui a afirmação da própria segregação que indica eliminar. Assim, no momento em que se dá o reconhecimento explícito da existência de uma segregação socioespacial em Vitória da Conquista, se dá também sua negação. No mesmo momento em que o próprio poder público assume a existência de processos de segregação socioespacial ele, no sentido contrário, a nega.

A nomenclatura escolhida para essa rodovia, não por acaso denota contradição para qualquer observador atento. Uma análise mais cauta permite melhor compreender o termo em seu contexto. Denominar a BR – 116 de “Avenida Integração” implica reconhecer explicitamente a existência de segregação socioespacial que, em alguma medida, precisa ser reparada, conforme mencionamos anteriormente. Assim, se toda afirmação é, em si mesma, uma negação, só podemos constatar que o “tiro” deferido ideologicamente pelo poder público municipal saiu efetivamente pela culatra. A negação idealista é, portanto, a evidencia

objetivada, ainda que a percepção na cotidianidade seja fenomênica, da existência material da segregação, uma vez a vida das pessoas residentes nos bairros segregados pouco foi modificada em função desta reforma.

Do ponto de vista prático, portanto, a integração não acontece, ou seja, as relações entre as partes permanecem agora da mesma forma que eram antes da reforma, porém com um agravante: o reconhecimento por parte do poder público que a segregação socioespacial é real, explicitada e consubstanciada na nomenclatura.

Fica evidente que, apesar de a nomenclatura afirmar a existência de uma integração social na cidade, mediada pela “Avenida Integração”, a contradição imanente se apresenta quando relacionada à condição real das classes sociais no espaço urbano. A intencionalidade ideológica da mistificação dessa realidade é bastante clara, objetivando fazer com que os indivíduos vinculados às classes trabalhadoras que vivenciam as diversas manifestações da segregação socioespacial em suas cotidianidades, assentados de ambos os lados do perímetro urbano da cidade, sintam-se socialmente integrados numa comunidade cujas contradições sociais foram magicamente suprimidas a partir de uma reforma.

Para finalizar, têm-se duas possibilidades de entendimento do fenômeno aqui explicitado. A primeira delas é articulando a intencionalidade ideológica às formulações idealistas da filosofia hegeliana, na qual toda racionalização aparece como elemento da realidade (SANTOS, 2014). Daí crer-se que a nomenclatura de integração pode modificar uma situação real de segregação. A outra possibilidade é recorrendo à formulação clássica de Marx e Engels, e que julgamos mais coerente, quando afirmam que “não é a idéia que determina a realidade, mas a realidade que determina a idéia” (MARX & ENGELS. 2007, p. 52), entendemos, nesse sentido, que uma ideia de inclusão não pode mudar uma realidade de segregação explicitada na cristalização socioespacial do fenômeno BR - 116 quando recorta a cidade de Vitória da Conquista.

### **3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Apesar da dinâmica e das constantes transformações presenciadas no espaço urbano de Vitória da Conquista das últimas décadas, sob o avassalador “papel civilizador do capital” na criação de novos espaços para a acumulação capitalista, se inserindo, assim, em territórios outrora segregados, impelindo o poder público a implementar as reformas urbanas necessárias para sua reprodução, algumas conclusões parciais podemos tirar deste processo em curso.

A distância entre os dispositivos legais e as reais ações do poder público municipal de Vitória da Conquista acaba por promover processos de valorização desigual das terras urbanas e, por conseguinte, intensificar a segregação socioespacial por meio da ação direta. Esse elemento, no entanto, não evidencia contradição alguma entre os poderes públicos e suas ações. Estas últimas demonstram o caráter de classe do Estado. As reformas urbanas, neste sentido, são implementadas pelo Estado ou pela mediação das pressões exercidas pelos movimentos sociais urbanos – muito paulatinamente, diga-se – ou para atender às necessidades socio-reprodutivas do capital. Em ambos os casos percebe-se que os poderes públicos privilegiam o atendimento a estas últimas, pois da continuidade da sociedade capitalista depende sua própria existência.

A existência da segregação socioespacial nessa sociedade urbana que destrói a própria urbanidade, criando rincões profundos de miséria social nos quais se concentram as parcelas menos qualificadas das classes trabalhadoras que, diga-se, não constitui a exceção do *modus operandi* do capital, mas as consequências “naturais” de sua forma ser-precisamente-assim, acaba por criar modos mais eficientes de controle social, fragmentando não somente o espaço urbano, mas, sobretudo, as possibilidades de mobilização social. É exatamente nessa sociedade urbana que estão presentes todas as contradições do capital, das quais uma das suas manifestações mais presentes é a segregação socioespacial.

Assim analisando, podemos finalizar com as seguintes afirmações:

- a) A segregação socioespacial presente e em curso em Vitória da Conquista está centrada, de forma geral, nas áreas extremas do perímetro urbano, zoneando os limites mais extremos do anel rodoviário;
- b) Apesar de termos centrado nossas atenções em um recorte de apenas três bairros da cidade, percebemos que, apesar de sua manifestação peculiar em cada um deles, de forma geral apresentam as mesmas características a saber: presença majoritária das parcelas menos qualificadas para os desígnios do capital; falta total, ou parcial, de infraestrutura urbana, bem como a irregularidade na prestação dos serviços públicos mais elementares; concentração intensiva das diversas manifestações da violência urbana, principalmente nas modalidades mais diretas a saber: homicídios, tráfico de drogas, tentativas de homicídios e porte ilegal de armas de fogo;

- c) As diversas intervenções dos poderes públicos no recorte do perímetro urbano da BR – 116 em Vitória da Conquista acabaram por evidenciar ainda mais o duplo papel por ela desempenhado. Se, por um lado, consiste no elemento que nos permite perceber a segregação socioespacial, por outro, busca mistificar sua existência ao passo que não permite a captação real do processo.

Com base nos dados aqui apresentados, entendemos que a intensificação dos empreendimentos imobiliários presenciados nos últimos anos<sup>55</sup> em Vitória da Conquista, centralizados, sobretudo, nas áreas mais valorizadas e em processo de valorização, a segregação socioespacial se intensificou, sobretudo, no contexto de debilidade crônica do capital em sua crise estrutural na qual, as próprias intervenções pontuais do poder público tendem a se tornar cada vez mais escassas

---

<sup>55</sup> O catálogo Casas&Carros, que circulou em Vitória da Conquista no segundo semestre de 2014, evidenciava, em seu interior, mais de vinte novos empreendimentos imobiliários de grande porte em Vitória da Conquista. Disponível também em: < <http://casasecarros.com.br/#/page/1>>. Acesso em 02 de novembro de 2014.

## 4ª SEÇÃO TERCEIRA – SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, MEMÓRIA E IDEOLOGIA

*Quem estuda atentamente a história universal em seus grandes períodos por meio dos efeitos vivenciais da grande arte, de grandes personalidades, da grande filosofia etc., quem consegue deduzir daí que nível de personalização do ser humano lhes confere uma posição duradoura na memória que o gênero humano tem de sua pré-história, verá com clareza que se trata principalmente de um processo de esclarecimento do desenvolvimento ascendente da própria generidade. Naturalmente, isso também deve ser entendido como um processo não-teleológico. De um lado, tais fenômenos não podem ser apenas de caráter positivo; traços profundamente problemáticos (Dom Quixote), até características levadas ao ápice e que se relacionam com a generidade de maneira negativa (Tartufo), podem alcançar na consciência da posteridade uma, por assim dizer, ampla e difundida notoriedade sobre o ser-conhecido e também alcançar efeito ideológico; também os lados humanos negativos, devido ao nível obtido pelo seu gênero, podem atuar na imagem que os seres humanos fazem de seu próprio desenvolvimento para a generidade. De outro lado, essa memória do gênero humano não é apenas momento de um grande processo, mas, aí incluído, ela possui esse próprio caráter processual. Conforme os conteúdos das forças que levam o presente para suas tendências futuras de perspectivas contraditórias, tais figuras podem desaparecer e emergir de novo*

Georg Lukács (2010)

### 4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A MEMÓRIA

A dimensão social da memória, considerada campo específico de estudo das ciências humanas e sociais é algo relativamente novo no Brasil. Ainda mais nova é a articulação que se procura fazer entre memória, ideologia e lutas de classes, muito embora alguns importantes estudos estejam sendo desenvolvidos com esse objetivo, tais como Magalhães e Almeida (2011) e Ortiz (2012). Alguns importantes esforços são empreendidos no sentido de ampliar o campo de discussão sobre a memória social procurando compreender novos e antigos problemas relacionados à problemática da memória sob a ótica do materialismo histórico.

Os estudos relacionados à memória, no entanto, são muito anteriores à sociedade moderna, perpassando, sobretudo, o campo do conhecimento filosófico. Inferências relacionadas à memória podem ser encontradas em enunciados filosóficos desde a Antiguidade Clássica, nos inscritos de Platão e Aristóteles, passando pelo medievo cristão

com as contribuições de Santo Agostinho, até a modernidade, onde se destacam David Hume, Henri Bergson e, mais recentemente, Paul Ricoeur com uma abordagem que se envereda pelas tramas da fenomenologia. No campo das ciências sociais, diversos autores têm contribuído para a ampliação de um debate que goza, no seio da produção do conhecimento, muito mais de dissenso que de consenso.

O que mudou desde então, sobretudo a partir de realizações mais recentes no campo da memória, no palco específico das ciências sociais é a compreensão de que a memória não pode ser compreendida apenas em sua dimensão neuropsíquica ou puramente individual, relacionada à capacidade fisiológica de armazenamento, ou ainda a uma produção individual personalíssima conexa aos processos de reconhecimento das coisas. Para além desta dimensão, passou a ser abordada também como elemento resultante da dinâmica das relações sociais, transcendendo as experiências individuais. Isso não implica dizer que as características estruturais das relações sociais tenham sido levadas em conta em tais formulações, mas que a memória, primeiramente abordada no âmbito da individualidade e pessoalidade, adentra o domínio coletivo e social.

Não se pode negar, entretanto, que a memória, enquanto função psíquica responsável pelos processos e a capacidade de retenção de informações, mesmo se consideramos sua dimensão artificial (LE GOFF, 1990) engendrada pelos avanços tecnológicos mais recentes, só pode ser compreendida como resultante de relações sociais determinadas. Se, por um lado, existem partes específicas do córtex cerebral, pré-frontal e hipocampo etc., responsáveis pela retenção das informações e processamento das memórias, por outro, o conteúdo retido é puramente social e seu teor, real vivido ou imperativo ideológico, encontra-se na condição de decorrência de experiências humanas no mundo.

Quando afirmamos que a memória social pode ser proveniente das experiências humanas, isso não implica, necessariamente, contato direto e empírico com a coisa mesma do ponto de vista real-concreto. Isso porque, seguramente, não fomos testemunhas oculares da maioria dos grandes acontecimentos históricos, até porque estes só despontam na história uma única vez, ou seja, a história é singular (MARX, 2011), guardando e reafirmando, a singularidade do processo histórico.

Assim, o contato com o conhecimento acumulado historicamente acontece por outras mediações, em um relacionamento direto ou indireto com o legado histórico, mormente mediado pelas instituições educacionais ou mais especificamente, pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE's) como definiu Althusser (1996). Se não tivemos um contato

empírico com tais acontecimentos, nos apropriamos deles em um contato que provem das próprias relações educacionais, nas quais muitas memórias sociais são reproduzidas e difundidas.

Evidentemente não constitui o objetivo desta Seção, bem como foge as nossas capacidades intelectuais, realizar um debate mais profundo que envolva a teoria da memória, mas essa pequena introdução tem sua devida importância, pois aponta alguns elementos gerais que norteiam nossa compreensão sobre a problemática. Precisamos esclarecer, então, que a abordagem da memória social – e, por conseguinte, a “transmissão” do conhecimento histórico – no campo da historiografia esteve relacionada, de forma mais direta, à terceira geração da Escola dos Annales, com a Nova História, através de abordagens que se enveredavam pelo campo cultural, das representações e das mentalidades, representados, principalmente por Le Goff (1990) e Nora (1981). Na sociologia, observamos a contribuição mais substancial de Halbwachs (2006) com a teoria da memória coletiva. Em ambos os casos, os respectivos autores negligenciaram aspectos da realidade que inferem na construção da memória que aqui pretendemos levar em consideração, tais como a ideologia e as lutas de classes.

A abordagem da memória social no campo do marxismo é uma linha ainda mais tênue, pois os próprios marxistas (sobretudo aqueles de formação vinculada à escola soviética, sob a influência do stalinismo, com uma visão economicista e etapista da sociedade) compreendiam os debates em torno do campo da memória social como irrelevantes e vinculados a uma perspectiva revisionista e neomarxista quando muito. A rigor, esse campo de estudo tem sido relegado às correntes teóricas vinculadas ou próximas ao pós-modernismo, com uma forte inflexão sobre a hipersubjetividade humana.

Abordar, portanto, a problemática da memória social por um prisma materialista e calcado, sobretudo, em formulações marxianas, será uma tarefa bastante espinhosa, mesmo que apenas enquanto possibilidade geral. Nesse sentido, propomos relacionar as categorias memória e ideologia a partir da inferência das lutas de classes buscando compreender o desenvolvimento histórico de Vitória da Conquista, evidenciando o processo ideológico mediado pelos meios de comunicação sociais no tocante à segregação socioespacial em curso, amplamente assentado sobre as determinações gerais da reprodução de capital, que implica na transmissão e propagação de uma memória social harmônica e simétrica que exclui de sua narrativa os conflitos de classes.

Assim, o aspecto da memória social sobre o qual nos debruçamos nesta terceira Seção está relacionado à construção de imagem “mítica” de Vitória da Conquista que exclui de sua narrativa os processos contraditórios inerentes a toda sociedade de classes. Evidentemente, esse elemento não pode ser compreendido desarticulado da propagação da ideológica dominante, seja no aviltamento do aspecto histórico de desenvolvimento das relações capitalistas de produção ou mesmo na negação da atual segregação socioespacial resultante deste imperativo. Evidencia-se aqui, portanto, o papel das mídias sociais na construção de uma imagem pueril de Vitória da Conquista enquanto uma cidade que promove o desenvolvimento das relações capitalistas, mas ao mesmo tempo comporta relações sociais harmônicas.

Nosso ponto de partida, portanto, é a construção de uma memória social a partir de imperativos ideológicos, resultantes da assimilação e reprodução (não incondicionalmente) da ideologia dominante que tenta, a todo custo, excluir de sua narrativa os conflitos sociais e as lutas de classes subjacentes à sociedade capitalista manifesta em Vitória da Conquista. Assim, nos apropriamos, criticamente, das formulações halbwachianas sobre a memória social, destacando sua insuficiência para se pensar o nosso objeto sob a perspectiva que agora nos debruçamos, muito embora não nutramos grandes ambições neste sentido. Acreditamos, porém, que um dos caminhos possíveis para tal abordagem é a aproximação contundente das categorias memória social e ideologia.

Embora cada uma dessas categorias, em nível de abstração, apareça isolada, objetivamente encontra-se em uma relação de embricamento, cuja tênue linha é quase impossível de ser percebida. Deste modo, nos propomos a realizar nesta seção, uma aproximação teórica entre memória e ideologia, para que, a partir da compreensão dessas categorias e da forma como se relacionam, adentremos a problemática da ideologização da memória social conquistense.

## **4.2 ACERCA DA MEMÓRIA SOCIAL**

Gostaríamos, então, de pensar a dimensão puramente social da memória e sua relação com a ideologia, mas enquanto resultante de relações sociometabólicas protagonizadas pelos homens no mundo. Nessa perspectiva, as informações retidas pela memória devem ser compreendidas como elemento genuinamente social derivado de experiências materiais ou assimilações que determinam e são determinadas também por processos de caráter subjetivo (que estamos chamando de imperativo ideológico).

Toda memória, entendida enquanto produto de relações sociais, apresenta-se em uma relação de determinação e autonomia com as condições materiais existentes. Assim, a memória deve ser compreendida como resultante das experiências objetivas e subjetivas do homem, mas em ambos os casos estão condicionadas aos processos materiais engendrados na sociedade. Nesse processo, a *práxis* humana desempenha um papel fundamental, pois é exatamente das experiências dela derivadas que provirá os elementos que serão retidos pela memória, viabilizando os processos de reconhecimento do mesmo e construção do novo.

O conhecimento dos elementos existentes fora do homem, bem como o reconhecimento de si mesmo só é possível através do acesso a informações que estão retidas na memória. Não fosse isto, sem a mediação da memória, o mesmo seria sempre novo e, por conseguinte, o salto para além de si mesmo mediado pelo trabalho ficaria totalmente comprometido. São as informações produzidas e, portanto, retidas na memória que nos permitem ordenar o mundo exterior que aparece como um caos. Entrementes, esses são apenas alguns elementos gerais relativos ao papel desempenhado pela memória no âmbito individual, principalmente.

Para começo de abordagem, transcendendo o papel desempenhado no âmbito da memória individual, teceremos breves considerações sobre a memória coletiva e social para que possamos relacioná-las ao nosso objeto no que se refere à construção de imagem mitificada pela mediação da ideologia produzindo uma memória social totalmente ideologizada de Vitória da Conquista, na medida em que nega os elementos estruturais das sociedades de classes. Gostaríamos de evidenciar, então, o conceito de memória coletiva de Halbwachs (2006) para subsidiar a discussão que se inicia sobre a memória social<sup>56</sup>.

Para que não fiquem dúvidas, compreendemos que toda memória coletiva é necessariamente social. Isso se deve ao próprio caráter das relações sociais que implica na existência de um sistema de relações de dependência mútua que chamamos sociedade. Como nenhum homem vive isoladamente, e o princípio básico da produção da vida material é a relação dos homens uns com os outros (relações sociais de produção) toda memória é produzida dentro de um contexto e a partir de relações eminentemente social, ainda que considerada no âmbito coletivo.

Muito embora possa parecer que a memória coletiva seja resultante da somatória das memórias individuais, essa afirmação imediata é, na perspectiva de Halbwachs (2006), uma falsa afirmação. Segundo o autor, a memória coletiva é anterior à memória individual assim

---

<sup>56</sup> Concretamente, essa relação entre o coletivo e o social são muito mais tênues, mas em nível de abstração é preciso realizar essa distinção da forma mais clara possível.

como a sociedade é a anterior ao indivíduo. A sobreposição da memória coletiva sobre a individual, nessa perspectiva, constitui um empecilho objetivo para que a segunda possa ser considerada como resultante da somatória das primeiras. Ainda que o responsável pela evocação da lembrança seja o indivíduo, ele só pode fazer essa “revocação” pela mediação do grupo, enquanto efetivo membro deste. Importa salientar que, segundo a formulação de Halbwachs, a memória é sempre coletiva e não individual.

Esse caráter específico da concepção halbwachiana da memória coletiva em sua superioridade estrutural ao indivíduo é resultado da profunda influência da sociologia funcional-estruturalista de Emille Durkheim sobre suas formulações. Assim, não somente o todo é maior e estruturante da parte, retirando dela toda a autonomia em relação a tais cominatórios, mas também o próprio indivíduo é parte de uma engrenagem maquinal cujo funcionamento está condicionado ao desempenho da função determinada pela estrutura para o sujeito.

Peralta (2007), percebendo o hermetismo da concepção halbwachiana, realiza uma pertinente crítica ao autor quando este exclui toda a autonomia relativa do indivíduo em relação ao grupo de tal modo que “ainda que conceba que é o indivíduo que recorda, Halbwachs não deixa de sublinhar que o indivíduo que recorda fá-lo apenas enquanto membro de um grupo social” (2007, p. 6), mas afirma também que o autor negligencia peremptoriamente os conflitos sociais subjacentes que são partes constituintes da memória coletiva.

Deste ponto de vista, a memória coletiva de Halbwachs é o todo que sobrepõe à parte, mas as partes não apresentam nenhuma contradição com o todo, desempenhando seu papel na evocação da lembrança de forma bastante harmônica. Neste sentido, Halbwachs afirma categoricamente que

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distinto de nós porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (2006, p. 30).

Não podemos negar as limitações existentes nas formulações halbwachianas, sobretudo quanto a necessidade de pensar a sociedade a partir de uma perspectiva funcionalista, onde cada indivíduo no interior do grupo desempenha seu papel submetido e condicionado pelo todo estruturante, mas também quanto a completa negação dos conflitos sociais.

No entanto, se tais formulações deixam margens para abordagens a partir de outras perspectivas teóricas, não acreditamos que a solução para essa questão seja conduzir a problemática da memória para uma “guerra de todos contra todos” não no sentido clássico hobbesiano, mas tendo como base o axioma foucaultiano segundo a microfísica do poder conforme sugere Peralta (2007) no seguimento de sua narrativa.

Antes de apontarmos para uma possível solução para essa questão, no entanto, gostaríamos de reafirmar novamente que a memória coletiva de Maurice Halbwachs é uma memória harmônica, sem contradições, mas, sobretudo, uma memória do grupo, resultante das relações estabelecidas por seus membros.

A memória do grupo, diríamos, é uma memória vivida empiricamente ou não, uma experiência realizada coletivamente a partir das relações que os indivíduos estabelecem nos diversos grupos dos quais participam, ainda que esteja “sozinho”, objetiva ou subjetivamente. Tais experiências podem ser vivenciadas em grupos como os da escola, família, trabalho etc., sendo que relações vivenciadas no presente podem nos remeter aos quadros sociais de memória dos quais os grupos são indissociáveis. O papel do indivíduo, deste modo, se resume à ação de buscar recordar, mas sua recordação está condicionada por uma memória do grupo e pelo resgate do próprio grupo no processo de rememoração. Halbwachs esclarece que,

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (2006, p. 69).

Cada memória, conforme afirmamos, se insere dentro de um determinado quadro social de memória que, a partir da relação que os indivíduos que lembram estabelecem com o presente, cria o condicionamento para o enquadramento da memória, sua contextualização, seu substrato material. Assim, a memória coletiva é “uma reconstrução racional do passado realizado a partir de elementos e mecanismos presentes na atualidade e na consciência do grupo<sup>57</sup>” (NAMER, 2004, p. 372).

O que importa salientar para o nosso objetivo, que nos permitirá realizar teoricamente a transição da memória coletiva para a social – no sentido amplo – é que a primeira, muito

---

<sup>57</sup> Tradução livre.

embora também seja social, se restringe aos grupos que a produziram e não se insere dentro de um quadro social mais geral que transcenda as relações grupais. A memória coletiva na formulação de Halbwachs, é uma memória que diz respeito a particularidade de cada gruposolitariamente.

A analogia de Ortiz (2012) faz bastante jus a problemática supracitada, pois afirma que

Halbwachs considera que além de a memória coletiva se apresentar como tradição, ela se estrutura internamente como uma partitura musical; isto nos possibilita apreendê-la como sistema estruturado, no qual os atores sociais ocupam determinadas posições e desempenham determinados papéis. O produto da rememoração, a sinfonia final, é o resultado das múltiplas ações de cada agente (músico) em particular; no entanto, o músico executa algo que se encontra programado de antemão (2012, p. 133).

A memória coletiva em si, confinada nos grupos sociais isoladamente, não é suficiente para dar conta de nossa problemática visto que seu enquadramento permanece restrito e hermetizado na individualidade dos grupos. Apresenta limitações objetivas tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Deste modo, é preciso aviltar algumas críticas a essa formulação, para que possamos lançar novos olhares que nos permitam melhor compreensão do nosso objeto, mas cientes que o conceito de memória coletiva, tal qual foi pensado por Halbwachs não se mostra suficiente para atender nossos anseios, e, portanto, será necessário migrar para a memória social no sentido amplo.

Claro que o autor de *Memória Coletiva* estava muito mais preocupado com as permanências do que com as transformações, com a função que com a disfunção, com a harmonia que com a contradição. A escolha metodológica do autor, a nosso ver, originou diversas lacunas em suas formulações teóricas, onde a mais evidente brecha reverbera não na pura e simples negação dos conflitos sociais conforme ressalta Peralta (2007), mas no substantivo indeferimento em considerar a sociedade como resultado das próprias contradições entre as classes sociais, e mais, em não levar em conta que as contradições subjacentes das classes sociais com projetos distintos e excludentes entre si, constitui a estrutura social e a força motriz das sociedades de classes da qual, nenhum grupo por mais isolado que possa parecer estar, jamais, enquanto a estrutura condicionante dos conflitos sociais permanecerem inalteradas, conseguirá escapar e produzir uma memória autônoma e alheia a tais conflitos.

As implicações desta afirmação condicionam a memória do grupo, a depender do papel desempenhado pelos indivíduos no interior do sistema de relações sociais, a uma

vinculação direta, mais ou menos explícita com uma relativa autonomia, com os imperativos estruturais subjacentes. Nessa perspectiva, toda memória de grupo é, antes de mais nada, primeiro memória de classe, já que sua produção está condicionada aos elementos materiais cuja a existência está longe de ser determinada pela estrutura discursiva, mas parte da própria atividade real desempenhada pelos homens, que não somente produzem e se reproduzem no mundo, mas, também, ao mesmo tempo produzem o mundo.

Esse elemento é importante para compreendermos o papel desempenhado pela “Avenida da Integração” no que concerne ao processo de segregação socioespacial em Vitória da Conquista. A partir dele podemos afirmar, ainda que em linhas gerais, que a ideologia se propõe a negar tal processo, forjando uma memória social de integração. No entanto, a própria objetividade percebida pelas classes trabalhadoras na relação prática com tal avenida, tende a negar a ideologia da integração.

Sobre a concepção de memória coletiva compreendida por Halbwachs, importa-nos salientar que é harmônica e, portanto, ideal, além de se restringir a grupos específicos, uma vez que cada grupo possui uma memória coletiva específica. Por outro lado, dizemos que a memória social, no sentido amplo que a ela estamos tentando atribuir, trata-se de um elemento transcendente às particularidades de cada grupo e, em certa medida, diz respeito a todos eles. São memórias que objetivam legitimar a sociedade capitalista na qual todos os grupos estão inseridos, e, por sua vez, são memórias que se reproduzem no interior de cada um desses grupos. Assim, a memória social, no sentido amplo, é uma memória que se reproduz no interior da própria sociedade quer, seja direta ou indiretamente, todos os grupos têm contato.

Evidentemente, embora existam elos estruturais inerentes à produção das memórias dos grupos que dizem respeito a todos eles, é igualmente verdadeiro que essa memória social, no sentido amplo, também possam ser produzidas em um território específico de acordo as condições objetivas de produção da vida material. Se, em escala mundial são as determinações e, por conseguinte, as necessidades de legitimação ideológica da sociedade capitalista que constituem o elo estrutural da formação da memória, em nível local, como na cidade de Vitória da Conquista, por exemplo, essa memória social evidencia-se em, pelo menos, dois aspectos gerais: o primeiro deles é, decisivamente, a construção de uma imagem “desenvolvimentista” que não contempla, em seu interior, qualquer contradição que seja, pintando a cidade como a melhor do mundo para se viver; a segunda, por sua vez, refere-se à negação da segregação socioespacial, materializada e reproduzida cotidianamente na “Avenida da Integração”. Acreditamos que esses são elementos que produzem uma memória

social mediada pela ideologia que se reproduz a despeito da objetividade; em toda a sociedade conquistense, independentemente das contradições que comportam. Evidentemente, centraremos nossas atenções em demonstrar as investidas ideológicas realizadas pelos meios de comunicação social no sentido de construir uma imagem cota de Vitória da Conquista e não na percepção subjetiva dos indivíduos (trabalho que, em função das condições objetivas de desenvolvimento dessa pesquisa, ficará para outro momento).

Entretantes, precisamos pensar como articular a ideologia como um elemento mediador da construção da memória social. Assim, sugerimos que ideologia seja compreendida como um elemento patente nas sociedades de classes. Compreender, então, a problemática da memória social enquanto um elemento que transcende as individualidades dos grupos pressupõe, necessariamente, estabelecer uma articulação de determinação e autonomia em relação a ideologia, bem como compreender os mecanismos através dos quais essa memória social se perpetua e é disseminada na sociedade, conforme abordaremos.

É preciso recorrer a Marx e Engels, pois esses autores nos dão algumas pistas importantes sobre esse processo de transmissão da memória que chamamos social. n'A *ideologia alemã* os autores afirmam que

[...] as circunstâncias fazem os homens na mesma medida em os homens fazem as circunstancias [...]. São essas condições de vida, com as quais as diferentes gerações se encontram ao nascer, que decidem, também, se as transformações revolucionárias que se repetem periodicamente na história serão ou não suficientemente fortes para derrubar a base de tudo aqui que existe; e se não estão disponíveis estes elementos materiais de uma transformação revolucionária total [...], em nada contribuirá para fazer mudar a marcha prática das coisas o fado de que a *ideia* desta transformação revolucionária já tenha sido proclamada centenas de vezes, conforme aliás demonstra a história do comunismo (2007, p. 62).

O que Marx e Engels evidenciam neste trecho são as condições objetivas sobre as quais as novas gerações devem atuar para produzir a história. A objetividade já está dada quando os homens vêm ao mundo, de modo que seu protagonismo é determinado pelas condições existentes. Aqui, então, existe uma relação de determinação e autonomia das condições existentes e da produção do novo a partir delas. A questão, portanto, remete ao processo de produção da história pelas gerações anteriores que são legadas tanto enquanto objetividade para as novas gerações, mas também enquanto memória social, resultado dos processos de lutas de classes que se processam no interior da sociedade.

Esse legado histórico, objetivo e subjetivo, é determinante nas ações formativas do ser social, de tal modo que as condições sobre as quais essas novas gerações deverão tomar

consciência da realidade subjacente está diretamente relacionada a essas condições que lhe foram legadas, abrindo precedentes, no entanto, para o empreendimento de novas transformações dessas condições materiais que, por conseguinte, serão legadas as gerações vindouras.

Obviamente não podemos ignorar os processos ideológicos que são inerentes a formação da memória social em tais sociedades. O que queremos afirmar com isto é que nas sociedades de classes os sujeitos sociais são necessariamente “sujeitos ideológicos”, uma vez que, tal qual a memória social legada, as ideologias contraditórias também já estão dadas quando esses indivíduos vêm ao mundo. Sobre o legado da memória social Marx afirma que,

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. É justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (2011, p. 25 – 26).

Muito embora em sua magistral formulação Marx não utilize o conceito de memória social, acreditamos plenamente que ele evidencia com riqueza de detalhes os processos de transmissão da história pelo legado da memória social. Assim, a memória social desempenha um papel importante nesses processos uma vez que permite a tomada de consciência sob as condições legadas historicamente ao mesmo tempo em que se impõe como um empecilho objetivo para as transformações sociais de qualquer natureza. Esse elemento é importante para o nosso objeto, por acreditarmos que algo similar ocorre em Vitória da Conquista, com a tentativa de naturalizar e perpetuar uma memória social que não somente nega os conflitos e contradições, mas também pereniza o próprio sistema de relações. Por esse motivo, qualquer transformação empreendida na sociedade implica necessariamente na destruição dos legados existentes como condicionamento para reprodução do novo modo de ser pós transformação.

Conscientes desses processos de desconstrução das memórias sociais e das transformações necessárias em todos os demais complexos sociais Marx e Engels afirmam de forma veemente que,

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isto, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de

produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua de produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem; tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profano e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens (2010, p. 43).

Apesar da necessidade de transformação constante das estruturas produtivas sobre a regência do capital conforme afirmam Marx e Engels, outras estruturas, no entanto, que fazem parte da conservação necessária da reprodução material de uma classe, como a ideologia que fornece a coesão entre a unidade material e a reprodução ideal relacionada a percepção das classes dominantes, devem permanecer inalteradas, pois fazem parte da conservação da sociedade de classes. Desta forma, valores como “princípios democráticos”, “cidadania”, “liberdade política” etc., fazem parte das estruturas de permanências necessárias a perpetuação do domínio do capital sobre o trabalho.

Trazendo a problemática para o nosso objeto, podemos dizer, sem receio, que existe, na sociedade conquistense, uma memória social (ideologização da memória) quanto ao processo de fundação do Arraial da Conquista conforme afirmamos anteriormente. Reza a lenda que o processo de dizimação dos povos indígenas no Sertão da Ressaca empreendida por João Gonçalves da Costa e seus correligionários foi mediado pela intervenção de Nossa Senhora das Vitórias no conflito entre os bandeirantes e os nativos (SOUSA, 2001). Segundo esse mito fundador, a Igreja Matriz, de nome homônimo, foi erigida em retribuição à sua intervenção no conflito, no qual os índios foram massacrados, e da memória indígena resta apenas uma vaga referência. O que queremos dizer com isto é que existe uma memória social em Vitória da Conquista, reforçada pelas mídias sociais, segundo a qual todos os conquistenses têm algum conhecimento sobre ela que está relacionado ao processo de conquista que exclui de sua narrativa o massacre dos povos indígenas. Trata-se, portanto, de um tipo de memória social necessária ao domínio e a reprodução da inquestionabilidade social.

Portanto, a memória social, que em hipótese alguma está isenta de ideologia – precisamente o contrário –, diz respeito ao legado histórico de toda uma sociedade que é perpetuado por uma determinada classe ou fração de classe, e não apenas de um grupo ou de grupos – muito embora, como afirmamos anteriormente a memória de grupo seja, também, social – de tal modo que é a partir dessa memória eivada de ideologia que os indivíduos

tomam consciência da realidade tanto com a possibilidade de afirmá-las quanto de contestá-las e superá-las.

### **4.3 IDEOLOGIZAÇÕES DA MEMÓRIA SOCIAL E NEGAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSES EM VITÓRIA DA CONQUISTA**

Os processos de ideologização da memória social em Vitória da Conquista remetem a tempos bastante longínquos. Acreditamos que a construção de uma memória social personalista, cujas implicações reverberam na compreensão social dos processos de desenvolvimento históricos subjacentes é tanto a continuidade do mito formativo, objetivando justificar e reafirmando as novas relações que emergiram junto ao processo de transição da economia tradicional para o complexo urbano-comercial (capital comercial), como também imputações personalistas que supervalorizam a atuação da singularidade humana, atribuindo à tais personagens toda responsabilidade histórica pela criação das condições objetivas que viabilizaram o desenvolvimento do capitalismo, assim como pelo seu próprio desenvolvimento, além, claro de negar completamente os conflitos sociais subjacentes.

Não intencionamos aqui estabelecer e retomar o debate já realizado na primeira Seção desta dissertação, no entanto, será necessário, ainda que em linhas gerais, resgatar alguns fatos e constatações a fim de subsidiar e substanciar nossa argumentação estabelecendo os nexos causais do que estamos chamando de ideologização da construção da memória social em Vitória da Conquista.

É preciso que fique claro, por outro lado, que os processos de ideologização da memória tal qual estamos compreendendo, apesar de pressupor intencionalidade no resgate da memória, sua reconstrução e generalização pela mediação dos aparelhos de Estado, também é fruto do imperativo estrutural que atua sobre o indivíduo. Portanto, os mesmos não derivam da expressão pura da individualidade do ser, mas esse ser individual, pela sua determinação estrutural, proclama em sua individualidade a universalidade e, portanto, as lutas de classes.

Segundo Lukács, seja como for

[...] ocorre uma tendência de desenvolvimento muito importante do ponto de vista da generalidade: a paulatina transformação da singularidade em individualidade. A singularidade é, como a universalidade, uma categoria fundamental de todo ser: não existe ente que não possa existir ao mesmo tempo como exemplar de seu gênero (universal) e como objetividade singular (singularidade) (2010, p. 81 – 81).

Em outros termos, Tonet afirma que

Na esteira de Marx, pensamos que não nascemos indivíduos humanos, mas nos tornamos indivíduos humanos. Isto porque, diferentemente dos animais, o ser social é composto de dois momentos, de igual estatuto ontológico: o momento da singularidade e o momento da universalidade, o indivíduo e o gênero. E esses dois momentos se constituem mutuamente (2013, p. 32).

Desse modo, individualidade e universalidade são dois momentos ontológicos complementares e não excludentes. A ação individual, desse ponto de vista, é também uma ação que expressa a universalidade, as condições e determinações materiais, bem como a posição de classe, independentemente da consciência e da intencionalidade do ser social. É importante realizar esse esclarecimento para não sermos tão personalistas quanto àquilo que criticamos.

Retomando nossa problemática relativa ao mito formativo de Vitória da Conquista (arraial da Conquista), cuja narrativa foi mencionada no tópico anterior, expressa, em função do aviltamento que realiza no que concerne à intervenção metafísica no conflito com os indígenas locais, as determinações ideológicas da própria estrutura social da época.

O que queremos dizer com isto é que, num contexto no qual o catolicismo constituía a expressão religiosa dominante (no Brasil), cuja matriz interpretativa da realidade passava necessariamente pelo crivo do escólio metafísico escatológico, o mito formativo deveria expressar exatamente estas relações estruturais.

No que concerne a problemática da memória social, a intervenção milagrosa não pode ser dissociada dos processos de extermínio das comunidades indígenas locais que, do ponto de vista da necessidade socio-reprodutiva das relações senhoriais, representavam, objetivamente, um empecilho para o desenvolvimento das atividades econômicas vinculadas ao grande latifúndio.

Neste sentido, o agente promotor desse processo, com singular individualidade inerente a todo ser social, também representava e manifestava as determinações estruturais da sociedade da época, ficando conhecido na memória social conquistense como grande benfeitor que livrou o Sertão da Ressaca dos silvícolas. Sobre esse processo, afirma Sousa que

A despeito da violência que norteou todo o processo de conquista [...], seu principal agente ficou na memória popular como a imagem de um homem extremamente corajoso, que não se intimidou diante da selvageria cometida pelos índios da região (2001, p. 92 – 93).

Como fica claro, a memória social que remete a conquista do Sertão da Ressaca delibera a personagem de João Gonçalves da Costa toda a responsabilidade pelos processos de conquista, como se o mesmo fosse individualidade pura, e não a personificação de

determinados interesses socioestruturais e, portanto, também portador da universalidade e dos interesses de “classe”.

A ideologização dessa memória social negligencia completamente os interesses sociais em jogo e as condições objetivas – em desigualdade quase absoluta – nos quais a disputa se deu, transformando um genocida em herói fundador e a Igreja Matriz, cuja edificação demarca o ineliminável processo do extermínio dos povos indígenas, em consagração solene da vitória dos civilizados brancos – ainda que em ideologia – sobre os selvagens.

A retomada deste caso específico nos permite comprovar em que termos atua os processos de ideologização da memória social que, tal qual a própria ideologia aperfeiçoa por completo a subversão da realidade, transformando aspectos da vida social em legitimação ideológica para sustentação de determinados tipos de sociabilidade.

Contribuição igualmente emblemática para os processos de ideologização da memória social, reforçando tanto o mito fundador do arraial quanto instituindo abordagens absolutamente personalistas relativo aos processos de desenvolvimento histórico de Vitória da Conquista, ofereceram os jornais locais que, inegavelmente, estavam ligados às facções que dominaram o cenário político conquistense durante todo o período de transição e posterior.

Ao se observar pormenorizadamente os jornais que circularam em Vitória da Conquista durante toda a primeira metade do século XX até os dias que seguem, encontramos a atribuição de todos os processos viabilizadores do desenvolvimento interno do complexo urbano-comercial da cidade a personagens que, segundo essas narrativas jornalísticas, gozavam não somente de um espírito à frente de seu tempo, mas também constituíam verdadeiros benfeitores – tal qual João Gonçalves da Costa – para a “cidade como um todo”. Althusser (1996) denominava de Aparelho Ideológico da informação os meios de comunicação social – neste caso específico os jornais –, mas também a religião, como elementos fundamentais para os processos de ideologização da memória social conquistense.

Obviamente, tais formulações são condizentes com a visão que as classes dominantes, enquanto detentora dos meios de produção espirituais, imprimem sobre a totalidade da sociedade. Na perspectiva da classe dominante, é de fato ela a responsável pelo desenvolvimento econômico e social de um país. É seu investimento e seu espírito empreender que viabiliza e estrutura todos os aspectos da vida social.

Os aspectos mais básicos de toda e qualquer estrutura social de classe são absolutamente negligenciados, e o trabalhador produtivo, responsável por toda criação de valor e, portanto, de riqueza social encontra-se, nessa narrativa, totalmente à margem dos

processos responsáveis pelo crescimento econômico por intermédio da extração da mais-valia. Afirmamos com isto que o elemento estrutural da sociedade sequer é levado em consideração. É neste espírito mistificador que evidenciamos, ainda em 1926, por exemplo, notícias como as que seguem, segundo a qual

[...] A Conquista agora acorda do seu sono secular e risota vem pateteando aos que contemplam os seus múltiplos e inexoráveis tesouros [...]. A Conquista, por si mesma, ou melhor pelo elogiável esforço dos seus habitantes irá se *tornando[sic]* maior, desenvolvendo-se material e intelectualmente. A organização da empresa que vai construir a estrada de rodagem que liga essa cidade à Jequié é um atestado evidente de que nosso povo de conquista já está começando esperar que os governos federal e estadual dele se lembrem [...]. Se assim nos expressamos é porque vemos que o projeto de construção da estrada não é um mero desejo de capitalistas que anteveem o aumento rápido de sua fortuna e sim – verdade belíssima – obra exclusiva de distintos cidadãos, uns filhos de conquista outros aqui residentes, que anteveem, não a duplicação de sua fortuna, mas o engrandecimento extraordinário, rápido, da terra onde vivem (1926, p. 1).

Podemos evidenciar, assim, ao menos dois elementos importantes para se pensar a perspectiva de ideologização da memória em Vitória da Conquista. No primeiro, ratificamos o discurso de desenvolvimento, amplamente aviltado na medida em que a cidade é inserida na lógica e no circuito sociorreprodutivo do capital; o segundo elemento, mais uma vez reafirma a atuação dos espíritos singulares cujo único objetivo é impulsionar, através de determinados empreendimentos, a inserção incondicional de Vitória da Conquista no circuito de realização do capital. Notícias como estas foram e são amplamente difundidas nas mídias sociais de Vitória da Conquista, nas quais a cidade é pintada como um invólucro harmônico e simétrico de desenvolvimento protagonizado pela genialidade das classes dominantes que realizam investimentos despreziosos do individualista “espírito do capitalismo”.

Seria, então, inócuo repetir passagens como a supracitada, que permeiam toda a mídia jornalística da cidade. Cabe, no entanto, apenas mais uma observação: nos dias que seguem, esse espírito mistificador protagonizado pela mídia local, em plena consonância com a necessidade de legitimação da relação capital/trabalho/trabalho, também tácito na mídia internacional e nacional, é amplamente difundido pela mediação desses aparelhos com um grau muito mais amplo de proposição mistificado. Observemos então uma matéria publicada a qual infere que

Quem diria que o arraial, que surgiu no início do século XIX *[sic]* para servir de ponto para os tropeiros e bandeirantes, se tornaria uma grande cidade do interior baiano? Vitória da Conquista é, hoje, a sexta maior economia da Bahia, com participação de 2,4% no PIB do estado. Em dez

anos, o PIB da cidade cresceu mais de 340%, saindo de R\$ 708 milhões e alcançando, em 2009 R\$ 3,14 bilhões, de acordo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) da Bahia (CASAS&CARROS, 2014, p. 48).

Na sequência da narrativa homérica, a reportagem discorre, peremptoriamente, a saga que permitiu alcançar esse *status*, afirmando que

Por consequência desses números, em 2010, a capital do sudoeste baiano foi considerada a segunda cidade que mais cresce no estado, a terceira entre as do interior do Nordeste e se destacou ainda como uma das 48 médias cidades, entre aquelas que têm acima de 200 mil habitantes, que se desenvolve mais rapidamente do que a média nacional [...] (CASAS&CARROS, 2014, p. 48)

O que a matéria não evidencia, em nenhum de seus parágrafos, são as contradições que subjazem esse desenvolvimento que é, a rigor, o aprofundamento das relações de produção capitalista e todas as suas contradições internas. Para o nosso objetivo, só precisamos afirmar que a própria segregação socioespacial é um dos inegáveis resultados desse desenvolvimento que a referida matéria sequer menciona.

Não temos dúvida que a reprodução de afirmações como as supracitadas possuem um papel elementar na formação da memória social da população conquistense, que cresce no desenvolvimento, mas oculta deliberadamente os conflitos de classes e suas manifestações sob a égide do capitalismo. Ou seja, assistimos à ideologização da memória social que, embora contrariada pela materialidade das relações cotidianas, sua legitimação ainda não foi questionada enquanto viabilidade histórica de reprodução social e de negação das relações reais.

Obviamente, além de não interessar às classes dominantes explicitar esse aspecto fundamental da realidade, ela própria não reconhece essa relação como verdadeira, o que nos faz retornar à problemática da intencionalidade. Não queremos, com isto, anular toda subjetividade do ser social e, por conseguinte, seu espírito criativo intermediado pelos processos teleológicos. No entanto, todo e qualquer desenvolvimento histórico dentro das sociedades de classes, além de serem mediados pela mais-valia, é resultante incontestemente de processos sociais, em que a tônica de tal desenvolvimento é indubitavelmente consequência das lutas de classes e de seu estágio, aspecto totalmente ignorado pela mídia burguesa.

Nessa perspectiva, a ideologização da memória social a respeito desses processos que viabilizaram e criaram as condições internas necessárias para o desenvolvimento do capitalismo em sua vertente de complexo urbano-comercial é construída e reproduzida em

uma abordagem onde os personagens são os reais responsáveis por tal processualidade. Entrementes, os meios de comunicação sociais não são os únicos responsáveis pela ideologização da memória e sua generalização e legitimação nos processos socio-reprodutivos. Recorremos<sup>58</sup> a Marx e a autores marxistas para fundamentar o pressuposto segundo o qual a ciência pode constituir uma das fontes legitimadoras do processo de produção e reprodução das relações capitalistas, com implicações também em Vitória da Conquista contribuindo para a ideologização da memória.

No prefácio da Segunda Edição d'O Capital, Marx alerta para as limitações da “produção científica” da economia política burguesa afirmando que, a partir de

[...] 1848, a produção capitalista tem se desenvolvido rapidamente na Alemanha e hoje já se encontra no pleno florescer de suas fraudes. Mas para nossos capitalistas, a sorte continuou adversa como antes. Enquanto podiam praticar a economia política de modo imparcial, faltavam à realidade alemã as gerações econômicas modernas. Assim que essas relações surgiram, isso se deu sob circunstâncias que já não permitiam seu estudo imparcial dentro do horizonte burguês (MARX, 2012, p. 84 – 85).

Nesta passagem, Marx versa sobre as limitações dos “especialistas” alemães em produzir teorias científicas que prezem pela “imparcialidade” científica. Na sequência da passagem Marx esclarece que

Por ser burguesa, isto é, por entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório do seu desenvolvimento, a economia política só pode continuar a ser uma ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente (MARX, 2012, p. 85).

Este entendimento é fundamental para se compreender porque, na contemporaneidade, é tão difícil produzir ciência pautada em critérios ontológicos. Na perspectiva marxiana, uma vez que a luta de classe se encontra em evidência, toda a produção científica da classe burguesa, sobretudo dos pesquisadores oriundos da – e comprometidos com a – classe social dominante, tem como objetivo fundamental produzir para legitimar, negando, desta forma, a realidade social. Trata-se, portanto, não de uma produção baseada no próprio ser da coisa, mas uma interpretação subjetiva e, logo, gnosiológica, da economia política.

Desde muito cedo Marx percebeu a vinculação entre a produção científica e a legitimação das relações de produção capitalista por meio de uma construção ideológica da realidade, implicando, para o nosso objeto, nos processos de ideologização da memória.

---

<sup>58</sup> Parte deste texto constitui publicação de Santos e Almeida (2013).

Desta forma, entende-se que, em meio à crise do capital, onde a luta de classe toma dimensões proporcionais à objetividade – seja nos conflitos nacionalistas radicais-democráticos evidenciadas na Primavera Árabe, seja em mobilizações como o “Ocupe Wall Street” ou ainda na crise que se agudiza nos países europeus com fortes mobilizações populares –, a tendência da produção científica é negar esta realidade, propondo uma interpretação cuja natureza é recusada e suprimida em absoluto, indicando como relação causal fatores de menor monta como a administração do Estado e do capital em si, e não o próprio sistema do capital (MARX, 2010b). Assim também será na compreensão da segregação socioespacial em Vitória da Conquista.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Mészáros sugere que a multiplicidade de abordagens que evoca a “pseudoconcreticidade” (KOSIK, 2010) possui como núcleo central “princípios metodológicos fundamentais” (MÉSZÁROS, 2004, p. 245) que elegem como únicos verdadeiros e aceitáveis. Resulta disso a necessidade inalienável de sustentar, através da ideologia, as formas sociometabólicas do capital de maneira que, mesmo as abordagens que apontam para a perspectiva da “mudança”, devem, inevitavelmente, conjecturá-la dentro da ordem estabelecida. Por este prisma, não é necessário dizer que essa ideologia da mudança dentro da ordem possui brutais implicações no campo da memória social contribuindo peremptoriamente para sua legitimação e naturalização<sup>59</sup>.

Se, “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época, quer dizer, a classe que exerce o poder *objetal* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder *espiritual* dominante” (MARX & ENGELS, 2007, p. 71), a linha teórica do pensamento de Mészáros se enquadra perfeitamente nesta lógica afirmando que as múltiplas abordagens pseudocientíficas que permeiam a sociedade hodierna encontram apoio na própria fragmentação parcial da classe dominante, de modo que

[...] os diversos interesses dos capitais concorrentes não somente permitem, mas até impõe o modo pluralista de legitimação político-ideológico da ordem estabelecida, para assegurar a manifestação efetiva e a interação das estratégias alternativas que correspondem às diferenças objetivas de interesses dentro da própria classe dominante (MÉSZÁROS, 2004, p. 244).

Nesta perspectiva, corroborando com a tese inicial apresentada por Marx e reafirmada por Mészáros, parte significativa da produção científica contemporânea, sobretudo com a agudização da crise estrutural do capital que se mostra “longeva e duradoura, sistêmica e estrutural” (ANTUNES, 2011, p. 10), bem como com as ameaças reais de superação do modo

<sup>59</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre essa problemática ver Santos e Almeida (2013a).

de produção capitalista que permearam todo o século XIX e XX, a “autoridade da ciência” tem sido evidenciada para legitimar as relações capitalistas e mascarar a realidade. Como exemplo, citamos a crença iluminista de que o progresso científico, por si mesmo, seria suficiente para resolver as demandas da sociedade, de modo que todos os indivíduos gozariam das benesses do progresso técnico-científico.

Do mesmo modo, a produção científica, para além dos meios de comunicação social, também desempenha um papel fundamental no processo de ideologização da memória em Vitória da Conquista, corroborando com a permanência, generalização e *status* científico para o fortalecimento dos mitos e das teorias personalistas, bem como com a negação e subversão da realidade. Vale lembrar o prodigioso debate que Luxemburgo/Bernstein travaram em torno da tese defendida por este líder teórico da socialdemocracia, que afirmava ter o *progresso científico* a capacidade de resolver as contradições internas do sistema e os pleitos dos trabalhadores de forma relativamente harmoniosa. Assim, não haveria necessidade de revolução, pois o próprio sistema do capital implementaria, gradativa e paulatinamente, as reformas sociais necessárias, e que levaria, segundo ele, à dissolução das contradições entre o capital e o trabalho.

Luxemburgo (2010) não somente se contrapôs a este posicionamento teórico, que também orientava a prática política de seu interlocutor, como também dedicou todo o seu livro à tarefa de revelar os aspectos ideológicos de tais afirmações, desenvolvendo uma eloquente argumentação em torno do problema, apontando para a necessidade objetiva da revolução social em função da anarquia<sup>60</sup> própria do sistema capitalista. No mesmo sentido afirma Mézáros que

Não é de se surpreender, portanto, que, no decorrer de vários séculos, nos seja constantemente apresentada a mesma ideologia orientada para a ciência, em tantas versões diferentes, desde a concepção cartesiana de “filosofia prática” e seu objetivo até os recentes postulados das “segunda e terceira revoluções industriais”, da “revolução tecnológica”, da “revolução eletrônica” e da “revolução da informática” [...]. Quanto mais nos aproximamos do presente, e quanto mais marcadamente irrompem as contradições sociais básicas, mais acentuadas se torna o caráter apologético das teorias que permanecem identificadas com a perspectiva autocentrada do capital, que circunscreve a orientação da economia política burguesa (MÉSZÁROS, 2009, p. 20-21).

Consideramos, portanto, que, em todas as épocas, desde a consagração da ciência como parâmetro de medida pura da verdade ou da reinterpretação da realidade, a produção do

---

<sup>60</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema ver Paniago (2012).

conhecimento é permeada de ideologia, que busca envolver todas as instâncias sociais com o objetivo principal de ratificar as relações de produção e reprodução do sistema do capital.

Retomando nosso objeto, chamamos a atenção para a necessidade de se considerar a história de Vitória da Conquista não como uma parte fragmentada e autossuficiente da totalidade social, mas, ao contrário, entrevê-la enquanto parte que se coloca em uma relação dialética com o todo e entre o particular e o geral. Nesse sentido, ela nada mais é que um recorte específico da realidade, sendo que, para fazer sentido, é preciso relacioná-la com o nacional e o global, levando em consideração que, no processo produtivo – e a própria tendência universalizante do sistema do capital –, cada parte (produção, circulação e consumo) tem um papel fundamental na totalidade, conforme abordamos na primeira Seção desta dissertação.

Portanto, se no âmbito mundial a produção científica tem sido apropriada e utilizada como instrumento de legitimação e perpetuação para o domínio do capital, para o controle social, podemos fazer essa mesma relação para Vitória da Conquista. É perceptível que muitos intelectuais têm se dedicado a uma produção científica na qual a realidade social é peremptoriamente negligenciada. Intelectuais esses que, escondidos por trás de títulos que detêm e lugares que ocupam nos centros de produção técnico-científica tentam refundar a memória social a partir de uma perspectiva totalmente ideológica ressuscitando e reproduzindo discursos que se fundam na ideia de harmonia e desenvolvimento.

Apenas a título de exemplo analisaremos a produção do pesquisador Fontes<sup>61</sup> (2008), em que o autor procura dar ‘tons de cinza’ ao processo histórico da cidade, não somente excluindo de sua narrativa as lutas de classes, como também fazendo reviver ideias como “ciclos de desenvolvimento” e “etapas da evolução histórica” contribuindo para ideologização da memória social.

Segundo Gonçalves (2011, p. 1), o conceito de desenvolvimento/desenvolvimentismo pode ser definido “de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo”. Ainda segundo Gonçalves trata-se, em nível nacional, de “uma versão do nacionalismo econômico; ou seja, é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania [...], no período 1930-80”. No entanto, este conceito vem

---

<sup>61</sup> Mestre em Ciências Sociais (UFBA) e Doutor em História Econômica (USP). Professor aposentado do Departamento de História da UESB, ex-prefeito de Vitória da Conquista e atual deputado estadual vinculado ao Partido dos Trabalhadores.

sendo retomado ao longo do alvorecer do século XXI para caracterizar a gestão do Partido dos Trabalhadores. O próprio Fontes nos assegura que:

A partir de então<sup>62</sup>, iniciou-se um novo ciclo de desenvolvimento local que ainda se encontra em processo de expansão e que apresenta claras características de sustentabilidade e de inserção na dinâmica geral do país e do Estado. A estratégia de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Participativo se desdobrou, nesses anos, em vários momentos e ações, de acordo com as possibilidades conjunturais e definições de opções políticas, sobretudo pela gestão municipal, numa relação dialética com as condições presentes na sociedade local como um todo. (2008, p. 3)

Nesta perspectiva, o discurso avilta, reiteradamente, a categoria de desenvolvimento econômico no artigo em questão. Ainda no primeiro parágrafo o autor afirma que

Nos últimos anos, tem aumentado, entre os que aqui residem ou que por aqui passam, uma forte sensação de que Vitória da Conquista experimenta uma fase alvissareira de sua história, com visíveis indicadores de desenvolvimento econômico, social e urbano, assumindo ares de uma verdadeira capital regional, constituindo-se em referência para toda macrorregião do centro-sul da Bahia e norte de Minas Gerais. Sem dúvida, o município vivencia uma fase, um ciclo de grande prosperidade (FONTES, 2008, p. 1).

De fato, nos últimos setenta anos, observamos um crescimento substancial da cidade no que se refere a população, ao perímetro urbano, na formação do complexo urbano-comercial e na prestação de serviços. Esse tal desenvolvimento a que se refere o autor, no entanto, nada mais é que a gradativa implementação das relações de produção capitalistas no município como tratamos no primeiro capítulo, que não somente promoveu o desenvolvimento em benefício de poucos como também implicou na agudização dos conflitos sociais, bem como na segregação socioespacial, aspecto este totalmente ignorado em seu artigo. Parece-nos obvio que o desenvolvimento das relações de produção em Vitória da Conquista, sobretudo no âmbito da circulação e do consumo de mercadorias, não provoca, como acreditava Bernstein e acredita Fontes, o efetivo desenvolvimento e distribuição das riquezas produzidas, muito menos garante a dignidade humana.

Nesta perspectiva, a questão mais pertinente a ser feita é: a revolução burguesa em Vitória da Conquista foi realizada pelo Partido dos Trabalhadores? A afirmativa etapista clarifica, sobremaneira, a intenção de Fontes ao afirmar que, “em 1996, com a eleição de Guilherme Menezes, a cidade selou o fim de um velho ciclo e escolheu um novo modelo político, [...] liderado pelo PT, em composição com outros partidos de esquerda, tendo como

---

<sup>62</sup> O autor refere-se ao início da gestão do PT em Vitória da Conquista, em 1997.

base esse novo campo político” (2008, p. 3), classifica a gestão do PT como uma etapa superior da história da cidade. Em outro trecho do artigo, o autor deixa transparecer toda perspectiva ideológica da sua tese fazendo a seguinte afirmação:

Essa realidade está ancorada em significativas transformações que estão sendo implementadas no município, desde 1997, quando um novo modelo político assumiu o governo municipal. Mas, resulta, também, da percepção de elementos comparativos entre o atual e outros momentos da evolução da cidade e do dinamismo do município com outros, de porte semelhante, da Bahia e do Brasil.

As eleições de 2000 a 2006, seguidamente, legitimam o projeto político em curso, dirigido pelos mesmos partidos de esquerdas, com pequenas alterações internas na coalização partidária. Em 2000 a população reelege o prefeito Guilherme Meneses, tendo como vice José Raimundo Fontes. Em 2002 Guilherme Meneses é eleito deputado federal e Waldenor Pereira, ex-reitor da UESB, deputado estadual. O vice assume o governo municipal, em abril de 2002, e é reeleito em 2004 [...] (FONTES, 2009, p. 1 e 4).

Fica evidente toda a carga ideológica da militância político partidária que marca o artigo em questão, confirmando uma visão distorcida da realidade a partir de elementos concretos. De acordo com Meszáros (2009) trata-se da própria legitimação das relações do capital, uma vez que não somente realiza a apologia da “mudança dentro do sistema”, como também exclui toda e qualquer possibilidade de rejeição da atual estrutura da sociedade, apontando, peremptoriamente, para a ‘luta’ no campo da institucionalidade. O que Fontes objetiva, em suma, é tomar para si e seus pares, a responsabilidade pela totalidade do processo desenvolvimentista (implementação das relações de produção capitalista) no município, quando fenômeno foi o resultado de um acúmulo histórico de desenvolvimento das forças produtivas cunhado em um processo de transição que durou ao menos quarenta anos. Trata-se de um discurso apologético, conservador, que busca creditar à gestão municipal do PT todos os “avanços” obtidos, o que fica ainda mais claro não somente pela vinculação de quem escreve o artigo, mas pelo marco temporal das pretensas e “significativas transformações”.

Esse exemplo emblemático de muitas produções “científicas” contribui, categoricamente, para a ideologização da memória, reafirmando o personalismo e o protagonismo de determinados agentes e grupos sociais em detrimento dos processos, bem como negando completamente aspectos inalienáveis da realidade social. O mesmo ocorre, embora sem o arcabouço científico, com a produção dos autores memorialistas cujas obras são bem difundidas no interior da sociedade conquistense. Exemplos são as produções de Tanajura (1994) e Menezes (2011), que reproduzem de forma acrítica o mito formador, o personalismo e a noção de desenvolvimento. Tais produções, na medida em que contribuem

para perpetuar uma imagem mistificadora da realidade social, negligenciam os elementos estruturais constituintes da sociedade e ocultam as contradições que subjazem a sociedade capitalista, na medida em que são amplamente difundidas no interior da sociedade conquistense com o apoio, inclusive, do poder público municipal, elas produzem e reforçam, indubitavelmente, um processo de ideologização da memória social cotidianamente reproduzida.

#### **4.4 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E IDEOLOGIZAÇÃO DA MEMÓRIA**

Para finalizar nossa intervenção, colocamo-nos agora a pensar, a partir da relação entre memória e ideologia, bem como suas articulações com a problemática da segregação socioespacial em Vitória da Conquista, sobre qual o papel desempenhado pela alentada “Avenida da Integração” enquanto ideologização da memória social conquistense que objetiva negar a existência de tais processos.

Como afirmado na Seção anterior, a “Avenida da Integração” desempenha um duplo papel no processo de segregação socioespacial, amplamente relacionado com o comportamento geral dos fenômenos sociais. Se, por um lado, ela é o que imediatamente nos permite apreender um processo fenomênico de segregação, por outro camufla ainda mais os reais contornos socioespaciais de tal segregação. Esta é, no entanto, a perspectiva com a qual nos deparamos a partir de uma relação real e, às vezes cotidiana, da “Avenida da Integração”. Transcendendo, então, essa materialidade, perceberemos que, no processo de “renomeação” da BR – 116 no perímetro urbano de Vitória da Conquista, ela passou a desempenhar outro papel que, a rigor, bem mais mistificador para sua condição de fenômeno social. Trata-se, então, do papel ideológico desempenhado por uma nomenclatura cujo objetivo é, sem dúvida, tornar mais sutil a percepção, mesmo imediata, dos processos de segregação socioespacial em Vitória da Conquista. Podemos mesmo dizer que o papel ideológico desempenhado pelo substantivo próprio “Avenida da Integração”, consubstanciado na existência real da rodovia no perímetro urbano é o de tentar mistificar a realidade negando qualquer possibilidade de segregação socioespacial.

Segundo essa perspectiva, a segregação outrora existente em Vitória da Conquista, resultado, não de uma consequência da relação capital/trabalho, mas da falta de planejamento no processo de crescimento urbano que levou a cidade a atender as demandas por moradia sem se preocupar com o ordenamento, começou a ser sanado com o processo de reforma da BR - 116 no perímetro urbano. Assim, essa segregação existente em ambos os lados da

referida rodovia, após a reforma, mas, sobretudo, com a renomeação do trecho que entrecorta a cidade, foi totalmente suprimida, integrando harmonicamente não somente o perímetro urbano, mas também as classes sociais que o compõe. Aqui assistimos à produção de uma ideologia propagada com o aval do Estado, utilizando os meios de comunicação social como difusor. Assim, não é difícil nos depararmos com matérias produzidas pela Prefeitura Municipal, assim como pela Câmara Municipal de Vereadores, que não somente fazem o uso indiscriminado da nomenclatura “Avenida da Integração” e seu espírito civilizador.

Apesar de, oficialmente, o nome da BR não ter sofrido nenhuma modificação, a renomeação para “Avenida da Integração” foi internalizada. Os veículos oficiais de comunicação desempenharam e desempenham um importante papel nesse processo, veiculando informações correlatas ao tema utilizando a nomenclatura informal dada pela PMVC. Evidencia-se, assim, em discurso proferido na Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista, em 2007, pelo então vereador Ataíde Macedo, a notícia inserida no Boletim Semanal publicado pela Assessoria de Comunicação da Câmara – ASCOM, disponível na internet, da seguinte forma:

Municipalização da Avenida da Integração – Macedo afirmou que a Comissão de Obras vai se reunir com a secretária municipal Márcia Pinheiro, na tarde desta quarta-feira (30) para discutir a municipalização da Avenida da Integração. “A Polícia Rodoviária Federal se declarou impossibilitada de continuar monitorando a Avenida da Integração por não dispor de equipamento e efetivo necessário”, disse o parlamentar (ASCOM, 2007).

Uma busca rápida pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista utilizando os termos “Avenida da Integração” ou simplesmente “Avenida Integração”<sup>63</sup> encontramos dezenas de notícias que trazem esta nomenclatura. Observemos a notícia abaixo:

Avenida da Integração. A revitalização da Rio - Bahia, no trecho que corta a zona urbana de Vitória da Conquista, é uma das maiores obras de infraestrutura urbana realizada na cidade, nos últimos anos. São 4,5 km de extensão, em um projeto que liga as zonas leste e oeste da cidade, promovendo a integração entre esses dois eixos. [...] Para garantir a realização desta obra, que contou com recursos federais, o Município contou com o empenho pessoal de Jaques Wagner que, até 2006, era ministro das Relações institucionais do Governo Lula. [...] A nova Avenida da Integração foi remodelada: novas faixas de trânsito; sinalização horizontal e vertical; faixas elevadas para pedestres com semáforos nos principais cruzamentos; canteiros centrais e intercessões com tratamento paisagístico; estacionamento lateral ao longo de toda a avenida e iluminação especial. A

---

<sup>63</sup> Pelo fato da nomenclatura não ser oficial, podemos encontrar nos sites e em matérias nas mídias locais as duas formas “Avenida da Integração” ou “Avenida Integração”.

obra tem valorizado a área e facilitado o acesso tanto de motoristas quanto de pedestres (SECON – PMVC, 2008).

Essas informações mostram como a ideia de integração vem sendo sistematicamente construída com um fim determinado. Na fala do então vereador Ataíde Macedo, sobre a municipalização da BR-116, a rodovia aparece como “Avenida da Integração”, quando deveria constar como BR-116 (Presidente Dutra), uma vez que, pelo processo normativo, a modificação do nome deveria ser antecedida pela municipalização do trecho urbano da rodovia, já que existe um impedimento legal, segundo a lei 6.682/79, em modificar ou nomear uma rodovia federal.

O mesmo ocorre com a notícia veiculada no site oficial da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Observamos a tentativa deliberada de negar que, com o desenvolvimento e o aprofundamento das relações de produção capitalistas, a tendência é que as contradições sociais se tornem mais agudas e, por conseguinte, que sua manifestação se torne mais visível. Assim, na tentativa de deslocar as contradições e negar a segregação socioespacial em Vitória da Conquista assistimos a sistemática e abusiva repetição de uma terminologia quem se quer é oficial.

O elemento central, no entanto, ao qual precisamos nos ater é o impacto causado nas classes trabalhadoras que são cotidianamente bombardeadas com essas informações, no que se refere à construção de uma memória social da segregação socioespacial existente em Vitória da Conquista que é indubitavelmente negada pelos processos de propagação ideológica. Assim, apontamos para a possibilidade de que uma memória social de integração se estrutura não somente pela consubstanciação da existência da “Avenida da Integração” em Vitória da Conquista, mas também em detrimento de uma assimilação e uma reprodução constante da nomenclatura, mas, sobretudo, na negação da própria objetividade da segregação.

Assim, queira ou não, a consubstanciação da nomenclatura na real existência da BR – 116 engendra um processo constante de negação da realidade, mas, ao mesmo tempo, contribui para a criação de uma memória social harmônica que, mesmo em função da objetividade, tende a negar os conflitos sociais e a própria segregação. Assistimos, então, a uma tentativa de ideologização da memória social em Vitória da Conquista, sobretudo no que concerne à percepção fenomênica da segregação socioespacial. Pela mediação da ideologia e de sua propagação pelos meios de comunicação sociais, a memória social e sua percepção fenomênica dos processos de segregação socioespacial de Vitória da Conquista são

obliterados em função da necessidade da construção de uma memória social harmônica e simétrica.

Como afirmamos anteriormente, a memória é algo que diz respeito a uma coletividade muito mais ampla e, no caso de Vitória da Conquista, a toda sua população. Como a “Avenida da Integração” entrecorta todo seu perímetro urbano ela constitui, objetivamente, elemento capaz de produzir uma memória social que diz respeito a toda a sociedade conquistense. Se essa assimilação ideológica está sendo internalizada e, por conseguinte, criando de fato uma percepção mistificadora da realidade que contribui para sua legitimação é algo que só pesquisas futuras poderão esclarecer. No entanto, os elementos objetivos e as investidas ideológicas dos aparelhos de Estado não deixam dúvidas quanto à necessidade de, em função do aprofundamento das contradições sociais, instituir mecanismos cada vez mais eficazes de controle e mistificação ideológica.

#### **4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Apresentamos aqui alguns elementos gerais que evidenciam dois importantes aspectos da segregação socioespacial em Vitória da Conquista que são: os contornos gerais e específicos da segregação socioespacial em curso; o papel ideológico da “Avenida da Integração” em mistificar a realidade e negar a existência de tal segregação. Poderíamos dizer então que:

- a) A segregação socioespacial em curso em Vitória da Conquista, apesar de possuir uma relação imbricada com a BR – 116 no perímetro urbano, é marcada por bairros segregados em ambos os lados da rodovia, de tal modo que a referida BR só nos propicia uma visão parcial e fenomênica desta segregação;
- b) A centralização de determinados equipamentos públicos que possuem grande importância para as classes trabalhadoras em algumas áreas da cidade evidencia, nas ações protagonizadas pelo poder público municipal, a prioridade em promover novos processos de valorização espacial e, em contrapartida, de contribuir para a intensificação da segregação socioespacial;
- c) Evidenciando e, ao mesmo tempo, escondendo a segregação socioespacial, a “Avenida da Integração” desempenha um papel ideológico no sentido de mistificar a realidade negando a existência da segregação em si. Na mesma medida, sua manifestação cotidiana implica na construção de uma memória social harmônica e simétrica relativa à integração do espaço urbano e, sobretudo, a integração entre as classes sociais.

Muito embora tenhamos consciência de que os elementos que apresentamos aqui não sejam, em hipótese alguma, conclusivos, acreditamos que constituem importantes constatações que não podem deixar de ser consideradas para se pensar a segregação socioespacial em curso em Vitória da Conquista. Do mesmo modo, acreditamos que não podemos separar a relação existente entre os processos reais de segregação socioespacial das necessidades de se justificar esses mesmos processos do ponto de vista ideológico, pois são esses elementos que garantem a reprodução, a perenidade e a legitimação de tais processos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS NÃO CONCLUSIVAS

O processo de segregação socioespacial em curso em Vitória da Conquista que procuramos evidenciar ao longo desta dissertação possui suas raízes assentadas sobre o desenvolvimento e aprofundamento das relações capitalistas de produção que emergiram enquanto determinação sociorreprodutiva do capital e que só pode ser compreendida mais profundamente quando levamos em consideração o aspecto histórico que mostra os imperativos e contornos iniciais da segregação que hoje se evidencia.

Nesta perspectiva, a segregação socioespacial não pode ser dissociada da lógica fundante do próprio modo de produção capitalista que é a propriedade privada da terra e os processos especulativos a ela associada. Assim, por mais que programas sociais e legislações das diversas instâncias dos poderes públicos possam comportar entre seus objetivos a necessidade de minimizar os problemas relativos à segregação socioespacial, sua extinção depende e está condicionada a destruição do próprio metabolismo social do capital, cujas consequências no espaço urbano se manifestam na forma e no conteúdo da segregação.

Entretantes, não podemos deixar de observar que qualquer forma de manifestação da segregação socioespacial no espaço urbano de uma cidade é uma forma transitória, visto que a dinâmica de reprodução do capital no seu interior desempenha, por assim dizer, um papel “civilizador” de modo que determinadas áreas ou bairros outrora segregados, a depender das necessidades sociorreprodutivas do capital, são “integradas” à cidade. Entretantes, o conteúdo da segregação socioespacial permanece ativo e dinâmico, podendo ser deslocado para novas áreas que constituirão os novos rincões de miséria social que comportarão as parcelas menos qualificadas das classes trabalhadoras, criando e condicionando, portanto, a reprodução social da segregação socioespacial, ainda que sob novas formas.

Por momento, no caso específico de Vitória da Conquista, essas parcelas de classes desqualificadas para as necessidades do capital margeiam as extremidades do anel rodoviário, muito embora não exclusivamente, convivendo e se reproduzindo cotidianamente em condições precárias que constroem a própria dignidade humana. Entretantes, se a única necessidade da história é contingência, seguramente essa forma de manifestação da contradição capital/trabalho no espaço urbano que implica necessariamente na segregação socioespacial, se modificará, muito embora seu conteúdo permaneça o mesmo enquanto essa contradição fundamental não se resolve.

Deste modo, é exatamente como uma tentativa de negação das possibilidades contingentes da história que a “Avenida da Integração” deve ser entendida, pois que seu

objetivo maior, do ponto de vista ideológico, é impedir, por meio da mistificação, que parcelas segregadas no espaço urbano de Vitória da Conquista percebam a existência emblemática da segregação, ocultando a um só tempo, a percepção das determinações mais elementares do capital, responsáveis por infringir os processos de segregação socioespacial.

É neste contexto, então, que se evidencia o papel ativo do Estado. Não somente como responsável por impor e processar uma mistificação ideológica consubstanciada na “Avenida da Integração”, mas principalmente como um dos agentes que tanto produz a segregação socioespacial de forma direta, comprometendo a própria reprodução social, quando viabiliza a atuação do capital privado criando as condições necessárias para a reprodução do capital e, por conseguinte, para a segregação socioespacial. Esses elementos se inserem, então, não sem contradições, na luta no âmbito da memória social que aponta uma visão sobre a sociedade conquistense que exclui completamente de sua narrativa as contradições sociais e as segregações que subjazem todo esse processo.

O que torna essas conclusões não conclusivas não são os elementos gerais constituintes e caracterizadores da segregação socioespacial em curso em Vitória da Conquista, mas, especificamente, sua forma dinâmica e transitória que, seguramente, não será a mesma nos anos vindouros ante a dinâmica de reprodução do capital. Portanto, ainda que a aproximação do objeto seja transitória, não nos resta dúvida de que seu acompanhamento deve ser contínuo, objetivando identificar e apontar as contradições deste processo. Finalizamos conscientes de que a segregação socioespacial existente, não somente em Vitória da Conquista, mas na sociedade do capital como um todo, só será superada completamente pela supressão das próprias relações capitalistas.

## REFERÊNCIAS

- AGENDA 21, **A Conquista do Futuro**: diretrizes de ação para o desenvolvimento sustentável. SILVESTRE, Afonso (Org.). Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2004.
- AGUIAR, Itamar Pereira de. Diversidade Religiosa Afro-Brasileira. In: VIII Colóquio Nacional e I Internacional do Museu Pedagógico. **Anais...** Vitória da Conquista:UESB, 2009.
- \_\_\_\_\_. Religiões Afro-brasileiras em Vitória da Conquista. VIII Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina. **Anais...**São Paulo, Setembro, 1998.
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. O Projeto *Columbia Universty* e o Nacional-Desenvolvimentismo Brasileiro: uma relação sintomática. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos et. al. **Projeto Columbia**: Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.
- \_\_\_\_\_. **América Latina**:transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI – da luta armada como política (o caso EZLN). Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.
- ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. **Produção sócio-espacial da habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista– BA**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia: Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2005.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **O Mapa da ideologia**.Tradução de Vera Ribeiro: Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**.3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERRARI, Terezinha. **Fabricação da Cidade e Ideologia da Circulação**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção Vitória da Conquista**: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

FONTES, José Reimundo. **O Novo Ciclo de Desenvolvimento de Vitória da Conquista**. 2009. [online] Disponível em: <[http://www.conquistadetodos.com.br/index.asp? site=artigos/ver.asp&codigo=27](http://www.conquistadetodos.com.br/index.asp?site=artigos/ver.asp&codigo=27)>. Acesso: 30 de Março de 2009.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estado e Capitalismo**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930 - 1970**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IVO, Isnara Pereira. Poder local e eleição na Imperial Vila da Vitória durante o século XIX. **Politeia: história e sociedade, Vitória da Conquista**, v. 1, n. 1, p. 201-223, 2001.

JACQUES, Le Goff. **Memória e História**. Tradução Bernardo Leitão et. al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

LESSA, Sergio e TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudo sobre a dialética materialista**. Tradução: Rodnei Nascimento: revisão da tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Prolegomenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios de um ontologia hoje tornada possível**. Tradução: Lya Luft e Rodnei Nascimento e supervisão editorial Ister Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha de. & ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Relações simbióticas entre Memória, ideologia, História e Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha de. (Org.). **História, Memória e Educação**. São Paulo: Alínea, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução editora Martin Claret. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. revista. (Org. e introdução) Osvaldo Caggiola. Tradução: do Manifesto Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, KARL. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

MEDEIROS, Rui Hermann de Araujo. **Vitória da Conquista Primitiva**. Disponível em: <<http://glogdopaulonunes.com/v2/2009/02/vitoria-da-conquista-primitiva>>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2009a.

\_\_\_\_\_. 2009b. **Coronelismo**. Disponível em: <<http://ruymedeiros.blogspot.com.br/search?q=Coronelismo>>. Acesso em 04 de Julho de 2014.

\_\_\_\_\_. 2009c. **Meletes e Peduros: uma só e numerosa família**. Disponível em: <<http://ruymedeiros.blogspot.com.br/2012/05/meletes-epeduros-uma-so-e-numerosa.html?q=Coronelismo>>. Acesso em 04 de Julho de 2014.

\_\_\_\_\_. O Gado e os Primórdios de Conquista. **Fifó**. Vitória da Conquista, p. 7, 22 de nov. 1977.

\_\_\_\_\_. Aspectos Urbanos de Conquista Através da História. **Fifó**. Vitória da Conquista, p. 9, 11 de out. 1977a.

\_\_\_\_\_. Os Loteamentos e a Expansão Urbana de Vitória da Conquista. **Fifó**. Vitória da Conquista, 25, jan. 1978.

MEDEIROS, Ruy H. Araujo e FONSECA, Jose Humberto. Notas críticas à obra de Tranquilino Torres. In: TORRES, TranquilinoLeovigildo. **O Município da Vitória**. Vitória da Conquista: UESB, 1996. Museu Regional de Vitória da Conquista, 149 p. (Memória conquistense 2).

MÉSZÁROS, István. **A Atualidade História da Ofensiva Socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. Trad. Paulo Castanheiras; ver. técnica: Maria Orlanda Pinassi. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Poder da Ideologia**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução de Paulo Cezar Castanheiras. 1º ed., reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLIVEIRA, Edivaldo e OLIVEIRA, Débora Paula de Andrade. Desafios para a delimitação cartográfica digital dos bairros da cidade de Vitória da Conquista – Bahia. In: **Tempos, espaços e representações: abordagens geográficas e históricas**. Vitória da Conquista, UESB, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista: o ornitorrinco**. 4. reimpr. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a Incontrabilidade do Capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PEREIRA, Rita de Cassia Mendes. O trabalhador rural nas fontes da Justiça do Trabalho (Vitória da Conquista-Ba, 1963-1982). **História Social**, nº 21, pp. 47 – 63, 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/911>>. Acesso em 16 de Abril de 2014.

PIRES, Eliane Nogueira. **Bairro Brasil: cotidiano e sociabilidade**. 2003. Dissertação. (mestrado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In: **Arquivos da Memória: antropologia, escala e memória**. N 2, 2007, Nova Serie, Portugal. Disponível em: <[http://www.academia.edu/917013/Abordagens\\_Teoricas\\_ao\\_Estudo\\_da\\_Memoria\\_Social](http://www.academia.edu/917013/Abordagens_Teoricas_ao_Estudo_da_Memoria_Social)>. Acesso em 11 de Abril de 2014.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **O Crescimento**. Disponível em <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/crescimento/>>. Acesso em 30 de Maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **Coleta de lixo em Vitória da Conquista é sinônimo de eficiência**. 2014. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/noticias/revisado-coleta-de-lixo-em-vitoria-da-conquista-e-sinonimo-de-eficiencia/#sthash.RnTc9QpL.dpuf>>. Acesso em 24 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura realiza coleta de lixo de maneira responsável**. 2014. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/noticias/prefeitura-realiza-coleta-de-lixo-de-maneira-responsavel/#sthash.iv2L2qyV.dpuf>>. Acesso em 24 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Horário e itinerário de ônibus**. 2014. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/horario-de-onibus/>>. Acesso em 24 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Centro Municipal de Atenção Especializada (Cemae)**. 2014b. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/centro-municipal-de-atencao-especializada-cemae/>>. Acesso em 01 de Novembro de 2014>.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: o problema dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História da PUC-SP**. São Paulo: Brasil, 1981.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROCHA, Ione dos Santos. **Produção e valorização do espaço urbano de vitória da conquista**: uma análise das estratégias e transformações no bairro boa vista. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia: Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **A racionalização econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. São Paulo: Annablume, 1997.

SANTOS, Antonio Luiz. **Produção de Riqueza e Pobreza na Expansão Cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça**. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 1987.

SANTOS, Alexandre de Jesus. Reflexões sobre dialética de lutas de classes: uma leitura da música “A Novidade” de Gilberto Gil. In: **Revista Filosofando**: revista de filosofia da UESB, ano 3 n. 1, Janeiro a Julho, 2015. (No prelo).

SANTOS, Alexandre de Jesus e ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Vitória da Conquista em contraste: a “avenida da integração” e a luta de classes. XX Ciclo de Debates Históricos da UESC. **Anais...** Ilhéus – BA: UESC, 2009.

\_\_\_\_\_. Do Arraial a Conquista: ruptura e continuidade na trajetória modernizante de Vitória da Conquista – BA. **História e-História**.(2001) Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=396>>. Acesso 24 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. A produção científica como legitimadora ideológica da sociedade capitalista: o âmbito regional em foco. In: X Colóquio Nacional e III Colóquio Internacional do Museu Pedagógico. **Anais...** Vitória da Conquista. Produção do Conhecimento no limiar do século XXI: tendências e conflitos. Vitória da Conquista: Wmoreira Internet, 2013. v. 1.

\_\_\_\_\_. O Estado Democrático de Direito: a institucionalização das lutas sociais e a ideologização da memória coletiva. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. Niterói - RJ. **Anais...** Marx hoje, 130 anos depois. UFF: UFF, 2013. v. 1. p. 1-18.

SARMENTO, Ealney Souza Moraes. **Nordeste**: a urbanização do subdesenvolvimento. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1982.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 3. ed. Apresentação e notas de Arlete Eikaïm-Sartre; tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 21. ed. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso hegemônico do Capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe: Programa de Pós-Graduação em Geografia Agrária, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta e SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. As ideologias do capital para o campo brasileiro: o agronegócio e a agricultura familiar. X Colóquio Nacional e III internacional do Museu Pedagógico: Produção do conhecimento no limiar do século XXI: tendências e conflitos. **Anais...** Vitória da Conquista: Museu Pedagógico, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. IX Coloquio Internacional de Geocrítica. **Anais...** 28 de Maio a 1 de junho de 2007.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista**: crônicas de uma cidade. Vitória da Conquista: Gráfica Brasil, 1994.

TAVARES, Matheus Augusto Avelino e ARAUJO, Maria Cristina Calvacante. **Os condomínios green village e green woods e as transformações no espaço urbano de natal**. (2008). Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.ifrn.edu.br%2Ffojs%2Findex.php%2FHOLOS%2Farticle%2FdownloadSuppFile%2F117%2F3&ei=E11KVMbvFsWTgwTjyYHACA&usg=AFQjCNFjitLmhStUcEl5YxNeRk17tr7Aw&sig2=HR8svMjaMz6rkkD1m6s7vA&bvm=bv.77880786,d.eXY>>. Acesso em 24 de outubro de 2014.

VIEIRA, Alexandre Bergamin e MELAZZO, Everaldo Santos. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. **Formação**, (online), Vol. 1, Nº 10, p. 161 – 173, 2003. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118>>. Acesso em 30 de Setembro de 2014.

VILLAR, Pierre. “A transição do feudalismo ao capitalismo.” In: **Do Feudalismo ao Capitalismo**: uma discussão histórica, por Theo SANTIAGO, 37 - 49. São Paulo: Contexto, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; ver. téc. De Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

ŽIŽEK, Slavoj. **Alguém disse totalitarismo?**: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

### *Fontes Primárias*

**A Semana**. “Avante!”. Vitória da Conquista. 24 de Fevereiro de 1926, p. 1.

\_\_\_\_\_. “**As portas de Conquista abertas ao mundo**”. Vitória da Conquista. 31 de dezembro de 1926, p. 4.

\_\_\_\_\_. “**Estrada de Rodagem: trecho Poções – Conquista**”. Vitória da Conquista. 16 de Junho de 1927, p. 1.

\_\_\_\_\_. “**Itabuna – Conquista virá mesmo?**”. Vitória da Conquista. 21 de Abril de 1928, p. 4.

Centro de Estatísticas e Informações da Bahia – CEI: informações básicas dos municípios baianos: Região Sudoeste – Salvador, 1994.

**O Combate**. “Pelo tiro de guerra 382: um apelo ao comércio”. Vitória da Conquista. 8 de Julho de 1934, p. 4.

\_\_\_\_\_. “**Ameaçada em seus fundamentos a companhia rodoviária de Conquistense: querem gratuito o pedágio da rodoviária**”. Vitória da Conquista. 21 de Abril de 1935, p. 1.

\_\_\_\_\_. “**A nossa indústria de laticínios**”. Vitória da Conquista. 11 de Agosto de 1935, p. 3.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo e Carrancismo**. Vitória da Conquista. 15 de Outubro de 1957, p. 4.

\_\_\_\_\_. “**A cidade que mais cresce**”. Vitória da Conquista. 15 de outubro de 1957, p. 5.

**Tribuna da Conquista**. “Casa vazias da Urbis VI são invadidas”. Vitória da Conquista. 7 de Fevereiro de 1988, p. 1.

**Tribuna Regional**. Progresso continuado: destino de uma cidade. Vitória da Conquista. Nº 1, Agosto de 1984, p. 1.

\_\_\_\_\_. Novo terminal, uma realização da EMURC. Vitória da Conquista. 21 de Novembro de 1984, p. 4.

SILVA, Manoel Cândido. **Requerimento de revisão no lançamento da décima urbana**. Requerimento. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Bahia, 1938.

**Livro de Lançamento de Imposto de Impostos de 1930**. Institui os valores do imposto urbano sobre as unidades imobiliárias. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, Bahia, 1930.

**Livro de Registro Geral de Petições**. Contém as petições realizada a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, Bahia, 1942.

**RPDU – Relatório do Plano Diretor Urbano**. Relatório. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista, Bahia, 1975. (Arquivo Público Municipal).

**RSOUDF – Relatório da Secretaria de Obras e Urbanismo da Divisão de Fiscalização**. Relatório. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista, Bahia, 1993. (Arquivo Público Municipal).

**RSOU – Remanejamento do Sistema Viário da Avenida Presidente Dutra** Secretaria de Obras e Urbanismo. Relatório. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista, Bahia, 1983. (Arquivo Público Municipal).

**ACVC – Associação Comercial de Vitória da Conquista.** VITÓRIA DA CONQUISTA. OF. Nº XXX/ de 02/12/1958. Ofício da Associação Comercial de Vitória da Conquista — endereçado ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1958. (Arquivo Público Municipal).

**ACVC – Associação Comercial de Vitória da Conquista.** VITÓRIA DA CONQUISTA. OF. Nº XXX/ de 26/02/1958. Ofício da Associação Comercial de Vitória da Conquista – ACVC – endereçado ao Prefeito Municipal de Vitória da Conquista Sr. Edivaldo de Oliveira Flores. Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1958. (Arquivo Público Municipal).

REQUERIMENTO de 14/07/1952. **Requerimento de Adalberto Oliveira Nunes a Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista.** Vitória da Conquista, Bahia, 1952. (Arquivo Público Municipal).

**Moção de Aplauso da Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista aprovada no dia 17/04/1964.** Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, Bahia, 1952. (Arquivo Público Municipal).

### *Leis e Regulamentos*

BAHIA, Constituição do Estado da Bahia de 02 de Julho de 1891. Estabelece a Constituição do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/224181/000210622.pdf?sequence=3>>. Acesso em 25 de Junho de 2014.

BRASIL, Decreto-lei Nº 1 de 13 de novembro de 1965. Institui o Cruzeiro Novo e dá outras providências. Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0001.htm)>. Acesso em 05 de Agosto de 2014.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei nº 17, de 25 de Agosto de 1916. Estabelece orçamento anual do município. Caderno de Registro de Leis e Regulamentos de 1915 do Conselho Municipal de Conquista. Vitória da Conquista, Bahia, p. 14 - 15.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei nº 22, de 18 de fevereiro de 1917. Estabelece data para início das edificações. Caderno de Registro de Leis e Regulamentos de 1915 do Conselho Municipal de Conquista. Vitória da Conquista, Bahia, p. 24.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei Nº 118 de 22 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1976. (Arquivo Público Municipal)

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei Nº 134 de 23 de novembro de 1977. Autoriza a criação da Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista - EMURC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1977. (Arquivo Público Municipal)

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei Nº 104 de 30 de Março de 1976. Doa terreno em favor do Instituto Nacional de Café – IBC. Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista, 1976. (Arquivo Público Municipal)

VITÓRIA DA CONQUISTA, Projeto de Lei Nº 396 de 09 de Outubro de 1986. Autoriza do Poder Executivo a contratar empréstimo com o Banco Nacional de Habitação – BNH e dá providências correlatas. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1986. (Arquivo Público Municipal)

VITÓRIA DA CONQUISTA, Projeto de Lei Nº 397 de 09 de Outubro de 1986. Autoriza do Poder Executivo a contratar empréstimo com o Banco Nacional de Habitação – BNH e dá providências correlatas. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1986. (Arquivo Público Municipal)

VITÓRIA DA CONQUISTA, Projeto de Lei Nº 295 de 31 de Outubro de 1983. Cria o Serviço de Transporte Público – STP – Municipal de Vitória da Conquista e Contém outras providências. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1983. (Arquivo Público Municipal)

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei Nº 367 de 21 de Maio de 1986. Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com a EBTU e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1986. (Arquivo Público Municipal).

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei Nº 798 de 24 de Novembro de 1995. Institui oficialmente os bairros da cidade de Vitória da Conquista. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1995. (Arquivo Público Municipal).

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei Nº 850 de 24 de Dezembro de 1996. Confere denominação a bairros que especifica. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1996. Disponível em: <<http://www.pmvc.com.br/semad/semad.php?pg=legislacao>>. Acesso em 24 de Outubro de 2014.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei Nº 03 de Junho de 1998. Acrescenta inciso IV ao artigo 21, da lei nº 709/93, de 25 de maio de 1993. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1995. Disponível em: <<http://www.pmvc.com.br/semad/semad.php?pg=legislacao>>. Acesso em 24 de Outubro de 2014.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei Nº 1.385 de 26 de Dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Vitória da Conquista e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2006. Disponível em: <[http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/wp-content/uploads/Lei\\_1385\\_06\\_Plano-Diretor-Urbano.pdf](http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/wp-content/uploads/Lei_1385_06_Plano-Diretor-Urbano.pdf)>. Acesso em 01 de Novembro de 2014.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei Nº 1.481 de 28 de Dezembro de 2007. Institui o código de ordenamento do uso e da ocupação do solo e de obras e edificações do município de Vitória

da Conquista. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2007. Disponível em: <[http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/wp-content/uploads/Lei\\_1385\\_06\\_Plano-Diretor-Urbano.pdf](http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/wp-content/uploads/Lei_1385_06_Plano-Diretor-Urbano.pdf)>. Acesso em 01 de Novembro de 2014.